

Primavera 1996

DOURO 1

ESTUDOS & DOCUMENTOS

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Apoiaram a edição deste número da revista
DOURO – Estudos & Documentos

Instituto do Vinho do Porto
Reitoria da Universidade do Porto
Reitoria da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Casa do Douro
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
Governo Civil do Porto
Wiese & Krohn
José Vanzeller de Serpa Pimentel
Quinta do Infantado
Sogrape / A. A. Ferreira

DIRECÇÃO:

Fernando Bianchi de Aguiar (Presidente do Instituto do Vinho do Porto)

Alberto Amaral (Reitor da Universidade do Porto)

José Manuel Gaspar Torres Pereira (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

COORDENADOR:

Gaspar Martins Pereira (Coordenador do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/FLUP)

CONSELHO DE REDACÇÃO:

António Barreto (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

Arlete Mendes Faia (Depart. de Indústrias Agro-alimentares/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Aurélio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Alberto Brochado de Almeida (Arqueologia/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Melo Brito (Faculdade de Economia/Universidade do Porto)

Conceição Andrade Martins (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

Fernando Bianchi de Aguiar (Instituto do Vinho do Porto/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Francisco Ribeiro da Silva (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

François Guichard (CNRS/Universidade de Bordéus III/Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia)

Henrique David (História Contemporânea/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Jean Lave (Social & Cultural Studies/Universidade da Califórnia - Berkeley)

João Rebelo (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

José Portela (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Luis Miguel Duarte (História Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Norman Bennett (Departamento de História/Universidade de Boston)

Nuno Pizarro de Magalhães (Depart. de Fitotecnia e Eng. Rural/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

António Vilela de Matos (Pró-Reitor da Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro/Documentação e Extensão)

Vital Moreira (Faculdade de Direito/Universidade de Coimbra)

SECRETARIADO:

Natália Favrelle Costa, Paula Montes Leal

PROPRIEDADE:

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto ■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

EDIÇÃO:

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto ■ Apartado 1559 ■ 4150 PORTO Codex – PORTUGAL

Telefone e fax.: (02) 6077156

Fotografia da capa: Vindimas na Quinta da Soalheira. Fotografia de Alvão, ca. 1940 (Col. IVP)

Composição: Edições Afrontamento

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves

Tiragem: 1200 exemplares

Depósito Legal: 98629/96

ISSN: 0873-3899

© Direitos reservados, de acordo com a legislação em vigor.

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

SUMÁRIO

Editorial 7

O GEHVID, um projecto, uma equipa 9

Estudos 17

A comarca de Ribacôa no Tratado de Alcañices
José Ignacio de la Torre Rodriguez 17

O Comércio de vinhos do Douro com o Brasil ao longo do século XVIII
Francisco Ribeiro da Silva ■ António M. de Barros Cardoso 29

O alvará de instituição da companhia e os motins do Porto de 1757
António M. de Barros Cardoso 57

Nas origens da casa do Douro
Vital Moreira 79

A produção de famílias – o comércio na história
Jean Lave ■ Paul Duguid 97

A Região na aldeia – uma etnografia sobre a produção local
de regionalidade, no Alto Douro 121
Shawn Parkhurst

A região do vinho do Porto. Origem e evolução
de uma demarcação pioneira 179
Gaspar Martins Pereira

Documentos 199

Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do século XVIII
Aurélio de Oliveira (Introdução e notas) ■ Natália Favrelle Costa (Transcrição) 199

Relatórios e notas de pesquisa 263

A estação arqueológica da Quinta da Ervamoira – Muxagata, V. N. de Foz Côa
Gonçalves Guimarães 263

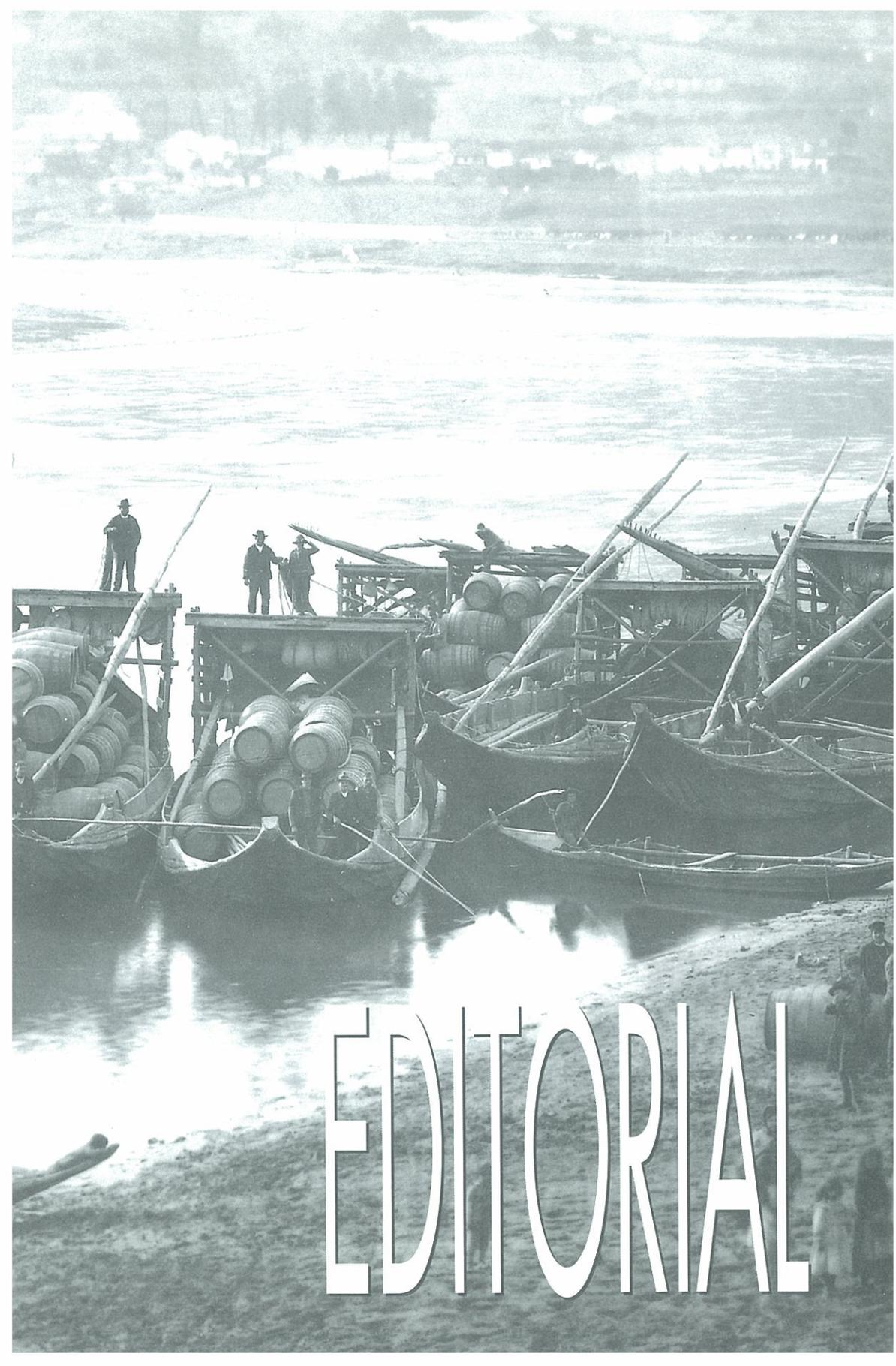
Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica
de Vilarinho de Cotas – Alijó 266
Carlos Alberto Brochado de Almeida

Sepulturas cavadas na rocha: conjunto da Quinta da Relva de Baixo
(Longroiva – Meda) 270
João M. Viana Antunes / Pedro Baère

Organização do povoamento e dos territórios no Vale do Douro durante a
Idade Média – continuidades e rupturas 276
Equipa de Arqueologia Medieval

Notícias 291

Agenda 297



EDITORIAL



Embarque de vinhos no cais da Régua.
Foto: Emílio Biel, ca. 1905.

Ao constituirmos, em 1994, o GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, como unidade de investigação da JNICT, pretendíamos sobretudo lançar um espaço de trabalho colectivo em torno de um projecto. Estávamos conscientes dos riscos que teríamos de correr. A aposta num grande projecto de história regional, congregando esforços de várias equipas de historiadores e arqueólogos, fugia, desde logo, ao figurino académico, porque rompia com as habituais barreiras da especialização temporal na pesquisa histórica, integrando num programa de trabalho comum investigadores de vários domínios e épocas. Mas, sobretudo, recusava a ideia de ser um projecto universitário fechado sobre si mesmo, que apresentasse no final, como lição de mestres, os resultados de um conjunto de investigações pessoais. Assumimos, desde o início, que esse projecto só faria sentido se se desenvolvesse em diálogo permanente com a região, com as suas instituições (em especial o Instituto do Vinho do Porto, mas também a Casa do Douro e a Associação de Empresas do Vinho do Porto), empresas, autarquias, e ainda com todos aqueles que, dentro ou fora da Universidade, no país ou no estrangeiro, na história ou noutros domínios do saber, vinham realizando estudos sobre a região e sobre a vitivinicultura.

Exagerámos, provavelmente, nos objectivos e na agenda das acções – de investigação e de divulgação – a desenvolver para um maior conhecimento da história longa da vinha e do vinho do Douro desde as origens até aos nossos dias. Não previmos, sobretudo, os obstáculos a enfrentar no plano administrativo, e boa parte do nosso tempo foi despendido, durante quase dois anos, em desgastantes, e por vezes desnecessárias, tarefas burocráticas na instituição académica de acolhimento, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde a maior parte dos investigadores do Grupo desenvolve também a sua actividade docente. Em contrapartida, sentimos da parte das instituições, das autarquias e das empresas da região e do sector um grande incentivo e uma enorme expectativa relativamente ao nosso trabalho, o que, ao mesmo tempo que acentuou as nossas responsabilidades, nos deu força para persistir. Foi essencial o apoio que sempre encontrámos no Instituto do Vinho do Porto.

Hoje, pouco mais de um ano decorrido desde o início efectivo dos trabalhos do GEHVID e apesar das limitações orçamentais, o balanço é francamente positivo. Foram lançados os primeiros trabalhos arqueológicos em vários pontos da região. Iniciámos a constituição de um vasto ficheiro bibliográfico e de fontes. Desenvolvemos o levantamento de material inédito nos arquivos, desde o período medieval à época contemporânea. Apoiámos jovens investigadores que se encontram a preparar as suas teses de mestrado ou doutoramento. Estabelecemos contactos com centros e com investigadores de várias Universidades estrangeiras (Bordéus, Cádiz, Valladolid, Berkeley e Boston). Começaram a surgir os primeiros estudos elaborados por investigadores do Grupo e marcámos já presença em diversos encontros científicos. Preparámos o I Encontro Internacional sobre a «História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro», a ter lugar no Porto e no Douro, em Março de 1996.

Pensamos, por isso, ser o momento de dar mais um passo. Com a publicação da revista DOURO – Estudos & Documentos, pretendemos não só cumprir um dos objectivos iniciais do GEHVID, divulgando resultados de investigação do Grupo, mas ainda criar um espaço de diálogo aberto com investigadores de outras Universidades e de outros domínios científicos e sobretudo com a região. Nesse sentido, a revista, tendo como base a história regional, não se confinará ao território da disciplina. Buscará pontes com a geografia, a enologia, a antropologia, o direito, a sociologia, a economia, a demografia...

Este primeiro número é disso um exemplo. Além de vários estudos da responsabilidade de investigadores do GEHVID e de notícias sobre diversas acções das equipas de arqueologia, integra outras colaborações. Um estudo sobre a região de Riba Côa na Idade Média, de José Ignacio de la Torre Rodriguez, investigador da Universidade de Valladolid, que está a preparar a sua dissertação de doutoramento em História Medieval e que tem colaborado com a equipa de medievalistas do GEHVID. Um texto conjunto da antropóloga Jean Lave e do historiador Paul Duguid, da Universidade de Califórnia-Berkeley, que sintetiza as linhas gerais do projecto Trading in History, que aqueles investigadores americanos vêm desenvolvendo sobre a história do vinho do Porto. Um estudo do antropólogo Shawn Parkhurst, que integra o mesmo grupo da Universidade da Califórnia-Berkeley e que tem vindo a desenvolver o seu projecto de investigação numa aldeia do Douro. Uma nota de Gonçalves Guimarães sobre os trabalhos arqueológicos em curso na Quinta da Ervamoira. E um estudo do jurista Vital Moreira, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, sobre As Origens da Casa do Douro (publicado também em monografia, com o apoio da Casa do Douro), fundamental para o conhecimento de uma das instituições de regulação profissional do sector. Iniciamos também neste número a publicação de documentos para a história da região, com uma descrição inédita do Douro Superior no século XVIII, apresentada por Aurélio de Oliveira.

Tal como toda a actividade do GEHVID, também a publicação de DOURO – Estudos & Documentos só se tornou possível com o apoio do Instituto do Vinho do Porto, da Universidade do Porto e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro que estabeleceram entre si um protocolo no sentido de criar condições para a continuidade desta revista, reforçando simultaneamente a sua articulação com a região e a sua vocação pluridisciplinar e interuniversitária.

Gaspar Martins Pereira
(FLUP/GEHVID)

O GEHVID: UM PROJECTO, UMA EQUIPA

1. O PRINCÍPIO

Somos hoje cerca de três dezenas de investigadores. Mas já fomos muito menos. Por isso é melhor começar a contar a história pelo princípio. O grupo nasceu de uma conversa informal de dois docentes de História da Faculdade de Letras do Porto que, cansados de pautarem o seu trabalho exclusivamente pelas exigências da carreira académica, partilhavam o «sonho» de participar num projecto *colectivo, planificado*, sem outras regras além das que decorrem da seriedade de um trabalho científico actual, e da camaradagem de quem participa numa mesma empresa. Falou-se de imediato no Douro. O Douro, vale – da fronteira espanhola até à foz, no Porto. O Douro, região vitivinícola – a de hoje, a de ontem. As ideias começaram a surgir em catadupa. Cronologicamente, não haveria um princípio: aí onde surgisse o primeiro vestígio humano, os nossos arqueólogos começariam a escavar. Mas haveria um fim, pelo menos provisório: o século XIX. Em torno de um tema central – a história da vinha e do vinho – arrumar-se-iam todos os outros (a história económica, social, política, dos usos e dos costumes durienses). Não que desprezásemos a história do século XX. Mas aí, contávamos com a colaboração que pudesse vir a ser estabelecida com muitos colegas, de diversas áreas de investigação, que vêm desenvolvendo trabalhos notáveis sobre as questões durienses: geógrafos, como François Guichard, de Bordéus; sociólogos, como António Barreto, do ICS; juristas, como Vital Moreira; antropólogos, como Jean Lave, José Portela ou Shawn Parkhurst; economistas, como Carlos Melo Brito e João Rebelo; enólogos e agrónomos, como Arlete Mendes de Faria, Nuno Magalhães, João Nicolau de Almeida e Bianchi de Aguiar, a colaboração decisiva do IVP e da UTAD.

2. AS PESSOAS

O segundo passo foi estabelecer os contactos iniciais, fazer os primeiros convites para a aventura. O princípio era, e é, claríssimo: o GEHVID é um grupo *totalmente aberto*. Qualquer investigador que queira participar é bem vindo. Terá tão só que se integrar, da maneira que entender mais conveniente, no projecto colectivo. A partir daí, formulámos duas linhas de rumo: convidar para colaborarem com o grupo *todos* os investigadores portugueses e estrangeiros que, tanto quanto soubéssemos, estivessem a trabalhar ou tivessem trabalhado alguma vez sobre o Douro; propor quatro coordenadores, pelas áreas cronológicas clássicas

(História Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea), a quem competiria ir constituindo e organizando a investigação das respectivas equipas. Para tal, não olhámos a títulos nem a graus: pedimos apenas mérito científico reconhecido e dedicação ao projecto.

Começámos assim, uma meia-dúzia cheia de entusiasmo... e de mais nada. Passaram alguns meses. Hoje o GEHVID conta com um número significativo de membros, entre professores consagrados e jovens que dão os seus primeiros passos na pesquisa histórica. Há muitos outros que mantêm connosco contactos informais. E um número crescente de instituições, ligadas à investigação científica, ao poder autárquico ou ao sector do vinho do Porto (permita-se-nos destacar, por estarem ao nosso lado desde o «nascimento», o Instituto do Vinho do Porto e a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica), declarou-nos o seu apoio e aposta cada vez mais em nós. Que é como quem diz, no nosso projecto. Passemos a resumi-lo.

3. LINHAS DE ACÇÃO

Estamos a pensar essencialmente em três. Sabendo que uma obra monográfica exhaustiva e abrangendo um período tão longo sobre a região do Douro constitui empresa para muitos anos, entendemos, tão cedo quanto possível, começar a colocar ao dispor de toda a comunidade interessada quer textos que sejam fontes históricas importantes quer artigos científicos. Isso será feito através desta revista ou de «Cadernos» sem periodicidade definida (basicamente para publicação de documentos). Em segundo lugar, realizaremos todos os anos uma grande reunião científica de trabalho, em que investigadores do GEHVID, os membros da Comissão de Aconselhamento Científico e outros convidados debaterão entre si os resultados da investigação conduzida durante o período anterior. A primeira terá lugar em Março de 1996, no Porto e na Régua. Todo o esforço deverá tender para a publicação de uma história da região vitivinícola do Douro, que por certo será grande em número de páginas mas que gostaríamos essencialmente que fosse rigorosa, séria e inovadora no conteúdo. Isso dependerá também, em grande parte, dos que nos estiverem a ler e não forem (ainda!) membros do GEHVID.

Há uma quarta linha de força que fazemos questão de destacar: a colaboração constante com todas as entidades e instituições do sector e da região, do Instituto do Vinho do Porto à Casa do Douro, das autarquias às empresas exportadoras, passando pelas associações de defesa do património local, para ajudar a responder a questões pontuais que se lhes coloquem. Encaramos a investigação histórica como *uma das muitas maneiras de gostar do Douro*, enfileirando com gosto ao lado dos que plantam as vinhas ou apanham as uvas, controlam a qualidade do

vinho ou o promovem no estrangeiro. Estamos a cooperar com alguns projectos em curso na região.

4. O TRABALHO DAS VÁRIAS EQUIPAS

Nos primeiros meses pouco se avançou: havia que arranjar um local de trabalho, criar estruturas de apoio, solicitar ajudas, estabelecer contactos – um esforço penoso, demorado, nada visível, mas sem o qual não se pode trabalhar. A pouco e pouco, a investigação propriamente dita começou, por iniciativa individual ou de grupos. Eis um brevíssimo ponto da situação do que se foi fazendo:

1. O grupo de História Antiga, coordenado por Carlos Alberto Brochado de Almeida, tem-se debruçado, essencialmente, sobre o período da romanização, investindo, nesta primeira fase, no levantamento de fundos bibliográficos e colecções museológicas com interesse para a região do Douro. Os arqueólogos desta equipa iniciaram já alguns trabalhos de campo, nomeadamente em Longroiva e em Vilarinho de Cotas, e está em preparação o estudo e recuperação do *castellum* da Fonte do Milho, em Canelas, importante estação arqueológica do período romano na região, com vestígios fundamentais da actividade vinícola, e praticamente abandonada depois dos estudos de Russell Cortez.

2. O grupo de Idade Média, coordenado por Luís Miguel Duarte, tem uma tarefa difícil: com bastante documentação dispersa, que pouco se refere ao vinho, e com escassíssimas monografias em que se apoiar, virou-se essencialmente para a arqueologia. Dando continuidade a projectos anteriores e/ou exteriores ao GEHVID, avançámos este ano com três campanhas preliminares: na Abadia Velha de Salzedas, em Ansiães e em Numão¹. Há a preocupação de, logo que possível, proporcionar às autarquias da zona pequenos textos que possam servir de apoio a actividades de promoção cultural e turística. Paralelamente, iniciou-se a pesquisa documental e bibliográfica e a elaboração de uma cronologia, estando a ser estudadas as *Inquirições* e a *Leitura Nova*, do A.N.T.T.². Um dos membros do GEHVID está, por sua vez, a preparar uma tese de doutoramento sobre a região de Ribacôa, a apresentar à Universidade de Valladolid.

3. O grupo de História Moderna, coordenado por Francisco Ribeiro da Silva, tem desenvolvido os seus esforços em duas direcções de pesquisa das quais há muitíssimo a esperar: a produção vitícola e o comércio do vinho entre o século XVI

¹ Tratou-se essencialmente de proceder à limpeza dos sítios, ao levantamento e desenho do material e estruturas à superfície, etc.

² Esta equipa tem-se ressentido particularmente do facto de três dos seus membros, José Augusto Pizarro, Luís Carlos Amaral e Mário Jorge Barroca, estarem a concluir as respectivas dissertações de doutoramento, pelo que a sua colaboração com o GEHVID está, de momento, reduzida ao mínimo. Esperamos a breve trecho poder contar com todo o entusiasmo e saber destes investigadores.

e o século XVIII. Aurélio de Oliveira e Ribeiro da Silva têm vindo a reunir corpos documentais de importância crucial para o estudo da região nesse período. Em breve, iniciar-se-á, em colaboração com as autarquias da região, a publicação sistemática das Memórias Paroquiais de 1758, relativamente às freguesias incluídas na zona demarcada. Assinale-se que coube a dois dos membros desta equipa, Francisco Ribeiro da Silva e António Cardoso, o nosso «baptismo de fogo» em colóquios científicos: estes dois investigadores apresentaram, em Cádiz, na Universidade Internacional de Andaluzia, no Colóquio *Vinos Y Aguardientes Andaluces en América*, que decorreu de 7 a 11 de Agosto de 1995, uma comunicação intitulada «O Comércio de Vinhos do Douro com o Brasil ao longo do século XVIII».

4. Por último, a equipa de História Contemporânea – constituída por Gaspar Martins Pereira (coordenador), Henrique David e Jorge Martins Ribeiro – tem vindo a reunir materiais para o estudo do período que medeia entre o final do governo pombalino (1777) e a reorganização pós-filoxérica que desemboca na legislação de João Franco (1907). Busca-se, essencialmente, esclarecer alguns aspectos fundamentais na história do vinho do Porto e da sua região produtora ao longo desse período: o alastrar do vinhedo e a reorganização do espaço regional; o processo de transferência da propriedade e a reestruturação social no Douro, na sequência da legislação liberal; as inovações técnicas no cultivo da vinha e na vinificação; as relações entre a produção e o comércio e entre a região do Douro e o Porto. Em 1995, inventariámos todos os documentos do Ministério do Reino, guardados no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, relativos à Companhia, ao Douro e ao comércio do vinho do Porto, para o período que vai de 1756 a 1852, tendo pronto para publicação esse inventário, bem como um conjunto de documentos inéditos que nos pareceram de grande importância. Mais recentemente, Antonieta Cruz, especialista em história social contemporânea, aceitou colaborar com a equipa. Célia Taborda da Silva, da Universidade Católica, iniciou, entretanto, uma tese de doutoramento sobre os movimentos sociais no Douro no período da instauração do liberalismo. Para o trabalho final, contamos ainda com a colaboração de outros investigadores, como Paul Duguid, da Universidade da Califórnia-Berkeley (associado a um projecto colectivo de que fazem parte também os antropólogos Jean Lave e Shawn Parkhurst) e Norman Bennett, que têm trabalhado sobre as estratégias empresariais no sector do vinho do Porto.

5. AS DEMARCAÇÕES DA REGIÃO

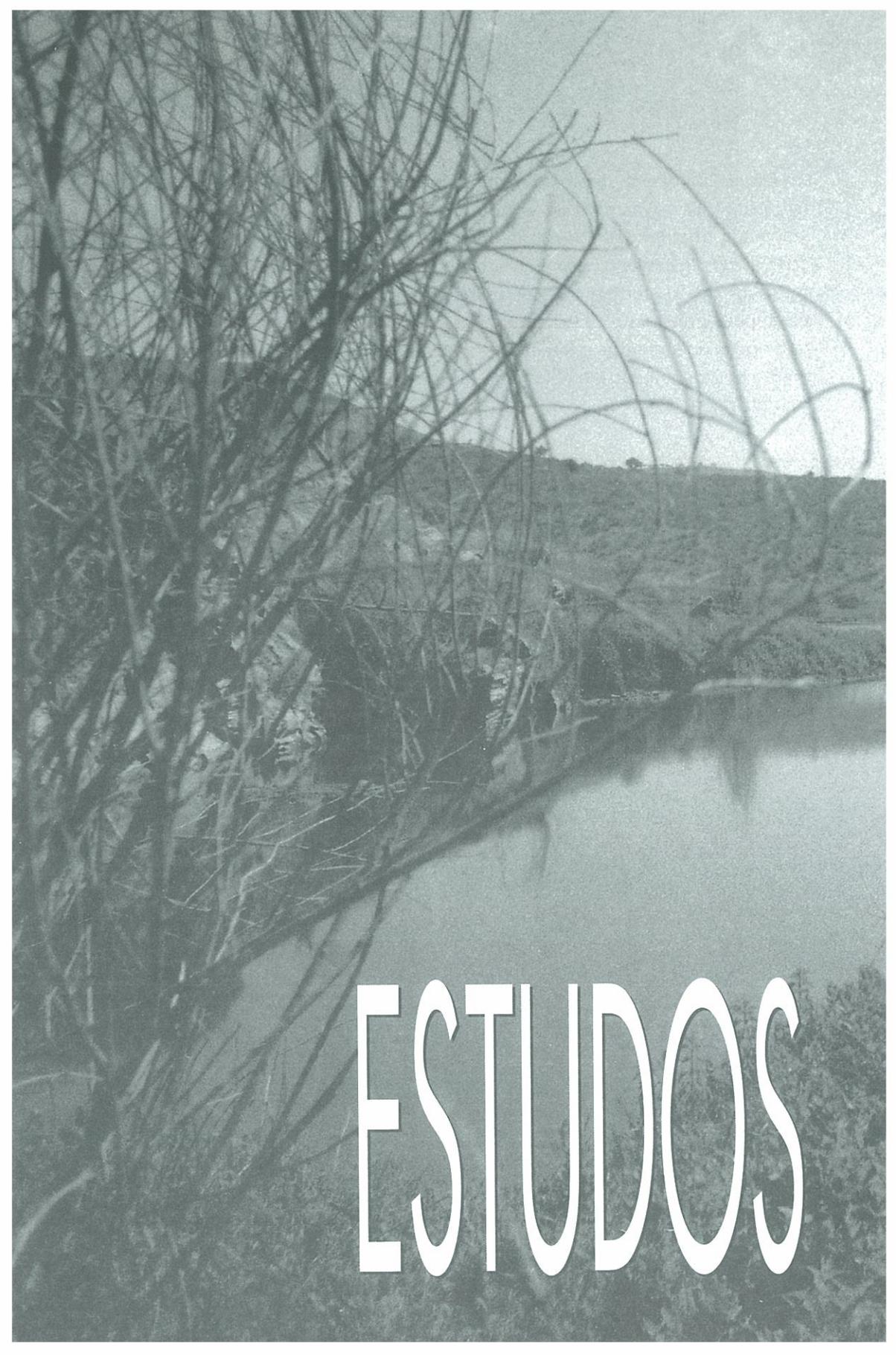
Uma das primeiras colaborações a que o grupo foi chamado, e que se sentiu honrado em aceitar, foi a preparação para publicação pelo Instituto do Vinho do Porto da obra póstuma do Eng. Moreira da Fonseca, *As Demarcações Marianas*

no *Douro Vinhateiro*. Impressionante trabalho de erudição daquele antigo funcionário superior do Instituto do Vinho do Porto e profundo conhecedor da região, o volumoso original dactilografado carecia de uma revisão e de algumas adaptações às novas exigências de impressão, que levámos a cabo. A obra, que constituirá um dos documentos mais marcantes da história do Douro, será dada à estampa a brevíssimo prazo. Entretanto, dois dos nossos investigadores localizaram novos documentos referentes a demarcações do século XVIII, que eram totalmente desconhecidos até hoje, e de que, em próxima oportunidade, se dará notícia detalhada.

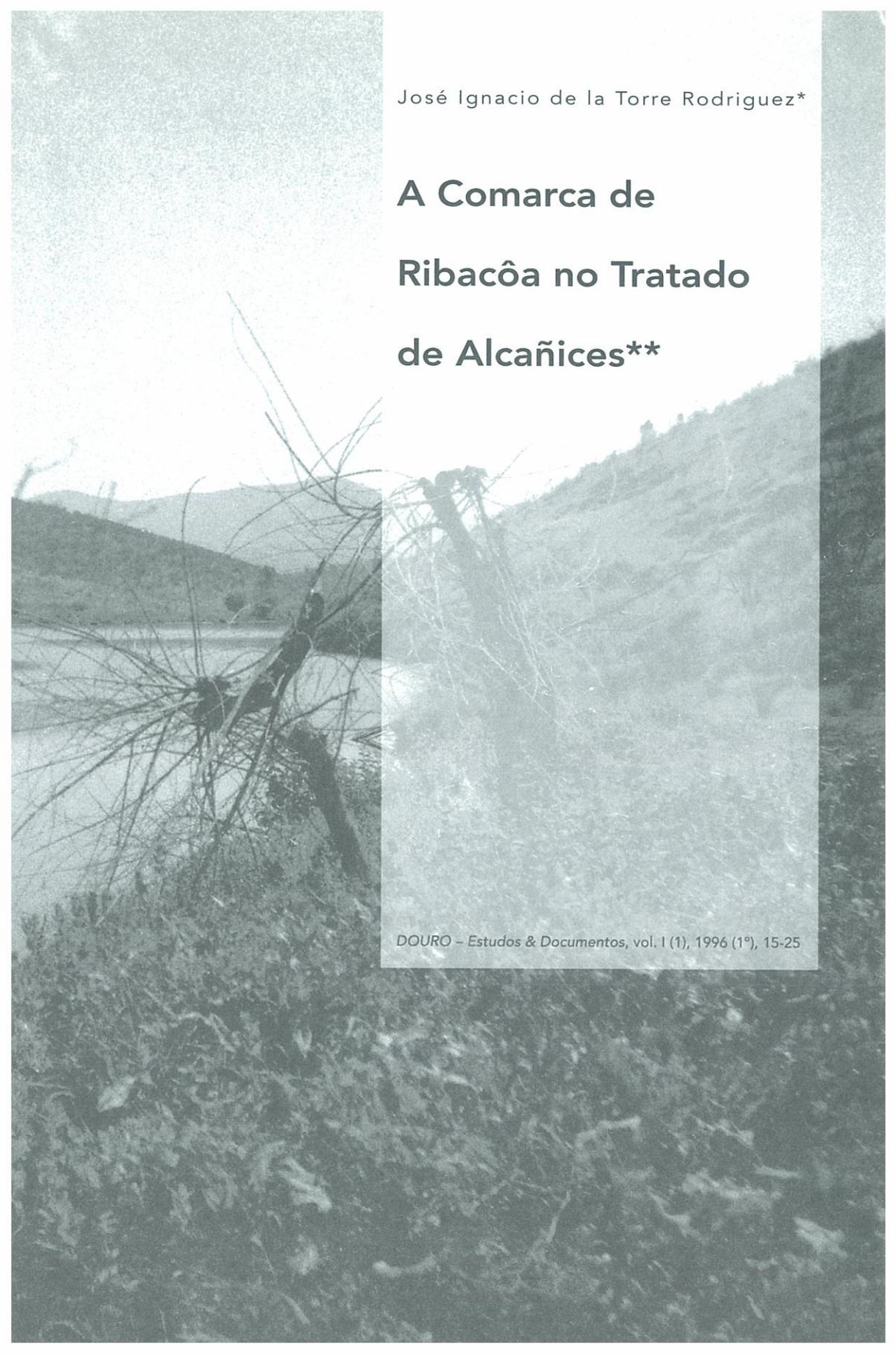
6. A FECHAR

Gostaríamos que quem não conhece o GEHVID ficasse com uma imagem fiel do que somos: um grupo de investigação *aberto*, que não só admite como *solicita* a entrada de novos membros, qualquer que seja a respectiva disponibilidade de colaboração e área temática ou cronológica de interesse; um grupo que, no relacionamento interno, apenas se preocupa com a generosidade dessa colaboração e a qualidade científica do que se faz; um grupo que, existindo *hoje e aqui*, só entende a sua razão de ser em estreitíssima ligação com todas as pessoas e entidades que, *hoje e aqui*, trabalham no e para o Douro.

Luís Miguel Duarte
(FLUP/GEHVID)

A black and white photograph of a river scene. In the foreground, a large, leafless tree with many thin, dark branches dominates the left side. The river flows from the background towards the right. On the opposite bank, several people are visible, some appearing to be engaged in an activity. The background shows a hilly landscape under a clear sky. The word "ESTUDOS" is printed in large, white, serif capital letters at the bottom of the image.

ESTUDOS



José Ignacio de la Torre Rodríguez*

A Comarca de Ribacôa no Tratado de Alcañices**

DOURO – Estudos & Documentos, vol. I (1), 1996 (1º), 15-25

- * Universidade de Valladolid. Prepara, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a dissertação de doutoramento sobre a região de Riba Côa na Idade Média. Bolseiro do Instituto Camões.
- ** Comunicação apresentada no «I Congreso Internacional de Estudios Transfronterizos sobre las Contiendas», Huelva, Julho 1995.

1. INTRODUÇÃO

A comarca denominada Ribacôa ou Riba de Côa foi, durante parte da Idade Média, ponto nevrálgico dos conflitos surgidos entre os reinos peninsulares de Leão e de Portugal, porque marcava a fronteira entre ambos; uma fronteira perfeitamente definida pelo rio que dá nome a toda a comarca, o Côa.

Geograficamente, não é mais que uma estreita faixa de terra em forma de língua no distrito português da Guarda, vizinha da actual província espanhola de Salamanca, com quinze léguas¹ de comprimento por quatro de largura. Está delimitada a Oeste pelo rio Côa que, desde a nascente na Serra da Malcata até desaguar no rio Douro, em Vila Nova de Foz Côa, marcava a velha fronteira. A Norte, o seu limite é o Douro. A Este o limite é o rio Tourões, que desagua no rio Águeda, depois de atravessar Ciudad Rodrigo, e, posteriormente, este último até desaguar no Douro. Finalmente, é a Sul que os seus limites adquirem uma certa imprecisão; porém, podemos considerar a Serra da Malcata e os limites medievais dos alfozes de Alfaiates e Sabugal como parte integrante da mesma.

Somente a partir do século XI encontramos referências a Ribacôa na documentação dos reinos cristãos medievais, que nos permitem conhecer a presença cristã na zona. A primeira fonte documental narra a conquista aos mouros, por Fernando I, de certas vilas de Ribacôa no ano de 1039². Mas mesmo esta data é discutível – Brandão, no segundo tomo da *Monarquia Lusytana*, data a conquista de Fernando I dez anos depois³. A partir deste momento pode considerar-se a comarca como parte estável do domínio cristão.

Mencionámos a palavra *fronteira*. Este termo, complexo e difícil para os períodos medievais, é muito polémico, já que não é o mais apropriado para definir a «linha» de separação entre, neste caso, Portugal e Leão ou Castela-Leão. Apesar destas dificuldades, o seu uso supõe a aceitação da ideia de estar perante dois espaços geopolíticos diferentes e únicos que, por sua vez, se definem um em relação ao outro como dois mundos opostos e, de certo modo, irreconciliáveis. Se aceitarmos esta ideia, comprovaremos que a zona de Ribacôa não é precisamente um modelo de fronteira: nela o intercâmbio e o fluxo de pessoas, mercadorias, soldados, etc., é contínuo; o que marca realmente a diferença é o pagamento das rendas, a Leão ou a Portugal. Nem sequer na língua parecem existir diferenças. O

¹ Léguas, medida de longitude equivalente a 5572 metros e 7 decímetros.

² História dos Godos de 1039: «Era MLXXVII (1039) capiuntur in Extremadurii multae populationes cis et cintra villam Turpini, Talmeida, Egítania, et usque ad ripam Tagi». (Referência tirada de COSTA, M. Gonçalves, *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Braga, 1977-1987, vol. 2, p. 40).

³ BRITO-BRANDÃO, *Monarquia Lusytana*, Tom. 2, livro VII, cap. 28, p. 533: «& no seguinte, que foraõ mil & quarenta & nove do Nascimento do Nosso Redemptor Jesu Christo, entraraõ gentes del Rey por Estremadura, & se ganhou parte de Tras - los Montes, Riba de Coa, & o mais até a Serra da Estrella...».

professor Lindley Cintra provou, na sua obra *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, que a língua daquelas gentes não diferia em quase nada de um lado ou de outro da fronteira. Portanto, quem realmente suportava o peso da demarcação da fronteira não seria o vale do Côa mas sim as vilas mais próximas, onde a malha administrativa de um rei distante se encontrava instalada, actuando ao sabor das circunstâncias.

Se, de forma simplista, reduzirmos este problema perguntando qual o rei que tem os direitos sobre esta terra, veremos que a resposta não é nada fácil, já que ao ter-se separado Portugal do Reino de Leão, teriam que ser os soberanos portugueses a fazer o maior esforço para impor uma nova situação política, radicalmente diferente da anterior, numas terras que já estavam sob o controlo dos monarcas leoneses. O problema reside, para a zona em questão, no facto de apenas ter chegado até nós um documento sobre as terras de Ribacôa do período do nascimento de Portugal (1130), com o qual ficamos com a ideia de uma região quase erma sem nenhum poder estabelecido de facto. Assim, a documentação a que recorreremos até ao momento (o que não significa que seja a única) é datável do último terço do século XII, quando o Reino de Portugal já está perfeitamente estabelecido com bases na margem esquerda do Côa. Nesta documentação podemos observar o que foi dito anteriormente: as duas monarquias tentam controlar a terra através de doações ao mesmo mosteiro assinando como senhores dessa terra e garantindo, deste modo, as rendas e a discussão da autoridade sobre Ribacôa no momento da outorga do documento. No final desta disputa pelo controlo da zona, ganhará a monarquia leonesa, a quem ela pertencerá até ao Tratado de Alcañices, que alterará a situação geopolítica local, fazendo passar o controlo da comarca para o reino português.

2. O TRATADO DE ALCAÑICES E A SUA IMPORTÂNCIA

A 12 de Setembro de 1297, reuniram-se na vila zamorana de Alcañices os representantes das Coroas de Castela-Leão e Portugal para concluir um tratado de paz que terminasse com as disputas que tinham surgido, nos últimos tempos, entre as duas monarquias, devido à morte prematura do rei castelhano Sancho IV, O Bravo e ao problema sucessório suscitado pela mesma; o seu casamento com Maria de Molina fora invalidado devido à proximidade de parentesco e, portanto, o filho nascido da dita união não era reconhecido como legítimo, pelo que não tinha direito ao trono, dando assim oportunidade a que o infante Don Juan, irmão do rei, reclamasse para si a coroa ou, pelo menos, a do Reino de Leão.

Neste problema interno da Coroa castelhana intervieram os reis de Aragão e de Portugal que, vendo a extrema fragilidade de Castela, pretendiam desmem-

brá-la nas suas componentes (Reino de Leão e Reino de Castela) para assim evitar a preponderância que os castelhanos tinham obtido sobre os restantes reinos peninsulares, devido às campanhas levadas a cabo durante o século XIII pelo rei Fernando III e o seu filho primogénito, Alfonso X. Para conseguirem os seus objectivos, apoiaram as pretensões do infante Don Juan, que queria governar em Leão deixando Castela ao infante Fernando, filho de Sancho IV. D. Dinis, rei de Portugal, tinha também a intenção de casar uma das suas filhas com o rei que governasse o reino vizinho ao seu, fosse quem fosse o seu possuidor, e tal tinha sido prometido ao infante Don Juan.

Para pressionar a regente e os conselheiros de Fernando IV, D. Dinis entra pelas terras da Beira portuguesa em direcção a Ciudad Rodrigo e Salamanca, com o propósito de alcançar Valladolid, onde estava o monarca castelhano com a sua corte. Por circunstâncias diversas, D. Dinis não passou de Simancas, a oito quilómetros da capital castelhana, retornando aos seus domínios mas assegurando os castelos e as terras da comarca de Ribacôa, aí reconstruindo fortalezas e instalando tropas. Depois de alguns adiamentos, os partidários do jovem rei aceitaram reunir-se com os representantes portugueses em Alcañices para resolver a situação.

O Tratado de Alcañices veio a supor, provavelmente, a maior correcção das fronteiras entre a Coroa castelhana e o Reino de Portugal; em linhas gerais, são as fronteiras que possuímos actualmente. Neste Tratado, Fernando IV e a regente, María de Molina, cedem perpetuamente certas vilas ao reino vizinho (que já as ocupava militarmente) em troca das vilas de Aracena e Aroche (que já era castelhana). Para Portugal passaram os castelos de Serpa e Moura na fronteira do Guadiana; Olivença, recuperada por Castela – Espanha – no início do século XIX; Ouguela; Campo Maior; San Felices de los Gallegos, onde a presença portuguesa foi pouco real, retornando quase de imediato à Coroa castelhana; e os castelos e vilas situados em Ribacôa: Sabugal, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Vilar Maior, Monforte, Castelo Bom, Almeida, Castelo Melhor e outros lugares. Contudo, nesta última concessão introduz-se um elemento novo:

«E outrosy eu, el Rey dom Fernando entendendo e conhecendo que vos tendes direito en alguns lugares dos castellos e villas de Sabugal e Alfaiates, e de castell Rodrigo, e de Villar mayor e de Castel bom, e Dalmeyda e Castel milhor e de Mon forte, e outros lugares de Riba de coa, os quaes vos Rei D. Denis, agora vos tendes em vossa mão, com todos os seus termos»⁴.

Da leitura deste parágrafo do Tratado de Alcañices, e a aceitarmos o texto do cronista, tiramos um elemento inovador, do qual não tínhamos notícia até ao

⁴ PINA, Rui de, *Crónica de D. Dinis*, segundo o Códice Inédito n° 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1945. p. 64.

momento: o rei de Portugal recebe estas terras não como uma cedência castelhana, mas sim como «reaquisição» de territórios perdidos em algum período da, nesse momento, ainda curta história portuguesa, e que voltam definitivamente ao seu legítimo dono. Portanto, encontramos-nos perante um duplo problema a deslindar. O primeiro seria conhecer quando é que Portugal adquire estes territórios – se foi antes ou depois da presença leonesa – e o segundo, saber em que momento os perdeu e em que circunstâncias militares – o Tratado, sem margem de dúvidas, deixa entrever que a ocupação castelhana das terras em questão fora feita pela força.

3. JUSTIFICAÇÕES PORTUGUESAS

Uma das primeiras obras a preocupar-se com o problema é a monumental *Monarquia Lusytana*, cujos autores justificam a ocupação das terras por parte de D. Dinis com base numa série de argumentações, que podemos resumir no seguinte:

- os reis de Portugal conquistaram as terras aos mouros antes da chegada das tropas leonesas;
- um documento encontrado pelo autor do tomo correspondente, BRANDÃO, em que Afonso III sentencia a favor do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, num problema com a vila de Castelo Mendo, com data de 26 de Agosto de 1253. Em relação a esta hipótese, aponta também que em tempos de Afonso IV de Portugal, o bispo do Porto, D. Pedro Afonso, recorda ao rei «*que por hum seu avó ouvera elRey D. Denis seu padre ganhada a terra de Riba de Coa*»⁵;
- D. Sancho de Portugal (não especifica se o primeiro ou o segundo) conquistou terras de Ribacôa.

Anteriormente a eles, Rui de Pina, cronista da corte de D. João II e D. Manuel, ao mencionar na Crónica de Afonso III a ocupação do reino do Algarve e a inclusão no escudo real de uma bordadura de castelos, refere que houve uma disputa para saber se esses castelos eram os do Algarve ou os de Ribacôa, dizendo que os de Ribacôa não podiam ser por ter sido esta terra ocupada posteriormente, na época de D. Dinis.

Quanto à possibilidade de a conquista ter sido realizada pelos reis de Portugal, já mencionámos que a real e efectiva ocupação das terras foi realizada antes do

⁵ BRITO-BRANDÃO, *ob. cit.*, Livro 17, cap 33, p. 243 r.

nascimento do próprio reino português, na época de Fernando I de Castela e Leão. Assim, não podemos considerar esta hipótese como plausível, mas como um desconhecimento da realidade por parte dos seus defensores.

Outro problema bem distinto nos suscita o papel do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, da Ordem de Cister, situado a poucos quilómetros de Castelo Rodrigo, uma vez que a sua origem está envolta numa problemática particular: não podemos precisar se foi de fundação leonesa ou portuguesa – a documentação é imprecisa. O professor Rui Pinto de Azevedo, num artigo publicado em 1962⁶, demonstra como o documento de 1165, em que Fernando II, rei de Leão, doa ao abade Hugo e ao Mosteiro a granja de Torre de Aguiar e Rio-Chico, é falso⁷, pelo que o mais antigo que podemos confirmar como verdadeiro é o de D. Afonso Henriques, com data de Coimbra 1174. Certo é que já em Janeiro de 1171 Fernando II doa a Santa Maria de Ciudad Rodrigo a Torre de Aguiar⁸ (sem mencionar nenhum mosteiro); esta mesma Torre de Aguiar aparece mencionada no documento de D. Afonso Henriques já como parte do mosteiro⁹, portanto pensamos na possibilidade de nestes três anos, entre o documento de 1171 e o de 1174, ter sido fundado o mosteiro ou incluído na Ordem de Cister. A verdade é que, na época de D. Afonso II de Portugal, o mosteiro estava inserido nos territórios dependentes da monarquia leonesa.

Da terceira possibilidade que nos indica – a ocupação do território no tempo dos Sanchos (primeiro ou segundo) – ocupar-nos-emos mais adiante, pois a sua explicação requiere uma inserção do problema na época correspondente, o que faremos depois de abordar uma hipótese apontada por outro grupo de historiadores. Referimo-nos à possibilidade de a comarca ser parte do dote que a rainha Dona Isabel levasse para Portugal. Realmente parece um pouco difícil aceitar esta hipótese por ser D. Isabel infanta de Aragão, não tendo nenhuma ligação nem dinástica nem familiar com qualquer das famílias que pudessem possuir senhorio

⁶ AZEVEDO, Rui Pinto de, *Ribacôa sob o domínio de Portugal no reinado de Afonso Enríques*, «Anais da Academia Portuguesa de História», nº 12, 1962.

⁷ Este documento encontra-se no A.N.T.T., *Livro 2º De Reis*, fl 111 v e em A.N.T.T., *Mosteiro de Santa Maria de Aguiar*, maço 4, nº 205.

⁸ «Ea propter Ego Dominus Fernandus Dei gratia Hispaniae Rex una cum uxore mea Regina Domna Urraka per scriptum firmissimum in perpetuum valiturum do Deo et Sanctae Mariae civitatis Roderici, et vobis Domino eiusdem sedis venerabili Episcopo, et omnibus successoribus vestri, illam meam haereditatem dictam Turrim de Aguilar, cum omnibus directis et pertinentiis suis, ...». Publicado por CABRAL, A. A. Dinis, em *História da Cidade de Calabria em Almendra. Subsídios*. Porto, 1963.

⁹ «Ego Alfonsus dei gratia Portugalensium rex una cum filio meo rege Sancio pro dei amore et peccatorum meorum remissione facio et assigno monasterio de turre de aguiar et vobis abbati dominico et fratribus vestris et successoribus vestris in predicto monasterio...». Publicado por A. Reuter – *Chancelarias Medievais Portuguesas. Vol. I. Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques*. Coimbra, 1938, p. 348-349.

em Ribacôa; inclusive, sobre este facto, nada nos menciona Rui de Pina na sua Crónica de D. Dinis.

O último ponto a tratar liga-se à época compreendida entre os reis Sanchos de Portugal, pois se Portugal tinha algum direito sobre Ribacôa, este surge nesta época – Alfonso IX de Leão alia-se ao sultão de Marrocos Iusuf Almansor para atacar Castela no período correspondente ao final do século XII. Este facto vai ser aproveitado pelo rei português, D. Sancho I, para pedir ao Papa uma bula de Cruzada contra o rei leonês; o Papa, incomodado com a atitude do rei de Leão, não tardará a conceder-lha, dando privilégios e indulgências como se fosse atacar o infiel em Terra Santa e com a obrigação de defender essas terras como se fossem suas, terras que não deveriam voltar para o rei leonês enquanto este continuasse a apoiar os mouros¹⁰. Com esta bula nas mãos, D. Sancho I decide atacar as terras leonesas atravessando, precisamente, as terras de Ribacôa e chegando às muralhas de Ciudad Rodrigo, onde morreram importantes cavaleiros do rei português. A cidade, contudo, não caiu e o rei português teve que se retirar para os seus domínios, perseguido pelas tropas leonesas, dando-se a batalha de Ervas Tenras, perto de Pinhel. A batalha teve um resultado incerto¹¹, mas no seu seguimento os leoneses recuperaram a zona de Ribacôa, voltando-se à situação anterior à guerra. Porém, o que acontece com as terras tomadas pelos portugueses que, segundo ditame papal, eram zona de conquista ao «infiel»? , deviam estas acatar as ordens de Portugal?, poderia o rei português considerá-las, no seguimento da bula, como terras suas posteriormente perdidas? Estas são algumas das perguntas sobre as quais os documentos nos dão informações mas não respostas e, quem sabe, poderiam ajudar-nos a entender as razões de não haver cedência mas sim recuperação, por parte da coroa portuguesa, da comarca de Ribacôa no Tratado de Alcañices.

4. DIREITOS LEONESES

Analisámos as justificações portuguesas dos factos. Agora passamos a expor os direitos leoneses às terras que, ao mesmo tempo, os portugueses consideravam suas. O primeiro elemento a considerar será o nascimento da Ordem Militar de São Julião de Pereiro, posteriormente Alcântara. Esta Ordem, nascida durante

¹⁰ Bula CUM AUCTORES ET FACTORES. 1197, 10, Abril. De Celestino III ao rei de Portugal Sancho I. Publicada por BRANDÃO – *Monarquia Lusytana*, parte 4, livro 12, cap. 19; por ENCARNAÇÃO, D. Tomás da, em *Historia Ecclesiae Lusitanae*, t. 3, p. 110; por ERDMANN, Carl – *Papsturkunden in Portugal*, p. 376, n° 154 e nos *Monumenta Henricina*, t. 1, p. 32 a 34.

¹¹ HERCULANO, Alexandre – *Historia de Portugal desde o começo da Monarquia até ao fim do Reinado de Afonso III*, Lisboa, Livro III, p. 115. Também citada por GONZÁLEZ, Julio, *Alfonso IX*, Madrid, 1994, p. 103.

o bispado de Ordoño de Salamanca antes de 1164 (data da sua morte¹²), era formada, no início, por alguns cavaleiros salamantinos que, a mando de Don Soerio, procuravam um lugar propício para se instalarem, o que conseguiram em sítio muito próximo da fronteira com Portugal e não longe do território muçulmano, num lugar chamado Cinco Vilas – ali fundaram a sua casa mãe. A partir dela empenharam-se no combate aos muçulmanos e à protecção da fronteira entre os reinos cristãos pois, até ser confirmada a nova Ordem pelo Papa Alexandre III em 1167¹³, continuaria dependente do bispado de Salamanca. Desde essa data a Ordem receberia uma série de doações régias, como recompensa da ajuda prestada nas campanhas que Fernando II realizou contra os muçulmanos e contra os portugueses, que converteriam a Ordem num dos grandes terratenentes de Ribacôa¹⁴. Este incremento de doações é mais visível depois da conquista de Almeida, sede do concelho português do mesmo nome, cujo peso foi suportado pela dita Ordem, eliminando assim o principal posto militar muçulmano da região. Esta Ordem militar mudará de casa-mãe em 1218, adquirindo o nome do novo território ocupado, Alcântara, muito mais próximo dos seus bens em crescimento. Assim, quando D. Dinis conquista militarmente a região apercebe-se de que o património da Ordem é grande¹⁵.

Outro dos pontos a tratar são as possessões do bispado de Ciudad Rodrigo, as quais já referimos ao falar sobre o mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Este bispado, criado a 13 de Fevereiro de 1161¹⁶, nasce com o nome de Calabria – sede visigótica próxima de Ciudad Rodrigo e que nunca foi de facto restaurada – para lhe dar uma legitimidade que na verdade não possuía e dotá-lo dos seus territórios dependentes segundo a Divisão de Wamba. Deste bispado desconhece-se a

¹² A data concreta da fundação da Ordem é confusa. BRITO, no primeiro tomo da *Monarquia Lusytana*, fala de 1156 (liv. V, cap III, p. 566) Julio GONZÁLEZ, na *Regesta de Fernando II*. (C.S.I.C., 1943), não dá uma data concreta, apenas a data da morte do bispo; pelo contrário, M. da Cunha COSTA, no segundo volume da obra acima citada, dá-nos a data concreta da fundação do mosteiro de São Julião de Pereiro, em Cinco Villas – 1155 – através da qual podemos inferir uma data anterior.

¹³ Data de reconhecimento dada por COSTA, M. da Cunha, *ob. cit.*, vol. 2, p. 576-577. FLETCHER, R. A., *The Episcopate in the Kingdom of León in the twelfth century*, Oxford, 1978, atrasa a data dez anos: 1177 (p. 217).

¹⁴ GONZÁLEZ, Julio, *ob. cit.*, cinge as doações régias à Ordem de São Julião de Pereiro, sendo a mais antiga de 1176; se considerarmos a datação de Fletcher para o reconhecimento papal, a doação seria anterior ao reconhecimento da mesma.

¹⁵ BRITO-BRANDÃO, *ob. cit.*, livro 17, cap. 32, p. 240 v. e r., avaliam as possessões da Ordem em Ribacôa em duas comendas (São Julião de Pereiro e Villar Turpin), casas em San Felices de los Gallegos e outros lugares em Reigadas e Pôseca. Todos estes bens passariam posteriormente para a Ordem de Cristo.

¹⁶ Don Fernando, «hispaniorum rex», doa à igreja compostelana e ao seu eleito don Fernando todos os direitos pontifícios de Ciudad Rodrigo e seu termo. «F. donationis scriptura apud Salamancam idus februarii sub era MCLXXXVIII, anno III quo obiit...». Referência tirada de GONZÁLEZ, Julio, *Regesta de Fernando II*, C.S.I.C., 1943, p. 364.

divisão em arcediagados, conhecendo-se apenas os de Sabugal, Camaces e Castelo Rodrigo, terceira, quarta e sétima dignidades do cabido; também não se conhecem as suas divisões em arciprestados, uma vez que um dos primeiros documentos emitidos pela diocese divide-a entre a cidade e os campos de Algodores, Argañán, Camaces, Algarán e Yeltes, e o resto do território reparte-se pelas ordens militares e pelas paróquias dependentes do Cabido¹⁷. A primeira doação conhecida que este bispado recebe será precisamente aquela em que o rei Fernando II de Leão doa Calabria, a velha sede visigótica, e a herdade de Torre de Aguiar (ver nota 8). Daí em diante, tanto com doações régias como privadas, a nova sede vai estender as suas possessões na comarca ribacoense com a aquisição de terras ou de direitos económicos sobre as portagens ou a cunhagem de moeda.

Para finalizar esta exposição, temos obrigatoriamente que fazer referência a dois documentos anteriores a todo este processo e que acrescentam ainda mais dúvidas ao tema tratado.

Por ser mais antigo, referiremos em primeiro lugar o documento que Dona Flâmula, sobrinha de Dona Mumadona, fundadora do mosteiro de Guimarães, emitiu no ano de 960, doando ao referido mosteiro as suas possessões para que fossem vendidas¹⁸. Nele cita um série de castelos, *penellas* e outros lugares situados na margem esquerda do Côa, que duzentos anos depois vão ser reconstruídos «casualmente» por D. Afonso Henriques e utilizados como linha defensiva entre os reinos de Leão e Portugal¹⁹. Esta Dona Flâmula, filha de condes, recebeu como herança paterna estas possessões em terras transdurienses, ao tempo marginais e expostas às razias muçulmanas. Infelizmente, desconhecemos outros documentos da mesma família que nos indiquem se estes domínios de Dona Flâmula se encontram situados num território marginal das possessões dos condados portugueses ou se as mesmas se localizavam mais para o interior da península.

O segundo dos documentos mencionados é o Foral de Numão²⁰ de 1130. Numão, localidade situada muito perto do Douro, na sua margem sul, vai ter foral numa época muito prematura e, como já é característico na documentação desta comarca, o único que encontrámos num vasto espaço de tempo. No dito foral descreve-se o alfoz de Numão, no qual se incluíram todas as terras ribeirinhas do

¹⁷ SÁNCHEZ HERRERO, J., *Las diócesis del reino de León (XIV-XV)*, León, 1978, p. 48-49.

¹⁸ *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*. Livro I, p. 50-51. «Nobilis mulier Flammula, amitae siue maternae suae, Mummadonae, facultatem largitur uendendi uel donandi, ecclesiis monasteriis et piis locis castella, praedia, supplectitem et alia bona quae ipsa Flammula possideba. Descripsimus ex codice, qui titulum libro de D. Mummadona praese fert».

¹⁹ P.M.H., *ob. cit.* «Ordinamus nostros castellos id est Trancoso moraria longobriga naumam uacinata amindula pena de dono alcobria seniorzelli caria cum alias penelas y populaturas que sunt in ipsa strematura omnia uindere».

²⁰ P.M.H., *Leges et consuetudines*, livro 3º. *Constitutiones civitatum et oppidorum foralia*, p. 368-370.

Douro até ao rio Águeda²¹, pelo que todo o norte da comarca estaria incluído dentro do alfoz da dita vila, que fazia parte do reino português. Curiosamente, quem dá este foral é o genro de D. Afonso Henriques – casado com uma filha bastarda do dito rei – D. Fernão Mendes. Através deste documento poderíamos atrasar o problema da soberania de Ribacôa quase quarenta anos. O problema surge quando comprovamos que este documento é único e que juntamente com o de 960 são os elementos mais antigos que possuímos para o estudo da presença dos cristãos naquela comarca.

5. CONCLUSÕES

Como se tentou demonstrar, tanto os monarcas leoneses como os portugueses poderiam apresentar direitos sobre a posse da comarca: os primeiros com base numa ocupação de «facto» do território; e os segundos, «teoricamente», em virtude duma bula papal concedida quase um século antes do Tratado de Alcañices; outras hipóteses parecem carecer de base documental que as fundamente. Há também que ter em conta que neste tratado a fraqueza da Coroa castelhana era tão evidente que esta teria assinado qualquer tipo de concessão territorial para conseguir a paz com Portugal. Sendo assim, pensamos que D. Dinis estava consciente que se exigia mais do que a prudência aconselhava (podia desencadear uma guerra contra Portugal enquanto Castela se recuperasse do dito golpe); por isso, disfarça as cedências territoriais castelhanas com a ideia de «recuperação» de terras por parte de Portugal, com o que diminuía a quantidade de terras que de facto recebia. Para conseguir os seus propósitos irá ainda mais longe, trocando alguns castelos fronteiriços na zona norte de Bragança e no Guadiana. Estamos em crer que D. Dinis apresentou algum tipo de documento aos representantes castelhanos que comprovasse os seus direitos sobre Ribacôa – desconhecemos qual teria sido e qual a sua verosimilhança.

A insuficiência de documentação sobre esta comarca torna difícil a tarefa de sistematizar o período histórico compreendido entre o aparecimento do primeiro documento (960) e os finais do século XII, a partir do qual graças a um maior número de fontes podemos começar a trabalhar com dados seguros. Neste período as interrogações são mais que as possíveis respostas. Contudo, a sua futura resolução poderá não só ajudar-nos a entender a evolução histórica duma comarca, mas inclusivamente a formação territorial dos nossos países.

²¹ *P.M.H., ob. cit.:* «et in ille termini de Nomam incipiunt a dorio et inde per cimam de cestevas et ferit in rio malo et inde ad ila calcada et inde ad azinam de donon et fert ad duas casas et inde ad portum de nouias in agada discurrante aqua in dorium et de fauce de agada discurrante Dorio usque in custodias».



Francisco Ribeiro da Silva
António M. de Barros Cardoso*

O comércio de vinhos do Douro com o Brasil ao longo do século XVIII**

DOURO – Estudos & Documentos, vol. I (1), 1996 (1^o), 27-54

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadores do GEHVID.

** Comunicação apresentada no Colóquio Vinos Y Aguardientes Andaluces en América, que decorreu de 7 a 11 de Agosto de 1995, integrado nos cursos de verão da Universidade Internacional de Andaluzia. Sede Iberoamericana. La Rabida. Espanha.

1. INTRODUÇÃO: O VINHO E A ECONOMIA PORTUGUESA DE SETECENTOS

O vinho constitui uma referência sempre presente na História económica de Portugal qualquer que seja a época considerada, na justa medida em que, por um lado, o cultivo da videira sempre mobilizou número apreciável de braços de Norte a Sul do País que, do seu granjeio, recolhiam o apreciado produto, o qual, para além de entrar na alimentação quotidiana e nos foros a pagar aos senhores da terra, figurava nos circuitos comerciais internos como excelente mercadoria de troca e, desde muito cedo, aparecia na lista dos artigos que Portugal vendia ao estrangeiro.

Foi, porém, na Idade Moderna que os vinhos portugueses se afirmaram nos mercados europeu e americano como produto apetecido e consumido. A aventura ter-se-á iniciado nos meados do século XVII, precisamente em 1651 quando um inglês, Richard Perez, residente no Porto, exportou para o seu país, 56 pipas que mandara comprar no Alto Douro. No ano seguinte, mais 3 mercadores britânicos moradores no Porto se envolveram no negócio, remetendo para Inglaterra 153 pipas de vinho maduro fino do Douro. Depois, o aproveitar de circunstâncias históricas favoráveis fez o resto: a afirmação internacional de um grande vinho¹.

Que circunstâncias?

A primeira foi o aproveitamento da Guerra de Liga de Augsburg (1688-1697) cujo jogo de alianças levou a Inglaterra a procurar outros países abastecedores que não apenas a França: Portugal e Espanha foram a alternativa natural. De início, ao que parece, a compra de vinhos a portugueses e a espanhóis era mais ou menos equilibrada. Porém, já em 1696, os vinhos portugueses, superavam em 10 vezes os franceses no mercado inglês e cerca de 1/3 os vinhos espanhóis².

Quando falamos em vinhos portugueses, falamos fundamentalmente nos vinhos produzidos no Vale do Douro, que progressivamente se impuseram aos demais: em 1704-12, 67% do vinho português exportado para Inglaterra era vinho do Porto, ou seja, vinho produzido no Alto Douro mas transformado, armazenado e exportado pelo Porto³.

A posição relativa dos vinhos peninsulares no mercado inglês prosseguiu favorável ao vinho do Porto, não obstante tratados bilaterais de comércio (vg. o anglo-francês de 1786 que concedeu melhores condições aos vinhos franceses e acabou com o regime de excepção concedido aos vinhos portugueses) como se poderá ver pelos seguintes dados respeitantes aos fins do século XVIII, inícios do XIX:

¹ SILVA, Francisco Ribeiro da, *Porto et le Ribadouro au XVII siècle: une complémentarité imposée par la nature*, in *L'identité Régionale – L'Idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*, Paris, CNRS, 1991.

² MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Vol. I, 6ª edição, Lisboa, 1976, p. 524.

³ MARQUES, A. H. de Oliveira, *ibidem*.

Posição dos Vinhos peninsulares e franceses no mercado inglês⁴

Anos	Portugueses	Espanhóis	Franceses
1770-1784	76%	19%	2,9%
1785-1799	70%	18%	8,1%
1800-1809	60%	22%	10,8%

Outra circunstância favorável tem a ver com o sucesso das pesquisas de ouro no Brasil (a primeira remessa de ouro brasileiro para Portugal é datada dos finais da última década do século XVII) que atraiu muitos colonos europeus, potenciais consumidores de vinhos portugueses.

Em rigor, não se pode afirmar que foi esta circunstância que criou o mercado colonial brasileiro do vinho, pois nós próprios averiguamos que já no longínquo ano de 1626 do Porto haviam seguido para o Brasil 245 pipas de vinho do Douro. Aliás, por essa altura, os exportadores portugueses pediam a Filipe III (Cortes de 1619) que os protegesse da concorrência dos vinhos das Canárias no mercado brasileiro ou que, em contrapartida, abrisse aos nacionais os mercados das Índias Castelhanas⁵.

Todavia não se pode ignorar que a população do Brasil quintuplicou entre 1700 e 1760 (300.000 habitantes no início de setecentos e 1.500.000 em 1760).

População do Brasil por capitanias (1760)⁶

Estados	Habitantes	%
Minas Gerais	300.000	20,50%
Baía	289.000	18,50%
Pernambuco	240.000	15,40%
Rio de Janeiro	117.000	7,50%

De entre as circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento do sector vitícola português, duas merecem a nossa particular atenção, dado que funcionaram

⁴ MARTINS, Conceição Andrade, *Memória do Vinho do Porto*, dir. e pref. de António Barreto, Lisboa, 1990, p. 90.

⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens as Instituições e o Poder*, vol. I, Porto, 1988, p. 149 e 164.

⁶ MARQUES, A.H. de Oliveira, *ob. cit.*, p. 589.

como *factores estruturantes* do sector e foram responsáveis pelo cimentar do comércio de vinhos, com reflexos directos no dinamismo do plantio do bacelo, são elas:

O *Tratado de Methuen* e a criação da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*.

O primeiro, por ser de teor extremamente curto e conciso, pode ser aqui reproduzido⁷.

Assinado em Lisboa, em 27 de Dezembro de 1703, pelo embaixador extraordinário da Grã-Bretanha em Portugal, John Methuen, nome que acabou por tornar conhecido o acordo, e pelo Marquês de Alegrete, em representação de Portugal, este tratado convencionava que os lanifícios ingleses passavam a ser livremente admitidos no nosso país, «*para sempre*».

Como contrapartida, independentemente da conjuntura conflitual entre a França e a Inglaterra⁸, os vinhos portugueses entravam nas alfândegas britânicas em condições preferenciais de preço relativamente aos vinhos franceses, em virtude de uma redução, em dois terços, dos direitos de importação que normalmente a estes eram exigidos.

Não interessa trazer aqui a controvérsia que este tratado continua a suscitar entre os historiadores portugueses, nomeadamente em torno da discussão acerca dos seus eventuais reflexos no atraso estrutural da indústria manufactureira portuguesa, na criação de condições propiciatórias ao escoamento para os cofres do

7 «I. Sua Magestade Elrey de Portugal promete tanto em seu proprio nome, como no de seus sucessores, de admitir para sempre daqui em diante no Reyno de Portugal, os panos de lãa, e mais fabricas de lanificio de Inglaterra, como era costume até o tempo que forão prohibidos pelas Leys, não obstante qualquer condição em contrario.

II. He estipulado que Sua Sagrada Magestade Britanica, em seu proprio nome e no de seus sucessores será obrigada para sempre daqui em diante, de admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os Reynos de Inglaterra e França) não se poderá exigir de direitos de Alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título, directa ou indirectamente, ou sejam transportados para Inglaterra em pipas, toneis ou qualquer outra vazilha que seja mais o que se costuma pedir para igual quantidade, ou de medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do Direito do costume. Porem, se em qualquer tempo esta dedução, ou abatimento de direitos, que será feito, como acima he declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Magestade Portugueza poderá, justa e legitimamente, proibir os panos de lãa e todas as demais fabricas de lanifícios de Inglaterra.

III. Os Ex. mos Senhores Plenipotenciarios promettem, e tomão sobre si, que seus Amos acima mencionados ratificarão este Tratado, e que dentro do termo de dous meses se passarão as Rati-ficações». Transcrito de SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. V, 2ª edição, Lisboa, 1982.

8 É conhecida a preferência tradicional dos ingleses pelos produtos vinícolas franceses, com particular destaque para os bordaleses, que, no entanto, esmorecia ciclicamente face à circunstância do eclodir de conflitos militares entre os dois países. Nesses períodos, os vinhos portugueses ganharam importância de relevo e, paulatinamente, foram conquistando aos vinhos franceses largas fatias do mercado britânico.

tesouro britânico do ouro brasileiro intensamente explorado por Portugal na primeira metade de setecentos e, por consequência, sobre o início de um processo de crescimento da dependência política de Portugal relativamente à Inglaterra. Importa-nos, isso sim, reflectir sobre as consequências deste acordo no panorama vinícola nacional, particularmente sobre a região que mais directamente trabalhamos, o Douro.

Reflexo directo da criação de um mercado certo através da execução prática do clausulado do tratado de Methuen, conjugada com crescimento e prosperidade do nosso mercado colonial, com particular destaque para a colónia do Brasil, as produções vinícolas nacionais desenvolvem-se extraordinariamente na primeira metade do século. Extensas áreas de território são ocupadas pela vinha, experimentam-se novas qualidades próprias para o grande comércio, nomeadamente nas zonas de Lisboa e Vale do Tejo, Mondego, Algarve, sem esquecer a Madeira⁹.

Esta prosperidade geral da produção e do comércio vinícola no todo nacional traduziu-se no desenvolvimento de alguma concorrência interna entre as novas zonas produtoras e as áreas de produção já consagradas que, ao longo dos séculos, haviam gerado níveis de qualidade nos seus vinhos, capazes de conquistarem, apenas por esta via, o mercado exterior, com relevo para o mercado inglês.

Foi este o caso da região do Douro¹⁰. Se através do tratado de Methuen conseguiu, no curto prazo, afastar o seu principal concorrente internacional, o vinho bordalês, os vinhos do Douro passaram a contar com os novos concorrentes internos. Destacam-se os vinhos da Figueira, Lisboa e Algarve, zonas produtoras que tratavam a preços muito inferiores aos praticados pela produção duriense. Os exportadores, perante tais condições, encarregaram-se da promoção desses vinhos no exterior.

Apesar dos condicionalismos apontados, e na ausência de fontes directas sobre índices de produção vinícola no Douro, alguns indicadores pontuais¹¹ e os indicadores comerciais, mostram que a cultura da vinha na região não parou de

⁹ MACEDO, Jorge Borges de, *A situação económica no tempo de Pombal*, Lisboa, 1982, p. 49.

¹⁰ Tudo parece indicar que, desde finais do século XVI, se tenha desenvolvido a cultura da vinha na região do Douro. Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da, *Do Vinho do Douro ao Vinho do Porto*, no prelo. Ver também OLIVEIRA, Aurélio de, *Vinhas de Cima-Douro, na primeira metade do Século XVII. A primeira grande questão Vinícola do Douro*, «Gaya», Vol. II, Vila Nova de Gaia, 1984, p. 222.

Já para a segunda metade do século XVII, na ausência de indicadores seguros relativos à produção, as fontes comerciais parecem indicar forte crescimento da mesma, bem como do aumento das quantidades absorvidas pelos portos britânicos. Cf. MARTINS, Conceição Andrade, *ob. cit.*, p. 63

¹¹ Este processo de expansão da cultura da vinha nas terras que haveriam de ser objecto da primeira demarcação pombalina (1756), está documentado na aquisição por parte dos Oratorianos do Porto de várias quintas e propriedades anexas na área entre 1714 e 1752. Cf. PEREIRA, Gaspar Martins, *As quintas do Oratório do Porto no Alto Douro*, «Revista de História Económica e Social», Lisboa, nº 13, Janeiro-Junho, 1984, p. 19-20.

crescer ao longo da primeira metade do século XVIII¹². Contudo, os danos daquele processo concorrencial, embora não tenham afectado o crescimento da produção duriense, fizeram sentir os seus efeitos ao nível da diminuição da qualidade dos vinhos do Porto. Na fase terminal da década de 40 do século XVIII, eram já visíveis os sinais de ruína no negócio dos vinhos do Douro com destino ao seu mais importante mercado, a Inglaterra.

O contrabando de vinhos de outras regiões que passava como vinho do Douro, a adição de produtos e vinhos de fraca qualidade para lhe conferirem o aspecto e o gosto capazes de enganar o consumidor externo, o uso de aguardentes vínicas resultantes da queima de vinhos de inferior qualidade e provenientes de regiões estranhas ao Douro, são alguns dos factores responsáveis pela degradação do produto, da sua boa reputação internacional e consequentemente da perda dos seus potenciais mercados.

Foi para responder a esta grave crise instalada entre os viticultores durienses e comerciantes exportadores do Porto que se instituiu a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, sob a influência directa do Marquês de Pombal, por alvará que o Rei D. José I assinou em 10 de Setembro de 1756.

Este foi um factor estruturante da vitivinicultura nacional, em primeiro lugar, pelas implicações que teve no travar da concorrência interna que, como vimos, foi movida ao vinho do Douro pelos vinhos de outras regiões nacionais. Em segundo lugar porque restaurou e fez prosperar a produção de vinhos durienses de embarque, fixando os mercados através do estabelecimento de regras rígidas destinadas a cuidar da manutenção da qualidade dos vinhos do Porto. Um desses importantes mercados foi sem dúvida o mercado brasileiro, que, por razões que se prendem com a temática deste encontro, nos interessa salientar aqui.

No que se refere a este mercado, o texto do diploma de criação da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, que, por comodidade expositiva, passaremos a designar como *Real Companhia*, estipulava que o comércio de vinhos, aguardentes e vinagres, oriundos do Douro e carregados na cidade do Porto, destinados às Capitánias de São Paulo, Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco, passava a ser exclusivo daquela entidade¹³. No entanto, as vendas a retalho inferiores a uma pipa estavam-lhe vedadas¹⁴.

Para o regular abastecimento daquele mercado, estabeleceu-se uma reserva de 10.000 pipas de *vinho bom e capaz de cargação*, para satisfazer os embarques do primeiro ano do exercício¹⁵, medida que revela a atenção votada à preservação, por importante, daquele destino comercial para os vinhos do Douro,

¹² MARTINS, Conceição Andrade, *ob. cit.*, p. 65

¹³ A. D. P., *Cartório do Cabido da Sé do Porto*, n.º 449, art.º XIX, fl. 11.

¹⁴ *Idem*, *ibidem*, art.º XXIII, fl.12.

¹⁵ *Idem*, art.º XIII, fl. 8.

que se estimava proporcionasse à *Real Companhia*, um lucro líquido de 15% no que se refere às aguardentes e ligeiramente superior, 16%, no tocante aos vinhos, em virtude dos riscos de, após a travessia do Atlântico e das regiões tropicais, poderem chegar adulterados ao destino¹⁶. Este esmero na defesa da qualidade do produto enviado para os portos da América do Sul chega ao ponto de se ditarem as regras a que o transporte de vinhos em conjunto com o sal e outros produtos deveria obedecer. Exemplificando, especifica-se neste documento que o sal a granel não poderia ser transportado juntamente com vinhos, deveria ser condicionado em vasilhame próprio, separado dos vinhos por outros «*generos molhados*»¹⁷.

O monopólio da Companhia¹⁸ manteve-se entre 1756 e 1777. Foi até reforçado em 1776: por decreto de quatro de Agosto, proibiu-se a exportação dos vinhos de Viana, Monção, Aveiro, Bairrada, Anadia, S. Miguel do Outeiro, etc. por qualquer barra do Reino e concedeu-se à Companhia o exclusivo do comércio dos portos do Sul do Brasil, a Sul do Rio de Janeiro.

Logo após a morte de D. José, o monopólio foi abolido, mas D. Maria ordenou que a barra do Douro detivesse o exclusivo da exportação de vinho do Porto¹⁹.

Finalmente não se deverão esquecer outras circunstâncias favoráveis como o crescimento demográfico do país com consequências na produção e no consumo. Do mesmo modo, devemos assinalar aqui a diversificação de mercados para o vinho do Porto que ocorreu na segunda metade do século XVIII: em primeiro lugar para os Estados Unidos; depois para a Escandinávia e para a Rússia.

Essas novas aberturas não tiveram um impacto significativo imediato em termos de quantidades exportadas e não libertaram os exportadores da dependência do mercado inglês. Mas trouxeram a certeza de que outros caminhos poderiam ser explorados se tal se mostrasse imperioso.

¹⁶ Idem, art.º XXII, fl. 12.

¹⁷ Idem, art.º XVII, fl. 10.

¹⁸ Este monopólio, apenas poderia ser teoricamente furado pela abertura de uma excepção aos produtores durienses que, se quisessem, podiam colocar os seus vinhos directamente naqueles portos brasileiros, sem impedimento, mas sempre «por mão dos Directores da Companhia», que reservava para si a prerrogativa de fixar os preços pelos quais se vendiam os vinhos em idênticas condições de qualidade. O mesmo se passa com os preços dos fretes de transporte que para o Rio de Janeiro foi fixado em 10\$000 réis, para a Baía 8\$000 réis e para Pernambuco em 7\$200 réis.

¹⁹ MARTINS, Conceição Andrade, *ob. cit.*, p. 87.

Mercados de vinho do Porto nos finais do século XVIII
(quantidades expressas em pipas)

Anos	Ingl.	Irlanda	Rússia	E.U.A.	Hamb.	Hol.	França	Génova	Esp.	Brasil
1788	34986,5	3172	1836,5	190	31,5	19,5	3,5	1	0,5	
1789	33530,5	3532	3046,5	191	13	35,5				
1791	38990,5	4860	815	972	25	46,5		6,5		1330

O resultado de todas as circunstâncias apontadas traduziu-se no peso cada vez maior do vinho, tanto na economia regional do Porto como no conjunto do comércio externo de Portugal.

Sabemos assim que em 1789 os vinhos exportados representaram cerca de 60% do valor das exportações de «produtos do reino» e o vinho do Porto, por si só, cobriu todos os gastos feitos com a importação de mantimentos. Nessa altura, o vinho do Porto significava mais de 70% das exportações de vinhos nacionais; a percentagem reforçou-se ainda até 1808. Em termos de receitas, o vinho recolhia cerca de 15% das receitas do comércio externo português — com o que se pagava mais de 10% das importações²⁰.

2. AS FONTES

Relevada a importância do vinho na economia portuguesa e feita uma referência aos principais factores estruturantes da viticultura nacional ao longo do século XVIII, importa, antes de entrarmos na análise dos dados sobre o embarque de vinhos e aguardentes durienses com destino ao Brasil, tecer algumas considerações críticas relativamente às fontes utilizadas neste estudo.

Deve começar por salientar-se que as fontes directas sobre esta temática não abundam, pelo que lançamos mão sobretudo de fontes indirectas, lacunares e por isso não inteiramente satisfatórias para um tratamento exaustivo do tema.

De que fontes dispusemos? quais as suas características específicas?

Os *Livros da Imposição do Vinho*, colecção documental existente no Arquivo Histórico Municipal do Porto, constituem fonte a explorar obrigatoriamente quando se pretende estudar a realidade comercial do vinho do Douro na Época Moderna, na sua componente interna como externa. Fonte obrigatória, porque o rio Douro era estrada natural de escoamento daqueles vinhos e a cidade do

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 27.

Porto, servia, ontem como hoje, de entreposto maior para a saída do produto com destino aos mais variados mercados²¹. Por ela passava a parte mais significativa dos vinhos do Douro.

Trata-se de uma fonte fiscal²², destinada ao registo provisório para efeito de pagamento do direito da Imposição (144 réis por pipa) sobre todo o vinho entrado na cidade do Porto, importância que revertia a favor do erário municipal e era normalmente usada na satisfação de despesas com obras públicas urbanas.

As regras eram simples: todo o comerciante que adquirisse vinhos no Douro ou de outra proveniência e o fizesse entrar na cidade do Porto, posto que o destinasse antecipadamente à venda «ao ramo» no interior do burgo, pagava a referida importância «na mão», quer dizer, na altura em que se dirigia ao escrivão da Imposição dos Vinhos, a fim de manifestar a sua entrada através do respectivo registo.

Em caso de previsão de que parte ou a totalidade das pipas de vinho que qualquer comerciante fizesse entrar na cidade se destinava a ser colocada nos concelhos vizinhos do Porto, ou nos mercados tradicionais do Norte, Inglaterra, portos do Brasil ou outros, não havia lugar ao pagamento da imposição, sem prejuízo no entanto da escrituração obrigatória dessas entradas de vinho, ao longo do ano, em livro próprio, para, no final do ano económico (considerada, para o efeito, a data de 31 de Dezembro, ou durante os meses de Setembro e Outubro), ser feito o respectivo acerto de contas, com o rendeiro da imposição. Por essa altura, o manifestante pagava o direito sobre o vinho que eventualmente tivesse sido vendido na cidade, sendo-lhe abatidas na conta respectiva, as pipas de que ficava isento, pelos motivos expostos.

Foi precisamente a conta final de cada um dos manifestantes, onde se referem as quantidades de vinho abrangidas pela isenção, por se destinarem, entre outros, aos mercados brasileiros, que nos proporcionou uma aproximação ao movimento comercial de vinhos do Douro com aquela ex-colónia portuguesa.

Este exercício deparou no entanto com alguns escolhos que decorrem da configuração interna da fonte, dado que, frequentemente, no texto de encerramento

²¹ Embora nem todo o vinho proveniente do Douro fosse escoado através dos cais portuenses, é sabido que algum desse vinho era descarregado nos portos fluviais do Carvoeiro e de Arnelas e daí transportado por via terrestre para as terras da Feira e para outros destinos. Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580-1640) Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, 1988, vol. I, p. 140. No entanto, a maior parte seguia o curso do rio até ao Porto.

²² Lidar com fontes fiscais implica a aproximação a uma realidade à qual escapa o fenómeno da fuga ao pagamento das obrigações estipuladas. São conhecidas situações que prefiguram fugas ao fisco na cidade do Porto e no tocante ao vinho, pelo menos desde 1518, ano da aprovação, pelo Rei D. Manuel I, da segunda carta de foral concedida ao burgo. De resto, trata-se de uma situação com que qualquer poder persuasivo se confronta, independentemente do domínio em que a sua acção se exerce. Mesmo nos nossos dias e apesar do aperfeiçoamento tecnológico dos mecanismos de controle, o fenómeno permanece.

das referidas contas, surgem as expressões «*não deve imposição sobre (x) pipas*» porque «*...sob juramento disse estarem demarcadas em seu armazém...*», «*...embarcou para o mar...*», sem especificação do destino e, algumas vezes a referência de um número de pipas, apresentado conjuntamente como exportado «*...para o Norte e Brasil*»²³.

Para lá das dificuldades apontadas, acresce que faltam na colecção da *Imposição dos Vinhos* os livros respeitantes aos anos de 1701, 1703, 1707 e 1712. Apesar disso, foi possível recolher dados com regularidade para os restantes anos compreendidos entre 1700 e 1755.

Os *Livros da Redízima*, colecção integrada no fundo documental do antigo Cartório do Cabido da Sé do Porto, actualmente à guarda do Arquivo Distrital do Porto, constituem outra fonte disponível. Trata-se neste caso de informes de raiz alfandegária, dado que a escrituração desses livros assentou na recolha por parte da Igreja do Porto de um décimo da dízima sobre todas as mercadorias entradas e saídas da cidade, cobrada na sua Alfândega.

Na ausência dos livros de registo da dízima régia, informação mais directa, os *Livros da Redízima* constituem uma fonte aceitável, cujo âmbito informativo se estende para lá do vinho aos seus derivados, aguardentes e vinagres, que do Porto rumaram com destino aos tradicionais mercados para os produtos expedidos através dos cais da capital nortenha, que incluem naturalmente os principais portos brasileiros.

No plano interno, pode dizer-se que o rigor característico da escrituração de origem eclesiástica está presente nestes documentos. Infelizmente, a sua abrangência cronológica é reduzida. No século XVIII, apenas existem livros para os anos de 1700 a 1706 e para o ano de 1713. Os restantes desapareceram.

O facto de, a partir de 1756, a então instituída *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* ter passado a usufruir do monopólio do comércio dos vinhos e aguardentes do Douro saídos pelo Porto com destino aos principais portos brasileiros confere credibilidade a uma terceira fonte por nós utilizada. Trata-se das listas de quantidades de pipas exportadas para o Brasil, elaboradas por aquela companhia comercial, de que se conservam alguns exemplares no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, em Lisboa²⁴. Permitiram-nos conhecer quantidades exportadas até 1788, bem como os principais portos brasileiros de

²³ Nestes casos, não muito frequentes, foi possível colher os dados quantitativos sobre o Brasil, recorrendo à utilização de um critério uniforme, que obedeceu à constatação de que o mercado preferencial para os vinhos exportados era o mercado britânico, na proporção de dois terços do total das exportações de vinho por nós calculadas com base na mesma fonte e para os primeiros dez anos do século XVIII. Consideramos assim exportadas para o Brasil apenas um terço do número de pipas cuja escrituração de exportação era apresentada sob a forma conjunta.

²⁴ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), *Ministério do Reino*, pasta n.º 35 – 2/4.

destino, para o vinho do Douro. Esta fonte adequa-se aos objectivos porque nos fornece dados numéricos exactos.

Cabe aqui formular a seguinte questão: não existem outras fontes?

A resposta é naturalmente afirmativa. Pelo menos para a segunda metade do século XVIII, desconhecem-se ainda os informes que o Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro encerra. Trata-se de um valiosíssimo *corpus* documental, imprescindível à feitura da história do Douro e do *Vinho do Porto* e ao aclarar de alguns aspectos do desenvolvimento sócio-económico da urbe portuense nos séculos XVIII e XIX. Actualmente património particular da empresa *Real Vinícola do Norte de Portugal SARL*, com sede em Vila Nova de Gaia, a sua consulta encontra-se vedada. Espera-se que em breve e após cuidada organização daquele importante acervo, as condições de acessibilidade ao mesmo por parte de investigadores e estudiosos do Douro, do Porto e do vinho que a cidade baptizou, se alterem.

Quanto à documentação alfandegária directa, desconhece-se o seu paradeiro, para o período considerado. O âmbito cronológico da documentação do Arquivo da Alfândega do Porto circunscreve-se aos séculos XIX e XX. A hipótese de os documentos setecentistas terem sido incorporados no Arquivo da Alfândega de Lisboa está posta de parte. Terá sido destruída? fica a interrogação.

O Arquivo Nacional (Torre do Tombo) não pode deixar de ser mencionado aqui. Tem à sua guarda muita documentação da Alfândega do Porto, no entanto, as nossas tentativas de encontrarmos dados sobre estas matérias e para este período têm-se revelado pouco mais que infrutíferas.

Por último, não parece de excluir a possibilidade de que possam existir fontes em arquivos brasileiros.

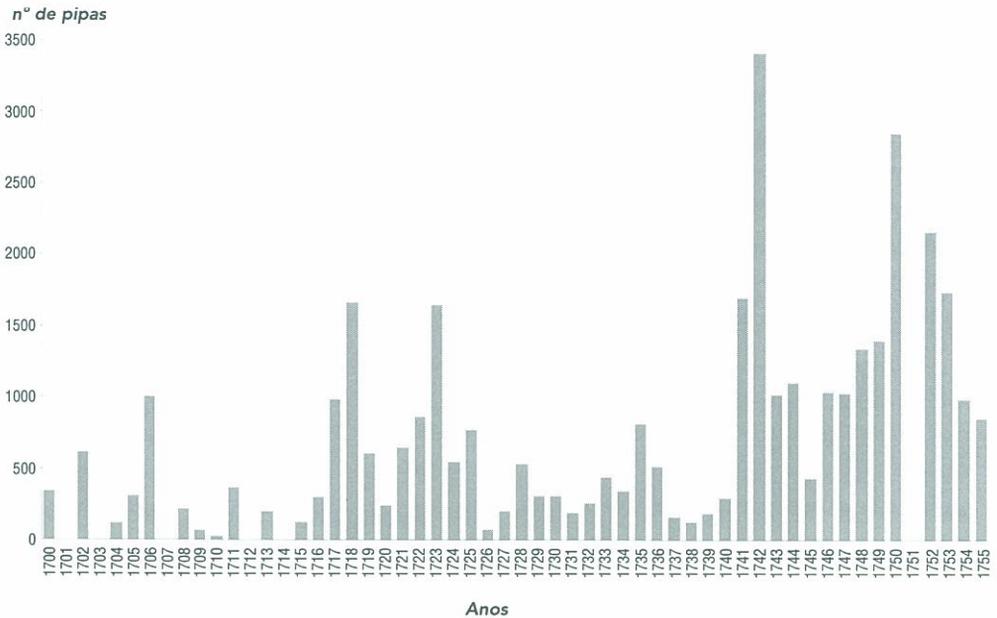
3. EXPORTAÇÃO DE VINHO PARA O BRASIL: DADOS NUMÉRICOS

Como atrás referimos, para o estudo do comércio de vinhos do Douro com o Brasil, desde o início do século XVIII até à instituição da *Real Companhia* (1756), contamos com os dados provenientes de duas fontes: os *Livros da Imposição do Vinho* e os *Livros da Redízima*. Os resultados apurados provenientes da primeira fonte constam do gráfico 1.

No período considerado o ano de 1742, é o que se apresenta como mais expressivo em número de pipas de vinho exportadas a partir do Porto com destino aos mercados brasileiros, 3.418, número este que contrasta com a ausência de exportação para o mesmo destino, em 1714.

É visível através da representação gráfica uma forte irregularidade no abastecimento do principal mercado vinícola português no Novo Mundo, ao longo dos

Gráfico 1: Exportações de vinho para o Brasil



Fonte: AHMP – Livros da Imposição do Vinho.

primeiros 56 anos do século XVIII. Contudo, uma análise de mais pormenor torna possível observar um crescimento geral, que se explica pela conjuntura a que já aludimos, decorrente da implementação do Tratado de Methuen.

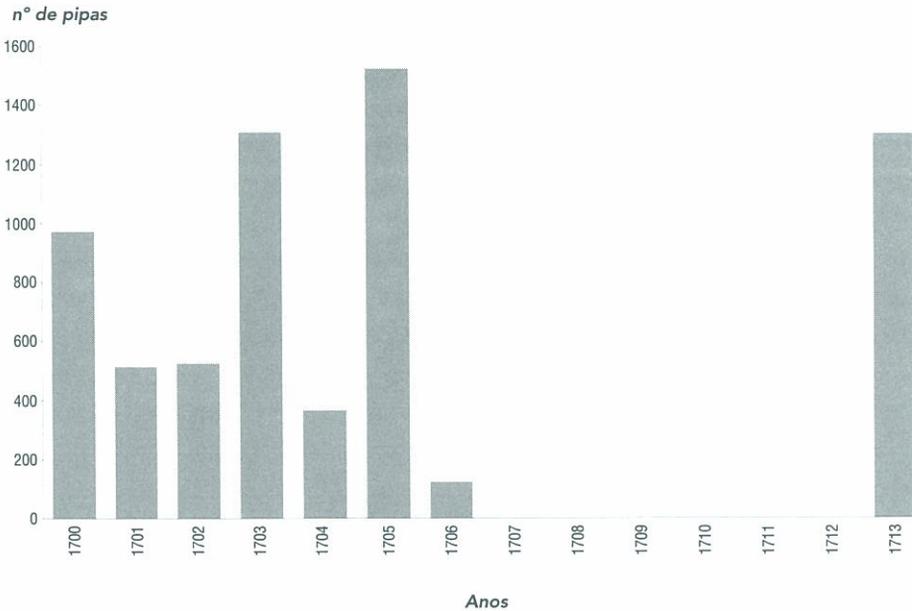
Este crescimento atinge picos significativos em 1718 (1666 pipas) e em 1723 (1645 pipas), correspondentes à delimitação de um primeiro período de expansão da receptividade dos mercados brasileiros relativamente às exportações portuguesas em geral, coincidente com o atingir do apogeu da mineração aurífera que, como dissemos, arrastou consigo forte emigração de colonos europeus.

Entre 1724 e 1740 regista-se um decréscimo nas remessas vinícolas a partir do Porto, tendo como destino principal os mercados do Rio, Baía e Pernambuco. A recuperação parece ter-se iniciado no ano de 1741, dado que, a partir daí e até 1753, com excepção do ano de 1745, em que as exportações se quedaram nas 428 pipas, o volume das remessas não desceu nunca abaixo de 1000 pipas anuais, atingindo mesmo em 1742 como já foi referido a mais alta expressão. Os anos de 1754 e 1755 voltam a registar decréscimos.

Os resultados obtidos através da segunda fonte por nós utilizada, os *Livros da Redízima*²⁵, constam do gráfico 2.

²⁵ Arquivo Distrital do Porto (A.D.P.), *Cartório do Cabido da Sé do Porto, Livros da Redízima*, n.ºs 186-192.

Gráfico 2: Exportações de vinho para o Brasil



Fonte: ADP – *Livros da Redízima*.

A primeira constatação, é a de que, apesar de se tratar de duas fontes distintas, contabilizam as exportações do mesmo produto realizadas durante o mesmo período cronológico. Por isso, os dados quantitativos deveriam apresentar-se coincidentes ou, pelos menos, aproximados. Porém, tal não se verifica. Exemplificando, para o ano de 1700, consta na fonte anterior um quantitativo exportado de 336 pipas, nesta, o valor para o mesmo ano atinge 971 pipas.

Novo desajuste de dados constatamos, mas de forma inversa, quando se comparam os números respeitantes ao ano de 1706. Neste caso, apenas constam nos *Livros da Redízima*, 123 pipas, tendo sido manifestadas nos *Livros da Imposição* do mesmo ano 999 pipas. As divergências continuam se compararmos os anos de 1704, 1705 ou 1713.

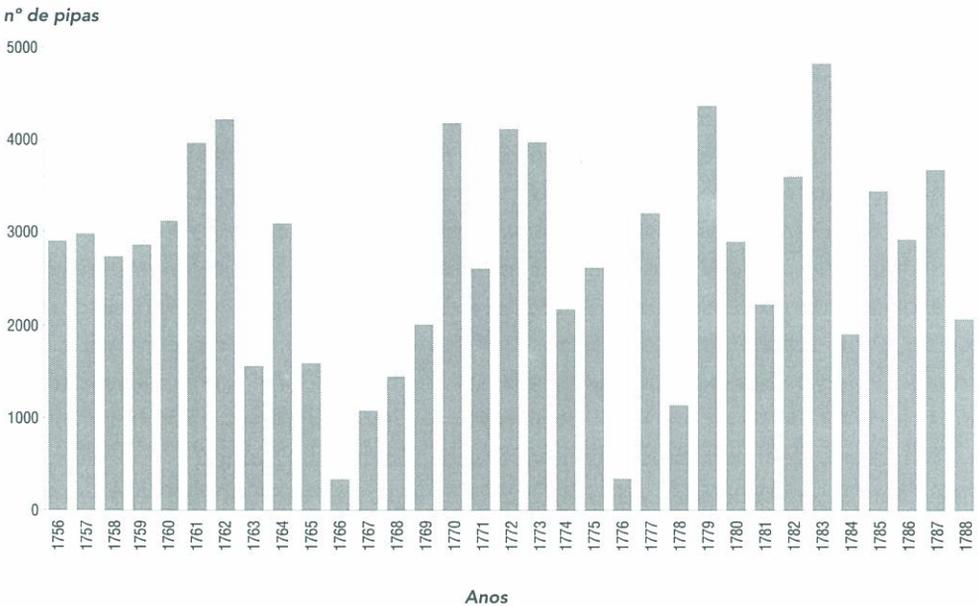
Idêntica disparidade pode ser observada na comparação entre a lista de exportadores que é fornecida pelos *Livros da Imposição do Vinho* e a que resulta dos *Livros da Redízima*²⁶. Para o ano de 1700, por exemplo, o número total de exportadores é, segundo os *Livros da Redízima*, de 75, e de apenas 43, segundo os *Livros da Imposição*.

Quanto aos exportadores, as fontes deveriam citar os mesmos nomes, uma vez que todos estavam obrigados aos direitos a que se refere a documentação com-

²⁶ Ver anexo 1.

pulsada. Também aqui há divergências²⁷. Face a este quadro díspar entre as duas fontes e apesar da maior fiabilidade da fonte eclesiástica, o maior âmbito cronológico dos *Livros da Imposição do Vinho* (1700-1755) levou-nos a utilizar esta fonte na análise global das exportações de vinhos do Douro para o Brasil, completando o quadro com os dados constantes do gráfico que se segue, elaborado a partir dos quadros da *Real Companhia* (1756-1788):

Gráfico 3: Exportações de vinho para o Brasil



Fonte: AHMOP – Ministério do Reino.

A representação mostra de forma evidente que a irregularidade das exportações para o mercado colonial português na América do Sul continuou durante a segunda metade do século XVIII. Difícil torna-se encontrar explicação para estes altos e baixos. Resultarão da flutuação das produções na região do Douro ou corresponderão a períodos cíclicos de saturação do mercado?

Relativamente à primeira hipótese, o estado actual das investigações no âmbito do GEHVID não permitem chegar a conclusões sobre esta matéria. Por outro lado, como já foi afirmado, a partir de 1756 até 1770, a *Real Companhia* chamou

²⁷ Na listagem referida, apenas aparecem simultaneamente nas duas listas os exportadores Francisco Rodrigues Forte e Francisco Vieira Caldas, declarando igual número de pipas, respectivamente 30 e 20 pipas. Nelas consta também Manuel Ribeiro Banhos, mas o quantitativo manifestado na Imposição é de 39 pipas, enquanto que a Igreja do Porto recebeu apenas a Redizima sobre 5 pipas de vinho.

a si, não só o comércio de vinhos do Douro, quase em exclusivo, mas também a preservação da qualidade dos mesmos, através de um rigoroso controle da produção. Ajudou-a nesse objectivo a iniciativa régia de delimitação da primeira região demarcada do mundo, a *Região Demarcada do Douro*. Por isso, só a abertura dos seus arquivos permitirá encontrar dados concretos sobre a produção vinícola duriense, respeitante àquele intervalo cronológico.

Quanto à segunda hipótese explicativa, parece ser confirmada através da combinação dos dados colhidos nos *Livros da Imposição do Vinho* com os da listagem da *Real Companhia*²⁸. Com efeito, uma apreciação global das representações, indica, com início em 1735, uma série de pontos baixos nos quantitativos exportados, concretamente, em 1745, 1755, 1766 e 1776, que delimitam ciclos de aproximadamente 10 anos. Estes pontos correspondem, com toda a probabilidade, às fases de saturação de um mercado cujo regular abastecimento passou a ser garantido pela *Real Companhia* e que, por esse motivo, oscilaria apenas em função do crescimento das existências acumuladas ciclicamente.

Restam menos dúvidas no que diz respeito ao comportamento deste mercado para os vinhos produzidos nas encostas xistosas do Douro ao longo de todo o século XVIII. Com efeito, os mesmos gráficos denunciam um crescimento paulatino do volume das exportações tendo por destino o Brasil, com relevo para os anos de 1742, 3418 pipas, 1761, 3962 pipas, 1770, 4185 pipas, 1779, 4370 pipas, e 1783, o ano de maior exportação em todo o século, 4831 pipas.

As fontes compulsadas apenas fornecem indicadores até 1788. No entanto, informação complementar permite-nos concluir que o fluxo de vinhos do Douro com destino ao Brasil não terá esmorecido a partir daquela data. Em 1788 foi aumentada a área demarcada para responder à procura e, pelo menos até ao final do século, o número de navios que a partir da cidade do Porto rumaram, por conta da *Real Companhia*, aos principais portos brasileiros, registou animação crescente, como se constata no gráfico 4.

Sabendo-se que a sua carga era, pelo menos parcialmente, constituída por vinhos, não nos repugna aceitar que o mercado brasileiro para o vinho do Douro, tenha registado até final do século uma forte tendência para o crescimento. Eram estes os principais destinos (ver gráfico 5).

De resto, com o objectivo de satisfazer as necessidades do mercado, por vezes a *Real Companhia* teve que comprar vinhos ao exterior. Isso aconteceu em 1790 (dada a esterilidade do ano) em que aquela entidade foi autorizada a adquirir 6.200 pipas em Barcelona e na Galiza²⁹. Aliás, um estudo recente garante que as exportações para o Brasil aumentaram 44% entre 1796-1799 e 1805-1809³⁰. Não

²⁸ Ver conjuntamente os gráficos 1 e 3.

²⁹ AHMOP, *Ministério do Reino*, maço 28.

Gráfico 4: Movimento de navios da Companhia saídos do Porto com destino ao Brasil

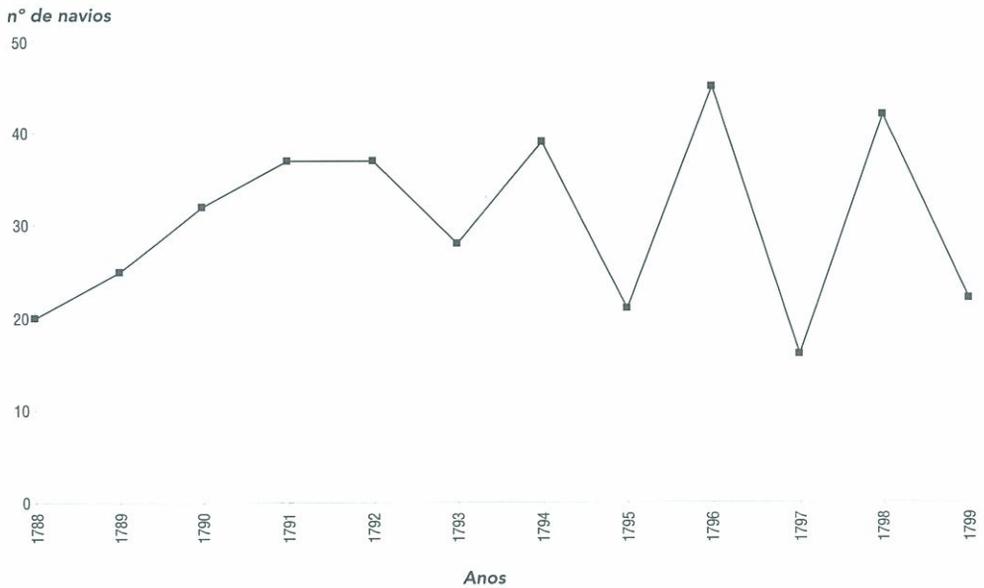
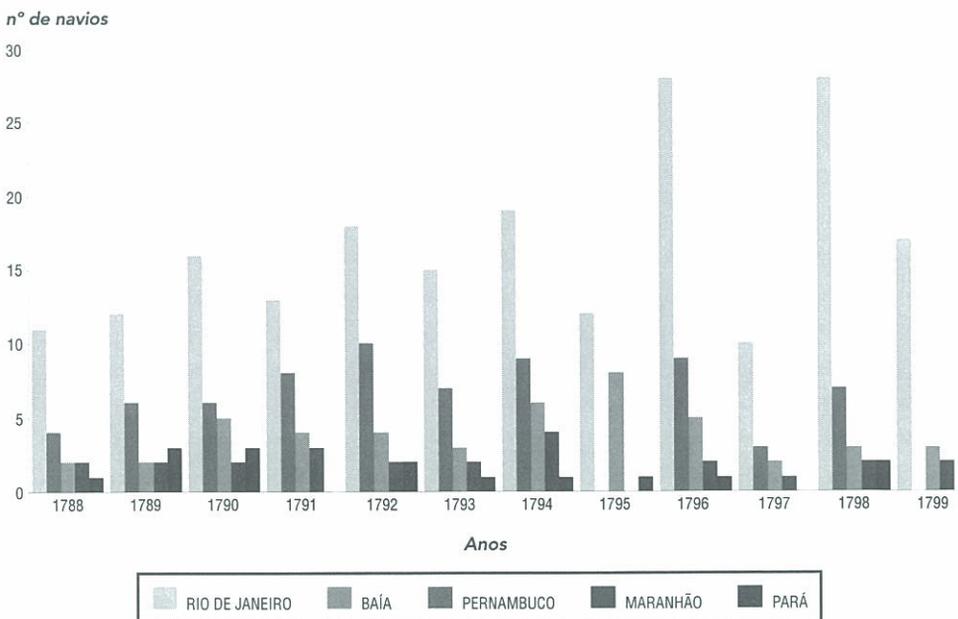


Gráfico 5: Movimento de navios – principais destinos



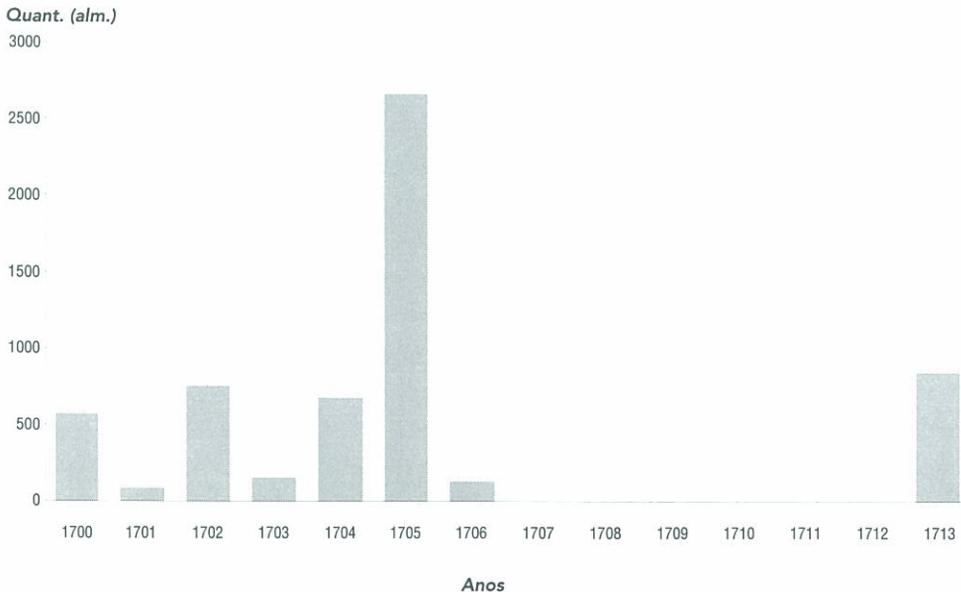
era apenas pelo Douro que se exportava vinho para o Brasil. O monopólio da Companhia terminou, como se disse já, em 1777. Para o ano 1798 podem adiantar-se os seguintes quantitativos de vinho com outras origens³¹:

Origem	Nº de pipas
Lisboa	6818,5
Porto	2735
Viana	581
Figueira da Foz	1832
Total:	11.906,5

5. AGUARDENTE E VINAGRE

Acerca destes dois produtos, somente os *Livros da Redízima* dão notícias. Os quantitativos de aguardente exportados entre 1700 e 1706 e no ano de 1713, segundo esta fonte, constam do gráfico 6:

Gráfico 6: Exportações de aguardente

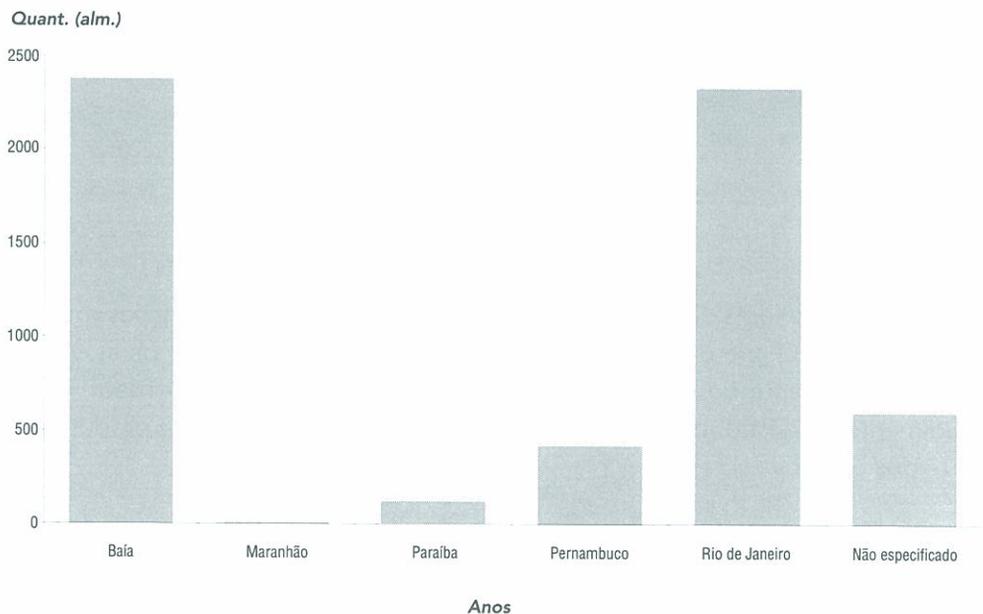


³⁰ MARTINS, Conceição Andrade, *ob. cit.*, p. 87.

³¹ AHMOP, *Superintendência Geral do Contrabando (SGC)* 5-6.

O gráfico mostra que a exportação de aguardentes é caracterizada também pela irregularidade nos volumes anuais declarados na Alfândega. As quantidades parecem acompanhar os vinhos, pelo menos nos anos de maior volume de exportações, já que, utilizando os dados relativos aos dois produtos fornecidos por esta fonte se constata que o maior volume de exportações de aguardente, 2660 almudes, ocorre no ano de 1705, aquele que regista também maior quantidade de vinho colocado nos mercados brasileiros³². Tal circunstância pode ser explicada pelo facto de eventualmente se tratar de aguardente vínica, destinada a beneficiar os vinhos. Nesse caso, quanto maior fosse a quantidade de vinho, maior teria que ser a quantidade de aguardente necessária à manutenção do mesmo³³.

A maior parte das exportações de aguardente teve como destino os portos da Baía e do Rio de Janeiro, que absorveram respectivamente 2382 e 2335 almudes. Seguem-se-lhe os portos de Pernambuco Paraíba e Maranhão:

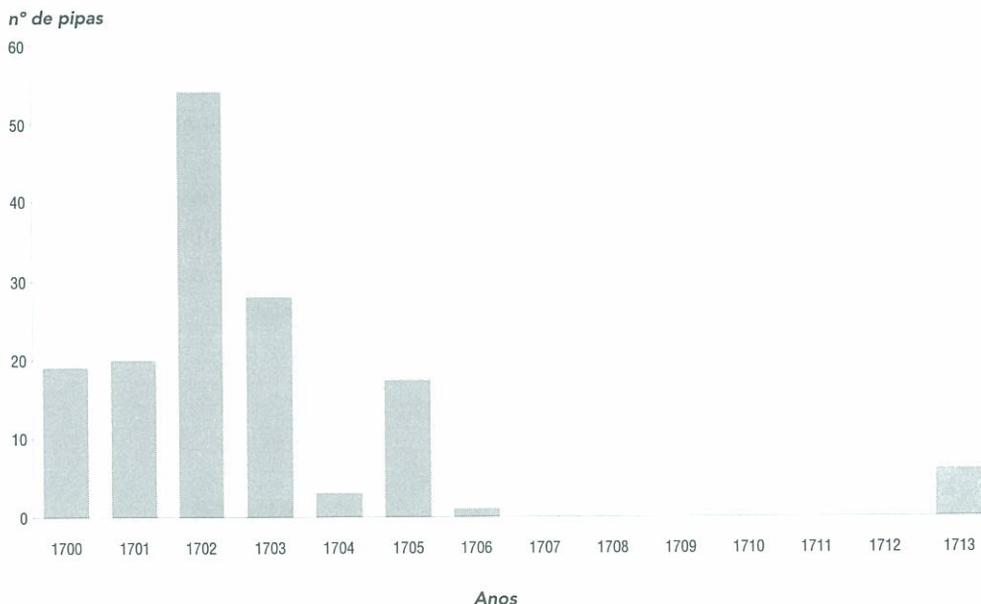


³² Ver gráfico das Exportações para o Brasil

³³ A fonte não indica tratar-se de aguardente de uva ou aguardente de bagaço, pelo que não é possível adiantar uma explicação definitiva. De resto, a aceitar a hipótese levantada, teríamos de rever as datas de 1715 e 1720, adiantadas como certas, respectivamente por Álvaro Moreira da FONSECA e André L. SIMON, para as primeiras adições de aguardente aos vinhos do Douro, com o objectivo de os tornar não só mais resistentes ao transporte marítimo, como de lhes aumentar o teor alcoólico, indo assim ao encontro do mercado britânico em ascensão por essa altura. Os dois autores referidos são citados por SCHNEIDER, Susan, *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto – dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*, Lisboa, 1980, p. 34, nota 19.

O vinagre, é outro dos derivados da vinho, com interesse para o trato comercial entre o Porto e o Brasil, logo no início do século:

Gráfico 8: Exportações de vinagre



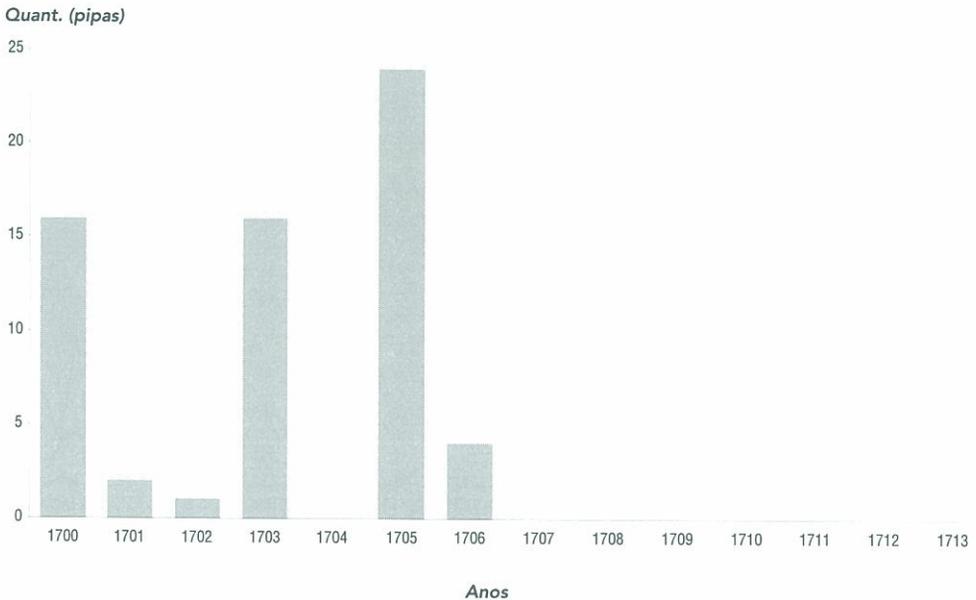
Durante o período de 1700 a 1706 e no ano de 1713, as exportações totalizaram 148 pipas. O ano de 1702 foi o que registou maior número, 54 pipas. A função de conservante de alimentos e o facto de tradicionalmente ser usado como condimento na gastronomia portuguesa indiciam forte procura deste produto por parte dos colonos.

6. O VINHO VERDE

Paralelamente, esta mesma fonte mostra que a partir da Alfândega portuense e com destino ao mercado brasileiro não saíam só os vinhos do Douro. Os vinhos verdes da região de Monção e da Ribeira Lima, embora em quantidades ínfimas, feita a comparação com os vinhos durienses, gozavam da preferência de alguns colonos que quiseram continuar a beber do «verde», em terras de Santa Cruz. Foram os seguintes os quantitativos apurados (ver gráfico 9).

O mercado da Baía absorvia, nos primeiros anos do século XVIII, a maior quantidade de vinhos verdes. De um total de 63 pipas exportadas, 46 tiveram aquela

Gráfico 9: Exportações de vinho verde



cidade como destino. Apenas 9 pipas rumaram para Pernambuco, 5 para o Maranhão e 3 para o Rio de Janeiro.

7. OS SENHORES DO TRATO

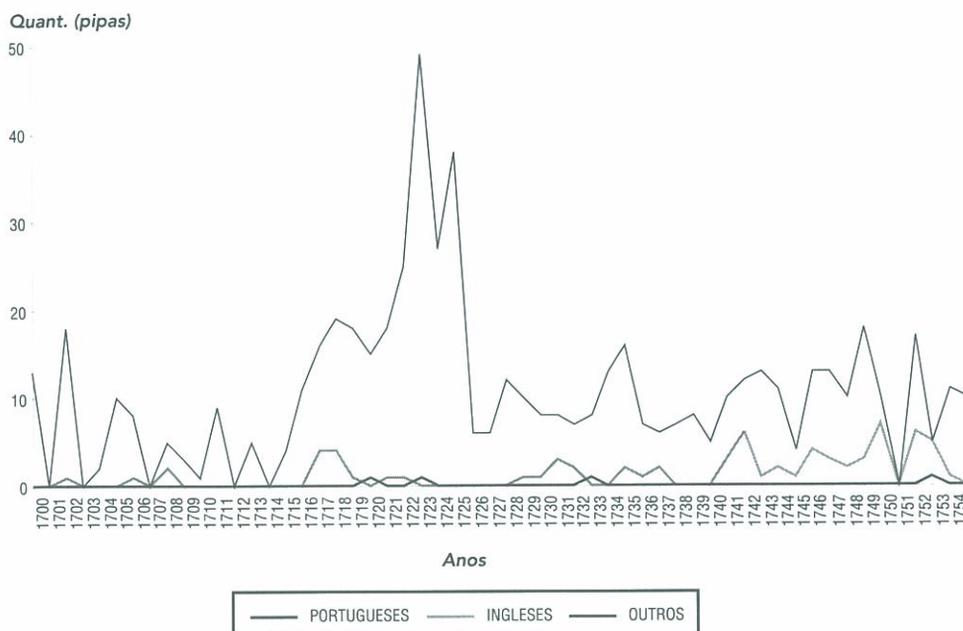
Não cabe no âmbito desta comunicação um estudo profundo de raiz sociológica sobre os comerciantes que tratavam os vinhos do Douro com a colônia do Brasil. Propomo-nos antes deixar aqui alguns indicadores que nos pareceram interessantes sobre os principais mercadores nacionais e alguns estrangeiros que, desde os alvares de setecentos, escolheram, a cidade do Porto como sede dos seus negócios e o vinho produzido nos socalcos do Douro e transportado pelos rabelos que percorriam o rio até à capital do Norte de Portugal, como produto preferencial do seu trato.

Voltamos a utilizar como fonte os *Livros da Imposição do Vinho*.

O gráfico 10 mostra, distribuída por anos, a quantidade de negociantes portugueses, ingleses e de outras nacionalidades que, entre 1700 e 1755, manifestaram vinhos de exportação com destino ao Brasil.

Os negociantes portugueses lideraram em número, dado que aparecem a manifestar 598 vezes com destino àquele mercado. Quanto aos estrangeiros, o

Gráfico 10: Manifestantes de vinho na imposição do Porto



número total de vezes em que marcaram presença na Imposição foi de 74, apenas 12,4% do total de escrituração de vinhos com destino ao Brasil.

Dos estrangeiros, os ingleses destacam-se com 71 presenças. Apenas manifestaram vinho 3 comerciantes de outras nacionalidades, 2 alemães de Hamburgo³⁴ e 1 biscaíno³⁵.

No ano de 1723 aquele em que o número de exportadores nacionais é mais elevado (49), apenas se regista a presença de um estrangeiro.

Este ano de 1723, parece ter sido um ano selectivo para os comerciantes portugueses interessados nos mercados do Brasil. Com efeito, no ano de 1724 em que, como vimos, a fonte indica maior quantidade de exportação para aquele destino, o número de exportadores diminui sensivelmente para metade. Nesse

³⁴ Trata-se de Abraham Teege que, em 1720, exportou para o Brasil 36 pipas de vinho e de João Britim que remeteu para o mesmo destino, em 1723, 6 pipas de vinho do Douro. AHMP, Imposição do Vinho, Liv. 1335 e 1338.

³⁵ D. Bartolomeu Pancorbo, negociante espanhol radicado na cidade do Porto, exportou em 1753 para o Brasil 252,5 pipas de vinho. Deve-se-lhe algum protagonismo na criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756). Foi o primeiro a sugerir na Corte a sua fundação, a pedido do Dr. Luís Beleza de Andrade, que viria a ser o seu primeiro Provedor. Cf. FONSECA, Álvaro Moreira da, *A Ideação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, «Anais do Instituto do Vinho do Porto», Porto, I.V.P., 1956, p. 201.

ano, dominam totalmente o mercado, os exportadores nacionais, mas o seu número é agora de apenas 27. No entanto e por certo estimulados pelas solicitações do mercado verificadas no ano anterior, em 1725 o número de mercadores portugueses interessados no Brasil volta a subir. São agora 38 e dominam em exclusivo. Nesse ano não se regista a presença de estrangeiros no negócio.

Não podemos no entanto afirmar peremptoriamente que os negociantes estrangeiros estivessem totalmente arredios. Sabemos pela mesma fonte que grande quantidade de vinho seguia do Porto com destino a Lisboa. Não é pois de excluir a hipótese de que, a partir dos portos da capital, fossem enviados vinhos do Douro para outros mercados, incluindo o brasileiro. No entanto, as quantidades não deveriam ser significativas. As nossas suspeitas ancoram no facto de o vinho ser um produto facilmente alterável em função das condições de armazenamento e transporte. Os homens do trato por certo evitariam estas transferências do produto de embarcação para embarcação, ou de armazém para armazém, já que tais procedimentos faziam subir os custos de exploração do negócio.

O gráfico mostra ainda que o número de exportadores nacionais cresce entre 1716 e 1725, o que parece confirmar a validade da explicação já adiantada para o aumento do volume das exportações devido ao desenvolvimento da exploração aurífera no Brasil. Isto é, o aumento da procura suscitou o interesse dos comerciantes do ramo.

Não possuímos ainda dados quantitativos suficientes para conhecer a relação proporcional das quantidades exportadas por mercadores nacionais e estrangeiros neste período. No entanto, é possível adiantar quais os que, ano a ano, mais se salientaram no trato. Os maiores exportadores constam do quadro anexo³⁶.

Em todo o período estudado, o domínio quantitativo pertenceu aos portugueses. No entanto, à medida que se avança no tempo, é visível um protagonismo crescente dos comerciantes britânicos. Assim, no ano de 1706, Peter Dowker exporta 311 pipas e, entre 1716 e 1721, período correspondente ao primeiro «take off» nas exportações para o mercado brasileiro, são já os mercadores ingleses que, individualmente³⁷ ou associados em companhias³⁸, lideram.

A partir de 1722, foram novamente os comerciantes lusos a apresentar os maiores volumes de exportação para o Brasil, situação que se mantém até inícios da década de 40. Exceptuam-se os anos de 1731, em que o inglês John Scott exporta 69 pipas, o ano de 1733 em que Toursen Vandenoï (sic), de nacionalidade

³⁶ Ver Anexo 3.

³⁷ São os casos de Richard Aylward, que lidera em 1717, com 311 pipas exportadas; George Bullimori, em 1718, com 481; George Clark (sic), em 1719, com 88. AHMP, *Imposição do vinho*, liv. 1332, 1333 e 1334.

³⁸ Serve de exemplo a firma Robert Jackson & C.^a, que lidera o volume da exportação para o Brasil em 1721, com 191 pipas. AHMP, *Imposição do Vinho*, Liv. 1336.

desconhecida, exporta 182 pipas e o ano de 1735, em que a Companhia William Warre, colocou naquele mercado 237 pipas.

A partir de 1741, os súbditos britânicos com interesses comerciais em Portugal começam a liderar anualmente o topo do volume de exportações para o mercado sul-americano. Destaque para John Thompson que, em 1742, colocou 907 pipas naquele mercado.

Que razões estão por detrás deste interesse dos britânicos pelo mercado colonial português de vinhos?

Antes de tudo, é conhecido por parte dos ingleses grande apetite pelo domínio exclusivista dos mercados coloniais em meados do século XVIII. Esta pretensão é manifesta na época e Sebastião José de Carvalho e Melo, logo nos princípios de 1741, antes mesmo de liderar os destinos de Portugal como valido de D. José I, advoga que se lhe ponha fim através de uma renegociação dos tratados estabelecidos entre os dois países, de molde a impedir o acesso da Inglaterra ao comércio e navegação dos produtos do Brasil³⁹.

Mas não nos parece ter sido apenas o dinamismo dos homens de negócio britânicos, ajudados pela conjuntura diplomática entre Portugal e a Inglaterra, que justifica este intensificar de protagonismo nas exportações vinícolas do Porto para o Brasil. Com efeito, ao longo da década de quarenta inicia-se um processo de redimensionamento do principal mercado para o vinho do Douro, o mercado britânico, dominado pelos comerciantes daquele país.

De facto, a conjuntura favorável ao plantio do bacelo no Douro ao longo da primeira metade de setecentos, favorecida pelo tratado de Methuen a que já fizemos alusão, redundou na adulteração da qualidade do produto final, na perda de prestígio dos vinhos do Porto no mercado inglês, ao ponto de, em 1753, as autoridades sanitárias daquele país, considerarem venenoso o vinho fino do Douro, antes indicado pelos «físicos» de sua magestade como produto dotado de propriedades terapêuticas, nomeadamente na cura de afecções do foro gástrico.

Pensamos que esta conjuntura, de diminuição do mercado britânico, terá contribuído para que os comerciantes ingleses virassem a sua estratégia para outros rumos, neste caso o mercado brasileiro, do qual afinal quase nunca estiveram totalmente afastados ao longo da primeira metade do século XVIII.

Após 1756, a exclusividade do comércio de vinhos de exportação para o Brasil e Norte de Portugal, bem como os privilégios com que foi dotada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, transformaram-na no principal agente a operar nos negócios vinícolas do Douro. Tal circunstância é visível no livro da Imposição do Vinho respeitante ao ano de 1757, onde o número de mer-

³⁹ DIAS, José Sebastião da Silva, *Pombalismo e projecto Político*, «Cultura – História e Filosofia», Lisboa, vol. V, 1986, p. 69-70.

cadoures nacionais e estrangeiros que manifestam vinho é muito reduzido. Por seu turno, a Real Companhia, aparece como o maior manifestante desse ano.

CONCLUSÕES

O vinho, especialmente o vinho do Douro e mais especificamente o vinho do Porto, foi durante o século XVIII um factor dinamizador da economia portuguesa. O crescimento demográfico e o progresso económico e social da cidade do Porto devem-se, em grande parte, a este produto.

O Brasil começou a ser cliente dos vinhos maduros do Douro antes do século XVIII. Mas foi durante esta centúria que, embora com altos e baixos, o mercado brasileiro se abriu aos vinhos portugueses e em especial aos vinhos do Douro e ao «vinho do Porto». Dos portos brasileiros o destaque vai para o Rio de Janeiro.

O final do século XVIII terá conhecido mesmo um pico de exportação que se prolongou pelos inícios do XIX. Todavia, os direitos que pesavam sobre os vinhos portugueses no Brasil eram demasiado altos, a ponto de em 1818 se constatar que os vinhos espanhóis chegavam aquele destino mais baratos que os portugueses⁴⁰.

A procura de novos mercados fez com que no continente americano não fosse apenas o Brasil a consumir «vinhos do Porto». Os Estados Unidos, concretamente as cidades da costa leste, como Filadélfia, Boston e Nova York, começaram a apreciar o produto em meados do século, e no final as remessas eram já significativas.

É muito mais o que desconhecemos do que aquilo que sabemos sobre os vinhos do Douro. Isto quanto à produção, ao transporte, ao benefício, à definição da qualidade, ao armazenamento, à comercialização, à concorrência. Quando é que verdadeiramente os vinhos do Douro passaram a chamar-se «vinhos do Porto»? Qual o influxo dos ingleses na fixação das suas características? Qual a participação dos portugueses e dos estrangeiros na sua comercialização? Qual o perfil tipo do consumidor estrangeiro e nacional para não falar já nas condições de produção, nas relações de trabalho, nas questões ligadas á propriedade da terra, etc. É trabalho que o grupo de investigação a que pertencemos meteu mãos há menos de um ano e que pretende levar a cabo.

⁴⁰ MARTINS, Conceição Andrade, *ob. cit.*, p. 318.

ANEXO 1

Exportadores de Vinho do Douro para o Brasil

Exportadores	Nº de pipas	Exportadores	Nº de pipas
Afonso da Estrada	50	João Estevenson	15
" "	3	João Ferreira Barbosa	7
António Cristovão	6	John Quealy	5
António da Silva Carvalho	15	João Vanzeller	30
António de Almeida Felgueira	20	" "	3
" "	23	" "	30
António Dias Rolo	5	João Vieira	10
" "	5	José Lopes da Fonseca	2
António Ferreira	1	José Pereira de Sá	3
" "	2	" "	10
António Francisco dos Santos	2	José Rodrigues	13
António Pinto Banhos	8	Leonardo Francisco dos Santos	30
" "	9	Lourenço de Araújo Pereira	5
António Vieira Vergão	30	Manuel Alves Correia	3
Bernardo Alves Lima	3	Manuel Alves Ferreira	30
Bernardo de Miranda	4	Manuel da Cunha Coutinho	24
Bernardo Soares	1	Manuel da Silva e Sousa	30
Capitão Baltazar Fernandes Maia	2	" "	3
" "	1	Manuel de Sousa Dias	20
Domingos Alvares da Cunha	20	Manuel de Sousa Ferreira	4
Francisco Coelho	12	Manuel Gonçalves Guimarães	13
Francisco da Fonseca	4	Manuel Moreira	1
Francisco Dias	10	Manuel Ribeiro Banhos	5
" "	4	Manuel Távora	3
Francisco Gomes da Silva	12	Pedro da Rocha Silva	15
Francisco Monteiro	3	" "	15
Francisco Rodrigues Forte	30	Pedro dos Santos Pereira	7
Francisco Vieira Caldas	10	Pedro Lopes	2
" "	10	Richard Ayluard	10
João António Pinheiro	80	Romualdo de Almeida	6
João António Pinheiro	70	Romualdo de Almeida	6
" "	10	" "	6
" "	9	Timothy Harris	50
João da Silva Mendes	6	" "	35
" "	15,5	" "	1
João de Orsans	6	Vicente Pedro	1
João de Pinho	2	Vicente Pinto	12
João Estevenson	12		
TOTAL		971,5	

Exportadores de Vinho do Douro e quantidade exportadas

Manifestantes	Nº de pipas	Manifestantes	Nº de pipas
António da Costa	10	Luís Francisco	70
António Henriques	10	Manuel Alves Teixeira	50
Domingos da Silva Guimarães	5	" " "	50
Francisco dos Santos Braga	9	Manuel Ribeiro Banhos	39
Francisco Rodrigues Forte	30	Padre Rodrigo Pinto Tavares	18
Francisco Soares (tanoeiro)	15	Tomás Gomes Coelho	10
Francisco Vieira Caldas (tanoeiro)	20		
TOTAL		336	

Fonte: AHMP – *Livros da Imposição do Vinho*.

ANEXO 2

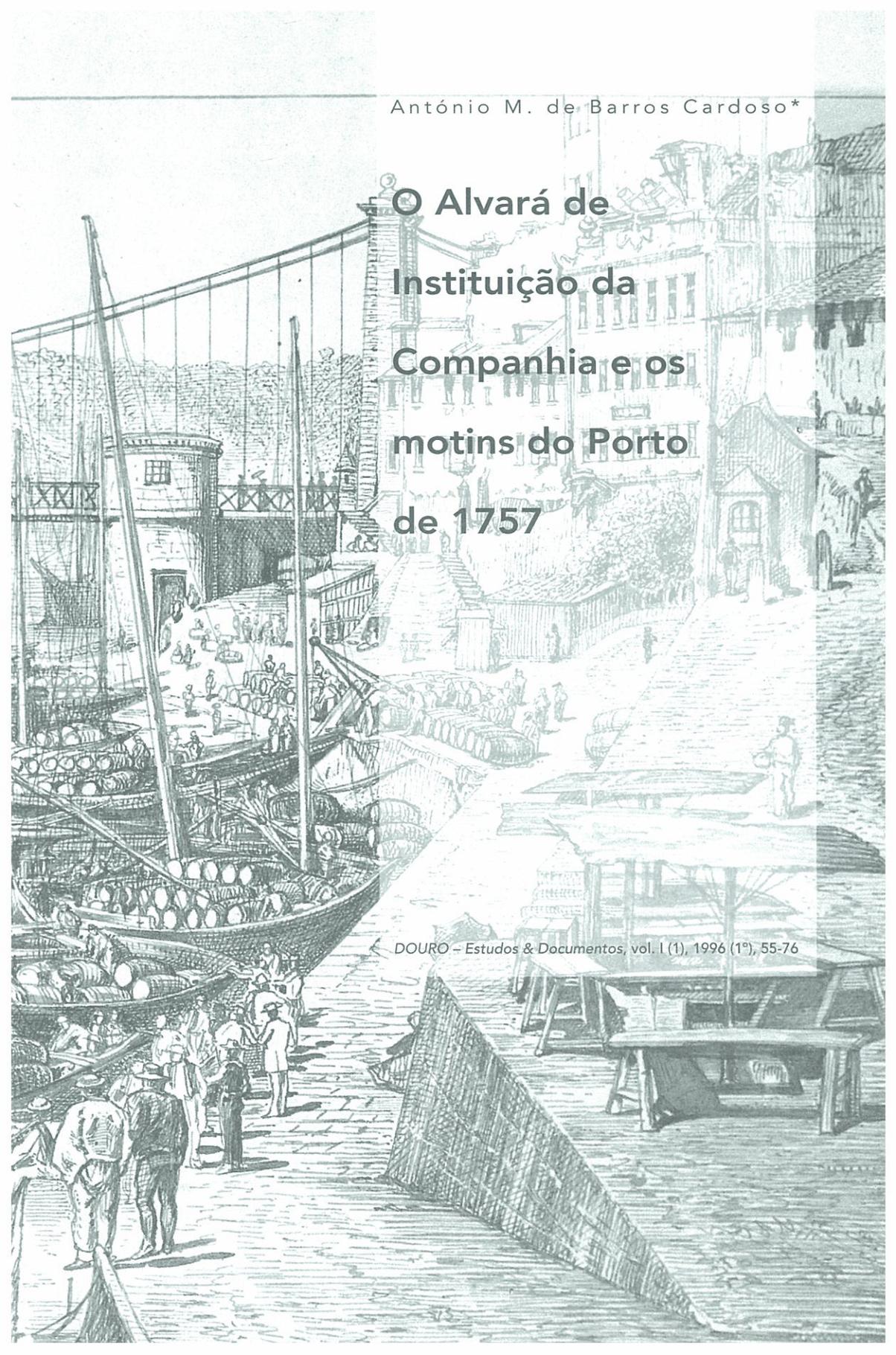
Manifestantes na Imposição do Porto (1700-1755)

Anos	Exportadores	Nº de pipas	Anos	Exportadores	Nº de pipas
1700	Manuel Teixeira	100	1728	Paulo Barbosa & C. ^a	243
1701	[Falta o livro]	...	1729	Manuel de Araújo Torres	111
1702	José de Oliveira Marques	80	1730	Manuel de Pinho	117
1703	[Falta o livro]	...	1731	John Scotte (inglês)	69
1704	Miguel Pires Ribeiro	104	1732	Manuel de Pinho	141
1705	Francisco Dias	135	1733	Toursen Vedenoi (sic)	182
1706	Peter Dowker (inglês)	311	1734	José Duarte	78
1707	[Falta o livro]	...	1735	William Warre & C. ^a	237
1708	Pedro de Sousa Pereira	63	1736	António Alves Ferreira	141
1709	Domingos Luía da Rocha	53	1737	Manuel Rodrigues Braga	27
1710	Não há registo	...	1738	Manuel Pires Ruba	41
1711	Francisco Vieira Caldas	219	1739	Manuel Rodrigues Braga	34
1712	" "	53	1740	José Francisco de Miranda	100
1713	Domingos Vieira Ribeiro	93	1741	John Caulet & C. ^a (inglês)	480
1714	Não há registo	...	1742	John Thompson (inglês)	907
1715	Manuel Pacheco de Almeida	62	1743	Duarte Lamberte (inglês)	277
1716	Manuel dos Santos Caturro	62	1744	Henrique Gil & C. ^a	229
1717	Richard Ayluard (inglês)	311	1745	Henrique Thompson (inglês)	187
1718	George Bullimori (inglês)	481	1746	António da Costa Cardoso	213
1719	George Clark (inglês)	88	1747	" "	238
1720	Abraham Tegge (hamburguês)	36	1748	João Raimundo Canner	352
1721	Robert Jackson & C. ^a (inglês)	191	1749	António da Costa Cardoso	203
1722	Bento Ribeiro Pereira	140	1750	" "	517
1723	Gaspar Leal Gomes	150	1751	[Falta o livro]	...
1724	António Moreira da Cruz	28	1752	Diogo Archbold (inglês)	560
1725	José Gonçalves Guimarães	143	1753	Diogo Belle & C. ^a (inglês)	383
1726	João Gomes de Sousa	33	1754	Francisco Bearsley (inglês)	403
1727	Padre José Pereira Félix	128	1755	António da Costa Cardoso	451

António M. de Barros Cardoso*

O Alvará de Instituição da Companhia e os motins do Porto de 1757

DOURO – Estudos & Documentos, vol. I (1), 1996 (1º), 55-76



■ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do GEHVID.

Barcos carregados com pipas de vinho junto ao cais do Porto. Desenho: William Prater, ca. 1875.

A cidade do Porto foi palco de graves incidentes tumultuários em Fevereiro e Março de 1757. Refiro-me aos conhecidos amotinamentos populares contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Estas ocorrências deixaram marcas profundas na história da urbe e têm sido objecto do interesse de escritores, investigadores e estudiosos, que por vezes emprestam ao romance a autenticidade do rigor histórico¹, outras vezes, seguem os dados da documentação, limitados pela inexistência de estudos complementares que os ajudem a contextualizar de forma desapassionada os acontecimentos², outras ainda, espelham um discurso escrito que reflecte a conjugação da rigorosa pesquisa documental com o bom exercício hermenêutico³.

Voltamos ao tema colocando em destaque o documento de criação da *Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*⁴, cuja publicação, em 10 de Setembro de 1756, está na base do processo de oposição de interesses entre esta instituição e agentes ligados à produção e comercialização dos vinhos do Douro radicados no Porto, subjacente aos referidos amotinamentos. Ao reutilizar este documento, é nosso objectivo colocar em evidência a força da instituição que ele preconiza e nele detectar os elementos estatutários que melhor espelham as divergências entre os vários grupos opositores, por forma a aclarar as motivações do seu envolvimento nas manifestações revoltosas. Procuramos fazer uma abordagem a partir do pressuposto de que a análise dos motins urbanos ou acontecimentos similares deve ser perspectivada tendo presente a evolução diacrónica e uma visão sincrónica das estruturas condicionantes da evolução sócio-económica do meio em que ocorrem, por forma a atingir um enquadramento mais objectivo da problemática em estudo.

1. COMO E PORQUÊ NASCEU A COMPANHIA?

Esta é a primeira questão a que importa responder para melhor se compreender o quadro dos múltiplos interesses presentes nos acontecimentos de 1757. A resposta torna indispensável uma referência breve à história e evolução do Vinho do Porto e da sua importância para a economia da cidade que, ao jeito de madrinha, lhe deu o nome.

Em linhas gerais, deve começar por salientar-se que a partir do século XVII e na

¹ Serve de exemplo o livro de GAMA, Arnaldo, *Um Motim há cem anos*, Lisboa, 1896.

² Parece-nos ter sido o caso de OLIVEIRA, Fernando em *O Motim Popular de 1757, uma página na história da época pombalina*, Porto, 1930.

³ É o caso do estudo de SILVA, Francisco Ribeiro da, *Absolutismo Esclarecido e intervenção popular (Os Motins do Porto de 1757)*, Lisboa, INCM, 1991.

⁴ Arquivo Distrital do Porto (A. D. P.), Cartório do Cabido da Sé do Porto, n.º 449.

sequência de tendências anteriores se verifica notória comunhão de interesses entre a região de Ribadouro e a urbe portuense, centro de um vasto *hinterland* que à época assegurava o consumo da maior parte dos produtos agrícolas produzidos naquela região e funcionava simultaneamente como via de ligação da mesma aos mercados externos do Novo Mundo e da Europa. O rio Douro e os *arraís*, timoneiros dos rabelos que sulcavam as suas águas, constituíram elos de união destes dois pólos de dinamismo económico⁵. Entre os produtos que fizeram a animação do escambo comercial naqueles importantes círculos da economia nortenha, o vinho cedo ocupou lugar destacado. Produzido nas encostas da região duriense desde o período romano⁶, como o demonstra a arqueologia⁷, ocupava já durante a Idade Média lugar de relevo nas trocas entre os dois espaços⁸. No século XVI, Rui Fernandes⁹ atesta, para lá da excelência de outras produções agrícolas na região, que «... parece em verão um muy formoso parque, ou excelente pano de fina verdura...», a produção de «306:700 almudes, e sam os mais excelentes vinhos, e de mais dura que no Regno se podem achar, e mais cheirantes, porque ha vinhos de 4, 5, 6 annos e de quantos mais annos he, tanto mais excelente e mais cheiroso». Com efeito, por essa altura, já se distinguia entre a vasta produção duriense o vinho «aromático» que, em função da sua superior qualidade, era reservado às casas mais ricas da península, o vinho de «embarque» novo e de «ramo»¹⁰, exportado para todo o reino e colónias e o vinho «amaral», destinado ao consumo dos lavradores. Sabe-se que, na centúria de seiscentos, grande parte do vinho consumido na cidade era proveniente de Riba-Douro e vendido a retalho pelos taberneiros e estalajadeiros do Porto. Com efeito, quando em 1640 se lançou uma *finta* destinada a custear a Praça de armas, os mercadores

⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da, *Porto et le Ribadouro au XVII siècle: une complémentarité imposé par la nature*, in *L'Identité Régionale – l'Idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*, Paris, 1991, p. 350.

⁶ Suspeita-se que, mesmo anteriormente à ocupação romana, a produção vinícola na região fosse abundante. Estrabão, geógrafo grego do séc. I a. c., cita a cultura da vinha na região transmontana. Sobre esta matéria, aguardam-se com alguma expectativa os resultados dos trabalhos de campo a desenvolver pela equipa de arqueólogos que integra o Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, recentemente constituído na FLUP.

⁷ Os achados nas escavações levadas a efeito na Quinta da Ribeira (Tralhariz) e na Fonte do Milho (Canelas), por Russell Cortez, atestam a fabricação do vinho no período Romano. Cf. também ALMEIDA, C. A. Brochado de, *O aro Arqueológico de Carlão. O Cultivo da Vinha na Época Romana*, «Estudos Transmontanos», n.º 5, Vila Real, 1993, p. 219-287.

⁸ Das cartas de foral concedidas a S. João da Pesqueira, Freixo de Espada-à-Cinta, Ansiães, Celeirós, Favaios, Peso da Régua, etc., constam contribuições significativas em vinho, por parte dos respectivos moradores. Conf. FONSECA, Álvaro Moreira da, *O Vinho do Porto na Época dos Almadas*, Porto, 1957, p. 10.

⁹ FERNANDES, Rui, *Descrição do terreno em volta da cidade de Lamego duas léguas...*, de 1531 a 1532, in *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1824, p. 547.

¹⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da, *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular...*, p. 56.

de vinho aparecem à cabeça das participações, a confirmar a importância do produto na economia da urbe¹¹. Das praias de Miragaia, o vinho continuou a sair rumo a Lisboa e daí a ser reexportado para outras paragens em quantidades apreciáveis, como conhecidas são as remessas directas a partir da cidade do Porto para Angola, Brasil e mercados galegos.

No que toca às praças do Norte europeu, parece não restarem dúvidas de que foram os ingleses quem cedo liderou o negócio da exportação do vinho do Douro para aquelas paragens. Em 1651, há notícia de um súbdito britânico a exportar 56 pipas para Inglaterra, compradas «asima do douro» e no ano seguinte triplica o número de súbditos ingleses que prosseguem esta actividade, aumentando as quantidades exportadas. Não se trata ainda do Vinho do Porto¹², mas de vinhos já beneficiados que anunciam estar em marcha o processo de afirmação nos mercados ingleses do produto que mais tarde viria a colher essa designação¹³. A crer no *Discurso histórico e analytico* de Christovão Guerner, o primeiro embarque organizado pela feitoria inglesa do Porto data de 1678 e dele constam 408 pipas¹⁴. O número de pipas exportadas para Inglaterra entre 1678 e 1688, estima-se em 800 pipas ano¹⁵ e, na última década do século XVII, a média anual das exportações atinge já as 7000 pipas¹⁶. Quanto ao papel dos nacionais na actividade comercial externa do vinho do Douro, pouco se sabe. A significativa actividade neste domínio protagonizada pelos britânicos, mormente ao longo do século XVIII, parece ter ofuscado a acção dos exportadores portugueses, mal conhecida nessa como em épocas mais recuadas. No entanto, à luz das informações existentes sobre as tradicionais ligações dos mercadores portuenses quer às praças inglesas, quer aos mercados mais a Norte, torna-se verosímil que tenham procurado obter proventos através do seu envolvimento na exportação de um produto cuja presença no Porto se conhece de tempos remotos¹⁷. Apesar disso, os dados por nós coligidos

¹¹ SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580-1640) – Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, p. 161.

¹² Idem, *Absolutismo Esclarecido ...*, p. 56.

¹³ A designação «vinho do Porto», aplicada aos vinhos beneficiados do Alto Douro, aparece pela primeira vez em 1675, em texto de Duarte Ribeiro de Macedo, Cf. FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da, *Apointamentos históricos sobre o Douro e sobre a preparação do vinho do Porto*, «Anais do Instituto do Vinho do Porto», Porto, 1941, p. 111.

¹⁴ GUERNER, Christovão, *Discurso histórico e analytico sobre o estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro*, Lisboa, 1814, citado por PEREIRA, Gaspar Martins, *As quintas do Oratório do Porto no Alto Douro*, «Revista de História Económica e Social», Lisboa, nº 13, Janeiro-Junho, 1984, p. 14.

¹⁵ SCHNEIDER, Susan, *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto – dependência e subdesenvolvimento em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, 1980, p. 31.

¹⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da, *Tempos Modernos*, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir), *História do Porto*, Porto, 1994, p. 287.

¹⁷ As fontes documentais em estudo no âmbito do GEHVID fornecerão por certo a resposta a esta dúvida.

nos *Livros da Imposição do Vinho*, respeitantes ao ano de 1702, mostram que, dos 28 exportadores nacionais em actividade nesse ano, não se encontra como destino do produto a Inglaterra ou mesmo os portos europeus do Norte. Predominantemente, os negociantes exportadores lusos parecem preferir o mercado brasileiro. Com efeito, 64,2% desses exportadores, apresentaram como destino do vinho manifestado o Brasil, 17,8% remeteram-no para Lisboa, de onde, com toda a probabilidade, seguiu igual destino, e cerca de 17,8% não especificaram qualquer destino para as suas exportações¹⁸. Constatamos também que, nesse ano dos primórdios do século XVIII, do volume total das exportações (4703 pipas), apenas uma pequena percentagem, 9,5% (448 pipas), coube a estes 28 exportadores nacionais, a indicar que por essa altura era já avassaladora a presença britânica nos negócios externos do vinho duriense¹⁹.

Estima-se que o crescimento do mercado inglês de vinho do Douro na segunda metade do século XVII tenha registado acelerada continuidade durante a primeira metade do século XVIII, realidade que se explica, entre outros factores, pela pressão exercida pelos comerciantes de lanifícios e outros fabricantes que nessa época tinham fortes interesses no mercado português e que se viam privados de colocar no seu país, em termos concorrenciais com os vinhos franceses, os vinhos que podiam transportar de Portugal, uma vez que sobre eles incidiam taxas alfandegárias superiores às dos vinhos galos. Foi neste contexto que o Parlamento inglês decidiu ainda em 1697 baixar as taxas aduaneiras sobre os vinhos portugueses. As rivalidades franco-britânicas e os benefícios fiscais decorrentes do tratado de Methuen fizeram o resto²⁰. De 1716 a 1749, a média anual das exportações aproximou-se das 20.000 pipas e os preços por pipa oscilaram entre os 60.000 e os 72.000 réis²¹.

Embora escasseiem os estudos quantitativos com base em fontes fiscais, que, apesar de apresentarem conhecidos riscos de fiabilidade, quando confrontadas com fontes directas sobre a produção, poderão ajudar a aclarar melhor este aspecto os indicadores existentes apontam no sentido de que, da conjuntura

¹⁸ Arquivo Histórico Municipal do Porto (A. H. M. P.), *Livro da imposição do vinho*, n.º 1320.

¹⁹ Propomo-nos, no âmbito do GEHVID, dilatar no plano cronológico (até 1756) o conhecimento deste e de outros aspectos, tendo como fonte os *Livros da Imposição do Vinho* guardados no Arquivo Histórico Municipal do Porto. Concluído tal estudo, poderemos certificar-nos então não se tratar apenas de um ano excepcional.

²⁰ Que pelo incremento da produção vinícola noutras regiões nacionais (Figueira da Foz, Viana, Açores, Madeira e Algarve) haveria de ter, numa fase mais tardia, efeitos perversos na exportação para a Inglaterra do vinho duriense, que sofre, na fase terminal da primeira metade de setecentos, forte concorrência interna. Jorge Borges de MACEDO considera, por isso, que a Companhia dos Vinhos é a continuação à correcção do Tratado de Methuen, correspondendo, no mercado interno, àquilo que aquele tratado representou no mercado externo: tentativa de eliminação da concorrência ao Vinho do Porto. Cf. *A Situação económica no Tempo de Pombal...*, p. 51.

²¹ FONSECA, Álvaro Moreira da, *ob. cit.*, p. 13.

favorável ao negócio dos vinhos para Inglaterra, resultante do acordo citado, avulta como aspecto positivo, o aumento da produção vinícola no Douro²². Com efeito, à região eram solicitadas crescentes quantidades do melhor vinho que as uvas das suas xistosas encostas proporcionavam e pago a preço justo, factor estimulante de novos plantios que substituíram, progressivamente, culturas menos rendíveis. Tudo indica estar em curso o irreversível processo, já detectado no século XVI, de transformação em área de mono-cultura de uma ainda pequena faixa de terras que tem como epicentro a Régua, por onde a cultura da vinha se expande, ocupando paulatinamente os vales de Godim, São João e São Miguel de Lobrigos, a zona ribeirinha do Douro entre a Régua e o Pinhão e pela margem Sul do Douro as encostas de Cambres, Valdigem, Samodães e Penajóia²³, com benefícios a curto prazo para a toda região e para a economia portuense. Este processo de expansão da cultura da vinha nas terras que haveriam de ser objecto da primeira demarcação pombalina (1756), surge patenteado na aquisição por parte dos Oratorianos do Porto de várias quintas e propriedades anexas, na referida área entre 1714 e 1752²⁴. No entanto, a expansão da viticultura, estimulada por um fluxo de exportações crescente e propiciatório de ganhos efectivos para todo o sector, da produção à comercialização, viria a transformar-se, no médio prazo, em factor gerador de uma conjuntura de grave crise sectorial, decorrente da impossibilidade de ultrapassar a diminuição progressiva da capacidade de resposta dos produtores do Douro e dos exportadores às crescentes solicitações do mercado exterior.

Na década de quarenta do século XVIII, aflige o sector uma efectiva crise de sub-produção. A resposta para este impasse custou a degradação da qualidade do produto em favor da quantidade. Na luta contra a insuficiência de vinhos, procede-se ao plantio em terrenos menos próprios e produtores e exportadores, movidos pela mira do lucro fácil, fazem aumentar artificialmente as produções, introduzindo na região duriense vinho de outras regiões vinícolas nacionais, que, lotado com o genuíno, era depois vendido com altos lucros. Para obterem a coloração tradicional do vinho «velho» de qualidade, juntam-lhe produtos nocivos à

²² Este aumento da produção tem sido quase sempre aferido a partir dos indicadores comerciais, pelo que muito pertinentes nos parecem as observações de Aurélio de Oliveira, que, ao referir-se a esta problemática, escreve: «Se bem que numa cultura fundamentalmente muito dependente do sector do mercado a realidade comercial tenha de ser considerada com relevo, ele não pode traduzir – nem traduz toda a realidade – antes, por vezes a falseia». «É que o Vinho – ao contrário por exemplo de outros géneros..., pode aparecer no mercado sem ser produzido pela natureza!» Cf. OLIVEIRA, Aurélio de, *Douro País Vinhateiro (Da produção ao comércio. Algumas considerações)*, «Revista de História», Porto, Vol. XII, p. 229.

²³ PEREIRA, Gaspar Martins, *O Douro e o Vinho do Porto – de Pombal a João Franco*, Porto, 1991, p. 20 e 21.

²⁴ Idem, *As quintas do Oratório...*, pp. 19-20.

saúde, nomeadamente, a baga de sabugueiro, as especiarias orientais e, procurando ir ao encontro do paladar do cliente inglês, aumentam-se as quantidades de aguardente usadas na *beneficiação*²⁵.

Em poucos anos, da crise de subprodução referida, o sector passou a enfrentar uma crise de sobreprodução. As razões desta viragem encontram-se na inevitável e progressiva diminuição do consumo de vinho do Porto por parte dos seus principais consumidores, os ingleses. Acumula-se então em stock um excessivo número de pipas de vinho, quer na região, quer na cidade do Porto. Por seu turno, os súbditos britânicos aperceberam-se rapidamente da diminuição da qualidade do produto português que desceu ao ponto de, em 1753, as autoridades sanitárias inglesas substituírem a classificação de produto dotado de propriedades terapêuticas, pela de produto venenoso²⁶, situação que acarretou baixa vertiginosa das cotações do vinho no mercado de Londres, que vê, não raras vezes, vinhos procedentes do Porto serem salgados e inutilizados na sua Alfândega. A crise atingia dimensão plena.

As exportações sofrem então uma queda estimada em 30%, os preços descem para níveis que rondam os 12.000 réis a pipa e a imagem do produto junto dos seus principais consumidores degrada-se.

No coração do Douro, as consequências desta situação começam a fazer-se sentir. Agora dependente quase em exclusivo da cultura da vinha, a região resente-se da crise. É bem provável que a fome, a doença e a morte tenham batido à porta de muitos lares por volta de 1753, 1754²⁷, e, se é verdade que se torna necessário não levar as fontes disponíveis sobre esta matéria totalmente à letra, quer dizer, o discurso que encerram tende naturalmente a proporcionar uma imagem o mais dramática possível da situação real, por forma a obter os resultados que se advogam – a criação da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – não é menos verdade que, e servindo-me de novo da investigação de Gaspar Pereira sobre as quintas do Oratório do Porto, era já de si muito pobre a alimentação dos trabalhadores dessas quintas, maioritariamente subalimentados²⁸. Se assim era nas propriedades dos congregados do Porto, que dizer das muitas explorações de tipo familiar que empregavam escassa mão-de-obra da região, a viver em período crítico?

No Porto, a Feitoria Inglesa, entidade que congregava os principais agentes económicos do sector, no plano comercial, denunciou publicamente, ainda em 1754, a situação no negócio do Vinho do Porto. Apontava então o dedo acusador aos produtores durienses, cuja ambição desmedida pelo lucro havia constituído o

²⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da, *Absolutismo Esclarecido ...*, p. 58.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 59.

²⁷ Atesta-o a carta de Luís Bezeza de Andrade citada por FONSECA, Álvaro Moreira da, *ob. cit.* p. 17.

²⁸ PEREIRA, Gaspar Martins, *As Quintas do Oratório...*, p. 31.

principal factor gerador da situação caótica a que havia chegado o negócio. Os visados ripostaram devolvendo as acusações aos exportadores ingleses que, em sua opinião, dolosamente e pelos mesmos motivos, haviam comprado vinhos adulterados e de fraca qualidade que injectaram nos mercados do seu país. A mesma Feitoria advoga como solução, devolver o «verdadeiro ser» aos vinhos do Douro, isto é, regressar-se à observância rigorosa das tradicionais formas de vinificação, tudo a par de uma beneficiação sem exageros, interditando-se simultaneamente o uso de aditivos perniciosos aos vinhos²⁹.

Apesar da reacção negativa por parte dos lavradores do Douro às acusações da Feitoria Inglesa, uns e outros estavam de acordo pelo menos num ponto, o da necessidade de ser encontrada uma solução para o impasse que mutuamente os afectava. É neste contexto que começa a falar-se na criação de uma Companhia tendente a conciliar os diversos interesses em jogo, com o objectivo de se ultrapassarem as dificuldades que o sector enfrentava. Sucederam-se nesse mesmo ano de 1754 reuniões de lavradores do Douro com tal objectivo³⁰, nelas participaram figuras de destaque no sector, como Luís Beleza de Andrade e Frei João de Mansilha, a quem se ficou a dever forte protagonismo na adopção da solução final encontrada, a criação da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*.

Porém, antes da aceitação da companhia monopolista pela Coroa, pertenceram à iniciativa privada as medidas tomadas para superação da crise. Com tal objectivo, Bartolomeu Pancorbo, negociante espanhol radicado no Porto, apostado na diversificação de mercados como forma de resolver a questão, criou uma companhia, em sociedade com o negociante francês Joseph Dumont, destinada a apoiar o comércio de vinhos do Douro, aos quais se pretendeu dar como destino privilegiado os mercados do Báltico. Este projecto, idealizado na base da concorrência com os ingleses, tradicionais detentores do comércio com os portos do Norte, falha face à escassez de «cabedaes» necessários ao suporte da operação, circunstância que acabou por conduzir o empreendimento à falência³¹.

O segundo projecto para debelar a crise que afligia o Porto e o Douro vinha-teiro surge da parte do já citado Luís Beleza de Andrade, proprietário de vinhedos em Valdigem, morador no Porto, na Rua Chã, que, com o objectivo de discutir a problemática situação, reúne na sua residência alguns dos mais importantes proprietários e produtores do Douro. Entre os participantes no colóquio, contava-se o Dr. Frei João de Mansilha, também produtor, natural de São Miguel de Lobrigos e lente de prima em São Domingos do Porto, cujo empenhamento acabaria por

²⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da, *Absolutismo Esclarecido...*, p. 59.

³⁰ FONSECA, Álvaro Moreira da, *ob. cit.*, p. 22.

³¹ BASTO, Artur de Magalhães, *Dom Bartolomeu Pancorbo, o Homem que deu a Ideia para a Fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», XVI, Porto, 1953, p. 27.

conduzir à medida mais original da solução adoptada para ultrapassar a situação, ou seja, a criação de uma zona demarcada que produziria, em regime de exclusividade, vinhos finos de exportação³². Este aspecto, constituiu de resto, o tronco em torno do qual se congregou a criação de uma companhia cujo objecto era o controle de todo o comércio de vinhos na região do Douro e cidade do Porto, pondo assim termo à desordem reinante no sector. Após estes encontros, primeiro pela voz de Bartolomeu Pancorbo³³ e depois através das diligências de Frei João de Mansilha junto do Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Rei toma conhecimento das motivações que sustentavam a proposta de criação da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, elaborada no Porto em Agosto de 1756, e dá-lhe forma oficial pelo alvará de 10 de Setembro do mesmo ano.

2. O TEXTO DO ALVARÁ DA COMPANHIA DOS VINHOS

Desenhados os principais contornos que motivaram a criação daquela que viria a ficar conhecida como «*Real Companhia*», importa descer ao conteúdo do alvará que lhe serve de «certidão de nascimento».

Em Portugal são conhecidas desde o século XV companhias comerciais, embora não revestindo a forma aperfeiçoada que este documento do século XVIII deixa transparecer.

O desenvolvimento paulatino de organizações semelhantes nos séculos XV, XVI e XVII está ligado às necessidades de intervenção eficaz no campo mercantil, sentidas por um Estado, progressivamente absorvido pelas questões políticas, diplomáticas e militares, que conseguia, através da criação de companhias monopolistas, a colaboração do corpo comercial. À progressiva centralização governativa, fazia-se corresponder a entrega da função comercial a forças organizadas e responsáveis perante o Estado. No entanto, foi no reinado de D. José I que as companhias comerciais atingiram o seu apogeu no período moderno, assumindo um papel primacial na organização de toda a economia, constituindo mesmo um princípio geral a seguir na entrega de actividades económicas³⁴, assente numa filosofia, segundo a qual o que reforça o Estado não é a justa repartição da riqueza, mas sim a existência da riqueza, *ainda que clamorosamente mal repartida*³⁵.

³² SILVA, Francisco Ribeiro da, *Absolutismo Esclarecido ...*, p. 60.

³³ FONSECA, Álvaro Moreira da, *A Ideação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Porto, 1955-56, p. 194.

³⁴ MACEDO, Jorge Borges de, *Companhias Comerciais*, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, p. 128.

³⁵ Cf. DIAS, José Sebastião da Silva, *Pombalismo e Projecto Político*, «Cultura História e Filosofia», Vol. III, Lisboa 1984, p. 258.

O alvará de criação da *Companhia* é constituído por duas partes, uma redigida no Porto e datada de 1 de Agosto de 1756, relativa à «*Representação*» ao Rei das motivações e fundamentação da necessidade de criação de um órgão para controle da produção e comércio vinícola no Douro bem como na cidade do Porto, e outra, escrita na cidade de Lisboa e assinada pelo Rei D. José I e por Sebastião José de Carvalho e Melo, em 10 de Setembro daquele ano, respeitante à confirmação régia de tal pretensão.

O preâmbulo do diploma, pormenoriza aspectos da crise vinícola duriense atrás delineada, bem como os seus reflexos na cidade do Porto, ao mesmo tempo que revela a concordância de pontos de vista entre «*lavradores do Douro*» e «*Homens Bons*» da urbe, signatários do documento de proposta de criação da Instituição:

- a decadência do rendimento da produção: «*que sobre não darem de si as vinhas o que he necessario para se fabricarem as terras, em que são produzidas*» – ou seja, que o rendimento das colheitas era insuficiente para suportar as despesas do granjeio seguinte;
- a defesa da saúde pública, face à frequente adulteração da pureza dos vinhos: «*com muitas confeições nocivas à natureza humana*», a que se prestava o elevado número de tabernas existente na cidade do Porto, cujo controle por parte da Almotaxaria era difícil de manter³⁶;
- a ruína da reputação em que os vinhos da região haviam caído, em resultado da situação anterior.

Propõe-se a criação de uma companhia, sob beneplácito régio, com o objetivo de sustentar completamente a cultura das vinhas, conservar a pureza natural das produções, por forma a salvaguardar não só a saúde pública, mas também o comércio nacional e estrangeiro do produto «*vinho do Porto*»³⁷.

Vejamos agora, quais os contornos estatutários da instituição, que de uma ou de outra forma chocaram com os interesses dos principais intervenientes nos amotinamentos de 1757.

3. ÂMBITO E ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA COMPANHIA

O documento contém informação de pormenor sobre as diversas áreas em que a *Companhia dos Vinhos* viria a concentrar os seus maiores esforços de intervenção. Acerca da incidência no controlo da produção, o texto mostra que a

³⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da, *ob cit.*, p. 38.

³⁷ A. D. P., Cartório do Cabido da Sé do Porto, n.º 449, fl. 1.

estruturação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro foi delineada em torno do capítulo XXIX do documento em análise. Nele se determinou a criação daquela que hoje se sabe ter sido a primeira «*região demarcada do mundo*», a região produtora dos vinhos do Porto.

Esta zona, preconizava-se descrita num tomo cadastral no qual seriam incluídas todas as propriedades da Região Duriense produtoras de «*vinhos de embarque*» para a América e «*Reinos Estrangeiros*», separando aquelas que apenas produziam vinhos «*capazes de se beber na terra*». Visava-se obstaculizar que a fraca qualidade da produção das segundas continuasse a arruinar a boa reputação dos vinhos produzidos nas primeiras³⁸. Este registo, seria feito a partir do cálculo da produção média nos últimos cinco anos em cada uma das unidades produtivas e, só nessa exacta medida, os seus proprietários podiam entregar vinhos à Companhia.

Encontrada e definida a área de intervenção no tocante ao sector produtivo, eixo central de todo o processo, vejamos quais os dados que o texto revela, em ordem a avaliar a capacidade de intervenção da Companhia no plano do comércio interno e externo.

No plano interno, a comercialização dos vinhos do Douro passava na totalidade para a alçada da Companhia. Também aqui se define um perímetro de actuação, que, para lá da Região do Douro, incluía a cidade do Porto e uma área de 3 léguas em seu redor, onde lhe era reservado o exclusivo das vendas³⁹. No que se refere ao Porto, esta exclusividade só seria garantida se a Companhia controlasse simultaneamente a «*máquina comercial*». Assim, com fundamento no Alvará de 23 de Fevereiro de 1605, no auto de vereação de 18 de junho de 1755 e na provisão da Mesa do Desembargo do Paço, de 23 de Agosto do mesmo ano, que colocam obstáculos ao crescimento do número de tabernas⁴⁰, determinava-se que não haveria na cidade do Porto mais do que 95 taberneiros, cuja actividade passava a depender da aprovação pela Mesa da Companhia das qualificações para o exercício da função, impondo-se pesadas penas a quem não cumprisse⁴¹. A exclusividade das vendas implicou naturalmente que fosse também da responsabilidade da Companhia a afixação dos preços a praticar⁴².

O mesmo se passava no tocante ao mercado externo do vinho do Porto que, na sua quase totalidade, transitava para o controle da Companhia, detentora ainda do exclusivo da comercialização de vinhos, aguardentes e vinagres carregados na cidade do Porto com destino às Capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro,

³⁸ Idem, *ibidem*, fl. 15, cap. XXIX.

³⁹ Idem, *ibidem*, fl. 14, cap. XXVIII.

⁴⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da, *Absolutismo Esclarecido ...*, p. 40.

⁴¹ A. D. P., *ibidem*, fl. 17, cap. XXXII.

⁴² Idem, *ibidem*, fl. 18, cap. XXXIII.

Baía e Pernambuco⁴³. Em simultâneo, salvaguardava-se a possibilidade de penetração nos mercados europeus, sem qualquer impedimento⁴⁴.

4. MEIOS DE FISCALIZAÇÃO

Definida a área e capacidade de intervenção na produção e comercialização dos vinhos do Douro, o documento define os meios de fiscalização dos sectores assim intervencionados.

No que se refere à região demarcada, o controle era efectuado a partir da obrigatoriedade de fazer acompanhar, todos os vinhos que nela circulassem ou dela saíssem, de uma guia passada pela Companhia, da qual constavam elementos de identificação da propriedade de que eram provenientes, o nome do proprietário e do destinatário, bem como um esboço do trajecto que percorreriam (procurava-se evitar a entrada de vinhos de outras regiões, que, misturados com os genuínos, adulterassem a sua qualidade). Esta documentação acompanhava os vinhos com destino à cidade do Porto e era obrigatoriamente mostrada aos Comissários da Companhia nos diversos postos de controle⁴⁵.

A acção fiscalizadora era extensiva aos mercados externos. Os vinhos com destino ao exterior só poderiam ser embarcados na cidade do Porto, depois de vistoriados pela Mesa da Companhia, a quem eram apresentados os certificados de proveniência. Esta, decidia sobre a classificação a atribuir, separando os de melhor qualidade para exportação, reservando os restantes para se «consumirem na terra». Todo este processamento estava sujeito a registo geral e previa-se a impressão anual de listas a remeter às alfândegas dos mercados importadores das quais constavam os quantitativos embarcados, os destinatários, bem como os nomes dos responsáveis pelo transporte⁴⁶.

5. ADMINISTRAÇÃO E CAPITAL

No que respeita à avaliação da capacidade real de intervenção da Companhia no sentido de perseguir aqueles objectivos, o documento mostra-nos algumas vertentes através das quais se torna possível efectuar tal aferição.

A sua gestão era confiada a um Provedor, doze Deputados, um Secretário e seis Conselheiros.

⁴³ Idem, *ibidem*, fl. 11, cap. XIX.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, fl. 14, cap. XXVI.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, fl. 16, cap. XXX.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, fl. 16, cap. XXXI.

Recrutados entre os accionistas, estes deveriam ser obrigatoriamente homens de reconhecida competência no comércio dos vinhos e, para além deste requisito, ao Provedor e Deputados exigia-se possuírem participação significativa nas acções da organização (sempre acima de dez mil cruzados)⁴⁷.

A legitimidade do corpo gestor era sancionada através de processo eleitoral com periodicidade bienal e amplamente participado, uma vez que nele podiam comparecer os accionistas cujo capital ascendesse a três mil cruzados. Os detentores de menores participações não eram excluídos do processo, visto que poderiam juntar-se até perfazerem aquele montante e delegar o voto assim conseguido⁴⁸.

À administração era permitida uma actuação com total independência relativamente aos tribunais régios, maiores ou menores, dependia do monarca em primeira instância. As suas decisões diziam respeito apenas aos accionistas e «não tocam à Fazenda de S. Magestade»⁴⁹.

O poder da administração da Companhia era ainda reforçado pelo facto de os lugares de Provedor e Deputado nobilitarem quem os ocupasse, sem prejuízo dos accionistas já herdeiros dessa condição. Ficavam também habilitados a receber os hábitos das Ordens Militares, após o cumprimento de dois anos de mandato⁵⁰.

A Companhia dispunha de jurisdição privativa⁵¹. Para tanto a Mesa indicava um Juiz Conservador, escolha sujeita a confirmação régia. Este magistrado detinha capacidade de intervenção, sem apelação, nos casos cível e crime até 100 cruzados. Ao mesmo tempo que reforçava o poder dos órgãos administrativos⁵², o Juiz Conservador funcionava como garante da observância prática de outros privilégios e competências outorgadas à instituição, com capacidade de recurso às justiças do Rei se necessário fosse, nomeadamente Juizes do Crime e Alcaides da cidade do Porto⁵³.

Finalmente, é de referir neste âmbito que o Provedor, Deputados, Secretário e Conselheiros não podiam ser presos sem o consentimento do Juiz Conservador, a menos que o fossem na situação de flagrante delito, enquanto aos Comissários era concedida licença de porte de armas brancas e de fogo⁵⁴. No sentido de que a hierarquia administrativa do organismo funcionasse com operacionalidade até

⁴⁷ Idem, *ibidem*, fl. 2 cap. I e II.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, fl. 2 cap. III.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, fl. 20, cap. XXXV.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, fl. 21, cap. XXXIX.

⁵¹ Idem, *ibidem*, fl. 4, cap. VII, competência alargada por Alvará de 30 de Dezembro de 1760. Cf. MACEDO, Jorge Borges de, *A situação conómica no tempo de Pombal...*, p. 51.

⁵² Idem, *ibidem*, fl. 21, cap. XXXVII. Neste capítulo outorga-se capacidade à Companhia para cobrança de dívidas, como se as mesmas respeitassem à Fazenda Real.

⁵³ Idem, *ibidem*, fl. 23, cap. XLII.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, fl. 23, cap. XLIII.

ao patamar mais baixo da pirâmide, a ofensa a qualquer oficial ao seu serviço previa-se vir a ser punida com o mesmo rigor que se castigavam os detractores dos oficiais de justiça do Rei⁵⁵.

A juntar à poderosa administração, o capital da Companhia parece ter sido outro vector importante para a sua efectiva intervenção no sector.

Arranca desde logo com um capital elevado, um milhão e duzentos mil cruzados, repartido em acções de quatrocentos mil réis, metade do qual era realizado em vinhos e o restante em dinheiro⁵⁶. Este não podia ser retirado pelos accionistas durante vinte anos, prazo que poderia ser prorrogado por mais dez⁵⁷. A primeira divisão de lucros apenas teria lugar pelo mês de Julho do terceiro ano de funcionamento da instituição e daí em diante realizar-se-ia com periodicidade anual no mesmo mês⁵⁸.

Esta reserva de capital destinava-se à concessão de empréstimos aos accionistas, que, embora não pudessem exceder 50% do capital das acções que haviam subscrito, deles podiam beneficiar a uma taxa de juro baixa (3% ao ano). Estas facilidades cobriam não apenas o amanho das vinhas «*mas também o que mais lhes convier para algumas daquellas despezas miudas, que a conservação da vida humana faz quotidianamente indispensáveis*»⁵⁹. Pode daqui inferir-se que a gravidade da crise duriense não se circunscrevia ao grande negócio, mas atingia de facto a subsistência das gentes.

Ficou também consubstanciado neste diploma significativo protecção ao sector, que funcionou como mais um mecanismo de intervenção da Companhia. Assim, no que respeita às matérias primas destinadas à confecção de vasilhame, esta, garantia o regular fornecimento⁶⁰, dispunha de poderes para requisitar trabalhadores, tanoeiros, taberneiros e outros artífices que lhe fossem indispensáveis, capacidade extensiva à ocupação de barcos, casas para escritórios, armazéns e vasilhas⁶¹.

No tocante à exportação de vinhos para o Brasil, garantia-se o regular abastecimento daquele mercado através da constituição de uma reserva de 10.000 pipas⁶². Para além disso, a Companhia chamava a si a organização dos embarques, comprometendo-se a não afastar os mestres capitães do Porto do negócio dos carregamentos para a *Nova América*⁶³, dado que só recorreria a navios pró-

⁵⁵ Idem, *ibidem*, fl. 22, cap. XL.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, fl. 7, cap. X.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, fl. 25, cap. XLVII.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, fl. 26 cap. XLVIII.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, fl. 7, cap. XI.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, fl. 8, cap. XII.

⁶¹ Idem, *ibidem*, fl. 6, cap. VIII.

⁶² Idem, *ibidem*, fl. 8, cap. XIII.

⁶³ Idem, *ibidem*, fl. 9, cap. XIV.

prios para o efeito, quando esgotada a capacidade de transporte dos particulares. Contudo, passa a gozar do direito de fixar o preço dos fretes⁶⁴.

Aos lavradores assegurava um preço mínimo pela entrega dos vinhos, fixado em função da aferição da qualidade e mantido anualmente, independentemente das flutuações da produção⁶⁵.

6. DA CIDADE EM FESTA (1756) À CIDADE AMOTINADA (1757)

Como ficou demonstrado, a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* tinha por objecto primeiro a resolução da crise de qualidade que afectava os vinhos durienses. O documento de Instituição, vimo-lo, mostra quais os meios ao dispor do novo organismo para conseguir tal desiderato, nomeadamente a definição de uma área de intervenção que lhe proporciona o controle, quase exclusivo, da produção e comércio interno e externo daqueles vinhos.

Está também patente neste documento, que a Companhia foi dotada de forte capacidade de fiscalização e de intervenção nas áreas definidas, assegurada solidamente por uma administração investida de poder efectivo, legitimado por sufrágios participados, detentora de maleabilidade gestonária real, assegurada por avultada reserva de capital e de capacidade jurídica, que prefiguram um proteccionismo, com garantias de sucesso. Tratando-se embora de um gigantesco monopólio sectorial, a expectativa criada quanto à concretização da sua finalidade primeira, superar a crise vinícola, justifica o facto de a instituição da Companhia, ter sido acolhida com manifestações festivas e de júbilo, quer na região do Douro, onde os sinos tocaram a rebate e as luminárias decoraram as janelas das casas, quer na cidade do Porto, onde além de tais procedimentos, se multiplicaram as felicitações a Luís Beleza de Andrade, num clima de festa a que a Câmara se associou, encetando mesmo diligências junto do Cabido para que se cantasse um *Te-Deum* de acção de graças pelo sucedido e em prol da longevidade de um monarca tão zeloso dos bens dos seus fiéis vassallos⁶⁶. Cabe aqui formular a interrogação: teria este regozijo colhido apoio unânime entre a população do Douro e da cidade do Porto, ou pelo contrário não passou de mais um acto correspondido pela popula-

⁶⁴ Idem, *ibidem*, fl. 9, cap. XV.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, fl. 8, cap. XIV.

⁶⁶ As diligências da Câmara junto do Cabido foram infrutíferas. Embora manifestando comunhão de propósitos com a edilidade, o Cabido recusou participar no *Te-Deum*. Socorreu-se então da Igreja de Nossa Senhora da Graça e do Colégio dos Meninos Órfãos que estavam sob a sua responsabilidade administrativa. Por certo, os interesses da Companhia, colidiam com os da Mitra, detentora na região do Douro, entre outros bens, de dois terços da renda da Régua. A. D. P. Cartório da Mitra, n.º 6). Da parte do clero regular, regista-se a adesão dos Jesuítas que fizeram tão copioso fogo «que parecia quererem queimar o Convento; os repiques eram iguais ao fogo das luminárias, quase se não compreendendo como se não quebraram os sinos!» Cf. FONSECA, Álvaro Moreira da, *O Vinho do Porto na Época dos Almadás*, p. 27-28.

ção, destinado a demonstrar a natural satisfação das elites que associam ao exercício do poder a festa cívica como forma de legitimar esse mesmo poder?

Se existem dúvidas sobre o apoio do povo miúdo do Douro e do Porto às manifestações oficiais de júbilo pela instituição da Companhia, voltando um pouco atrás, sabe-se coexistirem com esse optimismo em torno da Instituição, inimigos do projecto que, desde a primeira hora, não se pouparam a esforços para verem gorar a iniciativa. Beleza de Andrade, em Maio de 1756, quando procurava colocar vinhos na Rússia, seguindo as pisadas de Pancorbo, viu, por três vezes, os ingleses retirarem-lhe os mestres e os pilotos de navio indigitados para a concretização do transporte⁶⁷. Comerciantes ingleses e os seus representantes portugueses na cidade do Porto não esconderam nunca as suas posições francamente contrárias à Companhia, mesmo antes de ela ter tido existência efectiva. Ainda em Junho de 1756, contrariando procedimentos correctos, modestos comerciantes, caixeiros e moços de ingleses procediam com dolo e malícia ao carregamento de vinhos em navios da frota para o Brasil, fazendo com que o produto embarcado corresse o risco de adulteração, face aos fortes calores estivais. Tal tarefa era normalmente realizada em Agosto. Nessa época, ao tomar conhecimento do sucedido, o próprio Sebastião José de Carvalho e Melo deu ordens no sentido de se impedir tal indisciplina, às quais tiveram a ousadia de desobedecer vários comerciantes e estivadores, partidários dos ingleses, numa primeira manifestação sediciosa contra a Companhia, ainda em projecto⁶⁸.

Partiu dos mesmos homens de negócio britânicos e dos seus agentes no Porto a iniciativa de inviabilizar a criação da Companhia, através de um processo clandestino de descapitalização dos potenciais compradores de acções da mesma, oferecendo juros elevados na remuneração de capitais colhidos na cidade do Porto, que lhes permitiam, simultaneamente, comprar grande quantidade de vinhos na região duriense⁶⁹, diminuindo, por esta via, a outra forma de subscrição de acções na Companhia, ou seja, através da entrega de vinhos.

Como se vê, o processo de criação da *Companhia dos Vinhos* não foi pacífico, nem linear, e a sua complexidade não irá por certo ser resolvida nestas curtas linhas. Deve no entanto salientar-se que o monopólio britânico do sector comercial dos vinhos do Porto constituiu o obstáculo mais difícil de ultrapassar. Com efeito, estima-se que, em 1756, fosse já numerosa a comunidade britânica do Porto, em virtude da tradicional ligação entre esta praça e as praças comerciais do Sul da Inglaterra, que, estimulada pelos acordos celebrados em 1703, cresceu durante a primeira metade do século XVIII.

Embora os estatutos da Companhia se mostrassem abertos à participação de

⁶⁷ FONSECA, Álvaro Moreira da, *ob. cit.*, p. 38.

⁶⁸ *Idem, ob. cit.*, p. 32-33.

⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 38-39.

accionistas estrangeiros⁷⁰ e os ingleses, imbricados de longa data no comércio, exportação e, em insignificantíssima escala, na produção de Vinho do Porto vissem de alguma forma salvaguardada a sua posição, cedo constataram que a solução adoptada cerceava a sua liberdade de actuação na transacção de vinhos e aguardentes e tornava inviável continuarem a acalentar esperanças de maior penetração no mercado brasileiro⁷¹. Por outro lado, o exclusivo do fabrico e venda de aguardente nas províncias do Norte de Portugal de que a Companhia passou a fruir colidia com os interesses dos britânicos que, com a mesma finalidade, tinham adquirido equipamentos dispendiosos⁷². Por isso, a nova política económica para o sector, viria a afastar cerca de 20% dos comerciantes ingleses do ramo, durante o período pombalino⁷³. Este descontentamento tomou também os mais directos colaboradores de negociantes britânicos, representantes, comissários e empregados, que constituíram antes, e sobretudo depois da publicação do Alvará de Setembro de 1756, um forte grupo de pressão na cidade do Porto, cujas posições foram encontrando eco nas restantes camadas da sociedade portuense ligadas de alguma maneira ao comércio do vinho e desencantadas relativamente às expectativas que a criação da Companhia havia criado, à medida que do papel se passava à prática.

A redução do número de tabernas, imposta pela criação da Companhia, trouxe também descontentamento a largas camadas da população da cidade que se dedicavam à venda de vinho aquartilhado. Não se trata apenas de proprietários desse tipo de estabelecimentos, uma vez que este comércio era exercido em acumulação com a venda de outros produtos. Sabe-se no entanto que, em 1756⁷⁴, existiriam no Porto cerca de seiscentas tabernas, do que se conclui que pelo menos 500 taberneiros e respectivas famílias foram afectados pela medida constante do capítulo XXXII do alvará. Ainda que, clandestinamente, quizessem continuar a vender vinho, os visados encontrariam, por certo, grandes dificuldades na obtenção do produto, face à exclusividade dos fornecimentos para venda ao ramo na cidade e zona circundante de que a Companhia era usufrutuária.

Estas circunstâncias acabariam por transformar os atingidos em destacados líderes de acção no decurso dos motins.

Juntam-se-lhes os tanoeiros, grupo sócio-profissional, hoje quase em vias de extinção, outrora numeroso na cidade⁷⁵. Pelo menos desde 1443⁷⁶ constituído em

⁷⁰ A. D. P., *idem*, fl. 24, cap. XLVI.

⁷¹ *Idem*, *ibidem*, fl. 11, cap. XIX.

⁷² Cf. SCHNEIDER, Susan, *ob. cit.*, p. 174.

⁷³ *Idem*, *ibidem*, p. 182.

⁷⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 38.

⁷⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo...*, p. 205 (Em 1566, na cidade e arrabaldes contavam-se 80 a 90 tanoeiros).

⁷⁶ CRUZ, António, *Os Mesteres do Porto*, Porto, 1943, p. LXVI. Em 25 de Maio de 1443, foi nomeado

Corporação e, desde 1621⁷⁷, com Confraria própria erecta no Mosteiro de São Francisco, viu-se sériamente afectado na sua autonomia e liberdade de acção profissional.

Com efeito, o capítulo VIII do documento de instituição, ao reservar à Companhia a possibilidade de requisitar os tanoeiros e oficiais do mesmo ofício, indispensáveis à prossecução do seu objecto, colide com os interesses da classe no que toca ao livre exercício da profissão e traduzia na prática a sua submissão à Companhia, já que era esta que controlava a matéria prima e, por certo, os preços a praticar. Acresce que grande número de oficiais deste ofício se dedicavam, em paralelo, ao comércio vinícola⁷⁸, até aí exercido em plena liberdade e, após a criação da nova instituição, sujeito a controle rigoroso.

E que dizer dos *arraís*? Se é certo que não aparecem referenciados com esse qualificativo na lista dos acusados, aí, é pelo menos mencionado um «marinheiro»⁷⁹, designação pela qual gostavam de ser conhecidos os tripulantes dos barcos rabelos que sulcavam o Douro, para se distinguirem dos barqueiros que manejavam as inúmeras barcas de passagem existentes ao longo do curso do rio⁸⁰. Também este grupo não teria ficado satisfeito ao ver reduzida a livre contratação dos seus serviços. Por outro lado, reportando-me ainda aos dados dos *Livros da Imposição do Vinho*, relativos a 1702, a actividade destes homens no sector vinícola não se resumia apenas ao transporte das pipas entre o Douro vinhateiro e o Porto. Quer dizer, também eles manifestavam vinho em seu nome e o comercializavam livremente antes da instituição da Companhia⁸¹.

Uns e outros tiveram assim boas razões para marcar presença nos motins.

Os pequenos armazenistas, fornecedores do mercado brasileiro, foram outro grupo que viu diminuir os seus lucros e a sua acção limitada a uma reduzida faixa de comércio livre, face ao quase monopólio que era concedido à Companhia, no que diz respeito àquele tão importante como tradicional mercado para os vinhos do Douro⁸².

João Fernandes para exercer o cargo de Vedor deste ofício, após algumas desordens em que se envolveram os tanoeiros do Porto, que a Câmara foi chamada a pacificar.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. XXIII.

⁷⁸ No *Livro da Imposição do Vinho* relativo a 1702, são referenciados 7 tanoeiros a manifestar quantidades apreciáveis de vinho e 3 figuram como representantes de comerciantes portuenses ligados ao comércio de vinhos. A. H. M. P., *Imposição do Vinho* – Liv. 1320.

⁷⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da, *Absolutismo Esclarecido ...*, p. 82.

⁸⁰ MATTOS, Armando, *O Barco Rabelo*, Porto, 1940, p. 84.

⁸¹ No referido ano, é de assinalar a presença de 28 *arraís* que manifestaram, em média, cerca de 8 pipas de vinho cada um. A. H. M. P., *Livro da Imposição do Vinho*, 1320. Tudo indica que esta gente, de algum modo, foi também afectada nos seus parcos ganhos quotidianos com a Instituição da Companhia.

⁸² SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo...*, p. 149. No quadro das exportações de vinho a partir da cidade do Porto em 1626, o Brasil ocupa lugar destacado.

Finalmente, os consumidores, para quem, à primeira vista, não parecia ter havido prejuízos de monta, pelo contrário, a leitura do documento parece indicar que seriam beneficiados com a instituição da Companhia. No entanto, acabaram por aderir aos motins e em tal número, que não deixa dúvidas que também a estes não agradou a nova fórmula encontrada para a venda de vinho ao «ramo». Embora os preços ao consumidor, impostos pela Companhia, tenham sido praticamente os mesmos que a Câmara aprovou nos cinco anos antecedentes⁸³, o regime de monopólio em que a actividade de venda de vinho passou a efectuar-se⁸⁴ terá conduzido a um aumento da perda de qualidade dos vinhos transaccionados, chegando mesmo a correr boato na cidade de que havia gente que morria subitamente após ingestão de vinho em condições impróprias para consumo. Naturalmente que a Companhia era por isso responsabilizada. Boatos como este poderiam ter sido lançados pelos mentores e líderes de opinião da revolta, tendo em vista angariar apoios nas massas populares. Não se pode no entanto excluir a hipótese de haver alguma autenticidade nas queixas contra a má qualidade do vinho.

7. CONCLUSÕES

O alvará de 1756, confirmando o estabelecimento da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, redigido em linhas gerais no Porto, durante o mês de Agosto daquele ano, apontou as suas «baterias» de forma decidida contra os ingleses estabelecidos na cidade, cuja principal actividade consistia em servirem de intermediários no comércio de vinhos entre o Douro e a cidade do Porto, ou a partir dela para os portos ingleses e daí para outros destinos. Deste quase monopólio comercial apenas beneficiavam os próprios e uns quantos seus delegados ou representantes quer no Douro quer na cidade do Porto, bem como os empregados que a suas actividades sustentavam.

Em última análise e apesar de uma primeira fase de prosperidade estimulante da substituição do grão pelo bacelo, quem menos lucrou com o incremento da cultura da vinha registado na região duriense ao longo do derradeiro quartel do século XVII e primeira metade do século XVIII, suscitado pela dinâmica comercial inglesa, foram os pequenos produtores. Muito embora ressumbre dos textos de Beleza de Andrade algum exagero na descrição da situação no Douro antes de instituída a Companhia⁸⁵, foi junto dos lavradores de menores recursos que mais se fizeram sentir os efeitos nefastos da crise instalada a partir de 1754.

⁸³ SILVA, Francisco Ribeiro da, *Absolutismo Esclarecido...*, p. 64.

⁸⁴ A. D. P., *Idem*, fl. 14, cap. XXVIII.

⁸⁵ Tal discurso servia o seu intuito de pressionar a corte a tomar a decisão mais favorável ao consumir dos seus propósitos pessoais e dos grandes produtores que representava, o controle hegemónico do sector produtivo e de lhe ver associado o comércio.

Por outro lado, a ambiência política nacional da época, marcada pelo arranque da execução do projecto político de Pombal⁸⁶, não deixava lugar à manutenção do monopólio inglês, antes era propósito do poder afastar os britânicos e entregar nas mãos da burguesia nacional os grandes empreendimentos comerciais.

Deste modo, a coroa, aproveitando o descontentamento do sector produtivo dos vinhos do Douro, cujos principais representantes não escondiam propósitos consonantes com a opinião do Marquês relativamente à presença britânica no sector, procedeu à substituição de um monopólio, gerado em liberdade comercial, liderado por comerciantes ingleses do ramo fixados no Porto, por outro, definido em conformidade com os desígnios políticos da coroa e por ela tutelado, cujos destinos foram confiados aos grandes proprietários de terras produtoras de vinhos no Douro, na sua maior parte também residentes na cidade do Porto que, ao invés de se aplicarem na resolução efectiva dos problemas com que a pequena lavoura duriense se via confrontada, primeiro se apressaram a distribuir entre os seus pares e apaniguados os benefícios decorrentes do estatuto de Provedor, Juiz, Deputado e dos muitos lugares de Comissário da nova instituição gestora dos vinhos durienses.

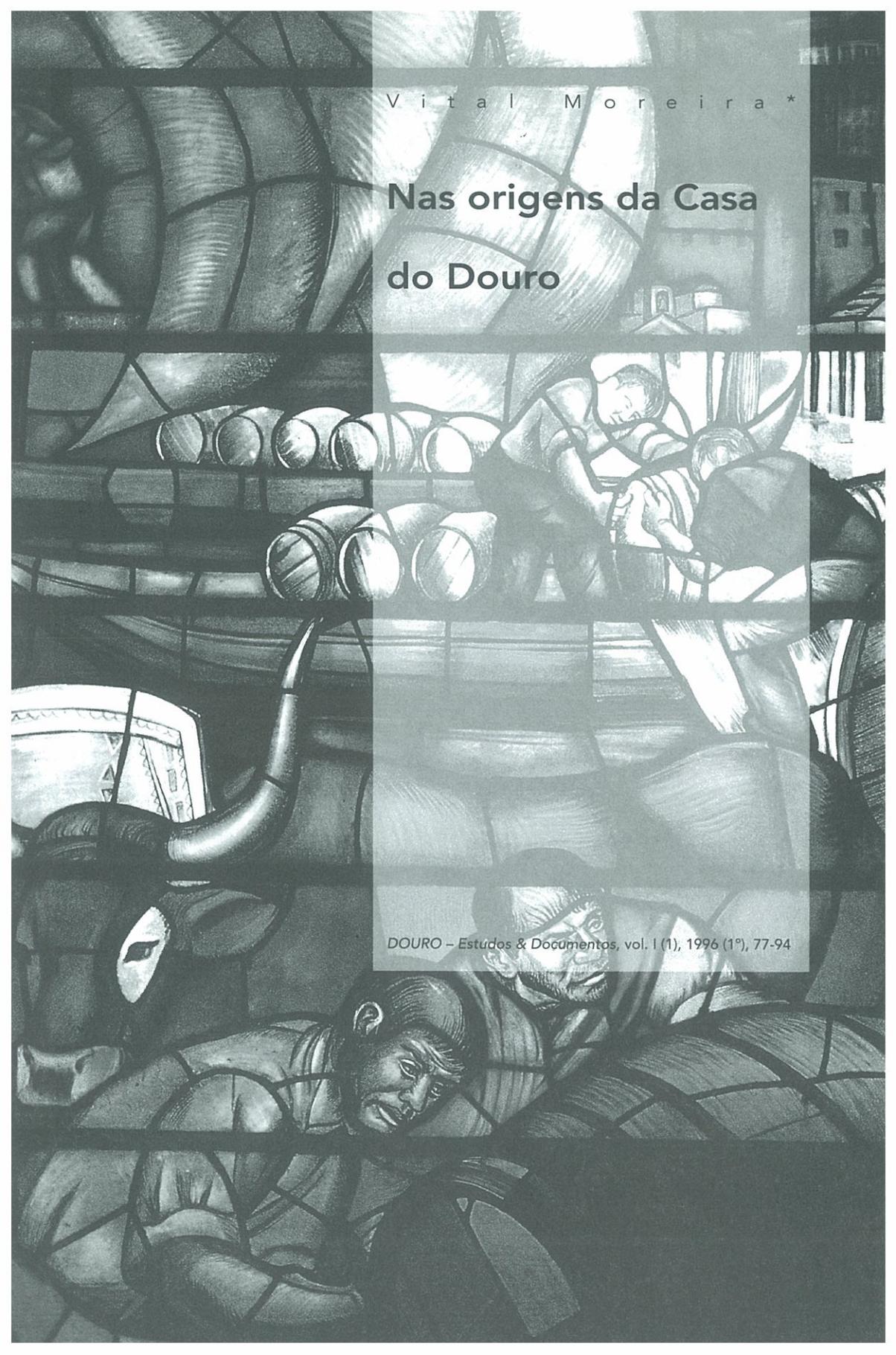
Estamos em crer que os motins do Porto de 1757 radicaram, entre outros factores, na circunstância de a confirmação régia do alvará de 1756 a coberto da necessidade de resolver uma grave crise no sector dos vinhos do Douro, numa primeira fase, ter apenas feito o monopólio inglês transitar de mãos, com benefício para os grandes produtores durienses radicados na cidade do Porto, que, poucos meses volvidos se encontram instalados nos cargos que a hierarquia da nova entidade gestora do negócio dos vinhos integrava. No centro, esquecidos, ficaram pois, taberneiros sem licença para o exercício da sua actividade, vendeiros de vinho impedidos de complementarem os seus parcos ganhos na venda de outros produtos, com o lucro que arrecadavam da venda de vinho aquartilhado; os tanoeiros lesados pelos empecilhos levantados ao livre exercício do seu ofício e às suas actividades no pequeno comércio de vinho, limitações extensivas aos arraís do Douro; os pequenos exportadores, reduzidos à insignificância perante o gigantismo da nova estrutura e uma massa significativa de consumidores que bebem o vinho que a Companhia quer que eles bebam e pelo qual pagam o preço que esta determina.

Foi esta fatia da sociedade portuense que, marginalizada, sentindo através do

⁸⁶ Pombal havia delineado, ainda em Inglaterra, um projecto de acção política do qual constava a recuperação, no sector económico, do grande comércio colonial que havia feito a riqueza e a grandeza do nosso século de ouro. Cf. DIAS, José Sebastião da Silva, *ob cit.*, pp. 185-318. A constituição das grandes companhias comerciais de vocação colonial, ao mesmo tempo espicaçantes do desenvolvimento do tecido produtivo metropolitano, foi a grande aposta dessa política. A *Companhia dos Vinhos* encaixava perfeitamente nestes objectivos.

agravamento das suas condições de vida o peso de políticas de cunho marcadamente absolutista, manipulada subrepticamente por ingleses despeitados e seus agentes, verdadeiramente encarnou a revolta contra um organismo que antes aplaudira, desafiando uma vez mais⁸⁷ na rua os poderes dominantes, em nome da defesa dos valores em que acreditava.

⁸⁷ Foram muitas as ocasiões em que a cidade do Porto se manifestou contra o poder próximo, o do Bispo D. Martinho Rodrigues, ainda nos tempos medievos (1210), ou o do Rei, mais afastado, aquando do Motim dos Portos Secos (1592), do Motim das Maçarocas (1629) e do Motim do Papel Selado (1661).



Vital Moreira *

Nas origens da Casa do Douro

DOURO – Estudos & Documentos, vol. I (1), 1996 (1º), 77-94

▪ Faculdade de Direito de Coimbra.

Pormenor do vitral da Casa do Douro, na Régua.

No início dos anos 30 do presente século a crise abatera-se mais uma vez, de forma dura, sobre a região vinhateira do Douro. A exportação descera, os preços degradavam-se, a produção ficava sem comprador. A crise económica internacional batia à porta do vinho do Porto¹.

A organização de regulação oficial então existente, a Comissão de Vitivinicultura da Região do Douro (CVRD), criada segundo o modelo institucional implantado pela legislação de 1907-8, e constituída por representantes eleitos pelos viticultores, mostrava-se inapta para atacar a crise. Desprovida de instrumentos de intervenção no mercado e de assistência financeira, dotada apenas de deficientes meios de disciplina e de fiscalização administrativa, ela estava inerme perante os aspectos essenciais da crise. Cresceu por isso na região demarcada do Douro (RDD) a reclamação de uma nova forma de organização institucional que tivesse poderes efectivos para disciplinar a produção e o comércio, para assegurar o escoamento da produção e para garantir os preços².

A evolução política do país após a queda da República e o clima ideológico prevalecente favoreciam as ideias de intervencionismo do Estado, de disciplina e regulação pública da economia, bem como de organização profissional oficial dos sectores económicos. Seis anos depois do 28 de Maio 1926, o novo regime político estava em vias de se institucionalizar constitucionalmente na forma de um «Estado Novo», corporativo, autoritário, antiliberal e intervencionista na economia.

As reivindicações durienses de protecção estadual, de organização da produção face ao comércio, de associação global dos viticultores, de auto-regulação regional, de disciplina da economia do vinho do Porto, casavam-se em geral com os propósitos do novo regime no respeitante à ordem económica. No ano de 1932, com a crise da região a atingir proporções alarmantes, ganha apoios a ideia de organizar e federar obrigatoriamente toda a viticultura em «sindicatos vitícolas», e estes numa «federação de sindicatos», com poderes bastantes para governar a economia vinhateira do Douro, e em particular a produção e comércio do vinho do Porto³.

O Governo vai apropriar-se da ideia e criar a organização por decreto, submetendo-a a extenso controlo estadual, como instância da Administração indirecta

¹ Sobre as circunstâncias históricas que levaram à criação da Casa do Douro ver AMORIM, Carlos, *Casa do Douro – Quinquagésimo aniversário* (Régua, 1983) e *Fundação da Casa do Douro* (Favaios, 1991) e ROSEIRA, Luís, *Uma vida pelo Douro*, Porto, Edições Asa 1992, p. 106 ss.

² Sobre a organização, competência e vicissitudes da CVRD ver *infra* o Anexo II.

³ Até aos anos 30 e à legislação corporativa do Estado Novo, o termo «sindicato» não estava reservado para as organizações representativas dos trabalhadores, as quais adoptavam então a designação de «associações de classe», juntamente com as associações patronais (em sentido estrito). Aquele termo designava em geral as organizações de proprietários agrícolas, bem como as associações industriais e financeiras, com funções de intervenção no mercado.

do Estado. Mais tarde virá a sua integração formal na organização corporativa do Estado Novo.

OS PRIMEIROS PROJECTOS DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A ideia da Casa do Douro como federação obrigatória de todos os viticultores durienses não se apresentou evidente desde o início. Antes dela outras soluções foram adiantadas.

A primeira ideia foi a de constituir uma *adega regional*, na base da legislação existente, com funções de regulação da produção e do mercado.

A figura das adegas regionais era uma modalidade das *adegas sociais*, legalmente previstas pela primeira vez entre nós por diploma de 30.9.1892. A lei do «fomento vinícola» de 14.6.1901 fazia delas um dos esteios da política de apoio estadual à economia vinícola. O diploma regulamentar dessa lei distinguia nas adegas sociais duas modalidades: as *adegas sociais regionais*, «estabelecidas e exploradas com o auxílio do Estado», e destinadas a aperfeiçoar os «tipos regionais» de vinho; e as *adegas sociais livres*, formadas por livre iniciativa de associações de viticultores, independentemente de intervenção ou auxílio do Estado. Das oito adegas regionais previstas pela lei de 1901, uma respeitava à «região duriense». Mas esta, tal como as demais, não chegou a constituir-se⁴. Muito mais tarde, a lei de «bases do fomento vitivinícola», de 17.12.1930, já no período da ditadura militar que precedeu o Estado Novo, veio determinar a criação de uma adega regional em cada uma das regiões demarcadas, as quais, além das suas funções de vinificação colectiva, poderiam ter também «funções de venda e exportação».

Avançar com a criação da Adega regional, tal foi justamente a proposta aprovada pelos «representantes da região do Douro», reunidos na Régua em 2.6.1932 (cf. Anexo III, documento nº 1)⁵. Competiria à Adega adquirir uvas ou vinhos dos seus associados, tanto generosos como de pasto, sendo estabelecidos preços mínimos de aquisição. Todos os exportadores de vinho do Porto ficavam obrigados a comprar mensalmente à Adega uma quantidade igual a 30% do vinho que exportassem no ano anterior. A Adega teria uma forte participação estadual, tanto no seu financiamento como na sua direcção, visto que o conselho de administração seria constituído pelo presidente da Comissão de Viticultura do Douro – que

⁴ Está por fazer a história das adegas sociais, até ao lançamento do programa de adegas cooperativas já sob o Estado Novo; mas tudo indica que não chegaram a alcançar importância significativa.

⁵ Pela sua extensão, o apêndice documental deste artigo não pôde ser publicado, na íntegra, neste número da revista. A sua importância justificou, no entanto, a edição simultânea de uma monografia, publicada pelo GEHVID, em colaboração com a Casa do Douro.

legalmente era eleita pelos viticultores, mas que nessa altura já cedera o lugar a uma comissão administrativa, de nomeação governamental –, pelo director da Estação Vitivinícola do Douro – que era um organismo oficial do Estado – e por um delegado especial do Governo (tal era o esquema transitório de gestão previsto na referido diploma de 1930 para as adegas regionais). Se esta proposta tivesse ido para a frente, passaria a haver uma repartição de funções entre a Comissão de Viticultura, como organismo de disciplina administrativa, e a Adega regional, como organismo de apoio à produção e de regularização do mercado. Mas a projectada adega regional nunca viria a ter existência⁶.

Não tardaram a surgir novas ideias para o problema institucional do Douro. Logo em Julho a «Comissão de Defesa do Douro» – constituída por proeminentes viticultores –, em representação enviada ao chefe do Governo, propunha a criação de uma «Casa do Douro», que, na ideia dos proponentes, deveria ser «formada por um cartel, constituído por lavradores e negociantes, com a superior direcção do Estado, a que fosse confiada a fiscalização das aguardentes e dos vinhos de exportação, apresentando estes como padrão de genuinidade e de bondade» (cf. Anexo III, documento nº 2). Foi assim, desta forma nebulosa, que pela primeira vez veio à luz a ideia daquilo que viria a ser a Casa do Douro⁷.

A CAMINHO DA «SINDICALIZAÇÃO» OFICIAL DA LAVOURA DURIENSE

Até aqui os projectos de reforma não punham em causa a CVRD como organismo oficial de regulação da RDD. Tratava-se, antes, de criar ao lado dela outras instituições destinadas a desempenhar tarefas que não constituíam atribuições suas. Mas o rápido agravamento da crise depressa fez evoluir as propostas de reforma institucional, que breve assumiram foros de total reformulação, no sentido da criação de uma associação obrigatória representativa de toda a viticultura, com funções de regulação e de intervenção, *em substituição da Comissão de Viticultura*. Num meio em que o espírito e a cultura associativas nunca tinham sido fortes, a lei ia suprir o défice organizatório dos interessados.

O ponto de partida da nova organização vai ser constituído pelos *sindicatos agrícolas* existentes, constituídos na base do Decreto nº 5 219 de 6-1-1919⁸. Eram associações de agricultores com fins de defesa dos interesses dos seus associa-

⁶ A única região demarcada onde se constituiu uma adega regional foi a de Colares, justamente em 1930. Ela haveria de vir a transformar-se no órgão de governo exclusivo dessa região, além de deter o monopólio da vinificação na região demarcada.

⁷ O nome de «Casa do Douro» surgira oficialmente pela primeira vez na Lei nº 881, de 16-9-1919, para designar o serviço especial de «Fiscalização do comércio de vinhos do Porto», da CVRD, com sede no Porto.

⁸ A instituição dos «sindicatos agrícolas» remontava entre nós a 1894, sob influência francesa. Receberam logo nova regulamentação em 1896. Necessitavam de aprovação governamental, mas só

dos, incluindo assistência técnica e económica (aquisição de meios de produção, venda de produtos agrícolas dos associados). Tinham em princípio base concelhia ou inferior, mas podiam congregar-se em uniões distritais e regionais e mesmo numa união nacional. A lei conferia-lhes prerrogativas várias em matéria fiscal e descontos nos transportes públicos e noutros departamentos oficiais (laboratórios, etc.). Tinham a faculdade de fundar caixas de crédito agrícola mútuo, bem como cooperativas.

De acordo com o referido projecto de sindicalização geral da lavoura duriense, tratava-se de organizar todos os viticultores em sindicatos obrigatórios de base local e associar os sindicatos numa federação regional, que seria munida com os meios financeiros e poderes jurídicos necessários para fazer sair a região das dificuldades em que se encontrava.

É por isso que a Casa do Douro vai nascer como *Federação sindical dos viticultores da região do Douro (FSVRD)*. Ela surge de um impulso associativo da própria região, a partir da ideia de multiplicação dos poucos sindicatos então existentes e sua federação. Mas a organização tinha de ser instituída por via legislativa, pois só desse modo ela poderia abranger oficialmente toda a viticultura.

O movimento associativo no Douro não era inexistente nem recente. Já a lei cabralista de 1843 – sobre a ampliação dos poderes da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – referia uma *Associação de viticultores do Douro*. Pouco depois estava activa uma *Associação dos agricultores do Douro*, que em 1849 dirige uma representação à Rainha pedindo providências contra a crise nessa altura existente. Mas é nos finais do século XIX que cresce o movimento associativo com real dimensão. Em 1887, em plena época da filoxera, é criada a *Liga de lavradores do Douro*, que pouco depois aparecerá a subscrever parte do capital da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal⁹. Mas todas

podiam ser dissolvidos oficialmente mediante decisão judicial. O diploma de 1919 admitiu a criação de *sindicatos de pecuária*, dedicados a criadores de gado, obedecendo aos mesmos princípios dos sindicatos agrícolas. Fora esses, os sindicatos agrícolas eram indiferenciados, abrangendo agricultores de todos os ramos e produtos agrícolas. Os sindicatos agrícolas conheceram um considerável desenvolvimento, registando-se a criação de mais de 300 até 1920 (cf. RONCON, Francisco Xavier de Miranda, *Sindicatos agrícolas*, «Agros», 6^o ano, 1922, p. 27-39). Sobre a origem e a primeira fase de implantação dos sindicatos agrícolas ver GRAÇA, Laura Larcher, *O sindicato agrícola: primeiros passos (1893-1910)*, in «Temas de economia e sociologia agrárias», Ministério da Agricultura, Lisboa 1992, p. 123-155.

⁹ O primeiro número do *Boletim* da Liga (1 de Setembro de 1887) inseria os estatutos da organização e a lista dos primeiros associados, cerca de 100, entre os quais se contavam muitos dos mais grandes viticultores do Douro. Tratava-se de uma associação destinada a adquirir e fornecer aos associados bens de produção, bem como proceder à venda dos vinhos dos seus associados, por conta deles. A revista *A Vinha Portuguesa*, no seu número de Outubro de 1887, dava conta da criação da Liga: «São muitas as facilidades que actualmente gozam os associados, quer no fornecimento de adubos, sulfureto de carbone, injectores e outros instrumentos vitícolas, quer na diminuição de preço e prontidão com que são feitos estes fornecimentos» (p. 296).

estas associações tinham sido em geral experiências efémeras e sem grande poder de mobilização da grande massa dos viticultores.

A instituição legal da figura dos *sindicatos agrícolas* na última década do século passado veio inaugurar um novo tipo de associativismo agrícola. A legislação republicana (1911, 1914 e 1919) reforçou o seu papel, sobretudo no campo da assistência aos associados.

Aparentemente os sindicatos agrícolas registaram significativo desenvolvimento na região duriense. Uma fonte assinala a existência de cinco sindicatos em 1908 na região do Baixo e do Cima Corgo (Régua, Vila Real, Sabrosa, Alijó, Tabuaço e S. João da Pesqueira)¹⁰. Em 1923 o Governo autoriza expressamente os sindicatos agrícolas da região dos vinhos generosos do Douro a constituírem uma federação¹¹. Mas em 1932 os sindicatos não cobriam toda a região e a percentagem dos seus associados estava longe de abranger a maioria dos viticultores. Para mais, os sindicatos existentes estavam «quase todos sem actividade»¹². O mesmo autor refere-se ao «aspecto lamentável do associativismo duriense»¹³. A maior parte dos sindicatos tinha «vida efémera» e «não chegava a meia dúzia os que funcionavam normalmente»¹⁴.

Não se podia portanto chegar à desejada organização da região por simples iniciativa dos viticultores e por via da associação voluntária. Impunha-se a intervenção da lei. Este ponto surge de forma muito expressiva no relatório dos líderes regionais de Setembro de 1932, ao explicarem o seu projecto de organização compulsiva da lavoura:

«Não era difícil verificar que a grei duriense se mostrava avessa à cooperação, ou por índole ou, talvez melhor, por insuficiência de educação. Frustrara-se a tentativa oficial de há perto de trinta anos para a instalação de adegas sociais, um dos recursos de então para acudir também a uma crise vinícola pavorosa. E, apesar de instituído em Portugal há trinta e seis anos, o sindicalismo agrícola a custo tem penetrado na região. Dos sindicatos existentes, alguns não funcionam, inanes à míngua de espírito animador; e os poucos que dão sinal de si, não se robustecem suficientemente, pelas condições precárias em que são forçados a actuar. As caixas de crédito, de mais delicado uso, representam apenas um incidente (...).

Nada se podia esperar, conseqüentemente, em matéria associativa e, nesta conjuntura, da espontaneidade ou da iniciativa dos viticultores. Houve, por isso, de aceitar o princípio da obrigatoriedade, sem a mais ligeira repugnância (...).»

¹⁰ Cf. GRAÇA, Laura Larcher, *ob. cit.*, p. 152.

¹¹ Que realmente se constituiu, como se deduz da referência que lhe é feita por AMORIM, Carlos, *Casa do Douro*, 1983, p. 28.

¹² *Idem, ibidem*, p. 20.

¹³ Cf. AMORIM, Carlos, *Fundação da Casa do Douro*, 1991, p. 14.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 15.

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

Por isso, nesse Verão de 1932, na iminência de mais uma colheita ruinosa, os chefes do movimento duriense preparam um projecto de organização sindical obrigatória da viticultura da região. O movimento toma forma em Julho desse ano numa reunião de sindicatos agrícolas e de viticultores, realizada no Pinhão. Segue-se uma reunião na Régua em 31 de Julho, alargada às autoridades administrativas da região, sendo aí aprovadas as «Bases da organização» institucional. Elas assentam na «sindicalização obrigatória dos viticultores durienses», mediante a «constituição da Casa do Douro». As suas atribuições fundamentais eram a de promover as vendas junto do comércio exportador, fixar anualmente um preço mínimo para os vinhos, instituir o exclusivo do fornecimento de aguardente para benefício dos vinhos, a eliminação anual dos vinhos não beneficiados, a organização e execução do financiamento aos viticultores, a garantia da genuinidade do produto e a sua defesa. Tirando a última, todas as demais extravasavam das funções da CVRD.

Obtido o assentimento destas bases pelo Governo, foi rapidamente elaborado e enviado um projecto de diploma, publicamente apresentado na região num comício realizado em Alijó em 21 de Agosto (cf. Anexo III, documento nº 3). Eram seus autores Antão de Carvalho, o grande dinamizador de todo o movimento, Camilo Bernardes Pereira e J. J. Costa Lima¹⁵.

Era um projecto de organização obrigatória de toda a viticultura em sindicatos de freguesia, associados em uniões concelhias e federados a nível de toda a região, numa federação sindical de viticultores da região do Douro, abreviadamente chamada *Casa do Douro*. Esta assumia todas as funções de regulação e disciplina da produção e comércio dos vinhos do Douro. Além das atribuições que cabiam à CVRD – que seria extinta – e das que a legislação de 1919 reconhecia aos «sindicatos agrícolas» – os quais eram integrados na Federação sindical –, a CD possuiria toda uma nova série de poderes de controlo da economia do vinho, nomeadamente a autorização de plantio de vinhas, a fixação da quantidade global de vinho a «beneficiar» em cada ano, bem como a sua repartição pelos viticultores, o exclusivo do fornecimento da aguardente, a fixação de preços mínimos de aquisição do vinho, o escoamento dos vinhos que ficassem sem comprador, a prestação de crédito, etc.¹⁶. Nesta vertente, o projecto inspirava-se largamente na disciplina pombalina (fixação de preços, garantia de escoamento, exclusivo da aguardente, etc.), não faltando sequer a proposta de exclusivo da exploração e fornecimento das tabernas da região (mas não no Porto)!...

¹⁵ Sobre estas personalidades ver o Anexo II.

¹⁶ De entre as várias funções, o relatório posteriormente elaborado pelos dirigentes vitícolas, a propósito do projecto governamental, considerava três delas «fundamentais»: a fixação de preços mínimos de venda, o escoamento e colocação dos vinhos não vendidos e o financiamento dos produtores.

Quanto à organização «sindical», ela assentava no autogoverno e total independência em relação ao Estado, não tendo o Governo quaisquer poderes de tutela, limitando-se a sua intervenção a nomear a primeira direcção da Federação.

Submetido o projecto a parecer do Conselho Superior de Viticultura – organismo consultivo central do Governo na matéria –, foram-lhe introduzidas várias alterações. Sem demora os exportadores de vinho do Porto, defensores tradicionais da liberdade de produção e comércio, vieram insurgir-se contra a proposta do Douro, através de um documento da Associação Comercial do Porto (ACP), enviado ao Governo em 14 de Setembro (ver Anexo III, documento nº 4). Em 4 de Outubro, o Governo veio a dar conhecimento público do seu projecto (ver Anexo III, documento nº 5), que se afastava em muitos pontos do projecto duriense, dando satisfação a muitas das objecções do referido Conselho e a algumas das críticas da Associação Comercial do Porto. Além disso, submetia a organização sindical a apertada tutela estadual, incluindo a nomeação governamental da direcção e a designação de um delegado do Governo com direito de veto sobre todas as deliberações da Casa do Douro (CD) e das demais estruturas da organização sindical.

A reacção da lavoura não se fez esperar. Em 9 de Outubro, numa nova assembleia de organismos e viticultores, estes condenam as modificações constantes do documento governamental, tanto quanto à diminuição de funções da CD como quanto à «subversão do princípio associativo e representativo», e nomeiam uma comissão para elaborar um relatório e preparar novo projecto compromissório, documentos concluídos sem demora (cf. Anexo III, documentos nº 6 e 7).

O Governo atenderá muitas das reivindicações, mas outras ficarão pelo caminho. A ACP ainda voltará à carga, uma e outra vez; haverá réplica dos representantes durienses (ver abaixo a troca de razões). Mas o principal estava decidido, e o Decreto contendo os estatutos da CD será aprovado a 18 de Novembro desse ano de 1932.

O CONFLITO COM A ACP SOBRE O NOVO REGIME DA PRODUÇÃO E COMÉRCIO DO VINHO DO PORTO

A criação da CD envolvia não somente uma nova forma de organização dos viticultores mas também um novo regime de regulação e disciplina da produção e comércio do vinho do Porto, que incorporava traços preexistentes, mas que acrescentava outros totalmente novos, como a limitação quantitativa da produção de vinho do Porto, a garantia de escoamento dos vinhos, o estabelecimento de preços mínimos, o controlo dos preços e do fornecimento da aguardente, etc. Em vários destes aspectos eram retomadas algumas soluções da antiga disciplina pombalina.

O nascimento da CD era também uma vitória sobre o comércio, organizado na

ACP, que, embora sem se opor frontalmente à criação daquela, desde o princípio se manifestou contra algumas das suas mais significativas atribuições, nomeadamente a fixação do quantitativo global do «benefício» em cada ano e o seu rateio por todos os produtores, bem como a faculdade da CD comercializar directamente o vinho generoso resultante das operações de escoamento de vinhos não adquiridos pelo comércio aos vitivicultores. Em nada menos do que quatro representações escritas, apresentadas ao Governo entre Setembro e Novembro de 1932 (a última das quais já depois de publicado o decreto que instituiu a FVRD), a ACP pugnou determinadamente contra a regulamentação do benefício, contra a faculdade de comercialização directa por parte da CD e contra os demais poderes desta que no entender dos exportadores se traduziam numa ingerência na liberdade do comércio e nas suas prerrogativas, como por exemplo as funções de promoção e propaganda do vinho do Porto (ver Anexo III, documentos nº 5, 8, 9 e 12, todos eles inéditos). A posição de partida da ACP é a defesa da «inteira independência entre a produção e o fabrico e exportação do vinho do Porto», como se lê na representação de 13 de Outubro de 1932, não sendo por isso «justo que a viticultura (...) venha imiscuir-se naquilo que só ao comércio diz respeito»¹⁷. «A beneficiação deve ser livre», proclamam os exportadores (exposição de 14 de Setembro de 1932); «a Casa do Douro não pode ter atribuições nem faculdades de comerciante», reclamam eles (*ibidem*).

É vigoroso o contra-ataque dos representantes da lavoura, no qual cumpre salientar a exposição apresentada ao Governo por Camilo Bernardes Pereira em 4 de Novembro e logo dado à estampa (ver Anexo III, documento nº 10). Nesse documento apreciam-se e criticam-se exaustivamente as posições defendidas pela ACP, nomeadamente quanto ao acesso da CD à comercialização directa do vinho do Porto. O autor começa por defender a prioridade da produção sobre o comércio e o direito daquela de prescindir deste, se tal for necessário. «Sem produção não pode haver comércio» – considera o autor –, pelo que aquela, «dadas certas circunstâncias, pode e até deve dispensar o comércio». E pergunta, retórico: «com que direito, pois, pretendem certos comerciantes que o Estado Português proíba aos produtores de vinhos do Porto ou à sua Federação a venda directa dos seus produtos?».

A mesma veemência se nota contra o desejo dos exportadores de continuarem livres de beneficiar a quantidade de mostos que quisessem: «A pretensão de certos exportadores de, nessa matéria, terem privilégios especiais em relação aos viticultores chega a ser um insulto para a região que os tem enriquecido».

¹⁷ A ACP rebelou-se também contra a inelegibilidade dos exportadores viticultores nas eleições para a Casa do Douro e reclamou o direito de ser ouvida pela CD em tudo o que afectasse os interesses do comércio, nomeadamente a determinação do quantitativo dos mostos a beneficiar e a fixação dos preços mínimos de compra dos vinhos à produção.

A despeito dessa vigorosa e derradeira defesa, os projectos iniciais foram consideravelmente alterados pelo Governo no sentido de aplacar a fúria dos exportadores, especialmente quanto à pretensão da CD de um direito de comercialização, que acabou por lhe ser retirado, tendo sido mesmo estabelecida a proibição de exportação directa pelos produtores individuais¹⁸. O preço da criação da Casa do Douro acabou por ser o estabelecimento do monopólio do comércio de exportação do vinho do Porto em favor das firmas exportadoras de Gaia. Mas o princípio base da nova organização – a saber, a existência de uma organização da viticultura com poderes oficiais de regulação da produção (e do comércio...) do vinho do Porto, incluindo a fixação quantitativa e a garantia de escoamento e de preços mínimos –, esse vingou apesar da oposição da ACP e dos compromissos que esta impôs ao Governo.

A CRIAÇÃO DA CASA DO DOURO NO CONTEXTO DA HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

O Decreto nº 21 883, que institui a CD, é aprovado a 18 de Novembro de 1932 (ver Anexo III, documento nº 11). Na história da região demarcada é considerada uma data grande, ao lado das de 10 de Setembro de 1756, dia da instituição da Companhia pombalina, e de 10 de Maio de 1907, data do restabelecimento da região demarcada pelo Governo ditatorial de João Franco. De novo a região tinha conquistado uma organização de defesa e de autogoverno dos seus interesses. Mais do que uma benesse governamental era sentida como satisfação de um justo anseio, uma conquista da região. Caso porventura único na organização precorporativa e corporativa do Estado Novo, *a CD nascia com o reivindicção social e regional, e não como imposição estadual*. Talvez por isso, mais de quarenta anos depois, após a revolução democrática do 25 de Abril de 1974, ela será também a única organização dessa época a sobreviver à queda do Estado Novo e da organização corporativa.

A verdade é que naquele início dos anos trinta a reclamação de organização da vitivinicultura duriense vinha ao encontro dos projectos de organização pública da economia que se iam tornando dominantes nesse período em Portugal. Por essa altura, seis anos depois do golpe de Estado de 1926, estava definitivamente arredada a ideia de regresso à ordem constitucional republicana, consubstanciada no parlamentarismo liberal-democrático da Constituição de 1911, e começavam a lançar-se os fundamentos de uma nova ordem constitucional, caracterizadamente autoritária, antiliberal, antiparlamentar e antidemocrática, que viria a ser vertida na

¹⁸ Essa faculdade só viria a ser reconquistada em 1986!

Constituição de 11 de Abril de 1933 e nos seus diplomas complementares, nomeadamente no Estatuto do Trabalho Nacional, de 23 de Setembro do mesmo ano.

No campo económico a nova ordem assentava essencialmente na disciplina pública da economia, no forte intervencionismo do Estado, na disciplina dos preços, no controlo administrativo dos mercados, no condicionamento industrial, na obrigação de escoamento da produção agrícola por parte do comércio e dos organismos de intervenção estadual. Mas a doutrina corporativista, de que se reclamava a nova ordem política, preconizava a atribuição de funções de disciplina económica aos próprios interessados, mediante o enquadramento de todos os agentes económicos de cada sector ou ramo económico em organismos associativos oficiais e a participação dessas organizações na regulação da economia e na disciplina das relações de trabalho.

Embora as bases jurídico-institucionais da organização corporativa só viessem a ser lançadas em 1933 com carácter geral, nos termos da Constituição e do Estatuto do Trabalho Nacional, também é certo que ainda antes desse ano alguns sectores (conservas de peixe, produção de trigo) foram objecto de organização oficial que renunciava alguns dos traços essenciais da organização corporativa. As áreas escolhidas foram aquelas que mais pesavam nas exportações e que mais tinham sido atingidas pelas repercussões entre nós da crise mundial de 1929 ou que mais relevantes eram para o autoabastecimento alimentar do país.

A solução foi essencialmente a mesma nos diversos casos: proceder à organização dos agentes económicos em organismos públicos obrigatórios, constituídos por iniciativa governamental e colocados sob forte controlo estadual, aos quais foram confiadas tarefas administrativas de regulação e de disciplina da produção e do comércio dos produtos em causa, incluindo a intervenção directa e a regulamentação dos mercados.

O caso do vinho do Porto foi porém substancialmente distinto. A criação oficial da CD veio ao encontro um movimento local dos próprios viticultores, que propugnavam a constituição de uma Federação obrigatória de sindicatos agrícolas, com garantia porém de autogoverno e autogestão do organismo. O Estado limitou-se a cooptar a iniciativa, submetendo porém a organização a apertada tutela estadual e integrando-a mais tarde na organização corporativa.

CONCLUSÃO

O processo de criação da CD em 1932 e os episódios que a acompanharam põem em evidência alguns dos traços característicos recorrentes da história institucional da região do Douro e do vinho do Porto.

Em primeiro lugar, revela-se incontroverso o papel da crise vinícola na gesta-

ção da vontade de reorganização institucional da região. Tal como em 1756 e em 1907, as grandes reformas institucionais são desencadeadas por crises vinícolas da região.

O estabelecimento da reforma institucional é uma reclamação das «forças vivas» do Douro, ou seja, os grandes viticultores, secundados e apoiados pelas autoridades locais. O mesmo sucedera em 1756 e em 1907. Trata-se de reclamar a protecção do Estado, mediante formas de organização da própria viticultura dotadas de poderes paraestatais.

O modelo institucional corporizado na reforma institucional de 1932 consiste em disciplinar e controlar a produção e o comércio, não somente para defender a qualidade e a «marca regional», mas também para controlar os preços e o mercado. Nesse aspecto a reforma de 1932 aproxima-se muito mais do modelo pomalino do que do modelo de 1907.

Também em 1932, tal como em 1756 e em 1907, a organização institucional tem a oposição determinada do comércio exportador de Gaia e do Porto, nessa altura organizado na Associação Comercial do Porto, que contesta sobretudo as restrições da produção e o controlo imposto ao comércio. As sucessivas posições de ambas as partes configuram um dos mais vivos momentos dessa verdadeira «luta de classes», que desde o séc. XVIII se trava entre a produção e o comércio dos vinhos do Porto, entre o Douro e Gaia.

Por último, à semelhança de 1756 e de 1907, a criação da CD em 1932 e o modelo de regulação que lhe está subjacente são um notável exemplo da forma como os diferentes governos autoritários se apresentaram a adjudicar e a conciliar, numa posição «superpartes», os conflitos de interesses entre as duas principais forças sociais que historicamente se confrontam na economia vitivinícola do Douro e do vinho do Porto, fazendo prevalecer certos interesses e posições dos viticultores durienses, que em «competição livre» – ou seja, em regime de liberdade de produção e comércio – dificilmente poderiam impor-se, dada a incontornável desigualdade de meios e de recursos entre os viticultores e os exportadores.

ANEXO I: CALENDÁRIO DA FORMAÇÃO DA CD (ANO DE 1932)

- 2 de Junho – Exposição dos «representantes da região do Douro» ao Governo, pedindo a criação de uma Adega regional do Douro.
- 26 de Junho – Uma «assembleia dos organismos administrativos e agrícolas do Douro, reunidos com viticultores», realizada na Régua, aprecia o «problema inadiável dos vinhos do Douro» e reclama providências.
- 6 de Julho – Tomada de posse do 1º governo chefiado por Salazar. O Engº Sebastião Ramires é Ministro da Indústria, Comércio e Agricultura.
- Meados de Julho – Reunião no Pinhão dos sindicatos agrícolas e viticultores para discutir a crise vinícola regional e considerar providências para a debelar.
- 17 de Julho – Representação da *Comissão de defesa do Douro*, reclamando ao Governo a criação de «um cartel de viticultores e comerciantes» com a denominação de «Casa do Douro».
- 31 de Julho – Reunião na Régua das autoridades administrativas e das organizações agrícolas do Douro, onde são aprovadas as bases da «sindicalização obrigatória dos viticultores durienses» e a constituição da «Casa do Douro» como federação sindical.
- Início de Agosto – Apresentadas as «bases» organizatórias ao Governo, este incumbe o Conselho Superior da Viticultura da preparação de um projecto de estatutos, sendo disso encarregado o Engº Costa Lima, membro do Conselho e presidente da Estação Vitivinícola da Régua.
- 8-12 de Agosto – Elaboração do projecto de estatutos da Casa do Douro, por Antão de Carvalho, Costa Lima e Bernardes Pereira.
- 16 de Agosto – Entrega do projecto ao Conselho Superior de Viticultura, em Lisboa.
- 21 de Agosto – Comício em Alijó, onde é apresentado publicamente o projecto de organização institucional da região.
- 29-30 de Agosto – O Conselho Superior de Viticultura aprecia e altera o projecto de estatutos.
- 9 de Setembro – Os autores do projecto inicial enviam ao Governo a sua apreciação sobre as propostas do Conselho Superior de Viticultura.
- 14 de Setembro – Primeira representação da ACP ao Governo contra os estatutos da CD.
- 4 de Outubro – Publicação na imprensa dos projectos governamentais de estatutos da CD e de regime da aguardente para preparação do vinho do Porto.
- 9 de Outubro – A «Assembleia dos organismos e viticultores da região do Douro», reunida na Régua, condena o projecto governamental e elege uma comissão composta por Antão de Carvalho, Camilo Bernardes Pereira e J. J. da Costa Lima para responder a esse projecto e elaborar novo projecto alternativo.
- 13 de Outubro – Segunda representação da ACP contra o projecto governamental de estatutos da CD e contra o diploma das aguardentes.
- Meados de Outubro – Apresentação do «Relatório sobre o projecto de decreto de sindicalização do Douro e contra-projecto de estatutos», da autoria da Comissão eleita em 9 de Outubro, documento logo publicado em folheto.
- 27 de Outubro – Terceira representação da ACP sobre os poderes previstos para a CD.

- 4 de Novembro – Exposição de Camilo Bernardes Pereira ao Governo em resposta às objecções e propostas da ACP.
- 18 de Novembro – Aprovação do Decreto nº 21 883, contendo os estatutos da CD, e do Decreto nº 21 884, sobre o regime da aguardente.
- 29 de Novembro – Derradeira representação da ACP contra a organização institucional do Douro.

ANEXO II: *DRAMATIS PERSONAE*

Antão de Carvalho

Sendo Ministro da Agricultura num governo da República, publicou um novo Regulamento do vinho do Porto de 1921. Foi presidente da Comissão de Viticultura da Região do Douro e presidente da Câmara municipal da Régua. É o mais proeminente dos «paladinos do Douro», o principal dinamizador do projecto de constituição da Federação de Viticultores do Douro e o autor do projecto de constituição da CD (1932).

Em 1982 foi-lhe erigida uma estátua junto à sede da CD, no cinquentenário da organização.

Associação Comercial do Porto

Fundada em 1834, logo após o triunfo da causa liberal, representou durante muito tempo os interesses do comércio exportador de vinho do Porto até à criação do Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto (GEVP) em 1933. A maior parte dos seus fundadores eram comerciantes de vinho, incluindo membros da feitoria inglesa. A primeira secção especializada a ser criada dentro da ACP foi a de vinhos. A maior parte dos seus presidentes eram exportadores de vinho. Não admira por isso que os exportadores de vinho do Porto considerassem a ACP «como o seu Grémio de classe» (como se lê num documento da própria ACP de 12 de Novembro de 1932, a propósito da anunciada intenção governamental da criação do GEVP, no seguimento da instituição da CD). Em várias ocasiões a lei reconheceu-lhe um papel de representação dos comerciantes de vinhos.

Durante um século pugnou persistentemente pela liberalização da produção e comércio dos vinhos do Douro e dos vinhos de outra origem, bateu-se contra a reserva da barra do Douro para a exportação dos vinhos do Douro. Teve papel decisivo na extinção das funções reguladoras da Companhia e da Comissão reguladora de 1852. Opôs-se à legislação protecctionista do franquismo e à instituição da CD em 1932.

Em 1933, com a criação do GEVP, a ACP deixou de ter o papel de representação privilegiada do comércio exportador do vinho do Porto. Compreensivelmente foi com apreensão que a ACP encarou essa autonomização da representação orgânica dos exportadores de vinho. Na já referida missiva do final de 1932, a ACP dava conta do seu receio de que o «prestígio e a própria existência desta antiga e prestimosa colectividade venham a ser profundamente afectados com a criação do Grémio dos exportadores se este não for organizado de modo a manter-se uma coordenação perfeita da sua actividade com a da Associação comercial».

A verdade é que pouco tempo depois da sua constituição, o GEVP instalou-se na sede da ACP (o Palácio da Bolsa).

Câmara Municipal da Régua

Perfilhou e representou politicamente quase sempre as posições da viticultura duriense face aos governos e ao comércio exportador.

Em 1932, sendo Presidente da respectiva comissão administrativa Camilo Bernardes Pereira, encabeçou o movimento das entidades administrativas da Região a favor da criação da Casa do Douro.

Comissão de Defesa do Douro

Com raízes na «Comissão de defesa dos interesses do Douro», de 1885, a Comissão de Defesa do Douro esteve particularmente activa nos anos de 1907-8 e 1932, tendo tido papel decisivo na legislação desses períodos que levou, primeiro, à restauração da RDD e criação da Comissão de Viticultura da região do Douro (1907) e, depois, à criação da Casa do Douro (1932). É ela que subscreve a representação ao Governo, de 17 de Junho de 1932, onde pela primeira vez se reclama a criação de uma «Casa do Douro».

Em 1907 era constituída por Júlio Vasques, Afonso de Lemos, António Montes Champalimaud, Afonso Chaves e Gregório de Almeida.

Em 1932 era formada por Júlio Vasques, Antão de Carvalho, Artur Pinto Ribeiro, Armando Amaral e Duarte Gustavo de Roboredo e Castro. Os dois primeiros serão protagonistas dos projectos de constituição e dos estatutos da Casa do Douro.

Comissão de Viticultura da Região do Douro (CVRD)

Criada pela reforma franquista de 1907, ratificada pela legislação de 1908, era o órgão de regulação e disciplina da região, até à criação da Casa do Douro. Era composta por representantes dos viticultores, eleitos pelos 40 maiores viticultores de cada concelho. A Comissão elegia por sua vez uma comissão executiva.

A Lei nº 881 de 1919 confiou-lhe a tarefa de fiscalização do comércio, criando no Porto uma agência da CVRD, designada de «Casa do Douro». Os poderes de regulação e disciplina da Comissão foram consideravelmente ampliados a partir de 1926, entre outras coisas, através da gestão do Entrepasto de Gaia, nesse ano estabelecido.

Todavia, a CVRD era dotada apenas de funções de regulação administrativa. Ao contrário da Companhia pombalina, não intervinha no mercado nem podia fixar preços, nem dispunha de meios de assistência financeira aos viticultores. Não possuía meios de intervenção na oferta e na procura, de modo a escoar a produção e a sustentar os preços. Como se verá, essa limitação foi-lhe fatal, quando em 1932 a crise na região reclamava medidas de intervenção dessa natureza.

Com a Ditadura saída do golpe de Estado militar de 28 de Maio de 1926, a vida institucional da CVRD não tardou a ser submetida à intervenção governamental. Logo em 12 de Julho de 1926, tendo a Comissão apresentado o pedido de demissão, foi nomeada uma «comissão provisória». Porém nunca mais voltaria a haver eleições: a comissão administrativa foi sucessivamente substituída por novas comissões nomeadas, até à extinção da Comissão em consequência da criação da CD.

Costa Lima (José Joaquim da)

Um dos paladinos da criação da CD em 1932, juntamente com Antão de Carvalho e Bernardes Pereira. Nessa altura era director da Estação Vitivinícola da Régua e nessa qualidade, membro do Conselho Superior de Viticultura, tendo sido encarregado por este de preparar o projecto de estatutos da Casa do Douro..

Depois viria a ser director do IVP durante um longo período (1935-1958). Defendeu a criação de uma corporação do vinho do Porto, independente da restante organização corporativa do vinho. Publicou numerosos trabalhos sobre o vinho do Porto e a RDD.

Bernardes Pereira (Camilo)

Sendo presidente da Comissão administrativa da Câmara Municipal da Régua em 1932, participou no movimento de criação da CD, tendo colaborado na feitura do projecto de estatutos juntamente com Antão de Carvalho e Costa Lima. É também da sua autoria a «Exposição entregue ao Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura em 4 de Novembro de 1932», em resposta às objecções da ACP contra o projecto de estatutos da Casa do Douro.

Conselho Superior de Viticultura

Era o órgão de «orientação superior» da política vitivinícola, no âmbito do Ministério da Agricultura. Foi criado pelo Decreto nº 19 253, de 17 de Dezembro de 1930 (lei de «Bases do Fomento Vitivinícola»), emitido pelo Governo da ditadura chefiado por Domingos de Oliveira, tendo Linhares de Lima como Ministro da Agricultura.

O Conselho era presidido pelo próprio Ministro e era constituído pelo Director Geral do Fomento Agrícola, pelos professores de Viticultura e Ampelografia e de Tecnologia Agrícola do Instituto Superior de Agronomia, pelo Inspector Técnico das Indústrias e Comércio Agrícolas, pelos presidentes das Juntas Regionais de Viticultura e pelos presidentes das Associações Comerciais de Lisboa e Porto (art. 14º do referido diploma). As «Juntas Regionais de Viticultura» eram os órgãos que, nos termos do mesmo diploma, haveriam de substituir as Comissões de Viticultura de cada região demarcada, as quais seriam extintas. Mas o diploma não foi implementado nessa parte, pelo que, aparentemente, os presidentes das ditas Comissões de Viticultura deveriam ter assento no Conselho.

As funções do Conselho Superior de Viticultura eram vastas e de diversa natureza. Entre outras, tinha atribuições para emitir pareceres, elaborar estudos, apreciar o funcionamento dos organismos regionais da administração vinícola e «estabelecer-lhes anualmente o plano de trabalhos», fazer propagando nos mercados, propor a nomeação dos representantes portugueses no OIV e demais organismos internacionais.

Ramires (Sebastião)

Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura em 1932, no primeiro governo chefiado por Salazar, criou a CD e foi o autor político das principais leis da organização corporativa do Douro: Casa do Douro, IVP, GEVP. É uma das quatro figuras de «protectores do Douro» na iconografia do átrio do IVP no Porto.

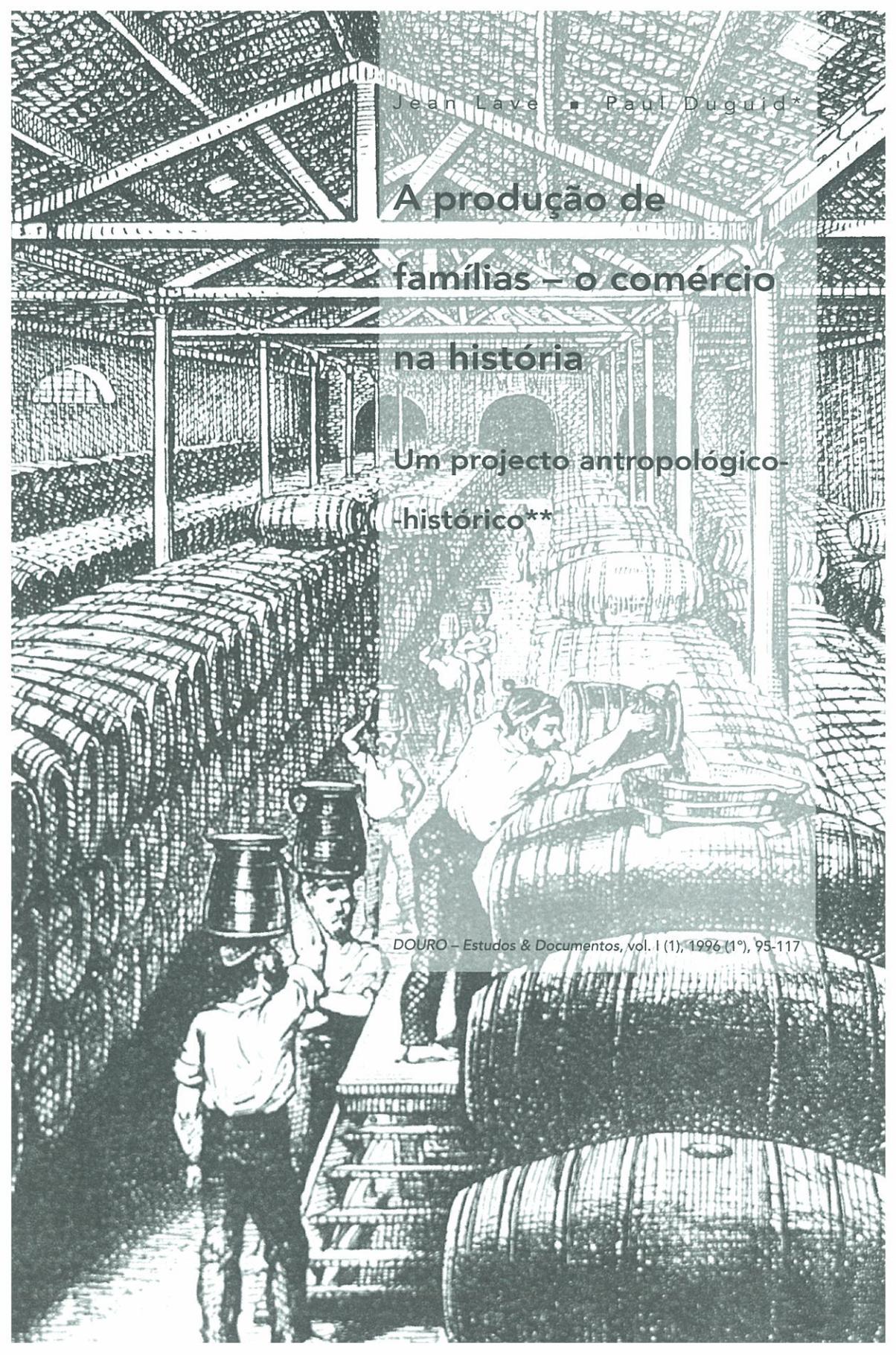
Foi também o responsável pela organização administrativa de outros sectores económi-

cos, como as conservas de peixe, a produção de trigo, e depois das leis dos grémios obrigatórios e do condicionamento industrial.

Vasques (Júlio)

Viticultor, tinha tido papel activo na preparação da legislação franquista de 1907. Fora membro da comissão nomeada pelo Governo, encarregada de estudar e de propor providências para a crise (1906). Era membro da Comissão de Defesa do Douro. Foi o primeiro presidente da Comissão Vitivinícola Regional do Douro (1909).

Em 1932 era presidente da Comissão de Defesa do Douro, tendo dirigido ao Governo em 17 de Junho uma representação, pedindo a criação de um consórcio com o nome de «Casa do Douro».



Jean Lave ■ Paul Duguid*

A produção de famílias – o comércio na história

Um projecto antropológico-
-histórico**

DOURO – Estudos & Documentos, vol. I (1), 1996 (1º), 95-117

■* Jean LAVE (antropóloga) e Paul DUGUID (historiador) integram o Portugal Project, do Social & Cultural Studies, da Universidade de Califórnia, Berkeley.

■** Tradução de Ana Paula Montes LEAL. Este texto foi extraído duma proposta de investigação apresentada pelos autores ao U. S. National Endowment for the Humanities (NEH). O NEH e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, em colaboração, amavelmente acederam em patrocinar esta investigação. Tal como acontece com todas as propostas, o próprio trabalho tem obrigado os autores a rever várias das ideias inicialmente apresentadas na proposta. O texto foi publicado, em versão inglesa, no dossier do Encontro de Ciências Sociais *A HISTÓRIA ACOLÁ – Identidades e diferenças na vida social do Portugal do Norte*, Porto, CENP, Portugal Project, Social & Cultural Studies, Universidade de Califórnia – Berkeley e GEHVID, Dezembro de 1994.

1. INTRODUÇÃO¹

Este projecto de colaboração antropológico-histórico debruçar-se-á sobre as práticas passadas e presentes no comércio de vinho do Porto, que conta mais de 300 anos, e das empresas familiares que o constituem. O comércio e as famílias comerciantes centram-se numa colónia comercial britânica, na cidade do Porto, no Norte de Portugal. A longevidade deste comércio, apesar da sua localização marginal, fazem dele um interessante objecto de estudo, tanto para os antropólogos, como para os historiadores.

Como tal, constitui também um objecto adequado para investigação conjunta de antropólogos e historiadores. Desde há muito, temos um interesse comum nas trocas entre o campo da antropologia e da história, assim como um interesse teórico e prático na pesquisa conjunta. Através deste estudo de colaboração, esperamos levantar uma série de problemas importantes para as ciências sociais e humanas e, simultaneamente, aumentar o debate sobre a colaboração transdisciplinar na investigação.

Esperamos, essencialmente, produzir uma descrição etnográfica e histórica sobre o comércio do vinho do Porto. Este comércio é um empreendimento transnacional antigo, parcialmente controlado por firmas familiares, residentes fora da sua pátria, elas próprias velhas de várias gerações e modeladas de maneira significativa por uma relação pouco fácil entre essas empresas, as firmas portuguesas, as quintas portuguesas, o Estado e o crescente capital internacional envolvido. No decurso deste processo, iremos concentrar-nos na forma como as fracturas internas, assim como as fracturas entre os diferentes constituintes de tal comércio duradouro e transnacional continuam a ser geradas fora das políticas culturais quotidianas de género e identidade nacional, das conflituosas economias políticas quotidianas das culturas de classe e das estruturas semi-independentes de capital económico e cultural. Em particular, tentaremos compreender como é que as diversas e específicas relações entre diferentes famílias e empresas da colónia britânica se desenvolvem através das suas relações com as famílias exportadoras portuguesas e os vicultores.

As tentativas para compreender estas relações vão levar-nos a aprofundar o estudo das vidas e histórias, costumes e representações das famílias inglesas que

1 Esta proposta descreve uma investigação conjunta, antropológico-histórica, sobre o comércio do vinho do Porto e as suas famílias, a desenvolver durante três anos. O projecto envolve dois colaboradores centrais, Jean Lave e Paul Duguid, da Universidade da Califórnia, Berkeley, que irão conduzir a pesquisa etnográfica e histórica. Norman R. Bennett, um historiador do vinho e do comércio do vinho do Porto, da Universidade de Boston, e Gaspar Martins Pereira, da Universidade do Porto, um historiador da família, que tem também escrito extensamente sobre a história do vinho do Porto, serão os consultores deste projecto.

se fixaram fora da sua pátria e dos seus descendentes, alguns dos quais continuam, hoje em dia, a viver no Porto e a fazer vinho do Porto. Conjuntamente, buscaremos compreender as formas através das quais se constituíram e continuam a constituir-se mutuamente tais relações de produção, comerciais e familiares. E tentaremos explorar as formas através das quais essas empresas familiares mantêm significativamente a sua posição, ao controlarem a representação da sua própria história e da história do comércio.

2. O CONTEXTO: O ENVOLVIMENTO INGLÊS NO COMÉRCIO PORTUGUÊS

É possível fazer remontar o consumo do vinho português nas Ilhas Britânicas pelo menos até ao século XIII. Nos séculos seguintes, o fornecimento incerto dos vinhos franceses e os favoráveis tratados luso-britânicos de 1654 e 1702-1703 aumentaram a importância dos vinhos portugueses em Inglaterra. A diminuição das receitas coloniais fez deste comércio uma crescente e significativa fonte de moeda estrangeira para o Estado português².

Porque os ingleses favoreciam os vinhos do Douro – quando fortificado com aguardente, o mosto resultante das uvas produzidas nas severas condições do vale do Douro produz um vinho doce e forte –, os agentes ingleses instalados no Porto, na foz do Douro, começaram a dominar um comércio de «vinho do Porto», tal como ainda o fazem, hoje em dia, os seus sucessores. Um comércio lucrativo, compreendendo diversos interesses, inevitavelmente deu origem a confrontos. Quer estes emergissem de conflitos de classe, privilégio, religião, cidade versus campo, ou de qualquer um dos vários outros pontos de tensão existentes, dado que a maior parte dos exportadores era inglesa e a maior parte dos proprietários e agricultores era portuguesa, tanto as controvérsias como os contestantes facilmente se dividiam de acordo com linhas nacionais e o Estado era chamado a intervir. Em 1754, o governo português foi vigorosamente solicitado pelos agentes ingleses e pelos agricultores portugueses. Cada grupo acusava o outro de fazer diminuir o comércio. Ao responder-lhes, o empobrecido governo também demonstrou ter os seus próprios interesses fiscais para proteger. Guiado pelo futuro Marquês de Pombal, o Estado estabeleceu uma companhia monopolista, a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, com poderes exclusivos e controlo efectivo sobre o fabrico e a exportação do vinho. Demarcou tam-

² SHILLINGTON, V. M., e CHAPMAN, A. B. Wallis, *The Commercial Relations of England and Portugal*, Nova Iorque, E. P. Dutton, 1907. Conceição Andrade MARTINS afirma que a contribuição do vinho do Porto para os rendimentos externos portugueses era, no fim do século, de 25,9% (*Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1990, quadro 74).

bém uma área particular do Douro, decretando que só o vinho dessa região podia ser exportado como vinho do Douro, e garantiu determinados privilégios aos exportadores de vinho do Porto³.

Embora o comércio tenha sofrido, entretanto, inúmeras transformações, os factores que o monopólio e a demarcação essencialmente uniram são ainda constituintes dominantes do comércio – o Estado (representado, inicialmente, pela Companhia e, hoje em dia, pelo Instituto do Vinho do Porto), os exportadores (predominantemente) ingleses e os proprietários e lavradores⁴. A exportação do vinho do Porto é ainda um comércio transnacional, sujeito a uma significativa intervenção estatal, no qual os participantes centrais são famílias do Norte da Europa e empresas familiares (algumas já com 300 anos), assim como firmas familiares e quintas portuguesas (muitas igualmente antigas) que suportaram uma longa, dinâmica e por vezes difícil relação de interdependência.

³ STANISLAWSKI, Dan, *Landscapes of Bacchus: The wine in Portugal*, Austin, University of Texas Press, 1970; FONSECA, A. Moreira da, *Port Wine: Notes on its history, production and technology*, Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1981; UNWIN, Tim, *Wine and the vine: An historical geography of viticulture and the wine trade*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1991; FRANCIS, A. D., *The wine trade*, Londres, A. & C. Black, 1972; LIVERMORE, H. V., *The privileges of an Englishman in the kingdoms and dominions of Portugal*, «Atlante», 2 (2), 1954, pp. 55-77; SMITH, John (Conde de Carnota), *Memoirs of the Marquis of Pombal*, 2 vols., Londres, Longman, Brown, Green and Longmans, 1843; SCHNEIDER, Susan Cory, *The General Company of the Cultivation of the Vine of the Upper Douro, 1756-77: A case study of the Marquis of Pombal's economic reform* (Ph. D. dissertation), Austin, University of Texas, 1970; SHILLINGTON & CHAPMAN, *ob. cit.* A demarcação do Douro é o primeiro acto do género no comércio do vinho. Ver FONSECA, A. Moreira da, *As demarcações pombalinas no Douro vinhateiro*, 3 vols., Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1949-51. A prática da demarcação foi adoptada mais tarde por quase todos os países grandes produtores de vinho. É importante notar que, geralmente, a tensão internacional encobre a tensão existente entre os relativamente privilegiados viticultores durienses e os de outras regiões vitícolas portuguesas (ver DICKENSON, John, *Organizational structures in the portuguese wine trade*, Liverpool, U.K., University of Liverpool, Department of Geography, 1985).

⁴ Os dois últimos são frequentemente confundidos, mas o próprio Pombal distinguiu claramente os «viticultores» ou «agricultores» dos «proprietários» (ver SMITH, *ob. cit.*, vol. 1, pp. 142-154); no século XIX, W. M. KINSEY escreve sobre os efeitos dos proprietários sobre a «dolorosa pobreza» dos lavradores (*Portugal illustrated in a series of letters*, 2ª ed., Londres, Treuttel and Würtz, Treuttel Jun. and Richter, 1829, pp. 221 passim). Além destes, não inconsequentemente, mas também não directamente sob o controlo do Estado ou da Companhia, ainda havia os trabalhadores de países estrangeiros que ajudaram a produzir o vinho do Porto e os mercadores em países estrangeiros que o vendiam; desde a primeira demarcação que outras partes interessadas se formaram, incluindo a força de trabalho urbana desenvolvida nas casas exportadoras.

3. O PROJECTO DE PESQUISA

3.1. *Uma investigação antropológica e histórica do comércio do vinho do Porto*

Deverão existir poucos exemplos de comércio duradouro, transcultural e organizado familiarmente, que tenham revelado a continuidade que caracterizou o comércio do vinho do Porto. De facto, historiadores como Pirenne e Curtin, teóricos sociais como Weber, e antropólogos como Yanagisako e Marcus e Hall, defendem que o tipo de firmas familiares que este comércio engloba são inerentemente instáveis e seria de esperar que se dissolvessem em famílias e firmas ao fim de algumas gerações. O nosso objectivo não é desafiar essas considerações, mas, antes, usar a oportunidade oferecida pela excepcional longevidade das empresas para estudar um leque de questões envolvendo a reprodução, transformação e continuidade de práticas sócio-materiais complexas e das instituições ao longo do tempo⁵. Acreditamos que o projecto aqui esboçado, baseado neste duradouro comércio, nos permitirá contribuir para a história e antropologia do Norte de Portugal e colocar questões teóricas sobre interrelações e interdependências da Nação, Estado e comércio; do capital e família; do género e classe; das práticas e história.

Um estudo sobre o comércio do vinho do Porto contribuirá também para os estudos antropológicos e históricos das mercadorias. Mudanças na produção ou na distribuição tendem a desvalorizar o *status*, inicialmente elevado, das mercadorias de luxo. No entanto, o comércio do vinho do Porto tem – desde há muito e com sucesso – cuidado do seu capital cultural. (O seu sucesso tem dependido, em grande parte, da forma como estas famílias que, ao longo de gerações sucessivas permaneceram ligadas às respectivas empresas, têm mercantilizado a sua própria

⁵ Um limite para a reprodução das firmas familiares é sugerido por PIRENNE, H., *Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme*, Bruxelas, Académie Royale de Belgique, 1914; YANAGISAKO, S., *Capital and gendered interest in family farms*, in KERTZER, D. I., e SALLER R. P., *The family in Italy: From Antiquity to the present*, New Haven, Yale University Press, 1991, pp. 321-341; MARCUS, George, e HALL, Peter D., *Lives in trust: The fortunes of dynastic families in late twentieth-century America*, Boulder, Westview Press, 1992. CURTIN, Philip D., *Cross-cultural trade in world history*, Cambridge, U.K., Cambridge University Press, 1984, defende que o comércio transcultural será eventualmente assimilado, à medida que os comerciantes regressem ou se aculturem. WEBER defende que a reprodução de grupos de *status* e classes económicas segue lógicas contraditórias, as quais, ao que parece, uma firma familiar tentando abarcar tanto o *status* da família como a economia da firma, não seria capaz de conciliar (extractos de *Economy and society*, in GIDDENS, A., e HELD, D. (eds.), *Classes, power and conflict*, Berkeley, CA, University of California Press, 1982, pp. 60-86). Ver também a discussão de Fernand BRAUDEL em *Civilization and capitalism*, vol. 1: *The wheels of commerce*, S. Reynolds, trad., Nova Iorque, Harper & Row, 1985, pp. 478-482.

história e produção cultural ao serviço do comércio)⁶. Para explorar estas questões, consideramos o comércio como uma unidade central, abrangendo um espaço particular das vidas anglo-portuguesas tal como foram e continuam a ser vividas. Hoje, como no passado, as pessoas que participam neste comércio – membros da colónia britânica, proprietários portugueses, lavradores do Douro e outros – assumem, predominantemente, as suas identidades em relação umas com as outras. Desenvolvem identidades comunais – duradoiras, ainda que intersticiais – tornando-se membros de um complexo que não se submeterá prontamente aos alinhamentos (por exemplo, de classe e cultura) ou aos nichos (por exemplo, de género ou classe, dentro da nação) vulgarmente aceites. Desafiam as classificações mais amplas, tais como «patriarca agricultor português», sem, contudo, reduzirem a interpretação ao registo de idiosincrasias pessoais⁷. Pelo contrário, o comércio do vinho do Porto parece fornecer uma modalidade intermédia, através da qual as identidades dos agentes participantes foram e continuam a ser construídas num processo sócio-material colectivo, que entrecorta categorias convencionais. Além disso, o comércio como um todo omite divisões estabelecidas, como público e privado, passado e presente, economia política e cultura, cidade e campo, nacional e transnacional. Por isso, o seu estudo também nos deverá permitir explorar os limites (e as limitações) destas díades comumente aceites, revelando como, por exemplo, em diferentes épocas ou em diferentes práticas, a

⁶ O trabalho recente de J. Schneider e W. Roseberry, contudo, traça as linhas segundo as quais o status social do algodão e do café têm sido mantidos. MINTZ, Sidney W., *Sweetness of power: The place of sugar in modern history*, Nova Iorque, Penguin, 1986; APPADURAI, Arjun, (ed.), *The social life of things: Commodities in cultural perspective*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1988; para abordagens históricas, ver: GOODMAN, Jordan, *Tobacco in history: The cultures of dependence*, Londres, Routledge, 1993; SALAMAN, Redcliffe N., *The history and social influence of the potato*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1985; TÖMICH, Dale, *Slavery in the circuit of sugar: Martinique in the world economy, 1830-1848*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1990. Para o conceito de «capital cultural», ver: BOURDIEU, Pierre, *Outline of a theory of practice*, (R. Nice, trad.), Nova Iorque, Cambridge University Press, 1977; *Distinction: A social critique of the judgment of taste*, (R. Nice, trad.), Cambridge, MA, Harvard University Press, 1984. Para a relação entre o comércio do vinho e o capital cultural, ver ULIN, R., *Invention and representation as «cultural capital» in French wine growing history*, comunicação apresentada nos encontros AAA, San Francisco, Dezembro, 1992.

⁷ É frequente os historiadores não conseguirem explorar hipóteses sobre identidades nacionais ou de classe homogéneas. Isto parece acontecer mesmo com os historiadores sociais que usam teorias de ponta, como E. P. THOMPSON (ver GILROY, Paul, *There ain't no black in the Union Jack: The cultural politics of race and nation*, Chicago, Chicago University Press, 1991) e BRAUDEL (e, efectivamente, toda a tradição dos «Annales»; ver ANDERSON, P., *Fernand Braudel and national identity*, in *Zones of engagement*, pp. 251-278, Londres, Verso, 1992, especialmente pp. 260-261). Por seu turno, como sugere Hermann REBEL, os antropólogos podem sobrevalorizar a homogeneidade cultural (*Cultural hegemony and class experience: A critical reading of recent ethnological-historical approaches*, «American Ethnologist», 16, 1989 (1), pp. 117-136; (2), pp. 350-365).

família se evidencia na empresa (isto é, o privado no público), a empresa nas quintas (isto é, a cidade no campo) e assim por diante⁸.

3.2. Questões de colaboração

A continuidade no presente destas há muito estabelecidas relações comerciais sugere que qualquer estudo detalhado sobre elas deverá envolver tanto abordagens antropológico-etnográficas como históricas. Assim, investigaremos, em colaboração, na perspectiva histórica e antropológica, a forma como as pessoas desenvolvem identidades no comércio do vinho do Porto. Isto requer uma compreensão integrada da densidade e complexidade de vidas vividas e da reprodução, ao longo do tempo, do comércio como um todo. Teremos de questionar como é que as relações anglo-portuguesas se desenrolaram nas inter-dependentes, ainda que distintas, «comunidades de práticas» (comunidades de profissionais heterogêneos que, colectiva, mútua e simultaneamente se reproduzem a si próprios e aos seus hábitos) que constituem o comércio do vinho do Porto. Também exploraremos, do ponto de vista antropológico e histórico, a forma como os agentes, em particular as complexas «empresas familiares», foram e continuam a ser mutuamente constituídos no comércio, e a forma como eles, por seu turno, têm modelado o comércio e as suas instituições, nas suas práticas e ao longo do tempo. Estas questões também nos levam a questionar, a partir de cada uma das perspectivas, como é que, hoje e no passado, os constituintes do comércio são diferenciados, valorizados e até transvalorizados, tanto no mundo do comércio como fora dele⁹.

As propostas de trabalho interdisciplinar entre antropólogos e historiadores, tal como a que aqui é sugerida, têm já uma longa história. Contudo, os moldes em que essa colaboração específica deveria decorrer permanecem pouco nítidos. Sem dúvida, trabalhos de antropólogos e historiadores aproveitam bem os conhecimentos teóricos e práticos dos dois campos. No entanto, quando um investiga-

⁸ Para este conceito de modalidades localizadas através das quais as pessoas compreendem as suas vidas, ver HALL, Stuart, et al., *Policing the crisis: Mugging, the state, and law and order*, Nova Iorque, Holmes & Meier, 1976. Consideramos este e outro trabalho do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS), da Universidade de Birmingham, Inglaterra, particularmente úteis para o entendimento das identidades «intersticiais» – identidades que não alinham com categorias convencionais de classe ou nação. Ver, em particular, HALL, Stuart, e JEFFERSON, Tony, *Resistance through rituals*, Londres, Hutchinson, 1974. Contudo, o foco deste trabalho sobre as culturas efémeras torna difícil seguir os padrões de reprodução. O comércio do vinho do Porto, por seu lado, permite-nos fazê-lo.

⁹ Para o conceito de «comunidades de prática», ver LAVE, Jean, e WENGER, Etienne, *Situated learning*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1991. Para «transvalorização», ver WILLIS, Paul (outro membro do CCS), *Learning to labour: How working class kids get working class jobs*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1977.

dor ou uma disciplina tentam realizar sozinhos o processo completo do trabalho interdisciplinar, os problemas da colaboração parecem ser mais evitados que confrontados¹⁰.

Esta colaboração unilateral levou alguns antropólogos a perder o controlo sobre aquilo que é vital e valioso na sua disciplina, a troco de abarcar o que admiram na outra. Mintz, por exemplo, termina *Sweetness and Power* com um apaixonado argumento, dizendo que os antropólogos têm «demorado a reconhecer e a afirmar as nossas forças, [as quais] continuam a assentar no trabalho de campo». Contudo, como o próprio Mintz admite, «há pouco [trabalho de campo] neste livro». Por conseguinte, ele sujeita-se à aguda crítica de Taussig (também dirigida a Wolf), que defende que semelhante trabalho interdisciplinar não faz parte do campo. Também os historiadores têm sido atacados quando, seduzidos pelo charme das «densas descrições», renunciam a alguma da «disciplina da contextualização histórica»¹¹.

¹⁰ Em vários artigos, COHN traça a história das trocas interdisciplinares – ver *An anthropologist among the historians and other essays*, Nova Deli, Oxford University Press, 1987; *Anthropology and history in the 1980s: Towards a rapprochement*, «Journal of Interdisciplinary History», 12, 1981, pp. 227-252; e *History and anthropology: The state of play*, «Comparative Studies in Society and History», 22, 1980, pp. 198-221. Apelos teóricos – notavelmente directos – para colaboração, partindo dos historiadores, foram feitos por DAVIS, Natalie, *The shapes of social history*, «Storia della Storiografia», 17, 1990, pp. 28-34; DAVIS, Natalie, *The possibilities of the past*, «Journal of Interdisciplinary History», 12 (2), 1981, pp. 267-275; BURKE, Peter, *History & social thought*, Ithaca, Cornell University Press, 1992; GINZBURG, Carlo, *A comment*, «Journal of Interdisciplinary History», 12, 1982, pp. 267-275; LADURIE, Le Roy, *History that stands still*, in LADURIE, Le Roy, *The mind and method of the historian*, Chicago, University of Chicago Press, 1981, pp. 1-27; THOMAS, Keith, *History and anthropology*, «Past & Present», 24, 1974, pp. 3-24; THOMAS, Keith, *The relevance of social anthropology to the historical study of English witchcraft*, in DOUGLAS, Mary, (ed.), *Witchcraft confessions and accusations*, Londres, Tavistock, 1970, pp. 47-79. A influência da antropologia também é evidente em trabalhos históricos destes e doutros autores, incluindo DAVIS, Natalie, *Society and culture in Early Modern France*, Stanford, CA, Stanford University Press, 1965; GINZBURG, Carlo, *The cheese and the worms: The cosmos of sixteenth century miller*, Baltimore, Johns Hopkins, 1908; DARNTON, Robert, *The Great Cat massacre and other episodes in French cultural history*, Nova Iorque, Basic Books, 1985; THOMAS, Keith, *Religion & the decline of magic: Studies in popular beliefs in sixteenth and seventeenth century England*, Londres, Weidenfeld & Nicholson, 1971; LADURIE, Le Roy, *Montaillou: The promised land of error*, B. Bray, trad., Nova Iorque, George Braziller, 1978. Apelos para colaboração igualmente directos foram feitos por antropólogos como COHN, ob. cit.; COMAROFF, J. L., *Ethnography and the historical imagination*, in COMAROFF, J. L., e COMAROFF, J., *Ethnography and the historical imagination*, Boulder, Westview Press, 1992, pp. 3-48; ROSEBERRY, William, *Anthropologies and histories: Essays in culture, history and political economy*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1989. E, mais uma vez, é notório um sério compromisso antropológico com outras disciplinas em trabalhos como COMAROFF, J. L., e COMAROFF, J., *Of revelation and revolution: Christianity, colonialism and consciousness*, Chicago, University of Chicago Press, 1991; WOLF, Eric, *Europe and the people without history*, Berkeley, CA, University of California Press, 1980; MINTZ, ob. cit.; SIDER, Gerald M., *Culture and class in anthropology and history: a Newfoundland illustration*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1988.

¹¹ MINTZ, ob. cit., p. 213. TAUSSIG, Michael, *History as commodity in some recent american (anthropological) literature*, «Food and Foodways», 2, 1987, pp. 151-169; MINTZ, Sidney W., e WOLF, Eric,

Um investigador isolado também pode conferir uma unidade de visão suspeita. A pesquisa histórica de Sider, apesar de esclarecedora, produz, no entanto, uma versão do passado que parece conduzir, única e inevitavelmente, ao seu presente antropológico. O que, de facto, poderia ser disjunção emerge, sintetizado num único investigador, como continuidade. Finalmente, a errância de investigadores de uma disciplina para o território de outra levou a uma certa quantidade de vitupérios trocados entre disciplinas. Os antropólogos têm acusado os historiadores de mau emprego dos conceitos antropológicos enquanto os historiadores alertam para uma tendência antropológica para sobregeneralizar as descobertas históricas. Os ataques disciplinares contribuem pouco para a civilidade interdisciplinar. Assim, o nosso primeiro compromisso para a colaboração é não só incluir mais do que uma disciplina, como investigadores de cada uma delas¹².

Tal compromisso, entretanto, é só um começo. J. L. Comaroff argumenta que propostas para a convergência da história e da antropologia que não especificam de que história e antropologia se trata não podem conduzir a uma genuína colaboração. Um fundo comum de pressupostos teóricos é, conclui ele, essencial para uma síntese bem sucedida. Trabalhar para desenvolver uma teoria social partilhada é, por conseguinte, o segundo pré-requisito criticamente importante para o embarque neste projecto interdisciplinar¹³. Contudo, também isto não é suficiente. A confiança na compatibilidade teórica não atinge, por si só, a profundidade do que Geertz chamou as diferentes «culturas» de disciplinas. A duas disciplinas aqui em discussão têm as suas próprias histórias e as suas próprias práticas.

*Reply to Michael Taussig, «Critique of Anthropology», 9 (1), 1988, pp. 25-31. Para um ataque de um historiador a outro historiador num tom semelhante ao de Taussig, ver THOMPSON, E. P., *The politics of theory*, in SAMUEL, Raphael, (ed.), *People's history and socialist theory*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1981, pp. 396-408. Ver, também, a reprimenda de THOMPSON a Keith THOMAS, *Anthropology and the discipline of historical context*, «Midland History», 1 (3), 1971, pp. 41-55, e HOBSBAWM, Eric, *Escaped slaves of the forest*, «New York Review of Books», 37, 6, Dez. 1990, pp. 46-68. «Densa descrição» é uma definição interessante que se instalou entre os historiadores britânicos, principalmente através da antropologia de Clifford GEERTZ, mas, em parte, tendo tido origem na tipicamente britânica filosofia analítica de RYLE. Ver GEERTZ, C., *Thick description: Toward an interpretative theory of culture*, in GEERTZ, C., *The interpretation of cultures*, Nova Iorque, Basic Books, 1973, pp. 3-30.*

¹² SIDER, *ob. cit.*, ADAMS, John W., *Consensus, community & exoticism*, in RABB, Theodore K., e ROTBERG, Robert I., (eds.), *The new history: The 1980's and beyond*, Princeton, Princeton University Press, 1982, pp. 253-265; GEERTZ, Hildred, *An anthropology of religion and magic*, «Journal of Interdisciplinary History», 8, 1975, pp. 71-109; THOMPSON, E. P., *Folklore, anthropology and social history*, «Indian Historical Review», 3, 1977, pp. 247-266; THOMPSON, E. P., *Anthropology and the discipline*; BRAUDEL, Fernand, *History and the social sciences: The Long Durée*, in BRAUDEL, Fernand, *On history*, (S. Mathews, trad.), Chicago, University of Chicago Press, 1980, pp. 25-54. Apesar de todas as diferenças, estes antropólogos e historiadores estão surpreendentemente unidos ao avisarem os incautos historiadores para se manterem afastados dos antropólogos.

¹³ COMAROFF, John L., *Dialectical system history and anthropology: Units of study and questions of theory*, «Journal of Southern African Studies», 8 (2), 1982, pp. 143-172.

Desenvolveram-se nas suas próprias trajectórias, com as suas próprias ideias sobre o que constitui um problema ou uma solução. Claro que o efeito da colaboração interdisciplinar não deveria ser o de sustar as fronteiras das disciplinas (nem deveria ser o de endossar a amável demarcação de Lévi-Strauss e Braudel na fronteira entre o consciente e o inconsciente). Sem dúvida, seria melhor que a demarcação disciplinar pudesse ser transgredida com facilidade. Contudo, distinções culturais enraizadas não podem ser apagadas com um simples estalar de dedos¹⁴.

Em particular, temos uma séria noção das dificuldades apresentadas pelas diferentes abordagens disciplinares face aos assuntos em questão. Tentativas para fundir as disciplinas, levando a cabo uma «etnografia dos arquivos» ou uma «história do presente», embora instrutivas, desprezam as importantes distinções entre recursos, métodos e práticas, quer históricos, quer etnográficos. Por um lado, acolhemos o sucesso da noção manifestamente etnográfica de «micro-história» de Ginzburg e Poni e usamos algumas das suas premissas para nos ajudar a decidir como investigar os volumosos arquivos do vinho do Porto. Contudo, simultaneamente, temos que reconhecer a existência de porções significativas de arquivos históricos que, muito simplesmente, não se abrem ao exame etnográfico. No mesmo sentido, a obrigação da etnografia descrever pormenorizadamente as práticas não pode, como defende Braudel (e reconhecem Ginzburg e Poni), acomodar-se facilmente à *moyen durée*.

Finalmente, suspeitamos que um incauto entusiasmo face à colaboração pode conduzir tanto os historiadores como os antropólogos a certas fontes passíveis de serem analisadas antropológica e historicamente, mas desviá-los de outras que o não são. A hesitação de Rosaldo a propósito de fontes suspeitas tanto se aplica a historiadores como a antropólogos. Arquivos judiciais, petições, diários e cartas podem parecer maravilhosamente abertos à «densa descrição» mas, se a etnografia histórica significa só se ser conduzido até onde o arquivo abrange tais fontes, então a aliança entre as disciplinas e os seus produtos será muito circunscrita¹⁵.

¹⁴ GEERTZ, Clifford, *Local knowledge: Further essays in interpretative anthropology*, Nova Iorque, Basic Books, 1983. A distinção cultural é suficiente para que COHN descreva o seu trabalho com os historiadores como «observação participante» (*An anthropologist among the historians: A field study*, in *An anthropologist among the historians*, pp. 1-17). LÉVI-STRAUSS, Claude, *History and anthropology*, in *Structural anthropology*, 2 vols., Nova Iorque, Doubleday, 1976, vol. 1, pp. 1-128; BRAUDEL, *Longue durée*.

¹⁵ GINZBURG, Carlo, e PONI, Carlo, *The name of the game: Unequal exchange and the historiographic marketplace*, in MUIR, E., e RUGGIERO, G., (eds.), *Microhistory and the lost peoples of Europe*, (E. Branch, trad.), Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1991, pp. 1-10. Para a nossa abordagem, ver adiante a secção sobre metodologia da história. BRAUDEL, *Longue durée*; ROSALDO, Renato, *From the door of his tent: The fieldworker and the inquisitor*, in CLIFFORD, James, e MARCUS, George E., (eds.), *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*, Berkeley, CA, University of California Press, 1986, pp. 77-97. Comparar: GINZBURG, Carlo, *The inquisitor as anthropologist*, in

Consequentemente, sentimos que devemos abordar o nosso trabalho equilibrando duas preocupações contrárias. Por um lado, temos as complicadas relações entre as disciplinas, já referidas. Por outro, temos o potencial – discutível a necessidade – para a pesquisa conjunta, centrada em questões centrais e unidades de análise comuns, para mudar e aprofundar a nossa compreensão sobre assuntos complexos, como o comércio de vinho de Porto.

Voltando-nos, de seguida, para as questões que pretendemos levantar em termos históricos e etnográficos, esperamos mostrar o alcance e o possível valor de um tal empreendimento.

3.3. *Perspectiva histórica*

O comércio exportador do vinho do Porto tem recursos históricos ricos e detalhados. Essencialmente, iremos dar atenção às empresas familiares nas cidades do Porto e Vila Nova de Gaia. Em relação a estas, tentámos localizar momentos significativos para investigação detalhada. Procurámos, simultaneamente, momentos de troca mútua no comércio e nas suas famílias constituintes.

Esta abordagem demonstrou ser razoavelmente identificativa. A bibliografia sobre o vinho do Porto tende a seguir por duas direcções. Uma envolve a história de empresas familiares. Tendendo para a hagiografia, toma uma família específica e mostra como é que ela determinou significativamente aspectos particulares do comércio. A outra envolve histórias gerais sobre o comércio, baseadas em análises históricas mais alargadas. Geralmente, esta via não diferencia os participantes. Um dos nossos objectivos é conseguir unir estas duas vias, olhando para o desenvolvimento do comércio em geral, mas diferenciando os participantes.

3.3.1. *Desenvolvendo esferas de interesse*¹⁶

A periodização do comércio do vinho do Porto representa, geralmente, a Guerra Civil de 1832-34 meramente como mais um acontecimento num longo e perturbado período de «estagnação e instabilidade»¹⁷. Contudo, um ano depois

GINZBURG, Carlo, *Clues, myths and the historical method*, (J. & A. Tedeschi, trad.), Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1989, pp. 156-164.

¹⁶ Ver DUGUID, Paul, *Speculations on change: An Anglo-Portuguese alliance*, comunicação apresentada na Conferência sobre a «Anglo-Portuguese Alliance» (Cambridge, U.K., 20/24 Setembro, 1993).

¹⁷ MARTINS, Conceição Andrade, *Os ciclos do vinho do Porto: Ensaio de periodização*, «Análise Social», 23, 1988, pp. 403. Ver, também, a concordância entre o anterior e MARTINS, Conceição Andrade, *Memória...*; BARRETO, António, *O vinho do Porto e a intervenção do Estado*; e PEREIRA, Gaspar Martins, *O Douro e o vinho do Porto*, Porto, Edições Afrontamento, 1991. MARTINS marca as fronteiras significativas em 1811 e 1864 (pp. 403-410); BARRETO, no «século XIX, até 1865» (pp. 377) e PEREIRA em 1807-1864 (pp. 149-151). Tanto PEREIRA como BARRETO reconhecem importantes mudanças no tipo de intervenção do Estado depois da Guerra Civil. Vendo o comércio em ter-

do fim da guerra, a Sandeman tinha conseguido um domínio no comércio de mercado-livre, semelhante ao que havia tido nos dez anos anteriores a monopolística *Companhia*. A rápida mudança de um sistema de Estado-mercantilista para um sistema de mercado-livre coloca muitas questões sobre o papel das empresas privadas¹⁸. A sabedoria convencional poderia esperar que, quando se deu a mudança, essas firmas – baseadas em sociedades fiduciárias capitalizadas, tais como a Offley, Forrester – atingissem melhores resultados que as baseadas numa sociedade familiar. De facto, durante a caótica transição, as firmas familiares parecem ter sido mais adaptáveis que as fiduciárias. Para tentar descobrir porquê, esperamos comparar com algum detalhe os desaires da Offley (a maior firma privada, antes da guerra) e a sorte da Sandeman, que trocou o seu acesso ao capital e mercados estrangeiros pelo acesso a abundante quantidade de vinho da família Ferreira. A Sandeman parecer ter sido afortunadamente mais familiar que fiduciária (isto é, foi mais capaz de negociar as necessidades fiduciárias para dentro das concessões familiares), em comparação com a Offley, contudo mais fiduciária (isto é, com maior acesso aos mercados de capitais) que familiar, em relação aos Ferreiras¹⁹.

Na formação de um cartel transitório entre Sandeman & Ferreira, talvez possamos ver leves indícios de um reconhecimento implícito de esferas separadas de interesse, de acordo com linhas nacionais. Estes merecem uma investigação mais profunda. Embora o cartel, em si, tenha sido provisório, suspeitamos que os seus efeitos não o tenham sido. Mais propriamente, enquanto a Sandeman se tornou o exportador dominante e a Ferreira o preeminente proprietário de terra, cada uma destas firmas pode ter sido um instrumento na determinação, quer para o comércio, quer para os comerciantes, do formato a longo prazo da sua esfera escolhida²⁰.

mos de intervenção governamental ou de mercados externos, contudo, parece-nos arriscar não ver o formidável papel desempenhado pelas próprias companhias privadas.

¹⁸ Para o relacionamento dos monopólios estatais com os monopólios privados, neste contexto, ver SIDERI, Sandro, *Trade and power: Informal colonialism in Anglo-Portuguese relations*, Rotterdam, Netherlands, Rotterdam University Press, 1970.

¹⁹ Claro que as interrelações de diferentes tipos de sistemas económicos são particularmente braudelianas e, com efeito, o comércio do vinho do Porto fornece um útil cenário para se elaborarem algumas das ideias de BRAUDEL sobre feiras (a feira da Régua foi, durante muito tempo, o principal ponto de encontro para o comércio entre as firmas e as quintas), firmas familiares e empresas capitalistas. Ver BRAUDEL, Fernand, *Civilization and capitalism, 15th-18th century*, 3 vols., (Sian Reynolds, trad.), Berkeley, CA, University of California Press, 1985; BRAUDEL, Fernand, *Afterthoughts on material civilization and capitalism*, (Patricia Ranum, trad.), Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press, 1977.

²⁰ Têm sido feitos poucos trabalhos sobre os padrões de propriedade no século XIX, no Alto Douro, mas ver PEREIRA, Gaspar Martins, *As quintas do Oratório do Porto no Alto Douro*, «Revista de História Económica e Social», 13, 1984, pp. 13-50.

3.3.2. Sucesso financeiro e sucessão familiar

Também tencionamos debruçar-nos sobre as tensões crescentes entre família e empresa, à medida que se diferenciam a lealdade empresarial e o património familiar. A sucessão nas empresas familiares é uma questão complexa, uma vez que a sucessão na família e a sucessão na empresa se submetem a duas tradições diferentes – tradições essas que Yanagisako diz serem fortemente influenciadas pelo género. Assim, torna-se importante examinar os conflitos e contradições entre o sucesso e a sucessão nestas empresas familiares, colocando questões sobre as partilhas (a forma portuguesa de herança), primogenitura (a forma inglesa) e os imperativos do comércio. As disputas em torno do direito ao nome de família são particularmente esclarecedoras. Embora as leis de herança e os direitos de sociedade regulem a dispersão de capital e dos stocks, não regulam o uso do nome. À medida que o séc. XIX foi avançando, o vinho do Porto, anteriormente vendido em Inglaterra com o nome do negociante, começou a aparecer com o nome da empresa exportadora. Em consequência, as empresas do Porto começaram a proteger ciosamente esses nomes²¹.

As personagens de Thomas Glas Sandeman e Frederick Cobb tornam-se interessantes para estudo sob este aspecto. Em 1856, tendo dirigido a casa do Porto desde 1821, Thomas montou uma companhia com o seu próprio nome, após um conflito com o seu irmão mais novo, George. A antiga empresa familiar passou a ser dirigida por um estranho – Cobb –, e a nova empresa, apesar de alheia à família, era administrada pelo seu membro mais velho. Muitas questões se colocam para investigação. Muito nas histórias do Porto é feito da lealdade entre empresas e agricultores. Como reagiram, então, os lavradores e proprietários de terras a uma divisão na família? Será que os exportadores, propensos à facção, se dividiram, acompanhando a divisão da família? Nesse caso, como é que se dividiram? As negociações entre empresas (que são em grande número) eram geralmente conduzidas pelos chefes de família. Estes fidalgos ingleses não estavam habituados a negociar com gerentes. (As memórias dos comerciantes de vinho do Porto, tais como Sellers, G. Cobb ou Cockburn, estão impregnadas de antipatia por empresas que não tinham um membro da família residente na cidade.) Terá isto tornado a vida de Cobb particularmente difícil? E terá pressionado a antiga empresa a mandar sair um membro da família? Por volta de 1869, a antiga casa era novamente dirigida por um Sandeman²².

²¹ YANAGISAKO, *ob. cit.* Embora as famílias britânicas defendessem a primogenitura, quatro de nove sucessões da Sandeman não se deram através do filho mais velho. SELLERS, Charles, *Oporto old and new*, Londres, Harper, 1989.

²² Ver FO 63 391 & 427 (Public Record Office, Kew) e KINSEY, *ob. cit.*, para mais detalhes sobre os amargos combates corpo-a-corpo, mesmo durante o cerco do Porto. BENNETT, Norman, *ob. cit.*

Na década de 1890, a empresa de Thomas Glas Sandeman foi comprada pelo resto da família. Depois, em 1902, a empresa familiar sobrevivente tornou-se uma companhia limitada. O trabalho de Marcus e Hall sobre relações fiduciárias em famílias de elite parece sugerir que esta pode, em parte, ter sido uma tentativa para resolver os conflitos entre família e empresa. Torna-se necessário, entre outras coisas, investigar a forma como os rendimentos dos capitais investidos se dividiam entre os membros da família, estivessem estes retirados ou não da participação activa – frequentemente uma distinção contenciosa nas empresas familiares – e como eram divididos os lucros, quer antes quer depois da formação das companhias limitadas. Igualmente importante (e mais difícil de descobrir nos registos) é uma investigação sobre as formas através das quais as mulheres (a quem eram dados menos direitos sobre o nome de família) eram capazes de partilhar o capital ou mesmo a administração. A esposa de Thomas Sandeman era portuguesa, com direito perante a lei portuguesa a controlar a propriedade com muito maior liberdade que as mulheres inglesas. Será que a sua independência legal jogou algum papel na questão familiar?

A companhia Ferreira, durante muito tempo dirigida por uma mulher possuidora de vasto capital, terra e negócios, também se tornou Sociedade Anónima, em 1898. O inquérito inicial sugere-nos que uma investigação mais aprofundada virá revelar, aqui, divergentes estratégias de género, tipos de propriedade rural e exportação, dado que, na empresa Ferreira, as duas estavam separadas: uma empresa exportadora foi formada como companhia limitada – a *Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos dos Porto* – enquanto as propriedades (as mais extensas deste negócio) se mantiveram na família²³. Mais uma vez se levantam questões relacionadas com o comércio. Algumas estão relacionadas com as suas causas. Até que ponto é que as coincidentes constituições em sociedade comercial, como sugere a «memória popular» resultam simplesmente de lutas entre irmãos? Até que ponto resultam de mudanças no próprio comércio? Como é que as leis contrastantes de sucessão e de responsabilidade limitada afectam as diferentes companhias? E como é que elas levaram ambas as famílias, inglesa e portuguesa, com diferentes tradições, costumes e leis de sucessão, uma chefiada por um homem e outra por uma mulher, a dar passos semelhantes apenas com cinco

COBB, Gerald, *Oporto older and newer*, edição do autor, 1966; COCKBURN, Ernest, *Port wine and Oporto*, Londres, Wine and Spirit Publications Ltd., s.d.; SELLERS, ob. cit.

²³ Nos anos oitenta, um grande exportador, A *Companhia dos Vinhos António José da Silva*, foi parcialmente adquirida e dirigida por uma mulher, D. Teresa da Silva, que também trouxe a sua filha para a firma. Infelizmente, o relevo dado a D. Antónia tende a lançar uma sombra sobre as muitas outras mulheres que, no séc. XIX, eram donas de quintas e exportavam vinho do Porto. Ver SIMON, André, *Port*, Londres, Constable, 1934; Arquivo Distrital do Porto, Registos da Alfândega; e DUGUID, Paul, ob. cit. Para questões referentes ao retorno de capital, ver ROSE, Mary B., *The Greys of Quarry Bank Mill: The rise and decline of a family firm, 1750-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

anos de diferença entre uma e outra? Até que ponto é que as acções do Estado – em particular, as relacionadas com as cada vez mais frágeis relações diplomáticas anglo-portuguesas e com a tentativa portuguesa para reinstituir uma companhia monopolista – contribuem para esta jogada estratégica? Outras questões estão relacionadas com os efeitos da mudança do estatuto legal dessas empresas. Que efeito é que estas mudanças tiveram no carácter e na caracterização destas empresas – e das famílias? Que efeito tiveram as mudanças sobre os administradores e outras famílias comerciantes subordinadas? E quais foram os seus efeitos no proletariado português que trabalhava nessas empresas (particularmente os tanoeiros) e que tinha vindo a mostrar a sua força com greves periódicas²⁴?

3.3.3. Casamentos de empresas

A nossa terceira tentativa para capturar o desenrolar da relação família-empresa centra-se no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Esta produziu um longo período de estagnação no comércio. O mercado inglês declinou rapidamente, a emigração tornou o trabalho escasso e o vinho do Porto ficou para trás, atrás de outros sectores, na crescentemente integrada «indústria de bebidas alcoólicas». Embora este neologismo seja desvantajoso para os exportadores de vinho do Porto, eles eram agora um parente pobre numa indústria global verticalmente integrada.

À medida que outras bebidas invadiram os tradicionais mercados de vinho do Porto, as empresas familiares começaram a ser absorvidas umas pelas outras, com o objectivo de aumentar a sua parte num mercado que estava a enfraquecer, verificando-se uma variedade de consolidações que alteraram dramaticamente as relações familiares e a configuração do comércio como um todo. A Sandeman tornou-se pública em 1952. Usou o capital conseguido para comprar a Robertson e, mais tarde, a Offley. A Ferreira atravessou as fronteiras nacionais e comprou a antiga empresa exportadora inglesa Hunt, Roope. Mais tarde ainda, a Sandeman, que se mantém a maior marca isolada, foi comprada pela Seagram, a multinacional canadiana, enquanto a Ferreira foi comprada pela *Sociedade Comercial dos Vinhos de Mesa de Portugal* (SOGRAP), uma das maiores companhias vinícolas portuguesas. Estas fusões e aquisições deram origem a grandes mudanças na forma como o comércio é dirigido e no papel das famílias nas empresas. Em muitos casos, os membros da família ficaram reduzidos, se não à reclinada inactividade dos fiduciários prevista por Marcus e Hall, pelo menos a cargos de gerência ou a posições promocionais. Muitos deles não aceitaram impavidamente estas

²⁴ SHANNON, H. A., *The coming of general limited liability*, in CARUS-WILSON, E. M., *Essays in economic history*, Londres, Edward Arnold, 1968, vol. 1, pp. 358-379; SHANNON, H. A., *The limited companies of 1866-1883*, in *ob. cit.*, pp. 380-405.

novas posições. Assim, por exemplo, a família Graham, dando eco às acções de Thomas Glas, tentou começar uma nova companhia com o nome da própria família, vindo a ser colocada em tribunal pela família Symington, que é dona da original empresa Graham's²⁵.

Este período dá-nos outra oportunidade para observar e questionar o papel das famílias nas empresas. Também nos permite, enquanto antropólogos e historiadores, convergir no caminho da investigação para um único período e fontes comuns. O período é ainda suficientemente próximo no tempo para que muitas pessoas ainda em actividade no comércio nos forneçam informações inestimáveis. Um dos aspectos intrigantes da convergência, no contexto deste comércio particular, reside na forma como a prática corrente do comércio do vinho do Porto usa a história. Um comércio que etiqueta o seu melhor produto como «vintage» e guarda vinho para a posterioridade está inevitavelmente impregnado de passado sob inúmeras formas complexas. A declaração de um *vintage* e mesmo a lotação de um Porto corrente regista uma tentativa para atingir (ou reclamar) a continuidade histórica. Talvez melhor que ninguém, as pessoas que combinam um produto sempre em mudança em nome da continuidade intuitivamente compreendam o quão friável a história pode ser.

Em particular, iremos centrar-nos nas utilizações da história por parte daqueles que são tanto os seus produtos como os seus actuais produtores. Queremos investigar quem conta a história, de quem é a história que é contada e quão selectivamente ela é contada. Sem dúvida, a história das quintas e dos agricultores é tão importante para o comércio como qualquer outra, mas está inevitavelmente subordinada aos exportadores, com os seus nomes estabelecidos e importantes arquivos. Para as pessoas que estão dentro do negócio, esta história dominante é usada para desculpar práticas de dominação, amaciar conflitos duradouros e naturalizar a reprodução de relações desiguais. Para os estranhos, uma aparência de harmonia esconde as tensões transnacionais e transculturais que nós vemos como constitutivas do comércio. O uso da história convida, por isso, a uma exploração. Claro que a selecção da história e a emergência de uma voz dominante não são exclusivas do comércio do vinho do Porto. A ubiquidade de processos de apresentar e mesmo vender o passado, dá uma muito maior relevância

²⁵ Outras fusões abundam. A Croft, que estava há muito na posse da Gilbey, a empresa britânica comerciante de vinho, comprou a Delaforce (mais tarde todo o grupo se tornou parte da International Distillers). A Taylor comprou a Fonseca Guimaraens. A Cockburn comprou a Martinez e foi, por sua vez, comprada pelos comerciantes de vinhos de Bristol, Harvey's. (Depois, a Shewering comprou a Harvey's, antes dela própria ser comprada pela Allied Lyons). Também a família Symington, que era proprietária da Warre desde 1912, comprou a Silva Cosens, a Dow, a Quarles Harris e a Graham. Este grupo forma, agora, colectivamente, o maior exportador, embora a Sandeman continue a ser a maior marca. Em 1993, a Baccardi conseguiu uma posição de controlo na Offley, Forrester.

à nossa investigação sobre um comércio que está, actualmente, a desenvolver essa história com vigor, tentando resistir à perspectiva de se tornar, tal como o vinho da Madeira, uma mera história²⁶.

3.4. *Perspectiva etnográfica*

Como é que as relações do comércio, comunidade e famílias – cada uma com as suas relações constitutivas internas próprias, mas interdependentes – surgem hoje em dia? Um estudo da colónia dos negociantes de vinho do Porto fornece uma oportunidade para relacionar questões levantadas em estudos etnográficos de mercadorias específicas (por exemplo: Mintz, 1986; Appadurai, 1988; Schneider, 1992; Roseberry, 1992) com as questões levantadas em estudos sobre comunidades historicamente de elite (Cohen, 1981; Connell, 1972; Marcus, 1983; Marcus, e Hall 1992; McDonogh, 1986 e 1991; Schneider, Schneider, e Hansen, 1972; *História Social das Elites*, 1992; Yanagisako, 1991). Tendo isto em mente, tencionamos examinar: 1) As relações entre as empresas familiares e a mercadoria que estas produzem; 2) As relações sociais no seio das famílias e entre famílias; 3) A mercantilização e fetichização das histórias familiares²⁷.

3.4.1. *Empresas familiares em relação com a produção de vinho do Porto*

As tradicionais empresas exportadoras estão profundamente implicadas no carácter da mercadoria que produzem. O prestígio da mercadoria é crucialmente mantido através da reprodução do capital cultural dos seus produtores. A reprodução de produtores individuais tornou-se, assim, uma parte integrante do processo geral de produção e levou o comércio a pôr à venda esses próprios produtores. Assim, este conjunto desempenha um papel na reprodução do *habitus* (na

²⁶ BOMMES, Michael, e WRIGHT, Patrick, *Charms of residence: The public and the past*, in JOHNSON, Richard, et al., (eds.), *Making histories: Studies in history writing and politics*, Minneapolis, MN, University of Minnesota Press, pp. 253-302; HEWISON, Robert, *The heritage industry: Britain in a climate of decline*, Londres, Methuen, 1987; KARP, Ivan, e LAVINE, Steven D., (eds.), *Exhibiting cultures: The poetics and politics of museum display*, Washington DC, Smithsonian Institution Press, 1991.

²⁷ É claro que a forte tradição dos estudos da comunidade portuguesa, assim como o trabalho de Shawn PARKHURST, terão um papel importante no nosso entendimento das relações entre as famílias britânicas e os agricultores portugueses. Ver, por exemplo, DIAS (1953), CUTILEIRO (1971), RIEGELHAUPT (1964, 1979, 1981), PINA-CABRAL (1986), O'NEIL (1987), COLE (1991), JOHNSON, Twig (1977, 1980), BRETTELL (1982, 1986, 1992), LEEDS (1984). Alguns antropólogos portugueses (Brian O'NEIL, João PINA-CABRAL, comunicação pessoal) acreditam que esta economia não-camponesa, assim como o crucial carácter de laços extra-comunidade nas aldeias de viticultores tem, até agora, impedido a exploração antropológica da área. De facto, um anel de estudos etnográficos, focado nas comunidades agrícolas, envolve o Douro, mas não entra na região (sem a abordagem conjunta deste projecto, é provável que não tivéssemos também tentado tal incursão).

acepção de Bordieu) desses produtores (Bourdieu, 1977 e 1984). Os chefes de família personificam bastante bem o gosto que garante o carácter elite da mercadoria. Certas figuras bem conhecidas dessas famílias são ícones vivos do *status* não só do produto mas também da posição de classe dos seus mais prestigiados consumidores. Por conseguinte, estas figuras contribuem de forma muito importante para a localização do comércio na indústria de bebidas alcoólicas²⁸. Contudo, simultaneamente, a internacionalização do comércio e a sua integração nesta indústria tende a marginalizar as famílias produtoras (Unwin, 1991).

As grandes tensões que emergem da indústria do vinho do Porto sugerem este conflito e apresentam-se a si próprias para inquérito etnográfico. As empresas enfrentam a necessidade de ganhar capital, contudo, quando este vem de fontes externas, conduz geralmente a uma perda do controlo familiar. Os mercados convencionais requerem prestígio e carácter, enquanto os mercados novos e em crescimento requerem um produto normalizado²⁹. O movimento dos exportadores ingleses para criarem vinhos do Porto *vintage* de uma só quinta (à semelhança dos vinhos de Bordéus engarrafados nos *châteaux*) pode também ser um esforço para resguardar a sua posição.

3.4.2. *Relações de coresidência, intercasamento e partilha da vida quotidiana*

Por diversas razões, incluindo a integração do comércio em corporações multinacionais e a dispersão do produto pelos mercados mundiais, a colónia das famílias britânicas no Porto pode estar sob pressão. Existiram sempre conflitos internos numa comunidade que compreende empresas (familiares) concorrentes e famílias com intercasamentos³⁰. Mas hoje a comunidade enfrenta outros desafios. As leis de relações fiduciárias já não fazem com que as sociedades de membros

²⁸ Se os exportadores de vinho do Porto não fossem tão importantes para a capitalização cultural do vinho do Porto, certamente que os seus nomes já não apareceriam nos armazéns de Gaia. No Porto, não há referência pública nem representação da, agora, super-ordenada organização do comércio.

²⁹ Desde a Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra desceu de primeiro para quinto importador (quer em volume, quer em valor), atrás da França, da Bélgica e da Holanda («Público», Junho 21, 1993, pp. 20-23). O vinho do Porto «Late Bottled Vintage» – uma categoria criada para fazer face à instabilidade do *vintage*, mantendo o significado simbólico de uma data *vintage* – é o produto da contínua luta entre prestígio e standartização.

³⁰ As fusões e a integração sectorial têm tido sérios efeitos locais na colónia, dando nova ênfase a uma antiga questão: as relações competitivas entre firmas rivais, todas pertencendo a uma pequena colónia, cujo comércio é baseado numa única mercadoria, virada sobre si mesma, e cujas famílias praticam um forma endógena de casamento. Um chefe de família comentou que todos os chefes das firmas acham que as suas relações competitivas existem, não em Portugal, mas onde o vinho do Porto é vendido. COBB (1965) refere que as «leis» da comunidade britânica que regem o negócio não eram discutidas em casa, onde os membros de diferentes firmas familiares eram amigos, desprezando a mistura de relações fiduciárias e familiares. Inversamente, os familiares (por vezes, muito próximos) não podiam entrar nos estabelecimentos comerciais uns dos outros.

das famílias sejam centrais para o comércio (Davidoff, e Hall, 1987; McDonogh, 1986; Marcus, e Hall, 1992). Além disso, as necessidades divergentes, os interesses e as possibilidades dos homens e mulheres na comunidade, desafiam, actualmente, a sucessão privilegiada dos elementos masculinos britânicos (Yanagisako, 1991; Davidoff, e Hall, 1987). Com estas mudanças, perdeu-se uma grande parte da lógica subjacente de uma colónia comercial. Os membros sobreviventes da colónia enfrentam uma inelutável diminuição do seu número. Apesar de instituições há muitos estabelecidas, como a Igreja Anglicana e a «Factory House», ainda apresentarem uma imponente presença para a rua e para o público, a realidade é que numa a congregação é muito pequena, enquanto na outra as instalações – biblioteca, sala do mapa, salão de baile, sala de bilhar – quase não são usadas (Delaforce, 1982 e 1990). No passado, a reprodução do comércio assentou na reprodução simultânea de uma comunidade de famílias comerciantes, residentes no Porto³¹. Se a comunidade não está a reproduzir-se a si própria, devemos investigar como é que as identidades da colónia, anteriormente formadas, em grande parte, através da sua relação com o comércio do vinho do Porto, estão a ser reconstruídas.

No entanto, o comércio já antes demonstrou ter extraordinária capacidade de recuperação, o que talvez seja o que se está a passar hoje em dia. Manifestações de significativa saúde são visíveis e uma combinação de devoção ao comércio e modos de existência em transformação parecem capazes de desafiar as mais lúgubres profecias. As famílias inglesas, que um dia viveram mais perto do Porto, vivem hoje na Foz do Douro, um rico e elegante subúrbio balnear do Porto. Abandonaram, talvez, as históricas instituições da *Baixa*, substituídas pelo mais conveniente e confortavelmente suburbano *Clube Britânico*. Uma investigação desta colónia precisa de reconhecer (e um antropólogo precisa de confrontar o problema) que uma comunidade de elite pode parecer desaparecer, quando de facto está apenas a investir mais numa auto-protectora privacidade. As mudanças nas relações fiduciárias, que acima discutimos, permitem, entre outras coisas, aos membros das famílias retirarem-se do olhar público. Um objectivo deste projecto será descobrir se esta colónia não está a conseguir reproduzir-se a si própria ou se está meramente a reproduzir-se segundo uma tendência que nos é menos familiar.

Primeiro, então, necessitamos de estabelecer a composição da comunidade no presente e no passado recente. Sabemos que ainda existe uma auto-designada «comunidade». Quais são as suas divisões e quais são os entendimentos, objectivos e conflitos que a constituem? Segundo, precisamos de saber se a comunidade continua a ser composta por famílias exportadoras de vinho do Porto ou se se

³¹ A nossa análise sobre relações na família e no grupo doméstico encaixa-se justamente na pesquisa e análise etnográfica. Uma óbvia área de interesse comum é a história da família europeia.

transformou numa comunidade britânica, baseada em nada mais do que a sua identidade nacional. Se continua a existir, mas está significativamente abstraída da participação directa no comércio, como é que se desenvolveu e como é que se relaciona com as comunidades mais participativas do século passado? A racionalização, a profissionalização e a cautelosa privacidade da organização de negócios, a dispersão das habitações e o isolamento da vida quotidiana dos participantes, faz da própria utilização do termo «comunidade» uma unidade para (em vez de) análise (Sullivan, 1993).

Para a comunidade, muito depende da próxima geração e dos desejos e possibilidades dos seus membros para se manterem na comunidade, no comércio e no país. Eles têm que enfrentar dilemas referentes à identidade nacional, que pode estar mais em questão que a dos seus pais; o dilema da riqueza, cujo reverso é a dependência; a condução das suas vidas numa comunidade tão pequena que tem tanto as vantagens como as desvantagens de uma aldeia; as ideias anacrónicas de género (e possivelmente classe); e, com tudo isto, o historicamente carregado significado das suas escolhas.

Uma questão central a explorar envolve as suas oportunidades de se tornarem membros do comércio. Alguns filhos podem preferir tirar uma parte do capital da empresa. Mas outros podem desejar continuar a tradição da família e trabalhar na empresa. Se o fazem, será que vão achar fácil mudar-se para posições na empresa familiar alienada? Para as mulheres, em particular, as possibilidades de participação directa parecem cinzentas: a história, tão cautelosamente manipulada neste comércio, pode ser usada contra elas. Também o pode ser a alienação do património familiar. Davidoff, e Hall (1987) apontam que, à medida que as mulheres têm acesso a mais capital no séc. XIX britânico, novos meios foram inventados para assegurar que elas não o pudessem controlar. O direito para participar no comércio do vinho do Porto nunca foi equivalente ao seu direito para ter capital nele – ou mesmo para retirar capital dele. (Com efeito, tradicionalmente, o papel das mulheres tem sido trazer capital para as empresas familiares, através do casamento)³². Claro que as mulheres sempre participaram no comércio, mas a sua participação não foi reconhecida nem celebrada. Em empresas e em quintas elas são quase sempre retratadas como leais espectadoras. O seu trabalho em empresas e quintas tem sido omitido – ou retratado como um «mero» trabalho nas famílias (Sacks, 1989). Um grande foco etnográfico será explorar a reconhecida e não reconhecida participação das mulheres de várias gerações em todos os aspectos da comunidade.

³² Além disso, numa comunidade cujo principal problema poderá ser a crescente dispersão multinacional dos agregados familiares, as diferentes possíveis trajectórias para mulheres e homens devem colidir com a probabilidade de partir que têm as mulheres que cresceram na comunidade.

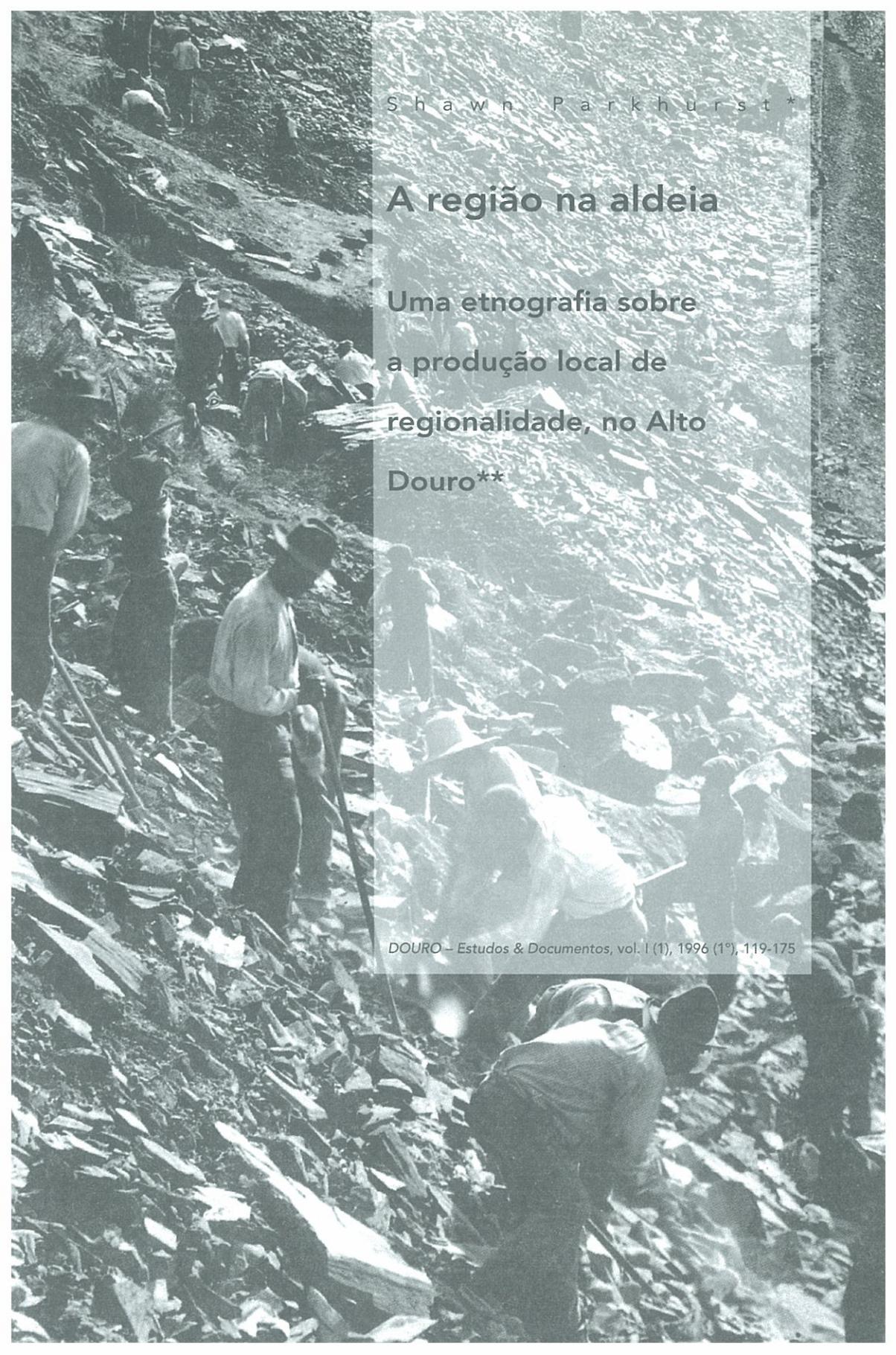
4.3.3. A mercantilização e fetichização da história da família

Como acima referimos, muitas questões rodam à volta da mercantilização que o comércio do vinho do Porto faz da sua própria história. Quais são os seus *media*? Quais são as suas reivindicações? O que é que simplifica? De quem são os pontos de vista representados? De quem não são? Quem e o quê é excluído do seu consumo? Visitas guiadas às casas de exportação em Vila Nova de Gaia retratam uma venerável arte, envolvendo técnicas tradicionais e longa aprendizagem – aprendizagem tão íntima que é baseada no parentesco – o parentesco de gerações de agricultores e, mais especialmente, de chefes de família. Estes são, claro, retratados homogénea e harmoniosamente, produzindo Porto, como se o fizessem de alguma maneira sem capital multinacional e património, contabilistas, departamentos de publicidade, químicos, tanoeiros e produtores de rolhas, uma crescente força de trabalho proletária urbana, banqueiros, agentes de seguros, agentes de exportação, ou representantes de vendas. Capital, concorrência, lutas laborais, exploração dos lavradores e outros não têm lugar em tais histórias.

O insistente emprego da história da família na era das multinacionais transforma os participantes personalizados deste comércio em objectos, actores, ícones vivos do seu próprio passado. Parece importante, então, tentar perceber o que é que a mercantilizada e fetichizada história do comércio representa para a comunidade. A questão é complicada, uma vez que os participantes no comércio são tanto os seus produtores e fornecedores, como o seu objecto. Notamos – talvez porque o comércio, a comunidade e, mais particularmente, os árbitros-chave do gosto são tão claramente objectos da curiosidade pública – que os participantes parecem exercitados em produzir representações ideologicamente saturadas de si próprios e da comunidade para consumo público. Ao mesmo tempo, parece provável que existam formas especializadas através das quais a vida actual da comunidade, assim como as práticas empresariais, são escondidos do olhar do público. Será que este fosso, limitado por gerações e reproduzível nos *habitus*, está condenado a desaparecer ou a manter-se num contínuo «outra vez» numa era de capital internacional? Estas questões sugerem um inquérito tanto histórico como antropológico sobre as várias representações da história em diferentes contextos.

A terminar, é altura de voltar, de novo, a nossa atenção para o carácter de colaboração do nosso projecto, colocando questões desde a moldura referencial antropológica até à histórica. Que relações é que a tradição local de história mercantilizada do comércio do vinho do Porto tem com os processos históricos através dos quais foi produzida e com outros processos históricos que ela se propõe

detalhar? Poderemos encontrar ou reconhecer as vozes dos diferentes, especialmente dos marginais e silenciados participantes no comércio, um século ou dois atrás, com a ajuda de pistas do presente e com um melhor entendimento da comunidade e do comércio hoje em dia? E será que podemos intensificar a nossa compreensão das complexas relações de capital cultural e económico na produção do vinho do Porto no passado através do nosso crescente entendimento das mudanças dessas relações no presente?



S h a w n P a r k h u r s t *

A região na aldeia

Uma etnografia sobre
a produção local de
regionalidade, no Alto
Douro**

DOURO – Estudos & Documentos, vol. I (1), 1996 (1º), 119-175

* Antropólogo. Investigador do *Portugal Project*. Social & Cultural Studies, Universidade da Califórnia – Berkeley.

** Tradução de Ana Paula Montes LEAL. Publicado, em versão inglesa, no *dossier* do Encontro de Ciências Sociais *A HISTÓRIA ACOLÁ – Identidade e diferenças na vida social do Portugal do Norte*, Porto, CENPA / *Portugal Project*, Social & Cultural Studies, Univ. Califórnia – Berkeley / GEHVID, Dezembro de 1994.

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO¹

As povoações locais dão uma contribuição importante para a formação dos seus contextos regionais. A região do Alto Douro, no Norte de Portugal, fornece vinho do Porto a todo o mundo, assim como condições favoráveis de pesquisa para a minha dissertação de doutoramento sobre o problema da produção localizada da região. A dissertação terá por base o trabalho de campo que desenvolvi, durante treze meses, no Alto Douro.

A minha dissertação situa-se no ponto de encontro entre a geografia e a antropologia: nas relações de espaço, cultura e economia política. Teoricamente, tento perceber como é que as relações entre formas e escalas sociais e espaciais variáveis se produzem umas às outras. À medida que as questões espaciais ocupam mais tempo na teoria social e na pesquisa empírica (Soja, 1989; Gupta and Ferguson, 1992; Gregory, 1994), unidades sócio-espaciais, anteriormente consideradas como dados adquiridos, vão sendo separadas conceptualmente – como aconteceu com o inovador esforço de Clifford (1993), na sua tentativa para dissolver a «aldeia» clássica da antropologia em correntes de viagem cosmopolita. Seja como for, estas unidades sócio-espaciais precisam de ser reagrupadas, nem que seja só porque, em muitos locais, elas ainda são reconhecidas e reproduzidas nas práticas populares. Duas destas unidades sócio-espaciais – a localidade e a região – têm a sua própria bibliografia², embora poucos tivessem tentado agrupá-las (Paasi, 1991). O meu estudo sobre as relações entre a aldeia, *Socalcos*³, e os seus contextos regionais no Alto Douro é precisamente um esforço para reagrupar teoricamente estas unidades, ao mesmo tempo que busco descobrir etnograficamente as suas ligações, na esperança de contribuir para o conhecimento da sociedade e do espaço.

O meu argumento de partida é que as localidades, em particular as aldeias, no Alto Douro, são espaços sociais colectivos que produzem a sua região, tanto quanto são produzidos por ela. Esta produção colectiva não é mecânica, nem conduzida por grupos sociais homogéneos. As diferenças locais são bem evidentes na produção de identidades colectivas locais e regionais.

O Alto Douro foi a primeira região demarcada de vinho no mundo. Durante

¹ Este texto constitui o projecto de dissertação de doutoramento do autor, a apresentar na Universidade da Califórnia – Berkeley. O autor gostaria de agradecer ao povo de *Socalcos* e *Cimo*, bem como a muitos colegas portugueses, pela simpatia com que apoiaram o seu trabalho. São tão numerosos que seria impossível nomeá-los aqui todos. Agradeço à Jean Lave e ao Paul Duguid as suas leituras críticas da versão inicial deste trabalho. Obviamente, só a mim cabe a responsabilidade de todos os erros que possa comportar. À medida que fui desenvolvendo o projecto de investigação, tive de modificar diversas posições e interpretações defendidas ao longo deste texto.

² Para o primeiro, ver DUNCAN, 1989; COOKE, 1990; JACKSON, 1991. Para o último, ver PAASI, 1986; PUDUP, 1988; LEWIS, 1991. Neste artigo, discutirei alguma da bibliografia.

³ Pseudónimo.

muito tempo, foi um sistema espacializado para a regulação da produção de uvas para vinho do Porto. Legalmente, as uvas para vinho do Porto não podem ser produzidas fora dos seus limites. O Estado português demarcou a área em 1756, de forma a garantir para si mesmo uma consistente fonte de rendimentos (Barreto, 1988; Martins, 1988), e ainda controla o mercado das uvas através da instituição corporativa semiautónoma conhecida como *Casa do Douro* e outras instituições. Existem milhares de produtores de vinho no Alto Douro⁴. Todos eles, por lei, estão ligados à Casa do Douro. Esta instituição decide, anualmente, quais e quantas uvas cada produtor pode vender, o que é feito pelos preços acordados com as empresas de vinho do Porto.

Se algum dia existiu uma região imposta por forças externas, foi certamente o Alto Douro. Assim, o Alto Douro é o «pior caso» possível para a confirmação da opinião de que as localidades não só são autónomas das imposições da Nação-Estado e do mercado internacional, como têm efectivamente um impacto produtivo – até ao próprio nível estrutural – nas suas regiões. Se as aldeias do Alto Douro provocam efeitos nos esforços para modelar, regular, certificar e extrair coisas delas, isso implica que, em regiões «impostas» menos rigidamente, a produção local de regionalidade poderia ser um processo ainda mais forte.

As ligações local-regional recomendam a utilização da etnografia, dado que esta se debruça sobre as populações na sua existência sócio-espacial global. Compreender a produção local de regionalidade requer necessariamente viver num sítio ao qual as pessoas confirmam significado como localidade. Daí a minha longa estadia numa aldeia do Alto Douro. Aqui, a produção social de comunidade numa região pode ser vista como formada, reformada, praticada e gerada nas conflituosas relações locais, envolvendo várias instituições «regionais» (como a Casa do Douro e a Igreja Católica), nas suas encarnações (sempre) locais.

Na secção seguinte, descrevo o Alto Douro como região, assim como a aldeia onde estou a fazer a pesquisa etnográfica. A minha opinião é que, sob a aparente separação da região, jaz a ligação com o exterior e que esta mesma ligação externa – com corpos administrativos estatais, por exemplo – pode reforçar a particularidade local. Presto também atenção às diferenças sociais no interior da aldeia, que são cruciais na produção do espaço regional, através de conflitos na prática e na perspectiva na e sobre à aldeia.

Na segunda secção desta proposta, passo em revista a literatura teórica sobre a região, nos domínios da geografia e da antropologia. O meu objectivo é mostrar de que maneira a abordagem geográfica da interacção social, da economia, da política, da cultura, do território e das instituições e a abordagem antropológica da cultura de classe e da cultura regional oferecem a problemática teórica para uma

⁴ 30.000 a 40.000 é o número normalmente citado. Cf., por exemplo, LIDELL e PRICE, 1992.

perspectiva que pode traçar informações adicionais a partir do trabalho etnográfico. Depois de rever a literatura teórica, desenvolvi o problema teórico com mais detalhe. O meu argumento é que, apesar de o Alto Douro ser parcialmente imposto a partir do «exterior», da mesma forma que outras regiões portuguesas, existem, no seu interior, claras relações económicas, políticas, sociais e culturais que são «regionais», no sentido em que se intersectam localmente. Além disso, dado que estas relações entram por vezes em conflito, a sua gestão criativa pelos habitantes das aldeias do Alto Douro produz uma identidade colectiva localizada e, através dessa identidade, espaço regional, instituições, território e identidade.

A terceira secção da proposta revê a literatura etnográfica existente sobre o Norte de Portugal e descreve o meu trabalho etnográfico no Alto Douro. A bibliografia é revista de forma a mostrar como as descobertas sobre emigração, conflitos culturais, identidade territorial e relações de género variáveis ajudam a transpor o problema teórico para o contexto do Norte de Portugal. Descrevo o meu trabalho etnográfico para tornar clara a base empírica usada para o projecto da dissertação.

A quarta secção pormenoriza os meus percursos etnográficos relativamente ao problema da produção local de regionalidade. Analiso as relações entre espaço colectivo e identidade colectiva na aldeia de *Socalcos* para demonstrar que o que merece ser estudado é a forma como a heterogeneidade social se relaciona com a colectividade, dentro do espaço da aldeia e nos seus contextos mais alargados. As relações entre género e classe produzem diferencialmente a colectividade da povoação e a identidade do Alto Douro. As próprias diferenciações de género e classe parecem ser mediadas por diferentes mecanismos daquilo a que eu chamo instituições regionais, produzindo o lugar das pessoas na aldeia e o lugar da aldeia no Alto Douro. Argumento, além disso, que os produtos, os hábitos de consumo e de viagem, em conjunto, ajudam a criar *Socalcos* e o Alto Douro. Finalmente, dou uma ideia sobre a maneira como as relações conflituais entre *Socalcos* e *Cimo* (uma aldeia próxima) ajudam a formar a identidade espacial colectiva de *Socalcos* e como os processos interaldeias modelam, num âmbito mais geral, o Alto Douro.

Em suma, traço um plano geral da minha dissertação, configurando-a através do trabalho de campo.

1.1. O contexto: um «close up» do Alto Douro

1.1.1. Introdução

O tamanho de Portugal não diminui a sua diversidade geográfica. O país é, simplificando, dividido nas regiões Norte e Sul⁵. O Sul é mais «desenvolvido». O

⁵ Ao usar aqui o termo região, sigo uma prática estabelecida. Decidi usar este termo de forma a sublinhar o seu carácter altamente dependente do contexto.

Norte é considerado uma região de pequena produção agrícola «camponesa». Por sua vez, Norte e Sul são formados por diferentes regiões. O Norte tem cinco regiões, incluindo o Alto Douro. No Noroeste, estendendo-se desde a costa, fica o Minho, com um clima húmido e temperado, produção policultural e denso povoamento. Mais a Sul, e também ao longo da costa, é a Beira Litoral, mais industrializada que o Minho. A Leste do Minho fica Trás-os-Montes, que é interior, com propriedades mais extensas, embora de menor produtividade que o Minho, em parte devido ao seu clima mais agreste. Em Trás-os-Montes, os cereais são o produto principal e o desenvolvimento industrial é o mais baixo de Portugal, apesar da sua elevada taxa de crescimento (Ferrão e Jensen-Butler, 1986; Cepeda e Terroso, 1991). A Sul de Trás-os-Montes fica a Beira Alta, que é outra região de montanha, com características similares às de Trás-os-Montes. Entre estas duas regiões orientais do Norte de Portugal e muito mais pequena que as outras, abraçando as encostas declivosas do rio Douro, situa-se a região denominada Alto Douro.

Na descrição que se segue do Alto Douro, mostro como, à primeira vista, devido à sua paisagem e aparente idade, esta região parece destacar-se em relação às regiões que a rodeiam. A meu ver, o Alto Douro está menos afastado do que à partida parece daquilo a que eu chamo as «redes» de relações políticas e várias outras que se encontram em Portugal e fora dele. Tenciono mostrar que existem mais diferenças dentro da região e das aldeias dentro dela do que as que podem explicar-se devido aos cruzamentos das redes de acontecimentos exteriores. Em resumo formularei questões levantadas por esta diferenciação local relativamente à realidade da região do Alto Douro e da sua identidade regional.

1.1.2. *Um lugar à parte*

As vinhas prendem o olhar, logo que se entra no Alto Douro. Surge vinha após vinha, ao longo das quarenta milhas do rio Douro, entre Barqueiros e a fronteira espanhola. Em terraços de variadas formas e tamanhos, os vinhedos sobem pelas encostas do rio até cerca de vinte milhas, quer para Norte, quer para Sul, ao longo dos afluentes do Douro. No final da Primavera, brilhantes folhas verdes reluzem ao Sol ou banham-se na sombra do terraço seguinte ou dos montes fronteirós. Os troncos das videiras mergulham num solo brilhante e criador de reflexos, feito de lâminas de xisto.

A paisagem transmite-nos uma sensação de durabilidade. As centenas de vinhas não só se enquadram como parecem inerentes às encostas nas quais foram esculpidas, aparentando datar, pelo menos, do tempo da demarcação feita pelo Marquês de Pombal, em 1756⁶. No centro das *quintas*, onde se situam muitos dos

⁶ A presença da vinha no Alto Douro está documentada desde o tempo da colonização romana.

vinhedos, erguem-se velhos solares caiados, escondidos para lá de pesados, por vezes ferrugentos, portões de ferro forjado. As aldeias, onde vivem os pequenos viticultores, agrupam-se nos cumes ou nos vales. A sua pequena dimensão, a densa concentração e o aspecto antigo do casario sugerem um carácter profundamente comunal, com um olhar ainda íntimo para o passado. Em pequenos vales recobertos de pinheiros, ao longo de íngremes caminhos de terra, jazem os terraços irrigados pelo rio, cultivados pelos membros das famílias de lavradores para auto-consumo.

Os constrangimentos ambientais que se colocam à prática do cultivo da vinha e da produção de vinho nesta região sugerem também uma tradição com origens remotas. O terreno é hostil a muita maquinaria. Apesar de, em algumas das novas vinhas, se usarem tractores para a cava, o tratamento das cepas mantém-se inteiramente manual. A vindima junta tanto pessoas da aldeia, como gente vinda de lugares distantes tradicionalmente ligados ao Alto Douro, nas vinhas, onde as mulheres cortam os cachos de uvas das videiras, que os homens carregam em cestos de 60 quilos, encosta abaixo, até aos camiões para serem transportados para as instalações de vinificação ou para os velhos lagares. Os exportadores de vinho do Porto, o vinho aguardentado feito com muitas destas uvas, dão provavelmente mais valor à permanência e tradição – pelo menos como ideias – do que quaisquer outros comerciantes de vinho no Mundo⁷.

1.1.3. *Parte de uma rede maior*

A partir de uma certa perspectiva, a região passa a parecer menos diferente da terra que a rodeia, considerando-se o espaço como sendo só mais um conjunto de variantes ecológicas ou entendendo-se outro tipo de espaço, num Portugal organizado em conjuntos administrativos. Existem aqui três sub-regiões, divididas por afluentes do rio Douro e distinguidas por diferentes ecologias e padrões de propriedade da terra. Partindo de jusante (Barqueiros) até montante (fronteira com Espanha), surgem-nos o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior⁸.

⁷ Estes exportadores, muitos deles cidadãos britânicos residentes em Portugal há várias gerações, vivem geralmente no Porto. Em décadas mais recentes, certas companhias multinacionais produtoras de bebidas alcoólicas – a Seagrams, por exemplo – têm vindo a comprar companhias de vinho do Porto e, talvez mais do nunca, a dramatizar o carácter tradicional do vinho (na sua produção), enquanto, simultaneamente, vão modernizando e mecanizando a produção onde tal é possível.

⁸ Subindo o rio, de jusante para montante, a produção de vinho diminui, ao mesmo tempo que aumenta a importância da produção de azeitona e amêndoa, o que sucede, em parte, devido a diferenças climáticas: isto porque subir o rio significa encontrar um clima cada vez mais quente e seco. O padrão de posse de terra muda, passando da predominância da pequena propriedade no Baixo Corgo, para a predominância de grande propriedade no Douro Superior (ver Lema, 1980, e nota 25 deste texto).

O Estado português regula a produção de uvas através da Casa do Douro. A Casa do Douro guarda registos detalhados sobre todas as vinhas existentes na região demarcada para a produção de vinho do Porto. As vinhas são classificadas de acordo com um *cadastro*, um sistema de registo de acordo com os vários requisitos regionais que conferem qualidade às uvas produzidas por cada viticultor, na zona demarcada. Cada ano, a instituição toma uma decisão, baseada em cálculos codificados, sobre quem se qualifica a vender as suas uvas pelos preços estabelecidos especialmente para o vinho do Porto. A atribuição pela Casa do Douro do direito de vender uma quantidade particular de uvas para vinho do Porto designa-se por *benefício*.

As mesmas linhas de administração política cruzam a região, como sucede em todas as outras zonas de Portugal. Aldeias, quintas e vilas pertencem a *freguesias*, que por sua vez pertencem a *concelhos*. Estes integram-se em *distritos* que, no seu conjunto, formam o mapa administrativo de Portugal⁹. Os blocos que compõem a Igreja Católica não são aqui diferentes do resto de Portugal. A paróquia integra-se na diocese, a diocese no bispado.

Ficando numa aldeia (designo por *Socalcos* a que conheço melhor), rapidamente nos podemos aperceber da influência que têm as redes do sistema económico e político do Estado¹⁰. O dinheiro para as poucas novas vinhas que estão a ser construídas vem de um programa administrado estadualmente, financiado pela Comunidade Europeia. Há dez anos, o Banco Mundial financiou um certo número de outras novas vinhas nesta área, sendo os empréstimos facultados aos agricultores através de uma agência regional. Contudo, os empréstimos só eram concedidos para o desenvolvimento de terras nas áreas com as melhores qualificações, de acordo com o sistema de *cadastro*. Aqui, a colheita de azeitona vem a seguir ao vinho, relativamente à sua importância económica. Neste momento, o dinheiro da UE também subsidia parcialmente esta cultura. (As populações locais criticam a UE porque esta não está a garantir dinheiro suficiente.) Apercebemo-nos também que a Câmara acabou de instalar na aldeia o primeiro sistema de saneamento básico. Durante algum tempo, as casas tiveram que se conformar com um estilo regional condicionado pelo Estado.

Aprendemos ainda que cerca de metade das casas estão desocupadas. Aqui,

⁹ A zona demarcada abarca 19 *concelhos* diferentes, sendo a maior parte da sua área partilhada entre 16 deles (Sousa e Pereira 1988: 12). Estes *concelhos* estão divididos em 160 *freguesias* (Lema, 1980: fig. 11-A). A maior parte dos *concelhos* divide-se em 8 ou 9 *freguesias*. O Alto Douro está dividido entre 4 dos 18 *distritos* de Portugal. No sentido dos ponteiros do relógio, e de Norte para Sul, estes são: Vila Real, Bragança (ambos a Norte do rio Douro – e com o meio do rio a ser o seu limite Sul), Guarda e Viseu (que se estendem desde meio do rio Douro para Sul). O Alto Douro abarca cerca de um quarto do território destes *distritos*, o que, no conjunto, orça em cerca de 21.000 dos 89.000 Km² de Portugal (Serrão, 1963: 836).

¹⁰ A Igreja Católica é um assunto menos visível.

uma aldeia média tem 150 habitações, só com cerca de 70 delas ocupadas. Os seus donos vivem agora em Lisboa, ou em França ou na Suíça, e voltam em Agosto para um mês de férias. Os bancos portugueses oferecem contas especiais de poupança para emigrantes, em relação às quais os habitantes locais se queixam. As vinhas, tão cuidadosamente tratadas pelo jovem com o tradicional boné de agricultor não lhe pertencem, mas sim ao seu irmão, que trabalha em França para poder pagar a terra e a sua manutenção. As vinhas ao lado são de um homem que regressou de França em 1985, depois de lá ter estado vinte anos. Como se vê, as pessoas têm raízes mais soltas que as videiras. As pessoas que trabalham numa nova vinha mesmo acima de *Socalcos* devem ser da aldeia ao cimo da estrada, que tem menos vinhas que *Socalcos*. Os trabalhadores das *quintas* não são geralmente pessoas do local. Muitos deles são trazidos das suas aldeias natais, nos confins da demarcação, para ficar durante a semana nos cardenhos da *quinta*.

Outras ligações com *Socalcos* sobressaem. Além dos emigrantes donos de vinhas e dos trabalhadores «imigrantes» das *quintas*, notamos que camiões de vários tipos fornecem a aldeia. Quase todos os dias, camiões de pão vindos de três aldeias diferentes passam pelas estreitas ruas, fazendo ouvir as suas buzinas. Em dias diferentes, no *largo* principal, estacionam camiões de peixe, camiões que vendem carne, aves, fruta e vegetais. De semana a semana, vendedores ambulantes de roupa e utensílios para casa fazem a sua feira. Quando se entra num dos dois cafés da aldeia, encontra-se os homens a beber café expresso com *bagaço*, cerveja portuguesa ou vinho. O *bagaço* é o único produto local; o vinho é do Alto Douro, mas raramente é feito com as uvas produzidas na aldeia, ou mesmo no *concelho*. Se está a dar um jogo de futebol no ecrã gigante da televisão do café, de certeza que os homens o estão a ver, discutindo os méritos da equipa de Lisboa contra a equipa do Porto, ou de Portugal contra a Suíça. Se a televisão estiver apagada, então o rádio está ligado, e é tão possível que a música seja de Prince como de Quim Barreiros ou dum cantor nascido na aldeia e conhecido nacionalmente (e residente em Lisboa).

1.1.4. Cruzamentos distintos

Há também diferenças entre as pessoas da terra. Existem na aldeia casas sólidas e caras, casas pequenas e decrépitas, casas próprias e casas arrendadas, que se ligam aqui, como em todo o lado, com a «dimensão» económica das pessoas. Os lavradores não são todos iguais. Apesar das suas terras raramente se aproximarem da área das *quintas* (cujos donos quase nunca vivem no local), há lavradores que produzem 50 vezes a quantidade dos seus vizinhos¹¹. Na realidade, são

¹¹ As *quintas* têm, geralmente, mais de 50 hectares, tendo a maior cerca de 600 (Liddell e Price, 1992). Existe uma *quinta* perto de *Socalcos* com aproximadamente 90 hectares, abarcando várias parcelas.

raros os agricultores a tempo inteiro. Embora a maioria dos homens tenha algumas vinhas, muitos passam a maior parte do seu tempo trabalhando como carpinteiros, padeiros, técnicos de reparações, professores, trabalhadores de construção civil ou jornaleiros nas vinhas de outras pessoas. As poucas vinhas que estes homens possuem tendem a ter uma classificação mais baixa, com menos hipóteses, em cada ano, de se qualificarem para o benefício que as vinhas dos viticultores mais regulares.

Só muito raramente as mulheres são agricultoras, embora algumas sejam donas de vinhas trabalhadas pelos seus familiares masculinos ou administradores contratados. Não quer dizer que elas não trabalhem nos vinhedos, mas apenas que os homens trabalham aí muito mais tempo, desempenhando uma maior variedade de tarefas. A maioria das mulheres trabalha na aldeia, tratando das suas casas, granjeando as hortas, cozinhando e cuidando dos filhos, dos maridos e, por vezes, dos pais ou sogros idosos. As mulheres trabalham também aos «meios-dias» nas vinhas dos grandes proprietários, ganhando menos de três quartos do que ganham os homens. Algumas mulheres trabalham fora da aldeia como professoras ou como pessoal hospitalar.

Observando o «tráfego», vemos que os homens viajam em circuitos mais longos que as mulheres; e quanto mais ricos são os homens, mais largos os seus circuitos de viagem típicos. Estes circuitos são diferentes, tanto em carácter como em distância. Aos domingos, embora quase toda a gente da aldeia seja católica, são maioritariamente as mulheres que percorrem as ruas empedradas até à missa na igreja da aldeia. Durante a semana, são as mulheres que tratam da roupa da sua família no lavadouro público. Na *tasca*, junto ao largo principal, são os homens que pagam uns aos outros copos de vinho, depois do trabalho ou nas tardes de domingo, da mesma forma que são os homens que jogam o *pino*, abaixo da *tasca*, no *dia de descanso*. Também são os homens que, ao domingo, povoam a repartição da Junta de Freguesia, quer como funcionários, quer como requerentes de acções da autarquia local, a seu favor, como cidadãos.

Se falarmos com os homens sobre a aldeia e a área que a rodeia, logo nos dizem que tal pessoa atravessando o *largo* é de um *lugar* chamado *Fonte de Cima*, dois quilómetros abaixo de *Socalcos*; que aquele homem ali é de um *lugar* maior, mesmo abaixo de *Fonte de Cima*, chamado *Barra*. Mas só alguns dos homens da aldeia chamada *Cimo* vêm aqui, dirão eles. *Cimo* fica sete quilómetros acima de *Socalcos*, seguindo pela estrada sinuosa que contorna a encosta (dois quilómetros se for em linha recta, através de terreno escarpado, coberto de pinheiros) e na

Os maiores agricultores locais têm propriedades que atingem os 50 hectares – o status de *quinta* não é só uma questão de extensão –, produzindo entre 50 a 100 . (Uma *pipa* é um enorme barril de carvalho ou castanho, que contém 550 litros de vinho.) A maioria das pessoas que cultiva uvas em *Socalcos* produz entre 1 a 3 pipas de vinho, em propriedades com 1 ou 2 hectares.

mesma *freguesia*. Existe uma rivalidade entre as aldeias de *Cimo* e *Socalcos*. Diz-se que é muito antiga. As pessoas de *Socalcos* chamam às de *Cimo* «Galegos», termo historicamente usado para os trabalhadores vindos da Galiza, que construíram muitos dos socalcos de vinha¹². O termo tem hoje (como é provável que tenha tido historicamente) um sentido pejorativo, significando «jornaleiro pobre». Os residentes nas outras aldeias das encostas à volta também têm *alcunhas*: eles são «Lagartos» e «Queijeiros», por exemplo. No entanto, nenhuma destas *alcunhas* comporta uma animosidade como a que é dirigida aos habitantes de *Cimo*.

Perguntem às mulheres de onde é que as pessoas são originárias e elas darão uma resposta semelhante à dos homens. A respeito de certas pessoas – particularmente os homens, mulheres e crianças de *Socalcos* – elas sabem mais que os homens. Sobre outras – como os homens que estão de passagem e que não têm qualquer relação familiar com a aldeia – já sabem menos. Das *alcunhas* das aldeias conhecem muito poucas além de «Galegos»; isto porque, dizem, *Cimo* é um tormento constante para *Socalcos*. O que sabem, dirão as mulheres, é que *Cimo* quer ter a sua própria *freguesia* e que teve um sistema sanitário antes de *Socalcos*. «Os homens», dizem elas, «é que sabem destas coisas» (a respeito das *alcunhas*); «eles viajam muito mais que nós». Mas também só certos homens é que as conhecem; os homens mais ricos daqui parecem não conhecer tais termos, ou não querer falar neles, e olham a animosidade em relação a *Cimo* como uma coisa do passado ou dos menos educados.

1.1.5. Uma identidade regional

Em *Socalcos*, as pessoas dizem que estão no coração do Alto Douro, o que é verdade, geograficamente falando¹³. Ser do Alto Douro é, geralmente, uma evidência para quem lá reside¹⁴. Mas o que é que significa (o seu coração à parte) estar no Alto Douro? Muitas pessoas daqui dizem: «O vinho que as nossas uvas fazem não é vinho do Porto, é vinho do Douro». Mas será que todos dizem o mesmo e que todos querem dizer a mesma coisa? «Eu fui criada nas vinhas», diz, rindo, uma mulher cujos pais e avós nunca foram donos de uma única videira. Como pode isto acontecer? (E porque é que ela se ri?) E quanto ao homem que

¹² Até às primeiras décadas deste século, os camponeses viajavam em massa para trabalhar na agricultura portuguesa, especialmente na construção dos socalcos de vinha do Alto Douro (Stanislawski, 1974; Pereira, 1989).

¹³ Além disso, os enólogos concordam com eles, defendendo, por exemplo, que o Cima Corgo – sub-região a que pertence *Socalcos* – tem o melhor clima no Alto Douro para a produção de uvas para vinho do Porto (ver Liddell e Price, 1992: 55).

¹⁴ A endogamia dentro da aldeia é muito alta. A mobilidade de casais para dentro da aldeia é, geralmente, de zonas próximas. Qualquer outra mobilidade para dentro da aldeia é muito baixa. Desta forma, a maior parte dos habitantes nasceu aqui, ou pelo menos, nasceu nesta região.

nunca teve recursos para comprar uma vinha e que diz que, de qualquer forma, isso lhe ia dar muito trabalho? Será que ele realmente se importa se se trata de vinho do Douro ou vinho do Porto? Há muitas pessoas deste tipo aqui. Os grandes agricultores, com uvas de alta cotação, estarão mais no e serão mais do Alto Douro do que eles? Ou será o inverso?

As pessoas do Alto Douro e de fora têm ideias diferentes sobre esta região; e, se ela é uma região distinta, isto deve-se, em parte, à forma como a vêem as pessoas de fora – os exportadores que vivem no Porto, por exemplo, ou os funcionários do Instituto do Vinho do Porto. O que é que eles têm a ver com a forma como as pessoas do Alto Douro estão na e são da região? E quanto aos ricos que também são do e estão no Alto Douro? Será que o contacto com o «exterior» faz deles o que eles são? Existe uma forma «refinada» e uma forma «rude» de se ser do Alto Douro, dependente da passagem regular pelo «filtro» regional?

Finalmente, será diferente o ser-se do e o estar-se no Alto Douro conforme a localidade? *Cimo* é assim tão diferente de *Socalcos*? E o que é que eles estão a disputar? Poderá o estar-se em e o ser-se de diferentes lugares do Alto Douro significar que existem diferentes Alto Douros? E não quero dizer unicamente diferentes Alto Douros imaginários. Em termos muito reais, como é que todas estas aparentes diferenças de interesse e conhecimento, de localidade, espaço e escala, se harmonizam com um espaço real chamado Alto Douro? Há uma vasta bibliografia teórica na geografia e na antropologia que sugere formas de abordar estas questões. Virar-me-ei, de seguida, para esta bibliografia, procurando conceitos passíveis de serem usados no desenvolvimento do problema teórico de forma a abarcar as relações entre uma localidade, com as suas diferenças, interrelações, mas também com os seus elementos de unidade, e a sua não menos complexa região.

2. A BIBLIOGRAFIA INFORMATIVA E O PROBLEMA

2.1. A bibliografia

2.1.1. Introdução

Hoje em dia, nas ciências sociais, os problemas das relações entre espaço, cultura e poder estão sujeitos a uma interrogação crescente. Tradicionalmente, a diferença cultural tem sido vista como o resultado da descontinuidade espacial ou distância entre grupos de pessoas. Actualmente, os tradicionais pressupostos espaciais inerentes às noções de diferença cultural estão a ser objecto de ruptura e de críticas. Um dos pressupostos em colapso é o que defende que cada unidade cultural, seja um grupo étnico, seja uma cultura nacional, ocupa a sua pró-

pria área homogénea, num globo organizado como um mapa multicolorido de espaços discretos. A perspectiva emergente é que são as relações espaciais entre grupos culturais que produzem essas unidades culturais. Mais ainda, as relações de poder modelam-se e são modeladas por essas relações espaciais. A diferenciação através de relações de espaço e poder, em vez de separação de diferenças, está na ordem do dia (Kearney, 1991; Ferguson e Gupta, 1992).

Este esqueleto geral de interpretação abre caminho a muitas questões. A primeira delas é saber que tipos de unidades espaciais são importantes para análise e qual é a sua fundamentação racional. Discussões no campo da geografia têm sido particularmente esclarecedoras nestes assuntos, porque os geógrafos têm dedicado a maior atenção às questões das unidades espaciais e das suas interrelações. Uma questão igualmente importante é a forma como as relações sociais estão implicadas na formação dessas unidades espaciais. Em termos gerais, os novos geógrafos culturais argumentariam que os grupos sociais formados através da mediação de práticas culturais não só têm uma definição espacial como contribuem também para a produção de espaço (Lewis, 1991). O trabalho antropológico mostrou, com algum detalhe, como é que as relações sociais e as práticas culturais formam as relações espaciais ao mesmo tempo que são formadas por elas. Esta pesquisa antropológica divide-se em comparações transregionais e projectos etnográficos intraregionais. O mérito dos últimos, em particular, é demonstrar as contribuições e os impasses principais da teoria ao investigar a vida de todos os dias em colectividades específicas.

A geografia e a antropologia estão há muito ligadas, apesar de ser pela diferença (Ellen 1988). As duas disciplinas, mau-grado uma discutível maior convergência nos seus projectos, por meio da teoria social, nos últimos vinte anos, mantêm diferentes inflexões – a geografia mais espacial, a antropologia mais social. As suas contribuições para o problema das relações entre localidade e regionalidade continuam distintas e, como tal, frutuosas. Assim, ao discutir o trabalho que tem sido realizado nos dois campos e que modela o problema específico colocado pelo Alto Douro, tentarei mostrar a forma como as preocupações espaciais subjacentes aos últimos trabalhos geográficos podem ser usadas para colocar questões às análises sociais e culturais da antropologia, especialmente quando se trata de um trabalho antropológico sensível às relações espaciais reais; da mesma forma, mostrarei como o trabalho antropológico continua a colocar algumas questões importantes a análises geográficas vitais.

Pretendo mostrar, portanto, como é que conceitos como região e localidade se tornaram preocupações primordiais para a geografia e como esta preocupação afecta também a antropologia. A antropologia coloca questões difíceis a propósito da cultura regional e dos agrupamentos sociais localizados. A teoria social que serve de intercâmbio entre ambos os campos e que os influencia mutua-

mente manteve salientes quer questões de história, quer questões de classe que merecem ser discutidas. O género tem estado muito menos presente na bibliografia mais teórica sobre regionalidade. Na antropologia, tende a ser confinado a estudos de localidade (Ardener, 1981). Na geografia, o foco local também se mantém, apesar do género ser tratado como uma importante variável do mercado de trabalho nas economias regionais (Bowby et al., 1989). No meu trabalho, estou a tentar desenvolver metodologias que permitam ver como é que as relações locais de género são cruciais para a produção local de regionalidade¹⁵.

Examinei de novo o trabalho geográfico procurando conceitos que possa usar num esquema organizativo para aproximação ao problema das relações e processos local-regional no Alto Douro. Os geógrafos que aqui considero têm particular sensibilidade não só às relações espaciais mas também aos diferentes tipos de processos regionais. Estes processos são históricos. Este mesmo interesse com processo e história nas relações espaciais leva-me a perguntar como é que a etnografia antropológica pode ajudar a esclarecer os processos espaciais históricos nas e das regiões.

2.1.2. O problema da região em recentes debates na Geografia

No campo da geografia, os anos oitenta produziram uma vasta bibliografia focalizada sobre a forma como a teorização regional poderia aprofundar pesquisas baseadas numa teoria social interessada em evitar a reincidência funcionalista, embora retendo a noção de determinação. Há, para os meus propósitos, alguns textos-chave que resumem bastante bem os conhecimentos e as incógnitas. Um certo número de textos satélites ajudam a clarificar as questões.

Um texto-chave foi um artigo de Nigel Thrift (1983), que combinou a teoria da estruturação (Bhaskar, 1979; Bourdieu, 1977; Giddens, 1979, 1981) com o marxismo e encontrou o conceito de região para trabalhar como um mediador entre eles. Para Thrift, o funcionalismo estava em crise declarada, ameaçando também o marxismo de falência teórica. O marxismo não devia ser rejeitado, mas renovado, argumentava Thrift, porque ele tinha um melhor entendimento de determinação, conflito e história que qualquer tradição intelectual alternativa. A teoria da estruturação ofereceu um complemento de mais refinadas ferramentas para o projecto de renovação. Entre elas, a mais importante era a ideia de que não havia relação directa, mas só mediada (por tempo e lugar), entre o comportamento humano e a estrutura social (Thrift, 1983: 30).

¹⁵ O meu objectivo aqui não é afirmar – insensatamente – que o género está ausente dos trabalhos antropológicos ou geográficos, quer teóricos, quer empíricos. Pelo contrário, estou simplesmente a dizer que o género, visto como um fenómeno *regional* em toda a sua complexidade cultural, espacial e político-económica, parece esperar teorização e pesquisa empírica.

Thrift mostrou em esquema a forma como os seus estruturalistas preferidos tinham desenvolvido conceitos mediadores entre práticas e estruturas: para Giddens, tratava-se de uma mediação a dois níveis entre instituições e sistemas que, finalmente, resultavam numa estrutura; para Bourdieu, existia o nível singular do *habitus*; para Bhaskar, o sistema de posição-prática (ibid.). O principal benefício destas mediações foi terem fornecido um espaço de jogo entre estrutura e prática que poderia levar à mudança. Mais importante que tudo, as mediações eram, na maior parte, de tempos e espaços variáveis. Assim, Thrift sustentou que a estrutura social era, desde o início, constituída pelos factores espaço-tempo (Thrift, 1983: 31).

Contudo, esta perspectiva tempo-espaço abrangia insuficiente determinação, conflito e história, aspectos em que o marxismo se superiorizava. Thrift descobriu que o caminho para combinar marxismo e teoria da estruturação era ter em conta «a reprodução da força de trabalho», porque este era o único domínio dentro do capitalismo que não podia ser facilmente manuseado por análises de mercadorias (ibid.: 34-35). O seu argumento era que, enquanto as relações económicas podem ser vistas como determinantes no mais forte dos sentidos, há mais «determinações contingentes» que operam fora do campo económico (ibid.: 35). Dentro do seu universo largamente marxista, Thrift localizou acções na força-trabalho, particularmente a sua venda, e viu a força de trabalho como a razão do conflito de classes (ibid.: 36). Este conflito de classes é, em alguns dos escritos de Marx, segundo Thrift, o motor da mudança estrutural. Desta forma, argumentou ele, o processo de reprodução da força de trabalho poderia ajudar a explicar a luta de classes (ibid.: 36), especialmente a sua variabilidade: a reprodução da força de trabalho era uma produção de pessoas com diferentes personalidades e tendências ideológicas dentro e através das regiões.

Assim, a região era o conceito mediador chave no projecto social teórico de Thrift. Nos seus próprios termos, a região era «o ponto de encontro entre estrutura social e acção humana, suficientemente autónoma para ser o gerador e condutor da estrutura, mas ainda suficientemente íntimo para garantir que as expressões emotivas dos seres humanos não se percam» (ibid.: 38).

Este é um ponto-chave, merecendo maior esclarecimento. Para Thrift, são os grupos de lugares que formam as regiões. Ele usa o conceito de lugar directamente a partir de Giddens, usando-o da mesma forma que Giddens para se referir a um cenário institucional para a interacção social. A constelação «regional» de lugares tem um impacto na estrutura social. Esta constelação regional é feita principalmente através da experiência individual, ao longo de um «percurso de vida», o que é uma distribuição de tempo entre vários lugares (esta terminologia foi trazida por Thrift da geografia do espaço vivido). Em qualquer «organização» específica de produção, diz Thrift, alguns lugares serão dominantes, devendo o tempo

ser repartido por eles. No capitalismo, estes lugares são a casa, o trabalho e a escola (ibid.: 40). Distinguir lugares dominantes é importante, porque são a chave mediadora entre a estrutura de interação regional e a estrutura social objectiva. Isto acontece porque eles são os locais principais de produção e reprodução da força de trabalho (ibid.: 40).

Aqui, Thrift não cai no determinismo, uma vez que considera que a região é composta por outros lugares (além dos dominantes), sendo estes agrupados diferencialmente com os lugares dominantes. A disposição em relação ao que Thrift chama acção social (pela qual ele parece querer significar resistência à dominação pelo capital) é, portanto, variável, uma vez que é variavelmente preparada. Desta forma, locais de solidariedade de classe trabalhadora, como as tabernas e sindicatos, enfraquecem a estrita reprodução de estruturas económicas e sociais capitalistas, ao jogarem contra o domínio das instituições dominantes. Mais importante ainda, Thrift defende que as regiões mantêm a sua especificidade: apesar da complexidade social das regiões ter provavelmente aumentado, diz ele, há referências declaradamente locais que ainda actuam, como mediadoras, entre as pessoas e as instituições dominantes (ibid.: 42).

Este é, provavelmente, o eixo crucial da argumentação de Thrift. Quando ele sublinha os elementos contextuais do sistema regional que afastaram esse sistema de um funcionamento determinista, Thrift volta-se para referentes locais convencionais e dissolve distinções espaciais onde elas poderiam ser úteis. Por exemplo, o regional que, neste argumento, não tinha, de início, escala espacial determinada, é explicado como persistindo porque os seus lugares mantêm a sua referência «local». A estranha adaptação desta com outra reivindicação é patente: «cada vez mais, um lugar não tem que ser local, pelo menos para certos agrupamentos sociais» (ibid.: 42). Assim sendo, parece que questões como distância e localidade, e aquilo a que pode chamar-se integração espacial, estão na base de parte do que Thrift quer significar com a noção de região. Este é um problema profundo com o qual eu tento lidar, desenvolvendo a minha própria posição. Apesar de, no início, Thrift declarar que a questão da região ser um «sítio»¹⁶ é uma matéria para estudo, estes últimos argumentos implicam ambivalência sobre o assunto.

Finalmente, Thrift, tendo oportunidade de discutir a forma como variadas escalas ou unidades espaciais desempenham o seu papel na acção social, não tira vantagem disso. Thrift considera condições de acção social, precavendo-se sempre contra diferenças localizadas na sistemacidade da reprodução social. Divide tais condições em quatro aspectos: «personalidade e socialização», «penetração e dis-

¹⁶ *Sítio* é um conceito usado por geógrafos humanistas, como TUAN (1977), para se referirem a uma unidade de experiência individual espacial à qual a identidade individual se encontra ligada.

ponibilidade de conhecimento», «sociabilidade e comunicabilidade», e «conflito e capacidade» (ibid.: 42-48)¹⁷. Considerando unicamente dois destes quatro aspectos, podemos ver que Thrift lida com personalidade e socialização em termos de desenvolvimento espacial do percurso de vida, mas não discute a natureza espacial dos lugares ou das ligações entre eles (ibid.: 43). Mais uma vez, Thrift considera o aspecto da acção social chamado sociabilidade e comunicabilidade – o que está estreitamente relacionado com o desenvolvimento do percurso de vida – como sendo cada vez mais independente dos factores de localização (ibid.: 46). Não considera a forma como a propinquidade, a densidade de interacção e a comunalidade de, digamos, objectivos económicos são matérias que afectam o «sentido de comunidade» que ele invoca como um recurso para ultrapassar o sistema através da acção social (ibid.: 46-47).

O argumento de Thrift, apesar da sua ambição, deixa basicamente intocadas três questões-chave sobre a região. Primeiro, apesar da teorização marxista de Thrift, ele não explica como é que as regiões podem ser organizadas economicamente. Segundo, na teoria de Thrift sobre a região como interacção social, os aspectos culturais das regiões – símbolos, imagens e outras representações das e nas regiões – são considerados, na melhor das hipóteses, matérias secundárias. Finalmente, a questão da própria escala espacial não é abordada: as questões de distância entre lugares são consideradas, no máximo, secundárias e a questão da localidade nem sequer é levantada. A bibliografia subsequente trata estas questões.

Soja (1985) argumenta que a economia é crucial para qualquer concepção sobre as regiões, pelo menos quando inseridas no capitalismo. Ele adopta uma visão marxista, defendendo que, no interior das sociedades capitalistas, o desenvolvimento desigual é uma dinâmica central e que qualquer formação regional é conseguida, em grande parte, pelo desenvolvimento das divisões regionais do trabalho e sectores económicos e pela transferência geográfica de valor (Soja, 1985: 180).

Enquanto o capitalismo sobreviver, diz Soja, haverá centros e periferias dentro de cada país, assim como entre os diversos países. A diferenciação dentro dos países continua a ser importante a longo prazo, porque é o Estado que a orienta, em parte para manter estáveis os rendimentos estatais e como uma estratégia de

¹⁷ De forma a pormenorizar, THRIFT considera estes aspectos como formando os limites para a acção social em qualquer cenário local: *personalidade e socialização* é a formação de indivíduos com diferentes características e capacidades para a acção social colectiva; *penetração e disponibilidade de conhecimento* é o grau de entendimento que grupos sociais particulares e os indivíduos que neles se integram podem conseguir da ordem social; *sociabilidade e comunicabilidade* é a organização particular das instituições sociais, como uma fonte variável para penetração ou entendimento; *conflito e capacidade* é a capacidade para conflitos de classes ou de outras formas, o que depende da configuração dos outros três aspectos.

competição internacional. As periferias internas são espaços económicos nos quais os produtos primários – madeira, minerais e produtos agrícolas, por exemplo – são produzidos e escoados para os centros urbanos. As regiões são dinâmicas, em parte porque as condições técnicas de produção de produtos regionais mudam devido à competição capitalista (Soja, 1985: 187); contudo, outras vezes, os padrões pré-existentes do desenvolvimento regional são intensificados por estas mudanças. Por exemplo, uma tecnologia agrícola desenvolvida para a produção em certas condições geográficas, pode tornar mais rígido o carácter agrícola da região ao fazer investimentos em sectores económicos alternativos, crescentemente dispendiosos (ibid.).

A principal lição a tirar do trabalho de Soja¹⁸ é a de que as ubíquas diferenças económicas entre regiões no seio de países capitalistas implica que as regiões, como estruturas de interacção, são condicionadas não só pelo capitalismo, mas também pelas importantes diferenças regionais-sectoriais dentro da economia capitalista. Isto implica também que as divisões económicas no interior das regiões (Soja reconhece centros e periferias dentro das regiões, mas não discute o assunto) merecem estudos no sentido de perceber condições de configurações regionais particulares.

Contudo, como é que devemos ter em conta a organização económica das regiões, sem *reduzir* as regiões a essa organização económica? Posteriores trabalhos de geografia argumentam que as regiões também são importantes pelo seu significado para as pessoas que as fazem e que actuam de forma a refazer essas regiões de acordo com o seu significado. Gilbert, um geógrafo cultural, chama a atenção para uma grande tradição francófona em geografia que toma a região como um foco de identificação para grupos sociais (Gilbert, 1988). Esta tradição centra as suas questões de pesquisa nos significados subjectivos das regiões como espaços específicos gerados por indivíduos e colectividades. Segundo esta perspectiva, esses significados são gerados através de processos específicos de comunicação entre pessoas que «realçam a sua forma colectiva de pensar sobre lugares e espaço» (ibid.: 209-210). Murphy, um geógrafo cultural que faz pesquisas sobre regiões culturais na Bélgica, vai mais longe, argumentando que as abordagens estruturacionistas tenderam a usar a questão das regiões e sítios, porque ignoraram largamente a mesma bibliografia francófona sobre ideologia e experiência regionais (Murphy, 1991). Uma leitura mais séria dessa bibliografia, diz ele, torna claro que «as regiões são necessariamente ideológicas» e que o seu completo conhecimento pede uma «explícita consideração dos tipos de ideias que são desenvolvidos e sustentados em ligação com o processo de regionalização»

¹⁸ Este trabalho está inserido numa mais vasta tradição de análise económico-política da formação das regiões, com várias dívidas para com o marxismo. Ver, também: HARVEY (1985), MASSEY (1987), SCOTT (1988) e LIPIETZ (1993).

(Murphy, 1991: 30). O seu argumento gira em volta do facto de «os novos geógrafos regionais» começarem as suas análises com categorias territoriais simbólicas (chamadas regiões) sem reconhecerem o «significado e significância» que podem ter nas vidas das pessoas que as usam. A ênfase territorial é importante, já que Murphy mostra que os territórios – «áreas sobre as quais pessoas ou instituições exercem algum grau de controlo explícito» – são um ponto-chave da identidade social (Murphy, 1991: 28). Esta identidade social territorial serve como um molde que influencia actividades e processos (ver também Lewis, 1991).

A ênfase dada aos territórios e significados faz ressaltar duas importantes questões regionais. Primeiro, como é que as regiões estão relacionadas, enquanto fenómeno territorial, com as suas diferenças internas? E que unidades espaciais podem estar envolvidas neste processo? No fim de contas, os territórios variam; não podem ser unicamente parcelas iguais de terra habitada e disputada por «produtores-de-significados» individuais. Segundo, quais são as instituições e os agrupamentos sociais que medeiam esses significados e como é que eles se relacionam entre si?

O extenso trabalho de Paasi (1986 e 1991) sobre região retoma estes assuntos de forma provocatória, argumentando que eles são «estruturas simbólicas» desenvolvidas historicamente, e localizando estas estruturas simbólicas – socialmente – em instituições (Paasi 1986: 114). Mais ainda, os símbolos são territoriais, desenvolvidos no curso da formação institucional regional.

Para Paasi, a importância das instituições é que, enquanto organizações formais com papéis não dependentes de características pessoais (Paasi, 1986: 121), elas têm tanto durabilidade temporal como extensão espacial. Mas Paasi entende que a instituição regional depende, ao mesmo tempo, da fluidez, efemeridade e diferença da vida quotidiana local: a instituição regional toma os símbolos que legitimam a sua existência das práticas quotidianas, em diferentes localidades, e faz isto como um processo histórico identificável. A concentração na instituição também permite a Paasi mostrar como é que as regiões só são compreensíveis como parte do desenvolvimento histórico da «sociedade» mais vasta da qual fazem parte: a sua perspectiva nitidamente durkheimiana sustenta que o crescimento institucional é parte da crescente divisão de trabalho nas sociedades (1991: 246). As regiões emergem e desaparecem, em parte devido a essa mudança na divisão de trabalho.

As instituições regionais desenvolvem-se historicamente através da vida quotidiana e, por conseguinte, o trabalho também exerce a sua influência. O processo, tal como Paasi o esquematiza, funciona da seguinte maneira (embora não da mesma forma ou ordem em todos os sítios, ressalva ele). Primeiro, uma região assume uma forma territorial. Segundo, desenvolve uma «forma simbólica». Isto envolverá imagens associadas com uma área específica que, de outra forma, se

tornaria integrada; muito importante nesta questão será o nome. Terceiro, desenvolve instituições. Quarto e último, toma forma como parte do sistema de regiões e consciência regional de uma sociedade (Paasi, 1986: 121). É, presumivelmente, depois do terceiro estágio que as instituições «económicas, políticas, legais, educacionais, [e] culturais» se tornam «os mais importantes factores no que diz respeito à reprodução da região e da consciência regional» (Paasi, 1986: 121). Estas instituições vão ter efeito sobre as «elites» que ocupam papéis institucionais chave: «Jornalistas, professores, políticos locais ou regionais, etc., são activistas locais, regionais ou nacionais que reproduzem o poder atribuído a cargos institucionais» (Paasi, 1991: 246). As elites fazem o seu trabalho simbólico através de sistemas de comunicação, que tanto podem ter alcance regional como nacional.

Por fim, apesar de mergulhado no funcionalismo e progressivismo que deriva do seu pressuposto basicamente durkeimiano a respeito da divisão funcional do trabalho, Paasi contribui com conceitos que lidam muito frutuosamente com os problemas das unidades sociais, áreas territoriais e cultura nas regiões. Desta forma, em vez de lugares nas regiões, ele dá-nos instituições das regiões. Por outro lado, ele promete tratar do assunto da localidade (1991), mas, finalmente, parece ver as localidades apenas como entidades cada vez menos importantes, enquanto as instituições regionais se desenvolvem até ao ponto em que as elites formam a consciência regional dos antigos «locais».

Há razões para se acreditar que a geografia regional possa operar mais geralmente com um modelo de «elite». Certamente, nenhum dos trabalhos que discuti (com a parcial excepção de Thrift) dá muita atenção à produção de regiões por parte de «locais» situados no extremo inferior da escala de poder. Este modelo de elite poderia derivar, pelo menos em parte, a sua orientação em direcção aos métodos e materiais históricos, quando estivesse a tratar com processos espaciais envolvendo cultura¹⁹. Tal como Sayer (1989: 256) aponta, uma vez que no processo regional há importantes elementos culturais que são trabalhados para a consciência das identidades regionais e outras identidades socio-espaciais, isto poderá querer dizer que, para tal, «será necessária uma abordagem mais etnográfica». Quer ele dizer que esta tomada de consciência se dá mais nas localidades, sendo tal estudo um dos pontos fortes da antropologia, mesmo se, geralmente, lhe falta uma teorização da localidade. Isto leva-nos ao trabalho antropológico que trata de região e localidade, para o qual me virarei agora.

¹⁹ Não estou a defender que, mais geralmente, seja este o caso na geografia, como prova a utilização por PRED (1993) de materiais históricos, ao trabalhar a cultura da classe-trabalhadora, nem na história social, como prova a tradição histórica vinda do trabalho de THOMPSON (1963) sobre a formação da classe trabalhadora inglesa.

2.1.3. Abordagens antropológicas sobre regiões e localidades

Paul Willis (1981) defendeu a necessidade de abordagens etnográficas para questões de cultura não erudita ou profana, uma vez que esta cultura não deixa as suas marcas nas «repartições burguesas de registo» dos compiladores de censos, nos livros de normas institucionais ou mesmo nos arquivos dos historiadores. Durante muito tempo, a pesquisa antropológica tomou isto como linha de orientação. Dois trabalhos recentes fizeram esforços mais teóricos para perceber como é que uma efémera cultura das classes trabalhadoras poderia ser captada não só na produção da cultura de elite, mas numa cultura de elite como um fenómeno regional.

A questão colocada por Lipuma e Meltzoff (1989) é a de saber como é que classe e cultura se formam mutuamente na Península Ibérica. Parte da resposta é que isto acontece sempre através dos processos económicos regionais. Desta forma, os autores enveredam por um ângulo diferente na questão da região, considerando-a importante na variabilidade das relações classe-cultura. De certo modo, culturalizam a visão de Soja sobre economia, tratando as conjunturas específicas de relações capitalistas e não capitalistas no espaço. Nessa perspectiva, seguem a tentativa de Bourdieu para entender a posição de classe e os processos de considerar essa posição como uma intersecção «de formas de capital económico... capital cultural... e capital social» (Lipuma e Meltzoff, 1989: 318). A intersecção é conseguida pelo trabalho que, nas sociedades europeias, funciona cada vez mais como uma mediação social. Lipuma e Meltzoff vêem as classes como sendo produzidas e reproduzidas nas relações destas formas de capital através da mediação do trabalho. Cada vez mais o trabalho medeia entre estas formas de capital, devido ao seu crescente envolvimento num mercado para trabalho. Este mercado é a principal condição para a permutabilidade das diferentes formas de capital.

Para Lipuma e Meltzoff, a importância das regiões resulta da «coligação» cultura/produção «ser regionalmente variável, já que a forma e a extensão segundo a qual o trabalho social rodeou e se apropriou das relações regionais específicas família/comunidade, varia de região para região» (Lipuma e Meltzoff, 1989: 322). O argumento é que as estruturas regionais têm cidades orbitando em volta de um núcleo urbano central, cidades essas que, conseqüentemente, mediam ligações umas com as outras. É nestas ligações mediadas que o trabalho vem rodear a família e as relações da comunidade (Lipuma e Meltzoff, 1989: 320). Este artigo, com a sua visão antropológica sobre famílias e comunidades nas suas relações umas com as outras, através de diferentes localidades (cidades) interligadas, mostra, com vários exemplos, que as relações sociais são parcialmente indicadoras de direcção em qualquer economia ou cultura regional.

Nas suas discussões, Lipuma e Meltzoff não entram em muitos detalhes sobre estas relações sociais, o que se torna decepcionante, uma vez que elas são frequentemente ignoradas na bibliografia geográfica ou, como no caso de Thrift, são consideradas quer como já de formação capitalista (no caso da família), quer sempre localizadas com um afastamento relativamente grande das práticas económicas (como na comunidade e sociabilidade de Thrift). Contudo, a maneira como estas relações sociais poderiam ser historicamente ligadas com outras formas de economia e o facto de uma economia «capitalista» poder não ser completamente capitalista tem profundas implicações nas relações sociais nas regiões.

Apesar de Lipuma e Meltzoff concederem, nos seus argumentos, uma importância provocatória às relações sociais, o seu trabalho não aborda as relações intrarregionais em termos espaciais. Cidades e outros motores de urbanidade lançam uma grande sombra sobre outras unidades sócio-espaciais como as aldeias. Estas obscurecidas unidades articulam-se de forma concebível umas com as outras, no contexto das economias regionais industrializantes, de acordo com algumas lógicas imprevistas. Além disso, é bem possível que estas diferentes lógicas de articulação possam ter alguns efeitos determinantes sobre o processo de formação regional e de classe como um todo.

A abordagem antropológica de Lomnitz-Adler sobre cultura regional faz ressaltar a importância da cultura local nas articulações intraregionais, ignoradas por Lipuma e Meltzoff. Para Lomnitz-Adler, a cultura regional é «a cultura tal como ela existe e actua num espaço que é organizado pela – e articulado através da – dominação de classe», uma dominação de classe que «implica formas específicas de organização dos sistemas espaciais» (Lomnitz-Adler, 1991: 201). Nesta perspectiva, o papel da cultura local é sempre o de uma cultura de *classe* local: uma cultura regional é um processo de hegemonia em que as elites se apropriam e dão novos significados aos produtos culturais locais, produzidos numa «cultura íntima», que é uma cultura de classe numa localidade ou num espaço regional específico. Estes novos significados formam a base histórica da dominação cultural de classe: a elite regional acena a bandeira de Zapata, por exemplo, como um sinal de legitimidade; contudo, teve que se apropriar da bandeira das culturas de classes «íntimas» subordinadas, num esforço para se legitimar a ela própria. E efectuou esta apropriação parcialmente através de poderes ganhos anteriormente noutras apropriações semelhantes. A produção cultural regional é, assim, em grande parte, o processo de hegemonia, no qual os elementos culturais produzidos pelos menos poderosos são erigidos como sinais de Estado, no interesse de apagar o conflito entre classes no lugar.

Uma ideia forte relacionada com esta na abordagem de Lomnitz-Adler é que ele compreende as contradições que operam no espaço regional, que tornam a cultura regional parte de um processo altamente variado e desigual. Numa região,

as prerrogativas culturais, económicas e administrativas actuam em contradição com o discurso político formal das elites sobre o espaço e a cultura que mantém os «nativos» (no caso do seu estudo, os índios mexicanos) «enraizados» num espaço naturalizado. Por exemplo, há uma contradição entre, por um lado, os requisitos económicos que levam as elites políticas (sempre com interesses económicos em trabalho barato, entre outras coisas) a encorajar alguns «nativos» a serem espacialmente flexíveis no seu local de trabalho regional (perdendo as suas raízes) e, por outro lado, uma ideologia que lhes dá limitadas prerrogativas políticas locais, uma vez que, supostamente, eles estão fixos num local, tendo unicamente preocupações locais. A contradição é aparente para os «nativos» e a inquietação política pode desenvolver-se a partir das suas percepções do conflito entre a ideologia da elite e os interesses da elite. A cultura regional, enquanto assunto político, é, por esta razão, processual. As elites tentaram frequentemente obscurecer os conhecimentos nativos, integrando os símbolos ligados a esses conhecimentos na sua própria história de harmonia regional e interesse comum. Mas, à medida que um símbolo é apropriado no processo hegemónico e que os novos espaços são naturalizados no decurso da mudança económica, novos conflitos surgem entre a ideologia e a economia.

A abordagem de Lomnitz-Adler da questão da cultura no espaço regional contribui, assim, para incorporar a cultura localizada (íntima) no panorama regional. De certa forma, também abrange – até certo ponto – o problema do entendimento da unidade regional como território em coexistência com conflitos institucionais dentro do território (que, por exemplo, Paasi ignora): o difícil – e nunca terminado – processo de hegemonia é um processo no qual a classe dominante, apesar de ter interesses económicos fraccionados, leva a cabo a apropriação de poderosos símbolos unificadores (a partir de baixo), através da actividade dos partidos políticos «populares».

Contudo, deixa em aberto algumas questões importantes. Primeiro, fica por resolver como é que a unidade regional deve ser definida. Lomnitz-Adler defende uma definição formal política-económica da região: no seu caso, trata-se duma província mexicana definida em termos administrativos, que parece ser mais ou menos coextensiva com uma organização económica particular²⁰. No entanto, os geógrafos culturais, como Murphy (1991), sustentam que a definição de região que as pessoas usam deve ter alguma ligação com a forma «real» da região, sendo, em parte, sua produtora. Eu iria mais longe, acrescentando que a organização local do uso de símbolos e noções de (classe na) identidade regional (Lewis, 1989) merece um estudo profundo. Os grupos sociais locais usarão esses símbo-

²⁰ Neste caso, LOMNITZ-ADLER foi muito influenciado pela escola antropológica americana de «análise regional» (ver SMITH, 1976) e pela ênfase que esta dá às relações comerciais.

los e noções em termos locais, assim como nas suas relações mais «regionais» e distanciadas, se é que chegam a usá-los (Munn, 1989). Segundo, deixa em aberto a questão da importância do que constitui uma localidade em relação com a região. A cultura «íntima» (frente-a-frente) não centra a sua atenção na variação transcultural das relações de localidade. Provavelmente, existem preocupações territoriais neste sentido, com a diferenciação económica local a desempenhar um papel considerável. Como indicam Lipuma e Meltzoff, seria importante examinar detalhadamente as ligações locais relativamente ao seu grau de integração com o processo de trabalho capitalista, o que traria informações significativas sobre este assunto. Além disso, as relações recíprocas entre localidades dentro da mesma região não deveriam ser consideradas como um – de certo modo – fenómeno extraregional. Terceiro, fica por ver, etnograficamente, como é que as diferentes instituições regionais se relacionam com as localidades. Os conflitos e contradições entre as solicitações de instituições políticas, económicas, culturais e até religiosas, podem muito bem ser resolvidas nas negociações pelos habitantes locais dessas solicitações institucionais. A forma como essas negociações decorrem, em termos de classe, é um assunto etnográfico.

2.2. O problema

2.2.1. Introdução

Os pontos principais da bibliografia que passei em revista fornecem uma base que permite desenvolver uma grande compreensão das diferenciações necessárias para ver «a região» em termos processuais. Por exemplo, podemos aplicar a perspectiva de região de Thrift ao Alto Douro e vê-lo como um conjunto de lugares; de acordo com esta opinião, o lugar dominante do Alto Douro é o espaço de trabalho – vinhas e instalações para a produção de vinho – em ligação com um lugar organizador: a Casa do Douro. A noção de Paasi de instituição regional pode configurar-se na Casa do Douro. Segundo esta perspectiva, a Casa do Douro surge devido à divisão social do trabalho regional dentro do Estado-nação português e, neste momento, desempenha grande papel na regulação institucional da região. A abordagem económico-política de Soja permite-nos entender melhor o Alto Douro, mostrando como é que esta região ficou dominada pelas vinhas, como um processo do desenvolvimento competitivo da região levado a cabo pelo Estado português, tendo em vista as receitas estatais e a concorrência externa, com o Alto Douro dependente da sua base agrícola, dados os custos do desenvolvimento de outras alternativas sectoriais. A abordagem antropológica de Lipuma e Meltzoff sugere como é que podemos explorar a hipótese de, no Alto Douro, o desenvolvimento capitalista ter dado origem a uma cultura regional, pro-

vavelmente dividida em culturas de classe, movendo-se em torno do produto básico: o vinho. A ideia de Lomnitz-Adler sobre hegemonia nas regiões remete para significados que nos permitem entender como é que as culturas locais de classe no Alto Douro vêem os seus símbolos de autonomia serem absorvidos pelos exportadores de vinho do Porto, políticos nos ministérios e outros.

Contudo, mesmo depois de compreender as modalidades da região nos termos sugeridos pelos conceitos destes teóricos, a questão mantém-se: podemos considerar as localidades como uma combinação entre o meio ambiente, o aparelho político nacional, a instituição económica regional dominante, a posição da região na ordem económico-política nacional e internacional e a cultura de classe? Penso que não. A minha objecção principal prende-se com a ideia de que estas forças externas se *combinam*, já que a noção adicional de combinação segue uma lógica funcionalista (ou pior) que diz: o que existe é acrescentado a uma soma das partes, sem conflito ou contradição. Além disso, faz com que as pessoas das localidades – os «sítios» reais destas forças regionais – pareçam autómatos, todos do mesmo modelo regional. Mais ainda, se as localidades não podem ser consideradas como combinações de ordens regionais e extraregionais, então, uma vez que as localidades são uma parte integrante da região, esta também não pode ser considerada um todo. A meu ver, faz sentido concentrar o projecto da minha pesquisa na região, partindo do princípio que esta é produzida tanto a partir do seu interior como do exterior.

O meu projecto é uma tentativa para teorizar a produção local de regionalidade. Na minha opinião, e na minha pesquisa, a regionalidade, vista como um processo complexo de produção local, está no âmago da análise regional. Considero este processo local da produção de região em termos de três relações complexas. Primeiro, há a produção local de regionalidade. Segundo, há a produção interlocal (também local) de regionalidade. Esta actua com parcial independência relativamente às práticas nacionais institucionais hegemónicas que tentam dominar, unificar e racionalizar «a região». Finalmente, há a produção extrarregional (local) de regionalidade. Todas estes níveis envolvem uma produção de sítio, movimento, contacto e aprendizagem no espaço e através dele. O meu argumento sobre estes três processos sociais pode ser enunciado numa série de proposições esquemáticas, que discutirei adiante com maior detalhe: nas localidades, há tipos concorrentes de regionalidade que se cruzam no decurso das práticas quotidianas; as localidades são heterogéneas em pontos cruciais, sendo a classe e o género os mais importantes (e profundamente interrelacionados); em resumo, a produção da região, mediada localmente através das relações de género e classe, é um processo a ser investigado. Esta grelha de proposições sublinha um determinado carácter etnográfico que discutirei na secção deste artigo chamada «Dimensões analíticas e empíricas do projecto etnográfico».

2.2.2. *Intersecção local e diferenciação local na produção da região*

Os sistemas económicos e os aparelhos administrativos do Estado não regulam esferas separadas da vida, diferentes dias da semana ou mesmo inteiramente categorias de actividade específicas. Intersectam-se. Por «intersecção» quero dizer que essas e outras ordens regionais e extraregionais (como as instituições religiosas) se encontram juntas nas localidades, apresentando solicitações a pessoas que estão em conflito e que se contradizem umas às outras. Além disso, uma vez que esta intersecção se dá nas localidades, mais conflito se gera, à medida que as localidades têm identidades colectivas que colocam as suas próprias solicitações às pessoas. Quando estas solicitações entram em conflito, os indivíduos e/ou as colectividades locais são obrigados a dar prioridade a uma das ordens intersecantes. As prioridades criadas pelas pessoas dependem de um contexto incerto. Tal contexto leva as colectividades locais a canalizarem a acção local por vias que tanto se entrecruzam como se repercutem ao longo de linhas de intersecção que, desta forma, têm consequências para a região.

Assim, as localidades são heterogéneas e divididas e, como tal, devem ser abordadas. A questão é como? Por um lado, as localidades são colectividades com identidades comuns, enquanto, por outro lado, existe uma infinita variação no seu seio. Do meu ponto de vista, as divisões elementares – que dão às pessoas do local interesses, razões, e campos de acção diversificados, assim como perspectivas parciais e conflituosas sobre assuntos locais e regionais – são a classe e o género.

Toda a prática local é estruturada pela posição de classe e pelas relações de classe entre pessoas em diferentes posições. Apesar de dar grande importância às dimensões económicas (relações de propriedade) da classe, entendo os aspectos sociais (de grupo) e os aspectos culturais (simbólicos) como sendo de profunda importância para estas posições de classe. A classe dá a um indivíduo, família ou grupo uma posição específica na colectividade localizada, modelando a sua própria perspectiva sobre a colectividade. Esta perspectiva dirige parcialmente as práticas que modelam a colectividade e, conseqüentemente, a região como um todo, em resultado do envolvimento das pessoas com as ordens regionais, em termos localizados.

A diferenciação por género como assunto regional é geralmente desprezada na literatura teórica por razões que recomendam um estudo mais aprofundado dos processos locais da produção de região: é difícil identificar o género como uma dimensão saliente da regionalidade, quando a região é concebida de cima para baixo e de fora para dentro. Em termos locais, não há práticas que não sejam diferenciadas por género. Desta forma, quando na prática local se dá prioridade às solicitações de ordens regionais diferentes, o género constrange a acção e

torna-se um recurso para se decidir quem pode tomar que decisões, dando consequentemente um cariz de género às repercussões a nível regional.

Apesar da classe e do género diferenciarem contextos localizados, o certo é que não o fazem separadamente, surgindo sempre associados nas vidas das pessoas. De mais a mais, em certos contextos, o género é usado para configurar a posição de classe (uma certa posição de classe será considerada mais masculina ou feminina) e vice-versa. Assim, para a compreensão da produção local de regionalidade é essencial perceber como é que género e classe actuam juntos.

As diferenciações de classe e género das localidades não devem ser vistas como estáticas. A dificuldade crucial do problema teórico é que tratamos a região e as suas diferenciações internas como um *processo* – que designo por «produção de regionalidade» –, chamando a atenção para as principais formas pelas quais as pessoas das localidades, através das suas práticas, produzem a regionalidade.

2.2.3. *Aspectos locais, interlocais e extra-regionais da produção de regionalidade*

Na perspectiva em que me coloco, a regionalidade é produzida através de localidades que diferem umas das outras e são internamente diferenciadas por género e classe. No entanto, a diferenciação em si é produzida através das relações. Separar coisas, pessoas, identidades e localidades depende, em certos aspectos, de as associar. Há maneiras de ser locais, partes de um colectivo localizado, que servem como base de ser parte de uma região. Pela minha parte, penso que a aldeia é um cenário essencial para o estudo da produção local de regionalidade, porque é aí que essas práticas de identidade colectiva das localidades é mais fortemente desenvolvida.

Contudo, as pessoas nas localidades não se limitam a negociar as solicitações sobrepostas das ordens regionais e extra-regionais, num contexto local definido pelas diferenças de classe e género. Negoceiam essas solicitações em relações interlocais que envolvem pressões causadas por outras colectividades locais, geralmente próximas. Estas pressões são, por exemplo, as da competição pelo *status* colectivo dos diferentes tipos de localidade – aldeias e cidades, por exemplo – num sistema compreensível de categorias regionais, ou as da cooperação em face das solicitações de uma ordem regional, como as da Casa do Douro. Nestas relações interlocais, as distinções de classe e género no interior de uma localidade podem simbolizar distinção de classe e género entre localidades. Deste modo, a produção local de regionalidade é sempre um processo interlocal.

Na produção de regionalidade, a localização é ainda mais complexa que a intersecção local, num complicado contexto de classe e género, com dimensões interlocais. Nas relações interlocais, a localização envolve sempre processos extra-

regionais. As pessoas migram para além de fronteiras regionais, nacionais e até continentais. Contudo, mantêm ligações e frequentemente regressam ao seu lugar de origem, trazendo novas opiniões e entendimentos das intersecções locais, das relações de classe e género, das relações da sua localidade com outras localidades e da região no seu conjunto. Pessoas de outras origens mudam-se para dentro da localidade. Com as suas práticas «importadas», mudam as opiniões das pessoas locais. Mais ainda, não são só as ideias que são estruturadas desta maneira; a própria posição de classe e género é reproduzida e transformada através de movimento «exterior» que traz riqueza e novas práticas para o «interior». Os produtos movem-se de modo semelhante, das localidades para o mundo mais vasto e do mundo mais vasto para as localidades, transportando com eles usos materiais e associações simbólicas que vão influenciar profundamente a forma como as pessoas do lugar se tornam a si mesmas locais, com ou contra outras localidades, no decurso da produção da região.

Estes argumentos só podem fazer sentido teórico operativo no contexto de um projecto etnográfico orientado ao longo dos eixos aqui sugeridos. Isto requer vários passos. Antes de detalhar as questões analíticas que desenvolvi para este projecto e o trabalho empírico que tenho vindo a conduzir com o objectivo de conseguir algumas respostas para elas, gostaria de mostrar como os trabalhos etnográficos existentes sobre o Norte de Portugal e o meu próprio trabalho etnográfico formam um contexto para o meu projecto.

3. TRABALHO ETNOGRÁFICO EM PORTUGAL

3.1. *Introdução*

A bibliografia etnográfica sobre o Norte de Portugal estimula o problema teórico que venho a desenvolver e o meu trabalho etnográfico sobre o Alto Douro torna possível tratar o problema teórico a partir da perspectiva que formulei: localmente. A bibliografia e o meu trabalho etnográfico servem para formar a base a partir da qual desenvolvi um certo número de questões analíticas interligadas (assim como investigação etnográfica) sobre a produção local de regionalidade.

3.2. *Bibliografia de orientação*

A bibliografia etnográfica baseada na aldeia sobre o Norte de Portugal aponta o problema da produção local de regionalidade, geralmente sem atender às implicações regionais. Apesar disso, ajuda a contextualizar o meu projecto, ao

mostar a magnitude da emigração oriunda do Norte de Portugal, a importância do *status* (sendo a classe geralmente evitada) e diferenças de género, e a importância da localidade da aldeia para a identidade social.

Os etnógrafos que trabalham no Norte de Portugal não ignoraram totalmente o problema da região. No seu trabalho realizado em duas aldeias na região do Minho, no Noroeste de Portugal, o etnógrafo Pina-Cabral realça as fortes filiações territoriais sentidas pelos aldeões (Pina-Cabral, 1986 e 1987). Mais ainda, Pina-Cabral defende que a identidade sociocultural regional persiste em Portugal, podendo ser sentida na variação dos padrões de residência e dos princípios de formação da família entre o Norte e o Sul, o Este e o Oeste de Portugal, e nos rituais de diferenciação sociocultural regional representados em aldeias nos tradicionais confins de certas regiões (Pina-Cabral, 1991 e 1992). Contudo, o seu trabalho, e o trabalho sobre Portugal em geral (Brettell, 1986; O'Neill, 1987), tem considerado as aldeias como típicas das regiões, mais do que suas produtoras.

Os etnógrafos do Norte de Portugal deram frequentemente importância à ligação da aldeia com o mundo além da sua região, dado que a emigração e o retorno, particularmente internacionais, estão muito disseminados no Norte de Portugal (Brettell, 1979). Efectivamente, com base na etnografia, é mais fácil entender como é que as populações rurais no Norte de Portugal são internacionais e locais do que como é que elas são regionais. Brettell (1986) dedica um livro à relação entre aldeia local e migração internacional. Noutro estudo (1993), defende que a economia política portuguesa e a identidade nacional estão particularmente fracturadas pela emigração e retorno. Numerosos etnógrafos afirmam que as famílias do Norte de Portugal dependem da emigração para a sua «integração» nas localidades (Bouquet, 1984; Reis e Nave, 1986; Leeds, 1987). Outros defendem que a emigração e retorno dividem as famílias em estratos sociais e económicos (Besteman, 1986; Black, 1992). Estudos de geógrafos e sociólogos demonstram como é que o desenvolvimento económico regional, especialmente no Norte, ocorreu devido à emigração e ao retorno de pessoas e dinheiro (Cabral, 1978; Ferrão e Jensen-Butler, 1986; Cepeda e Terroso, 1991) e como é que emigração e retorno influenciaram o desenvolvimento das cidades do Norte interior (Gaspar e Jensen-Butler, 1992). Esta bibliografia esclarece que é insensato considerar qualquer região nortenha de Portugal como sendo produzida independentemente da corrente internacional de pessoas, relações sociais, dinheiro, capitais e produtos que entram e saem de cidades e aldeias.

A etnografia sobre Portugal tem tendência para não ver a diferenciação social em termos de classe. Em parte, isto deve-se ao facto de, em comparação com o Sul, a agricultura do Norte de Portugal ter um carácter de pequena propriedade (Medeiros, 1987; Finan et al., 1991). Poderia também dizer-se que a pequena propriedade do Norte atraiu a atenção antropológica, o que sucedeu nomeadamente

devido à aparente ausência da formação de classe nessa zona. A tradição durkheimiana que ainda influencia a antropologia portuguesa parece ter conduzido os investigadores para o Norte, em busca de «temas antropológicos» convencionais²¹. Dias fez a primeira incursão portuguesa na etnografia estrutural-funcionalista de Durkheim nos anos quarenta, precisamente na fronteira com Espanha, no Norte de Portugal (Dias, 1953). O Minho rural chamou a atenção (Callier-Boisvert, 1966; Pina-Cabral, 1984), devido à importância da existência de inesperadas relações igualitárias entre géneros, numa ordem económica não-capitalista (Pina-Cabral e O'Neill, comunicações pessoais). Em reacção a esta convergência sobre as relações igualitárias, o trabalho em Trás-os-Montes tentou demonstrar que a sociedade rural do Norte de Portugal é baseada na desigualdade, apesar desta ter uma natureza de não-classe (O'Neill, 1987)²².

Embora a omissão dos problemas de classe seja um traço comum na etnografia do Norte de Portugal, essa omissão contribui para clarificar a questão do conflito cultural nos campos e da identidade local que muitos tipos de análises baseadas na classe tenderiam a negligenciar ou interpretar erradamente. Pina-Cabral argumenta convincentemente que a cultura «burguesa» (grosso modo, das vilas e cidades) e «camponesa» (da zona rural) estão intimamente ligadas. A burguesia despreza o campesinato, mas usa a «naturalidade» deste para ancorar a sua própria identidade nacional na terra à qual os camponeses são simbolicamente associados. O campesinato, por sua vez, é hegemonzado pela burguesia, a ponto de ser levado a pensar que é, de facto, «natural» – sem cultura e consequentemente sem valor real. Esta relação significa que, em vez de ser totalmente dominado pelos valores da burguesia, o campesinato tem uma espécie de poder cultural sobre o grupo-status que o domina. A burguesia teme secretamente a feitiçaria, por exemplo, porque esta concede poderes naturais a qualquer prática ligada com o cam-

²¹ Importei o termo de ROSEBERRY (1989) e usei-o para significar «aparentemente livre de influências 'modernas' e de mercado».

²² BRETTELL (1979) defende que o carácter internacional da emigração a partir do Norte atrasou severamente a proletarização durante os anos sessenta, enquanto no Sul de Portugal a proletarização era um processo forte e progressivo, envolvendo emigração massiva para as cidades, particularmente Lisboa. INGERSON, contudo, ao fazer uma das poucas análises etnográficas baseadas na classe, no Norte de Portugal (numa perspectiva de sistema-mundo), defende que, nessa zona, a proletarização tem sido um processo variável e, até certo ponto, «reversível». Quer isto dizer que a propriedade da terra tem sido estruturada de tal maneira que, em más alturas de economia urbana, os proletários podem voltar para o campo. Além disso, a indústria têxtil encorajou sempre a manutenção de pequenas propriedades, de forma a manter uma força de trabalho flexível. SANTOS (1991: 32) alarga este tipo de argumento a Portugal como um todo, afirmando que, como país semi-periférico (SANTOS também usa a teoria do sistema-mundo), mantém «uma peculiar complementaridade entre agricultura e indústria», na qual a agricultura de subsistência serve como rede de segurança (e, desta forma, como uma espécie de travão para o desenvolvimento industrial) para os trabalhadores industriais.

pesinato. Ao dar realce (embora sem desenvolvimento teórico) às relações espaço-culturais entre cidade e campo e ao reclamar que a análise de classe nada pode acrescentar à sua interpretação sobre a precária hegemonia cultural burguesa no mundo rural português, o argumento de Pina-Cabral dificulta a tarefa de se perceber as relações entre diferenciação de classe e produção local da região.

Ao evitar as questões de classe no Norte de Portugal, a etnografia também desenvolveu conhecimentos sobre a identidade social local. Alguns estudos (Brito, 1989; Pina-Cabral, 1992) mostram como, através de decisivas mudanças sociais, como as resultantes da integração na UE, as aldeias do Norte de Portugal se tornaram novas fontes de identidade social. Outros estudos mostram como diferentes grupos sociais se apropriam do espaço da aldeia, considerando-o um recurso social (O'Neill, 1991). Os estudos centrados na aldeia demonstram também que a religião é uma prática importante na reprodução da identidade local. Brettell (1990), por exemplo, mostra como o catolicismo popular do Norte de Portugal é uma prática espacial de integração local, especialmente visível em procissões de santos através das aldeias, projectadas por mandato popular para visitar cada casa da aldeia.

Não obstante a atenção dada à diferenciação e integração locais, as filiações territoriais para lá da aldeia ou da *freguesia* não são um ponto de interesse comum na etnografia do Norte de Portugal. Apesar de tal ser discutível, uma vez que, aqui, a morfologia social é claramente dominada por formas localizadas (Pina-Cabral, 1992), estas formas não podem existir num vácuo social-espacial e as suas ligações regionais precisam de ser estudadas.

O trabalho etnográfico no Norte de Portugal revela que o género pode desempenhar um papel na produção local da região. Se as regiões são produzidas localmente, torna-se claro que as posições locais das mulheres afectam essa produção. Em Portugal, as posições locais das mulheres são bastante variáveis, tal como a bibliografia etnográfica se tem esforçado por realçar. Pina-Cabral (1986) mostra que, nas aldeias do Minho que estudou, as mulheres têm um considerável poder social, apesar de uma ideologia de dominância masculina em consequência da tradicional migração dos homens, sendo as mulheres que efectivamente controlam o mais importante dos recursos locais: a terra. Besteman (1986) argumenta que, na área fronteiriça entre Minho e Trás-os-Montes, as ideologias e costumes sexistas colocam as quintas controladas por mulheres numa desvantagem considerável. As famílias agricultoras com mulheres na terra e homens a trabalhar fora do país ou nas cidades não conseguem competir com as famílias em que tanto homens como mulheres trabalham a terra. Isto deve-se principalmente ao facto dos homens excluírem as mulheres das redes de informação sobre preços e inovações tecnológicas. Sendo-lhes vedados estes conhecimentos, as mulheres estão menos aptas para competir numa economia agrícola cada vez mais orientada para

o mercado. Cole (1991) refere que as mulheres das aldeias piscatórias que estudou tinham tido, num passado recente, um maior controlo sobre as suas vidas do que as mulheres dos agricultores, vivendo em povoações rurais afastadas apenas alguns quilómetros. Isto deve-se, por paradoxal que pareça, ao baixo nível económico das mulheres dos pescadores, o que deriva, em grande parte, da exclusão das suas famílias em relação à posse de terra. Até ao desenvolvimento das pescas e da indústria conserveira, nos anos setenta, que as arrastou para as fábricas, as mulheres dos pescadores podiam, no decurso do seu trabalho, movimentar-se à volta do espaço da sua aldeia, livres das restrições colocadas às nominalmente mais ricas mulheres dos agricultores, restrições essas que advinham do controlo masculino sobre a terra produtiva.

Estes estudos sobre o género não abordam o problema das ligações locais-regionais em nenhum sentido, a não ser o mais descritivo. Contudo, são estimulantes para o meu projecto, ao mostrarem como o controlo variável que as mulheres exercem sobre a terra, sobre as redes sociais importantes e sobre o espaço levanta a questão de se saber como é que a diferenciação por género nas localidades desempenha um papel na produção da região²³.

É bem possível que os etnógrafos tenham trabalhado na zona das fronteiras do Alto Douro devido à sua antiga ligação com o mercado mundial, o que tornou a questão da classe inevitável nesta região (Valério, 1993)²⁴. Contudo, o trabalho etnográfico no Norte de Portugal aponta diferenciações que ajudam a orientar o meu trabalho sobre a produção local da regionalidade no Alto Douro. O amplo trabalho histórico sobre o Alto Douro aponta para outros tipos de diferenciação: o papel histórico do Estado na formação da região (Barreto, 1988; Martins, 1988 e 1990), o carácter das sub-regiões do Alto Douro (Sousa e Pereira, 1986; Lema, 1980; Pereira, 1989) e a diferenciação económica das empresas vinícolas do Alto Douro, especializadas na produção de vinho do Porto ou na produção de vinhos de mesa (Guichard e Roudié, 1984). Juntar este trabalho etnográfico e histórico está a ajudar a centrar a minha própria pesquisa etnográfica nas diferenciações características do Alto Douro, enquanto região historicamente diversificada, e nas questões de emigração, classe-status e identidade colectiva de género e local, que parecem caracterizar o Norte de Portugal como um todo.

²³ Neste sentido, senão noutro, são comparáveis ao trabalho teórico e empírico, feminista ou não, sobre género e espaço. Este trabalho teórico centra-se no género, principalmente em localidades de tipos diferentes.

²⁴ O trabalho de VALÉRIO é muito útil ao mostrar as diferentes ligações históricas do Alto Douro e Trás-os-Montes à economia mundial; contudo, torna-se enganador, dado que ele trata o Alto Douro simplesmente como uma importante parte da região de Trás-os-Montes (se bem que, durante séculos, a sua parte mais desenvolvida), sem perceber que o Alto Douro é, geralmente, tratado como uma região com ambíguas, mesmo que fortes, relações com Trás-os-Montes (TABORDA, 1932; LEMA, 1980; PEREIRA, 1989).

3.3. Trabalhando etnograficamente no Alto Douro

Ao preparar-me para uma pesquisa etnográfica de longo prazo numa aldeia do Alto Douro, viajei pela região no Outono de 1992, tentando perceber qual das sub-regiões tinha os sítios mais promissores para o estudo do problema das relações locais-regionais. Decidi-me pelo Cima Corgo devido à grande proporção das suas uvas que se qualificam para o *benefício* de vinho do Porto e porque das sub-regiões do Alto Douro é das que tem uma maior mistura de tamanhos de propriedade e, conseqüentemente, diferenciação de classe baseada na posse da terra²⁵.

No Cima Corgo, decidi ficar em *Socalcos*, devido à sua proximidade com uma grande quinta, o seu *status* como sede de freguesia e o facto de, apesar destas características, ser suficientemente pequena para, ao conhecer a maior parte dos seus habitantes, conseguir ter a percepção da aldeia como um todo.

Socalcos é a sede da *freguesia*. A *freguesia* é composta por outra aldeia e três pequenos conjuntos de casas situados ao longo da estrada que liga *Socalcos* ao rio. A aldeia de *Socalcos* tem cerca de 200 residentes regulares. Este número aumenta tipicamente em Agosto, quando os emigrantes da aldeia regressam de França e outros países, ficando nas casas que se mantiveram fechadas durante o resto do ano.

De Março de 1993 a Janeiro de 1994, levei a cabo o trabalho etnográfico básico, no decorrer do qual comecei a trabalhar de acordo com a agenda que detalharei na próxima parte deste texto. Durante os primeiros meses, passei o meu tempo a tentar conhecer as pessoas pelo nome, e a participar de tantos eventos locais quanto possível. Deste modo, acompanhava os jornaleiros que iam trabalhar na *quinta* que está ligada à aldeia. Conheci pessoas nas ruas, nos cafés e nas *tascas*, durante o almoço ou à noite e combinei visitas às suas vinhas para o dia a seguir. Pouco depois, comecei a almoçar e jantar em casa de várias famílias e a acompanhá-las em recados ou em visitas a cidades e aldeias vizinhas. Comecei a ir à missa. Fui ao Baile da Páscoa e à festa do santo patrono da aldeia e acompanhei a modernizada peregrinação (de carro) à capela que fica no alto de um monte acima de *Socalcos* e que liga *simbolicamente* um certo número de freguesias. Também fui às festas do santo patrono de outras aldeias. Em várias altu-

²⁵ O Baixo Corgo tem maior extensão agrícola dedicada à viticultura. No entanto, apesar da sua produção ser maior, a proporção de uvas que são usadas para vinho do Porto é menor, uma vez que estas são geralmente consideradas de menor qualidade (HALLEY, 1990: 73). O Douro Superior (a terra mais quente e mais seca a Este do rio Tua) tem menos extensão dedicada à produção vitícola, com muita terra a ser usada no cultivo de azeitona e amêndoa, e uma muito maior proporção de grandes propriedades que o Cima Corgo. ENJALBERT (1949: 302) considerou o Cima Corgo como um «feliz meio» entre as outras duas sub-regiões. Mesmo considerando o adjectivo «feliz» uma questão de perspectiva, de facto, o Cima Corgo continua a ser uma sub-região intermédia dentro do Alto Douro (Ver também nota 8).

ras fui à *Junta de freguesia*, tendo entrevistado informalmente o seu presidente e o seu secretário sobre vários assuntos de política local.

No decurso destas visitas, observei e tomei notas sobre os padrões de interação social, as hierarquias sociais, os grupos de amizade e o uso do espaço em todos eles. Ao mesmo tempo, obtive informação básica sobre as vinhas e os agregados domésticos, sobre quem era dono das vinhas, quem lá trabalhava, os padrões familiares de trabalho, o calendário das diferentes práticas agrícolas, quantas pipas de vinho os agricultores tinham produzido em anos anteriores, a quem tinham vendido o seu vinho e com que quantidade de *benefício*.

À medida que ia participando e observando a vida quotidiana da aldeia, também construí alguns produtos etnográficos convencionais. Fiz um censo da aldeia, que contém informação sobre cada família da aldeia, incluindo parentes emigrantes. Este censo está ligado a um mapa da aldeia, para a construção do qual tive a ajuda de informantes-chave. Reuni genealogias de um grande número de famílias, o que inclui informação sobre sogros e genros, uma importante fonte de informação para a estrutura do suporte social. Adicionalmente, reuni informação sobre as propriedades de várias pessoas, o que divide a terra de acordo com o tipo de produção (vinhas, olivais, hortas). As histórias sobre heranças que reuni ajudam a revelar processos que levam aos padrões observáveis de posse de terra.

No desempenho deste trabalho básico, a minha atenção centrou-se em certos aspectos-chave da cena social que revelam o problema central de localidade e regionalidade no Alto Douro. Por conseguinte, na próxima secção tratarei da importância do estudo etnográfico das diferenciações e mediações que produzem as relações entre a colectividade local de *Socalcos* e a região do Alto Douro.

4. DIMENSÕES ANALÍTICAS E EMPÍRICAS DO PROJECTO ETNOGRÁFICO

4.1. Introdução

Nesta secção, sublinho a essência etnográfica da minha dissertação, a partir do argumento teórico que defende a existência de três processos relacionados envolvidos na produção local de regionalidade: local/regional, interlocal/regional e extra-regional/regional. Os principais focos etnográficos para cada um destes processos são, por seu turno, o género e a classe, o conflito entre aldeias e a emigração. Irei tratar das interrelações entre estes processos ao nível etnográfico, cada um por sua vez, embora não rigidamente de acordo com a ordem que segui ao apresentar esta secção. Todos estes processos se fazem sentir através da aldeia, funcionando esta como uma esfera social colectiva.

4.2. A aldeia como uma fonte de identidade regional

Socalcos é, sem dúvida, a um certo nível, uma colectividade. Isto é importante porque as pessoas pertencem não precisamente a uma região, mas a uma localidade e possivelmente primeiro à localidade, que está materialmente e socialmente organizada numa espécie de comunidade. No entanto, esta colectividade não é colectiva por ser homogénea. Existem importantes divisões de trabalho da comunidade que tornam a aldeia um recurso de identidade social do Alto Douro e de espaço.

Diferentes ordens de localidade, ou de comunidade localizada, formam o Alto Douro, incluindo cidades, bairros nas cidades, *quintas*, *lugares* (grupos de mais ou menos dez casas) e aldeias. As aldeias são importantes, porque grande número de pessoas no Alto Douro continua a viver nelas²⁶ e porque os seus habitantes têm uma identidade colectiva.

As aldeias do Alto Douro são compostas por importantes sítios sócio-espaciais. Estes incluem *largos*, fontes, ruas, escadas entre as casas, as próprias casas, as paredes à volta de algumas casas, cafés, *tascas*, mercearias. Podemos acrescentar a estes sítios uma igreja, ou talvez uma capela, um cemitério e escolas (tanto jardins-infantis como escola primária; as escolas secundárias estão localizadas nas vilas e cidades). A terra produtiva que rodeia a aldeia é também um importante componente, mas não tão claro em delimitação, sendo a extensão de terra considerada parte da identidade aldeã local uma questão em aberto. Certas aldeias poderão ter também lavadouros públicos, *adegas*, talvez um armazém de engarrafamento e, por vezes, uma padaria.

Se a aldeia é uma fonte de identidade regional, é também uma identidade colectiva com grande importância. Contudo, isto é assunto para investigação, dividindo-se em dois problemas distintos: primeiro, o que é que as pessoas acham que é importante na aldeia; segundo, apesar de não menos importante, que práticas são organizadas para a produção dos laços sociais da aldeia. Saber o que as pessoas pensam que é importante sobre a aldeia dependerá, em parte, da sua posição nela (o que discutirei na próxima secção) e no leque de comparações que elas aprenderam a fazer com outras posições. A prática etnográfica que isto sugere é a de, sempre que possível, ter pessoas a mostrarem-me o que é importante sobre a aldeia, ou querendo levar-me às pessoas que «sabem o que é realmente importante». Não é uma questão de perguntar «o que é importante em *Socalcos*?»

Observando as práticas da aldeia, vemos que há duas ordens envolvidas. Primeiro, há as práticas quotidianas que assumem a aldeia como um recurso. Por

²⁶ Isto é verdade, apesar da (ou talvez por causa da) emigração, remessas e retorno.

consequente, ir à missa na igreja da aldeia, fazer compras na mercearia local, lavar a roupa no tanque público, dar passeios diários pela aldeia cumprimentando as pessoas que se cruzam (não cumprimentar é considerado não só um simples erro, mas uma característica anti-social) ou, simplesmente, residir na aldeia. Estas não são práticas exclusivamente individuais. Envolvem, muitas vezes, diferentes tipos de grupos. Segundo, existe um leque de actividades cujo carácter exclusivo as transforma em práticas da aldeia. Estas incluem a visita à casa do defunto para apresentar condolências à família (que é suposto ser feito por toda a gente), a participação nos cortejos fúnebres através da aldeia e a participação nas festividades do santo local. O uso de símbolos nestas práticas é importante. Beber, por exemplo, é um elemento-chave, devido ao seu poder de simbolizar a localidade.

Como é que estas actividades e símbolos de (e sobre) esta localidade constroem a identidade da aldeia? Desenvolver uma resposta requer, em parte, saber como é que a aldeia é vista pelos residentes e outros como uma colectividade, em oposição a outras localidades particulares, porque isto sucede quando as características são frequentemente sublinhadas. (Considerarei este assunto adiante, na discussão sobre relações interlocais). As conversas com as pessoas sobre a aldeia são manifestamente importantes, uma vez que, nessas discussões, elas ordenam o que consideram ser mais importante. A partir deste aspecto, existem duas perspectivas que se interpenetram, a seguir etnograficamente: a opinião expressa em conversas tidas comigo e as opiniões que os habitantes da aldeia demonstram em conversas uns com os outros, com forasteiros e, talvez particularmente importante, com os intrusos-habitantes da aldeia – os das cidades que estão de visita ou os que vivem em países estrangeiros ou noutras aldeias. Colocam-se aqui questões como a identidade da aldeia e as suas importantes dimensões. (Também tenho falado, tanto quanto me é possível, com emigrantes de vários tipos, uma vez que eles têm razões para terem desenvolvido uma opinião comparativa sobre a aldeia).

A aldeia como um recurso para o desenvolvimento da identidade regional é, em grande parte, a aldeia como recurso para a identidade *tradicional*. Isto decorre do facto da noção de autenticidade ser, por vezes, relacionada com a noção de idade relativa. Uma vez que as aldeias do Alto Douro disputam a sua autenticidade como aldeias do *Alto Douro*, a questão dos usos das tradições mantém-se. Por conseguinte, aquilo que é considerado antigo e parte da região é importante para a produção da região. No entanto, isto é geralmente disputado e os vectores da disputa precisam de ser entendidos. Desta forma, perceber a opinião das pessoas sobre a idade da região e a idade da aldeia em relação à região será fundamental. Apercebo-me cada vez mais da importância desta questão nas conversas com as pessoas, no próprio *sítio*: na fonte datada de 1874, por exemplo, na velha capela no sopé da aldeia, examinando velhas ferramentas, discu-

tindo os nomes das ruas e as supostas visitas ou locais de nascimento de pessoas importantes. A minha preocupação não é com a real, mas com a suposta idade dos materiais referidos. A questão básica que procuro abordar nas entrevistas e nas consequentes observações que me são permitidas é: será que existe um significado para história colectiva local, usado pelas pessoas da aldeia, quando pensam em identidade regional?

As práticas da aldeia (ou localizadas) e o significado de identidade devem ser considerados na sua relação com a organização da aldeia ou as «instituições da aldeia». Neste sentido, o trabalho liga-se à produção de sensibilidade colectiva dos residentes de *Socalcos* e parece estar dividido e um tanto «especializado». Isto é, alguns residentes são mais responsáveis pelas funções da aldeia que outros e esta responsabilidade está, de alguma forma, organizada. Muitas destas funções estão associadas à igreja: a comissão da igreja, por exemplo, e as várias comissões de festas, que têm membros comuns. Uma das importantes questões etnográficas a abordar é: como é que a localidade, enquanto entidade popular baseada na religião – uma vez que o carácter colectivo da localidade parece depender da religião –, pode, ao mesmo tempo, entrar em conflito e ser convergente com as ordens políticas e económicas regionais?

As fronteiras da aldeia são tão importante para a identidade colectiva de *Socalcos* como as suas divisões «internas». Estas fronteiras são concebidas pelos residentes de *Socalcos* em relação com a terra produtiva e sua posse. Assim, estabelecer o que diferentes pessoas de *Socalcos* consideram ser as fronteiras da aldeia torna-se uma importante matéria de estudo. Penso que este assunto é muito influenciado pelas relações entre localidades. Neste sentido, os limites da aldeia podem ser considerados muito menos definidos e menos importantes em relação aos *lugares* formados só por algumas casas e mais definidos e importantes em relação a outras aldeias.

Socalcos, enquanto colectividade aldeã com ligações regionais, é, tal como sugeri, assunto não só de comunalidade, mas também de diferenciação. Nas secções seguintes, sublinho as importantes diferenciações existentes em *Socalcos* e nas suas relações externas com o Alto Douro, como um espaço e uma identidade. Existem relações diferenciadas de género e classe que produzem perspectivas diversificadas sobre a comunidade e vários aspectos da colectividade. A próxima secção discute a forma como a diferenciação de género e classe em *Socalcos* produz esta colectividade. Nesta perspectiva, abordarei a intersecção das mais importantes ordens institucionais no Alto Douro. A secção subsequente mostra que os circuitos extra-regionais de pessoas e produtos – emigrantes e vinho do Porto – seguem caminhos paralelos em *Socalcos* e modelam a colectividade de acordo com diferentes opiniões e conhecimentos sobre o Alto Douro. Finalmente, defendo que *Socalcos* tem relações específicas (conflituais) com uma aldeia pró-

xima, o que ajuda a construir a posição de *Socalcos* no Alto Douro e o Alto Douro em si mesmo como uma região de tantos lugares interligados.

4.2.1. *Género e produção de classe na produção aldeã do Alto Douro*

A forma de diferenciação social imediatamente visível em *Socalcos* é o género, embora a classe não fique muito atrás. As diferenças de género são visíveis na divisão do trabalho e na participação em diferentes ordens institucionais regionais. A classe figura imediatamente a seguir nesta produção económica diferenciada por género, de forma que, no decurso de diferentes tipos de produção, são produzidos certos tipos de homens e mulheres com certos tipos de posição de classe (propriedade). Fundamentalmente, a produção de uma identidade alto-duriense é determinada, em grande medida, por aquilo que é considerado o seu produto principal: as uvas para produção de vinho do Porto. O género e a classe só podem ser considerados em separado analiticamente. Juntos, fazem com que linhas de tensão atravessem a colectividade. A minha opinião é que as famílias e os grupos de amizade medeiam socialmente essas duas linhas básicas de diferenciação colectiva.

Uma divisão-chave de trabalho que descobri em *Socalcos* é que os homens com vinhas dedicam o seu tempo a trabalhar nas vinhas, enquanto as mulheres passam a maior parte do seu tempo trabalhando em casa²⁷. Nestes domínios, existem centros e periferias: algumas tarefas são consideradas absolutamente masculinas e outras absolutamente femininas. Apesar das mulheres trabalharem nas vinhas, os homens é que são considerados os portadores dos conhecimentos e aptidões mais cruciais sobre a produção vitícola. Os homens dizem que têm que dirigir as mulheres no que respeita a tratar das uvas. Há alguns trabalhos que as mulheres não fazem. Podar é o exemplo principal. Os *lavradores* dizem que esta é a operação mais importante para se obter a produção de uvas de alta qualidade. Esta e outras técnicas são ensinadas aos filhos, sendo estes considerados naturalmente aptos para as realizarem, ao contrário das filhas²⁸.

O trabalho que os homens fazem nas vinhas não é visto unicamente como o controlo do conhecimento. O conhecimento masculino é encarado simbolicamente

²⁷ Apercebo-me do enorme potencial de preconceito que existe ao apresentar os assuntos nesta ordem, na qual a definição masculina das coisas é que ocupa o papel principal. Existe uma razão para utilizar tal ordem, ou prioridade, nesta questão, e tenciono fazê-lo quando tiver um maior conhecimento da auto-consciência feminina, das suas produções próprias e das contestações ao poder masculino.

²⁸ Existe uma divisão do trabalho por géneros não só nas vinhas, mas também nas vinhas e hortas, com as mulheres a fazer mais trabalho nas hortas que nas vinhas, contudo trabalhando menos ali ou sendo vistas como trabalhando menos ali que os homens.

mente como necessário para a produção de um produto marcado pelo género. Um jovem proprietário diz que os homens produzem objectos femininos, dos quais o Alto Douro depende para o seu sustento²⁹.

Entretanto, a classe também é um componente-chave da auto-consciência do género: o jovem que referimos acima é um proprietário de *quinta*, não um trabalhador diário nas vinhas, um pequeno proprietário ou um agricultor em *part time*³⁰. Ele é dono das uvas e da terra de que elas se alimentam. Assim, em *Socalcos*, a auto-definição masculina é produzida em relação com o trabalho, mas também depende da propriedade, da posse da terra. Os jornaleiros sem vinhas produzem, sem dúvida, através do seu trabalho, a sua masculinidade, mas esta é, por vezes, questionada pelas pessoas da aldeia. Os homens que não desempenham trabalho físico, mas que têm vinhas também são também, frequentemente, considerados femininos. Os *lavradores*, que detêm e trabalham a terra, são considerados os mais masculinos, porque não só são donos de vinhas como também as trabalham, como um «homem» deve fazer. Os *lavradores* parecem, então, ser as chaves para a produção de ideais da identidade masculina, de classe e de comunidade em *Socalcos* e no Alto Douro. A identidade regional (sempre local nas suas referências) é parcialmente produzida onde se produz a masculinidade: na posse, mas numa forma de posse que implica trabalhar o que se possui. Esta perspectiva levanta a importante questão dos elementos masculinos ricos. Presumivelmente, eles não produzem a sua masculinidade de acordo com a norma do *lavrador*. Nesse caso, o que é que eles podem ter para negociar relativamente à sua identidade de género? A resposta deverá assentar, em parte, na sua trajectória de classe como proprietários.

Os homens de *Socalcos* estão empenhados em produzir para si próprios uma identidade masculina que os coloque em boa posição moral local. É ao produzirem este estatuto local que se definem como bons *lavradores* do Alto Douro. Mais ainda: quanto mais bem sucedidos forem localmente, melhores serão consideradas as suas uvas e mais disponível se tornará para eles a vasta informação sobre agricultura do Alto Douro. Por exemplo, qualificar-se-ão para empréstimos para expansão da vinha ou tomarão conhecimento sobre os exportadores a quem, na

²⁹ «As uvas – diz ele – são como as mulheres: é preciso dar-lhes mimos para que elas nos sejam fieis; se não tratarmos bem delas, não nos dão o que queremos».

³⁰ Em *Socalcos*, as classes sociais são diferenciadas pela posse de propriedades e pelo trabalho, com os *proprietários* (no topo da escala social) sendo donos de terra e empregando trabalhadores agrícolas, *lavradores* sendo donos de pequenas propriedades e trabalhando-as eles próprios, juntamente com a família, e *jornaleiros* não sendo donos de terra e trabalhando nas propriedades de outras pessoas. No sector não agrícola, a estrutura de classe é semelhante, sem a classe do *proprietário*: na construção civil, por exemplo, há pequenos empreiteiros e trabalhadores. Existe uma base patriarcal para todas estas categorias, da qual eu espero delinear a lógica e fazer a crítica na minha dissertação.

altura própria, será mais proveitoso vender, não só através do seu nível económico, mas também através do seu nível social.

A identidade masculina é produzida não precisamente nas vinhas, mas nas tas-cas e cafés, no largo (onde jogam o *pino* depois do trabalho e sobretudo aos fins-de-semana) e nos campos de futebol locais. No entanto, as vinhas mantêm-se centrais em tudo isto, como um assunto de discussão e comparação.

Enquanto a vinha é vista como um lugar central para a produção de masculinidade, a casa é vista como o sítio de produção de feminilidade. As mulheres controlam o conhecimento fundamental para a produção do lar e, apesar de afirmarem que poderiam aprender as tarefas domésticas se as mesmas tivessem valor, os homens dependem claramente delas (e tacitamente valorizam-nas). Tal conhecimento inclui a preparação das refeições, a limpeza da casa e o cuidar dos filhos.

Da mesma forma que o género masculino em relação às vinhas, também o género feminino é produzido diferentemente por classe. Por isso, o modelo de relação com o lar é aquele em que a mulher é a dona da casa (se for casada, esta posse é, muitas vezes, conseguida através do marido). Não ser dona de uma casa é ser considerada uma mulher de baixa condição, e, curiosamente, ser rica o suficiente para contratar criados coloca muitas vezes a mulher fora do domínio da feminilidade modelo. Quanto mais uma mulher consegue concentrar a sua actividade espacial no lar, mais elevada se supõe ser a sua posição de classe. Quanto mais pobre é a mulher, por exemplo, mais tempo ela tem que passar fora de casa, trabalhando nas vinhas para outros proprietários.

A produção da identidade feminina também acontece fora de casa, em zonas que se sobrepõem com as zonas masculinas: na rua, onde falam com os seus vizinhos sobre acontecimentos locais recentes, nas hortas, onde se ocupam de diversos trabalhos, como colher os vegetais, com os seus filhos, no lavadouro público, onde os homens nunca são vistos, na igreja, com a sua população predominantemente feminina, no café, depois da igreja, aos domingos à tarde, nas vinhas, nos bailes das festas da aldeia, no leilão para a festa. Esta produção acontece principalmente em práticas que envolvem outras mulheres³¹. Práticas físicas diferenciadas por género também alteram o carácter das tarefas levadas a cabo ao serem produzidas as identidades. Por exemplo, os homens carregam às costas coisas que as mulheres carregam à cabeça. Isto é o mais próximo de uma regularidade absoluta de género que se pode encontrar no Alto Douro. Evidentemente, o facto de se carregar alguma coisa é uma questão de classe e vê-se sempre as pessoas pobres a carregar coisas, enquanto as ricas quase nunca. Mas onde é que esta

31 As danças são talvez os *loci classici* para ver esta divisão diferenciada por género da produção de género. É considerado normal que uma mulher dance quer com homens, quer com mulheres. Homens a dançar com homens é considerado vergonhoso.

prática da identidade de género – que, claramente, nunca é só isso³² – é produzida? Parte da resposta está na intersecção da família com a aldeia e com os seus observadores³³. A identidade é, em parte, produzida pela execução de trabalho, à vista de quem quer que passe na rua ou espreite pela janela³⁴.

As identidades de género e classe femininas e masculinas não são apenas auto-produzidas em actividades do próprio sexo, mas ainda através de diferentes relações sociais, principalmente as de família e dos grupos de amizade, que se sobrepõem. Em casa, os homens bebem e as mulheres não, e eles explicam aos seus filhos porquê: «as mulheres são muito fracas para aguentar o álcool». Tanto os homens como as mulheres socializam as crianças, e os grupos de amizade de um só sexo (que são a norma em *Socalcos*, desde que as crianças atingem a idade escolar até perto do fim da adolescência) também fazem um importante trabalho de socialização. Esta socialização continua ao longo do curso de vida, com as pessoas a controlarem o comportamento umas das outras.

4.2.1.1. Famílias

A socialização em identidades enforma a formação de famílias. As famílias são, em muitos aspectos, as unidades sociais que decidem, de uma maneira largamente «política», quem coopera e quem compete para a posição na comunidade. Neste sentido, ao produzirem a casa, as mulheres estão também a produzir a estabilidade económica da família e a sua estima aos olhos de *Socalcos*. Da mesma forma, os homens estão a produzir o sustento para a sua família como um todo para merecer consideração em *Socalcos* e no Alto Douro. As famílias são identidades fundadas no género. A sua força ou fraqueza baseia-se na posse de vinhas e casas e na forma como os indivíduos que a compõem desempenham, no seu trabalho, os papéis específicos de género que têm aprovação da comunidade. Até que ponto esta divisão de género é *ideologicamente* rígida, ao mesmo tempo que *praticamente* flexível, é uma questão basilar que estou a acompanhar muito de perto no meu trabalho de campo.

4.2.1.2. Grupos de amizade

As famílias relacionam-se, por seu turno, com o espaço da aldeia, parcialmente por meio dos grupos de amizade que criam e controlam o espaço local. Estes gru-

³² Trata-se também de uma prática de reprodução, através do transporte de alimentos que serão preparados para o seu consumo.

³³ Nem só os etnógrafos são observadores-participantes. Pertencer a uma localidade é também, em parte, ser um observador dela.

³⁴ A estrutura com a configuração de anfiteatro de *Socalcos* só pode acentuar este aspecto de produção de identidade.

pos têm uma importância específica entre os jovens, ao produzirem orientações relatiamente ao espaço de *Socalcos* e para além dele, e no que respeita às divisões entre géneros. O controlo pode ser visto de forma importante nas *alcunhas*, que são atribuídas mais frequentemente a homens que a mulheres. Quando um homem jovem desce uma rua de *Socalcos* ou entra num café, é possível que outro homem grite a sua alcunha. Se as mulheres têm tais alcunhas, são geralmente «herdadas» dos seus pais. As alcunhas surgem nos grupos de amizade de rapazes novos e ficam para toda a vida. Toda a gente na aldeia acaba por os conhecer pela sua alcunha. Os grupos de amizade em questão movimentam-se muito livremente nas ruas, entrando, muito regularmente, em contacto com homens adultos (estes também em grupos), o que encoraja ainda mais o uso das alcunhas desenvolvidas pelos mais novos. Assim, estes nomes tornam-se correntes entre os homens e são uma das formas como o espaço é habitado pelos homens: o som gritado das *alcunhas*. As raparigas, especialmente depois dos 10 ou 11 anos, passam muito mais tempo em casa, ajudando as mães, enquanto os rapazes saem com os amigos. Não quer isto dizer que as raparigas não tenham amigas, mas sim que elas tendem a visitar-se umas às outras nas suas casas. O seu espaço é, desta forma, recriado como uma das casas, mesmo quando as suas actividades não são actividades domésticas.

O espaço fora da aldeia é criado pelos grupos de amizade masculinos, muito mais que pelos femininos. Em parte, isto acontece devido às rotinas do trabalho diário, nas quais a presença dos homens fora da aldeia, nas vinhas ou nas hortas em *socalcos* é mais comum que a das mulheres. O mesmo se verifica no caso das práticas tradicionais ou religiosas. Desta forma, em 3 de Agosto, grupos de rapazes solteiros entre os 16 e os 30 anos viajam até uma capela situada no monte acima de *Socalcos*, no local onde os limites de três *freguesias* se encontram, acampando ali durante a noite³⁵. Outro exemplo é a Véspera de Natal, altura em que os rapazes se metem em camiões e vão pelas estradas de terra que partem da aldeia, recolhendo grandes cepos e troncos para fazer a tradicional fogueira na praça principal. Fazendo isto, eles atravessam várias limites de *freguesia*. De seguida, voltam à praça principal da aldeia, descarregam os cepos e os troncos numa grande pilha para queimar e começam a falar com os homens mais velhos – que se reuniram ali e na *tasca* próxima – sobre as suas explorações e raio de acção. Os homens mais velhos comparam o que ouvem com as experiências da sua própria juventude.

Numa certa idade, os jovens – rapazes e raparigas – criam grupos mistos de

³⁵ Esta capela era, tradicionalmente, visitada por todos, mas agora são principalmente os homens jovens que fazem a viagem. A tradição está a desaparecer e os jovens sentem-se responsáveis pela sua conservação, perante as gerações mais velhas que demonstram muito pouca fé na sua capacidade para o conseguir.

amizade e, nestes, através das suas ideias de tradição, marcam *Socalcos* e as suas fronteiras, assim como outros lugares afastados mas significantes. Fazem-no em grupos de casais, durante passeios nocturnos ao longo das estradas locais, até pontos de encontro, onde brincam, *flirtam*, namoram, olham para as estrelas... Estes mesmos grupos também visitam várias festas (festivais de aldeias, geralmente em honra dos santos patronos), no Verão, a 20 ou 30 quilómetros de distância, onde se toca música e eles dançam³⁶. As comparações entre as suas viagens são feitas, depois, em conversas com os mais velhos. Penso que um tipo de regionalidade é produzido nestas actividades em que se criam percursos. Uma forma de estudar esta regionalidade é seguir as discussões sobre a que festas ir, quando ir, bem como sobre os méritos comparativos das diferentes festas, em diferentes lugares e tempos.

4.2.2. A intersecção generativa: *Socalcos* como um nexó institucional do Alto Douro

Género e classe não operam sozinhos em *Socalcos*; eles são mediados através dos grupos de amizade e da família, como já referi. Mas estas mediações articulam-se com instituições mais «formais», que se intersectam nas vidas diárias das pessoas de *Socalcos* (e de outras aldeias do Alto Douro) e que ajudam a criar outras diferenciações. A Casa do Douro é, como já mencionei, uma instituição à qual todos os proprietários de vinhas, por lei, têm que pertencer. Além disso, o Estado português tem exigências mais vastas, que se aplicam a todos os cidadãos. A Igreja Católica é uma terceira instituição que comanda, a um certo nível, o envolvimento de quase todas as pessoas de *Socalcos*. Estas instituições fornecem à colectividade de *Socalcos* – colectividade diferenciada e em desenvolvimento – regras, rituais e imagens, às quais os aldeões não só se submetem, como reconfiguram, nos seus esforços locais para fazer e refazer um lugar para eles próprios, enquanto rapazes e raparigas, homens e mulheres, ricos ou pobres, em *Socalcos* e no Alto Douro. De seguida, apresentarei, sucessivamente, as três instituições mais importantes.

4.2.2.1. Instituição económica regional

Socalcos está rodeada por vinhas, plantadas nas suas íngremes encostas. Todas essas vinhas estão sob a jurisdição da Casa do Douro, situada a 20 milhas, descendo o rio Douro, na Régua. Quando um viticultor quer comprar terra de

³⁶ Os poucos rapazes que têm acesso a carros (geralmente as raparigas jovens não o têm) vêm-nos rapidamente cheios com os que querem ir às festas.

vinha, é, regularmente, obrigado a registá-la na Régua. O *cadastro*³⁷ permite-lhe vender as suas uvas a preços de vinho do Porto, a um certo nível, cada ano. Se estiver a plantar novas vinhas, terá de usar plantas americanas (*porta-enxertos*), que comprará em Janeiro, na feira semanal da Régua³⁸. Um ano depois, ele pode enxertar a casta de videira que escolheu nos *porta-enxertos* americanos. Durante o primeiro ou segundo ano, este viticultor precisará de comprar esteios de xisto produzidos no Douro Superior, em Vila Nova de Foz Côa, ou esteios de madeira, mais caros mas menos frágeis e mais facilmente transportáveis, normalmente comprados na Régua. Começará também a aplicar às vinhas vários produtos sulfurosos, como salvaguarda contra as doenças do oídio e do míldio. Mais uma vez, irá à Régua ou ao Pinhão para comprar estes produtos químicos em grandes sacos plásticos, ou pedirá a alguém que tenha um camião para os ir buscar. Quando as suas vinhas produzirem uvas, começará a receber, pelo correio, os avisos de *benefício*³⁹, em Setembro, antes das vindimas. Normalmente, toda a gente em *Socalcos* recebe o aviso de *benefício* dentro dos mesmos dias. É frequente o proprietário, ou o seu agente local, acharem que a listagem do computador é um erro. Isto requer uma viagem à Régua para corrigir o benefício, dando, muitas vezes, origem a grande frustração, largamente falada em *Socalcos*.

Muitos dos viticultores de *Socalcos*, como a maioria dos viticultores do Alto Douro, vendem as suas uvas aos grandes produtores de vinho do Porto que têm instalações de processamento nas proximidades. Actualmente, existem dois produtores independentes que fazem vinho em *Socalcos* e que seguem uma lógica diferente: um compra uvas aos lavradores locais para juntar às suas, vendendo-as, depois, a uma firma estrangeira; o outro é uma *Quinta* que produz vinho do Porto, usando quase exclusivamente as suas próprias uvas. No tempo das vindimas, em Setembro ou Outubro, os pequenos viticultores organizam as suas famílias, mas, se têm falta de gente, contratam equipas de vindima que demoram cerca de uma semana a apanhar as uvas. Os emigrantes que têm vinhas procuram visitar *Socalcos* nesta altura; se não o podem fazer, têm um administrador contratado para levar a cabo o trabalho de organização. A *Quinta* de *Socalcos* acolhe trabalhadores de fora da região, indo o seu capataz buscar 20 pessoas, trazendo-as para *Socalcos*, onde ficam, e voltando a levá-las para as suas aldeias-natal duas semanas depois. Os viticultores que vendem as suas uvas para vinificação registam o seu *benefício* com o comprador que as leva. O vinicultor combina, então, as uvas com outras que vão sendo trazidas e, numa determinada altura, junta *aguardente*

³⁷ Ver acima (em «Parte de uma rede maior»), para uma descrição de *cadastro*.

³⁸ Esta prática tornou-se obrigatória, desde o fim do séc. XIX, quando a filoxera destruiu todas as regiões vitícolas europeias. A praga atacou as raízes. Descobriu-se que as raízes americanas eram resistentes à doença e, desde então, estas têm sido usadas para as novas plantações, no Alto Douro.

³⁹ Ver acima (em «Parte de uma rede maior»), para uma descrição de *benefício*.

ao *mosto*, travando a fermentação e mantendo o vinho doce. Este é o passo básico para se fazer vinho do Porto.

A vida de trabalho de *Socalcos* é imensamente influenciada pela instituição económica regional designada Casa do Douro. Para além desta influência, a indústria vinícola estrutura a actividade da aldeia. Durante as vindimas, as actividades de colheita e transporte das uvas e de vinificação dominam o ritmo da aldeia. A unidade de vinificação trabalha toda a noite. Até as pessoas que, normalmente, não trabalham na vinha deitam mãos à obra. Muitas mulheres e crianças trabalham, por exemplo, cortando uvas. Contudo, esta actividade laboral não é puramente económica na sua organização. Quem trabalha para quem é, em grande medida, estruturado pelo facto de se pertencer a uma família ou a grupos de amizade. Existem, no entanto, outros factores, como se tornará evidente em secções subsequentes.

4.2.2.2. Instituição política regional

Socalcos é também localizável pelas coordenadas do mapa político. Os seus residentes, enquanto cidadãos portugueses, são distribuídos pela administração do Estado português em *freguesias* e *concelhos*. Para poderem votar, a qualquer nível, têm que estar registados de acordo com as regras definidas nacionalmente. Para votar, têm ir à *Casa do Povo*, na sede de *freguesia*, que, neste caso, é a sua própria aldeia. Contudo, não é só por estas razões que a acção política em *Socalcos* é um assunto local. Além disso, a política eleitoral está aqui empenhada em termos de partidos políticos nacionais. De quatro em quatro anos, realizam-se eleições para a Junta de Freguesia e para a Câmara do Concelho e a votação é feita de acordo com as listas partidárias.

Contudo, na *freguesia* de *Socalcos*, os resultados eleitorais dependem da tradição e de filiações locais. Nas eleições para a Assembleia de *freguesia*, o Partido Socialista ganhou todos os anos, desde que a Revolução de 1974 restaurou as eleições democráticas em Portugal. Diz-se que a razão para isso é a posição política de um grande proprietário de *Socalcos*, que se movimenta em altos círculos do Partido Socialista, a presença de outros grandes viticultores de *Socalcos* no partido (e no governo da *freguesia* e do *concelho*) e a hegemonia que a aldeia de *Socalcos* tem sobre o resto da *freguesia*. Não se quer com isto afirmar a não existência de batalhas político-partidárias na aldeia de *Socalcos*; o que se quer, de facto, dizer é que estas batalhas se dão mais de acordo com uma lógica de família e de grupos de amizade do que de ideologias partidárias.

Como as mulheres de *Socalcos* quase nunca são vistas como actores políticos de direito próprio, embora denunciem frequentemente a política como uma forma de demência masculina, os seus papéis nestes assuntos de família e amizade estão escondidos do público, tornando-se importante desvendá-los.

Talvez a instituição política mais importante em termos de desenvolvimento de identidades das pessoas, enquanto habitantes de *Socalcos* e do Alto Douro, seja a escola local. Isto porque, na escola, através de pedagogias orientadas pelo Estado, livros e mapas, as crianças aprendem sobre a sua região e o seu lugar nela. Alguns desses livros escolares defendem que o Alto Douro é especial porque é a região produtora do vinho do Porto; basicamente, eles dão a entender que todos os que lá vivem são viticultores, com características semelhantes. Isto é importante para fornecer às crianças e à juventude elementos simbólicos comuns que, de certa forma, as unificam nas suas próprias imagens como habitantes do Alto Douro. Esta unificação funciona, porque as crianças encontram as mesmas imagens e porque elas sabem que outros, incluindo os estudantes que não são do Alto Douro, se deparam com essas mesmas imagens.

Não obstante, *Socalcos* tem as suas formas sociais locais que ajudam a reformular as imagens produzidas pelo Estado, transformando-as em elementos culturais locais de classe e género. Aqui, como noutros sítios, os estudantes não absorvem simplesmente a informação e as identidades que lhes são impostas através da organização formal e do currículo da escola. Eles criam a sua própria informação e identidades. Assim, os livros escolares apresentam, frequentemente, a família viticultora de uma forma um tanto estereotipada e os estudantes irão comparar a sua experiência com essa imagem, tentando dar-lhe um sentido. A lição tirada desta imagem difere de caso para caso, dado que essa experiência varia fortemente de acordo com a classe e com o género, com alguns estudantes a trabalharem, muitas vezes, nos campos ou a verem os seus pais a trabalhar, enquanto outros se limitam a observar esse trabalho.

Além do mais, os grupos de amizade estudantis, compostos maioritariamente por crianças do mesmo sexo oriundas de diferentes classes sociais, trabalham de forma criativa quer as imagens e ideias da escola, quer as experiências familiares. Num grupo de rapazes, um rapaz da escola proclama que o seu pai é como o lavrador do Alto Douro que se vê no livro de textos e os outros censuram-no, dizendo que o seu pai não faz mais do que tomar conta das uvas de outros homens. Este tipo de experiência forma opiniões compostas sobre o pai e sobre si próprio, no contexto de *Socalcos* e do Alto Douro⁴⁰. A estudante cujo pai e mãe dirigem a padaria (ou um estabelecimento similar) mostrou como a imagem da família camponesa do Alto Douro se pode sobrepor com a sua identidade, apesar da sua posição entre os amigos – em parte baseada no respeitado estatuto de cidadania e de integração na igreja de que goza a sua família – não ser muito afectada com isso. A produção de classe e género de uma identidade do Alto

⁴⁰ Depois do jardim infantil, nem todas as crianças vão para as escolas das aldeias; no entanto, é possível encontrar nestas uma mistura razoável de classes.

Douro entre os estudantes deveria revelar-se fora e dentro da escola, usando materiais culturais das famílias dos estudantes, da escola e do seu desempenho e da experiência de trabalho, construindo centros e periferias sociais. Assim, não se trata duma questão de «identidade regional» em termos de pensar em si próprio relativamente a um espaço regional mais vasto, «fora» da aldeia, mas, antes, de trabalhar com material «regional» que, em termos locais, sirva propósitos sociais.

4.2.2.3. *Instituição religiosa regional*

A capela e a igreja de *Socalcos*, mantidas pela comissão da igreja, estão dependentes da estrutura institucional da Igreja Católica para uma grande parte da sua força e significado. A igreja baptiza os paroquianos e dá-lhes a primeira comunhão. Mais importante que isso, localiza-os. Se eles querem casar fora da *paróquia*, a igreja mantém-se informada dos seus movimentos através dos registos de casamento, que anotam dados sobre o local de nascimento da noiva e do noivo, assim como os respectivos locais de residência.

A igreja de *Socalcos* é um lugar para a expressão da identidade local dos paroquianos, assim como das suas filiações católicas mais amplas. Isto é indicado por objectos que ficam na igreja, ao longo de todo o ano: o estandarte da Irmandade de *Socalcos*, as grandes cruces, que abrem os cortejos fúnebres, e o pátio sob o qual o padre atravessa a aldeia na procissão do Corpo de Deus. Contudo, *Socalcos* produz o seu carácter religioso de uma maneira complexa. A comissão da igreja é composta por respeitadas cidadãos de *Socalcos*. No entanto, a maior parte dos assistentes à missa são mulheres e crianças. Os homens que vão à missa tendem a ser de uma classe social mais elevada. Isto levanta questões sobre como é que a identidade religiosa é formada ao mesmo tempo que as identidades de classe, masculinas e femininas.

Estas instituições regionais intersectam-se nas vidas das pessoas de *Socalcos*. Os noivos casam-se na igreja, mas precisam da autorização do registo civil do *concelho* onde se casam. Ao tornarem-se agricultores e membros da Casa do Douro, os estudantes são influenciados pelas expectativas dos seus pais e vão conjugar o que sabem sobre o trabalho da sua família e o que aprenderam na escola sobre a agricultura, a identidade e o Alto Douro. A escola desempenha um papel cada vez mais forte neste processo, à medida que um número crescente de estudantes fica mais anos na escola e que a viticultura se torna mais técnica.

Tais intersecções colocam exigências concorrentes às pessoas de *Socalcos*, o que, em várias circunstâncias, poderá dar origem a confusões e conflitos. Estes são espaços momentâneos onde as soluções criativas e as periodizações das pessoas de *Socalcos* podem ser estudadas etnograficamente, face ao que elas reve-

lam sobre as várias estruturas localizadas e sobre o seu papel na produção e alteração dessas estruturas e de si próprios.

4.2.3. *Consumo, viagens e residência na produção do Alto Douro*

As pessoas de *Socalcos* são diferenciadas por outras condições além do género, classe e posição institucional. Assim, se todos são produtores, também são consumidores. São ainda viajantes e residentes de diferentes tipos. Consumindo produtos particulares, produzem a sua classe e o seu género e, mais ainda, as suas identidades de *Socalcos* e do Alto Douro. O vinho, claro, é chave. Muitas pessoas «de» *Socalcos* deixam a aldeia e levam uma existência que separa as suas identidades, ou lugares de identidade, entre cidade e aldeia, Portugal e estrangeiro. O conhecimento que desenvolvem no espaço desta divisão confere ao Alto Douro um novo significado aos seus olhos, suas mãos, seus pés e seus planos; este significado é reelaborado por elas de acordo com as remodelações que fazem das posições de classe e de género, trazendo para a aldeia novas práticas e nova riqueza, quando vêm de visita e, especialmente, quando voltam para ficar.

Se o Alto Douro é mais do que um simples expediente literário para fornecer um contexto para a discussão da vida quotidiana das pessoas de *Socalcos*, isso deve-se ao facto dessas vidas estarem envolvidas num processo que elas próprias ajudam a configurar. É suposto que o conceito de produção faça sobressair esta ideia. Mas a produção é um processo que envolve consumo e movimentos no espaço de produtos e pessoas, conferindo significado a esse mesmo espaço.

Ao produzirem os seus meios de subsistência, as pessoas de *Socalcos* precisam de consumir produtos, sendo estes produzidos a uma maior ou menor distância da aldeia. Talvez o produto consumido que tem um significado mais local seja o vinho. Faz sentido que, sendo produtores de vinho, os homens de *Socalcos* bebam muito. Fazem-no, certamente, nas suas casas, ao almoço e ao jantar, mas, mais ainda, no café e *tasca* locais. Contudo, o vinho que bebem não é vinho do Porto (que só é consumido em ocasiões especiais, como o Natal), mas sim vinho de mesa. Mais estranho ainda é que só muito raramente este vinho seja produzido em *Socalcos*. Não obstante, ele provém da região demarcada do Alto Douro, sendo geralmente de produtores privados ou de cooperativas da sub-região do Cima Corgo, à qual *Socalcos* pertence. Ao bebê-lo, os homens discutem as suas qualidades e, portanto, constroem ideias em grupo sobre a diferenciada geografia do vinho do Alto Douro: Trevões produz um vinho fraco, concordam eles, enquanto Nogueira oferece um produto forte e bom.

Só os ricos bebem vinho das garrafas de 0,75 litros, que estamos habituados a ver nas prateleiras das mercearias, expostas para os turistas, na vila próxima do Pinhão e, até, nos cafés de *Socalcos* (aparentemente para os turistas). Se o vinho é

comprado para consumo de casa, ele é trazido da *tasca* ou do café em *garrações* de 5 litros ou em garrafas de Coca-Cola, cheias a partir de *garrações*. O vinho é considerado uma parte da vida local, embora o que é consumido não seja, por norma, produzido localmente. Mais ainda, o vinho é considerado uma parte da vida rural, ainda que, nas conversas, não seja geralmente registado neste sentido. Os homens sabem que, se forem a um café em Fontelas, podem conseguir obter um copo de vinho no bar, apesar dessa aldeia quase não produzir vinho. Sabem também que, num café de Vila Real, pedir um copo de vinho marca uma pessoa não só como «rústico», mas também como «bêbedo», enquanto pedir um copo de cerveja estigmatiza muito menos socialmente.

Nesta perspectiva, o consumo do vinho do Alto Douro é uma marca de identificação social, identificando uma pessoa como sendo do Alto Douro, no lugar. Contudo, o consumo do vinho do Alto Douro fora do Alto Douro também acontece, talvez não em Vila Real, mas noutros países. Claro que isto acontece sempre e em todo o mundo entre os consumidores de vinho de Porto. No entanto, entre aquelas pessoas com raízes no Alto Douro acontece de formas inesperadas. Os emigrantes de *Socalcos* em França, por exemplo, começaram a consumir mais vinho do Porto quando se estabeleceram fora de Portugal; antes, não o compravam. Compram-no em França, mas compram muito mais em Portugal, durante as suas visitas, ou levam-lho os seus parentes, quando os visitam em França. Consumir o vinho é uma forma de produzir laços simbólicos com o Alto Douro, o que, provavelmente, não era praticado antes da emigração. Neste caso, viajar alterou o significado da região, inserindo mais o produto no centro da vida dos emigrantes, em matéria de consumo. Como é que este novo consumo externo do Alto Douro pelos seus emigrantes está a influenciar a identidade daqueles que ficam é uma importante questão em aberto. Em *Socalcos*, quando um emigrante vem à aldeia em Agosto, especialmente se tem vinhas que estão a ser cuidadas pela família ou por um encarregado, tem muito a dizer sobre a região e a sua opinião é escutada com razoável interesse, desde que, na sua posição de «estrangeiro da terra», não se considere que ele se está a armar.

De facto, diz-se em *Socalcos* que os dois cafés da aldeia são o resultado da emigração para França. Eles foram abertos há cerca de dez anos por pessoas que tinham estado emigradas e que, além disso, tinham parentes e conheciam muitos emigrantes. À medida que os filhos desses emigrantes chegaram a uma certa idade e que os pais se habituaram mais à vida em França, desejavam encontrar um ambiente semelhante àquele a que estavam habituados. Tinham dinheiro para gastar. Então, os cafés abriram e, desde essa altura, têm feito um grande negócio, claro está, não só com os emigrantes. Durante todo o ano, o café é o centro da actividade social, especialmente entre os homens. A *tasca*, o tradicional lugar de reunião dos homens, está, segundo alguns, a perder clientela, especialmente

entre os jovens. O consumo de muitos artigos – sendo o café muito importante entre eles – está agora mais separado da casa do que anteriormente. Em parte, foram as viagens que tornaram o consumo em *Socalcos* uma prática social separável das outras. Paralelamente, perdeu-se a noção do consumo da «aldeia local», como uma espécie de produto-nostalgia para os emigrantes em férias, e o Alto Douro tornou-se, também para eles, uma área para o consumo de paisagens. Isto teve um impacto na maneira como os que ficaram entendem a sua aldeia e o Alto Douro, o que estou a tentar compreender na minha pesquisa.

4.2.4. *Relações interaldeias no Alto Douro*

Em *Socalcos*, entre as pessoas que ficam, como entre as pessoas que emigram e regressam, a vida não é só feita a produzir uvas e vegetais, competindo e cooperando uns com os outros pela posição da aldeia, indo à missa ou redefinindo a aldeia e o Alto Douro nos termos fornecidos pelo *marketing* e pela experiência internacional. As pessoas em *Socalcos* têm relações – mais estreitas ou mais distantes, densas ou raras – com as aldeias à sua volta. Mas têm uma rivalidade ferrenha com uma em particular: *Cimo*, a sete quilómetros, estrada acima. A rivalidade é, provavelmente como outras na região, uma forma através da qual as pessoas experimentam uma vida alto-duriense.

Esta rivalidade decorre a muitos níveis. Funciona ao nível da política, ao nível da economia e ao nível da classe e do género. As relações familiares não se estendem muito – a ponto de cruzarem a linha divisória entre *Socalcos* e *Cimo* –, dado que ocorrem pouquíssimos casamentos entre residentes das duas aldeias. No entanto, as relações de amizade estendem-se nesse espaço um pouco mais frequentemente.

A nível da política, *Cimo* considera-se subordinado de *Socalcos*, que tem sido a sede da freguesia desde há séculos. Por isso, *Cimo* quer ser sede da sua própria freguesia. É compreensível, uma vez que, actualmente, a aldeia tem a mesma extensão de *Socalcos* e os seus residentes querem poder tratar dos seus assuntos na Junta de freguesia em *Cimo* e não em *Socalcos*. Os partidos políticos também estão envolvidos na tentativa de separação, com a maior percentagem de apoiantes do Partido Social-Democrata, na freguesia, vindos da aldeia de *Cimo*. Eles votam assim, diz toda a gente da freguesia, porque se conseguirem pôr os candidatos da sua aldeia na Junta de Freguesia, podem começar o processo de separação ou, pelos menos, mudar a sede de freguesia para *Cimo*.

O nível económico complica este quadro. *Socalcos* tem há muito um maior envolvimento na economia do vinho que *Cimo* e os trabalhadores de *Cimo* vão trabalhar nas vinhas dos grandes viticultores de *Socalcos*. A economia local de *Cimo* tem sido, desde há muito tempo, mais baseada na auto-subsistência que a

de *Socalcos*, cultivando mais os seus próprios produtos e mantendo muitos mais burros e bois para trabalho, assim como vacas leiteiras. Estas são coisas que tanto as pessoas de *Socalcos* como de *Cimo* consideram uma marca de atraso. Agora, *Cimo* tem um crescente número de vinhas importantes, mas ficando a maior altitude que *Socalcos*, as suas uvas atingem uma graduação mais baixa e, conseqüentemente, um menor *benefício*. Por conseguinte, a rivalidade também é visível entre as antigas e as actuais relações económicas de subordinação e dependência e a simples diferença de nível médio de riqueza.

Ao nível do género, as diferenças locais entre *Socalcos* e *Cimo* são, por vezes, figuradas no vocabulário de masculinidade e feminilidade e de uma forma algo inesperada. Assim, aos olhos da população de *Cimo*, as pessoas de *Socalcos* são consideradas menos masculinas e mais fracas, devido ao seu forte envolvimento na produção de vinho e à sua comparativa riqueza e bem-estar. Os residentes de *Socalcos* não têm normalmente grandes discussões por causa disto. Dizem que as pessoas de *Cimo* são mais primitivas e que, claro, trabalham mais. É por isso que lhes chamam «Galegos». A importância da masculinidade altera-se claramente, consoante o contexto é pessoal ou colectivo, local ou interlocal.

Este conflito, em vários planos, entre as duas localidades tem conseqüências. Em parte, o conflito é sobre as suas posições dentro do Alto Douro como região económica, religiosa e política. Assim, a luta política faz-se pela localização espacial da administração, que *Socalcos* não quer ver mudada. Na altura das eleições, os políticos de *Socalcos* apelam para este localismo e a aldeia concentra-se em si própria, como uma entidade colectiva. O mesmo se passa em relação à religião local. *Cimo* quer ter a sua própria igreja e continua a lutar para que tal estatuto seja concedido à sua capela. Os de *Socalcos* querem que a única igreja da *freguesia* seja em *Socalcos* e a identidade colectiva é, mais uma vez, reforçada. Em relação às uvas e ao acesso ao *benefício*, embora as pessoas de *Socalcos* não falem muito sobre isso, suspeito que elas têm medo que, com *Cimo* a produzir mais, *Socalcos* se qualifique para menos. Não há nada que possam fazer a esse respeito, a não ser sentirem-se pouco à vontade; contudo, se é verdade que o desenvolvimento económico tem alguma coisa a ver com o controlo espacial sobre as instituições políticas locais e os padrões políticos baseados na aldeia, então as suas tentativas para preservar a integridade das instituições locais também têm uma racionalidade económica. Isto também podia ter conseqüências no padrão espacial de posse da terra, com os agricultores de *Socalcos* vendendo e comprando terra uns aos outros, cerrando fileiras contra forasteiros, devido a uma visível ameaça territorial de um rival regional. Em parte, a posse da pequena propriedade em todo o Alto Douro poderia ser estruturada por razões semelhantes. As conseqüências de classe destes conflitos, como os que se verificam entre *Socalcos* e *Cimo*, também podiam ser tais que as divisões internas de classe fos-

sem desviadas para relações colectivas externas. O resultado disto é a produção do Alto Douro como uma região de pequenas comunidades colectivas, através dos interesses das elites locais, dirigindo a energia política para fora e para longe de si próprias, em direcção a alvos isoláveis e convenientes.

5. CONCLUSÕES

A sociedade duriense não é homogénea, mas produz algumas unidades através das suas diferenças. Não se trata unicamente de pessoas que vivem num mapa, com uma linha delimitadora à sua volta, etiquetada Alto Douro. São pessoas que produzem um espaço de vida e de trabalho, designado Alto Douro. Quando a região é retirada às pessoas, é difícil compreender isto. Pode pensar-se que os viticultores em *part-time* não se preocupam com as suas uvas, tratando-as como um *hobby*. Os habitantes da aldeia podem ser considerados os solícitos instrumentos de qualquer política agrícola que o governo pense ser melhor para eles. Podem ser facilmente considerados rústicos, todos envolvidos na produção de vinho e vivendo em aldeias compactas, situadas em íngremes encostas em terraços, «porque» são camponeses. Se as próprias contribuições das pessoas para a produção dos seus locais e suas regiões não forem estudadas na sua complexidade, estas ideias estão, na melhor das hipóteses, incompletas. .

Espero que a minha dissertação possa mostrar como é que o espaço chamado Alto Douro é uma zona não só de produção de uvas, mas também um espaço disputado, de diferentes formas, por diferentes grupos. As uvas são produzidas para um mercado prestigiado e existe uma instituição – a Casa do Douro – que, em muitos aspectos, define a região que está envolvida nessas disputas. Contudo, existem outras pessoas que vivem na aldeia que não produzem uvas ou que desempenham um papel geralmente não reconhecido na sua produção: crianças, mulheres, trabalhadores sem terras e pessoas com ocupações não relacionadas com a produção de uvas. Perceber como é que essas pessoas – e não só os donos de *quintas* e *lavradores* – fazem a região chamada Alto Douro e são feitas por ele torna-se num importante projecto de recuperação. Penso que estudar a forma como essas pessoas se relacionam umas com as outras numa localidade com uma noção colectiva de si própria é uma parte importante para se entender o Alto Douro: é aqui que essas pessoas dão sentido a cada uma das outras nas suas diferenciações, enquanto mantêm uma inevitável ligação com a íngreme terra de cultivo que as sustenta. Tais aldeias não estão a desaparecer.

A minha contribuição para a teoria social será a de tratar as questões de localidade e região, dois conceitos mantidos afastados durante muito tempo (Paasi, 1991), cada uma como apoio da outra. Ao observar, etnograficamente, as práticas

e experiências localizadas, vida institucional e estruturas sociais, embora mantendo um olhar (tal como os próprios aldeões) fixo no exterior, espero ser capaz de mostrar que as comunidades produzem os seus significados «no local», ao mesmo tempo que produzem um nível de realidade sócio-espacial, também significativa para elas e que opera entre a aldeia e a nação-Estado: a região. Penso que o meu trabalho pode encontrar uma ponte entre diferentes tratamentos de região que se concentram na interacção social, economia política, sistemas simbólicos ou instituições especificamente etnográficas, questionando como é que estas diferentes estruturas são levadas a cabo e vividas no quotidiano. O meu trabalho, ao dar uma atenção cuidadosa a assuntos de espacialidade importantes para a geografia, também pode contribuir para uma prática teórica antropológica que é quase sempre resolutamente ancorada no lugar, mas, muitas vezes, dando tanta importância ao local que não consegue olhar para questões de região e localidade como uma forma de localizar pessoas que, por seu turno, estão geralmente atarefadas a localizar-se a si próprias no curso de acções em que cooperam com, competem com, exploram, resistem a e fazem sentido umas com as outras. O meu trabalho poderá contribuir para a literatura etnográfica sobre Portugal, mostrando como é que as realidades do Alto Douro se ligam com as que são geralmente tratadas como as áreas mais camponesas, quer a Norte, quer a Sul. Esta relação desenvolve-se, a meu ver, através do próprio conceito de região, sobre o qual Pina-Cabral muito perspicazmente escreveu, mas sobre o qual quase toda a outra literatura científica social em Portugal (não diferente da do resto do mundo) não é antropológica, mas histórica.

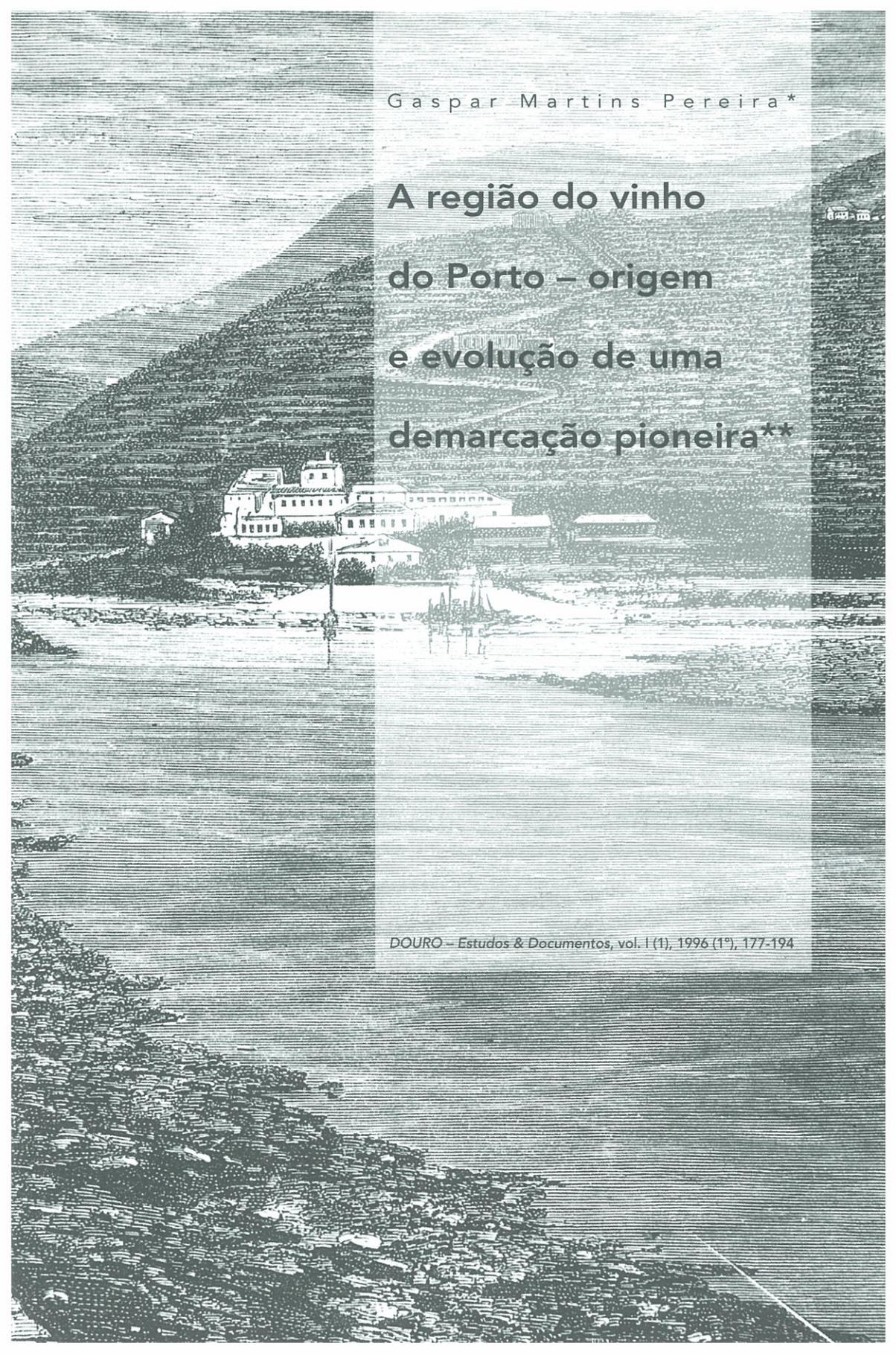
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARDENER, Shirley, *Women and social space: Ground rules and social maps*, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1981.
- BARRETO, António, *O vinho do Porto e a intervenção do Estado*, «Análise Social», XXIV (1), 1988, pp. 373-390.
- BESTEMAN, Catherine, *Economic strategies of farming households in Penabranca, Portugal*, «Economic Development and Cultural Change», 38 (1), 1989, pp. 129-143.
- BHASKAR, Roy, *The possibility of naturalism: A philosophical critique of the contemporary human sciences*, Hassocks, Sussex, Harvester Press, 1979.
- BLACK, Richard, *Crisis and change in rural Europe: Agricultural development in the Portuguese mountains*, Aldershot, Avebury, 1992.
- BOUQUET, Mary, *The differential integration of the rural family*, «Sociologia Ruralis», XXIV, 1984, pp. 65-77.
- BOURDIEU, Pierre, *Outline of a theory of practice*, Cambridge, England, Cambridge University Press, 1977.
- BOWLBY, Sophie, LEWIS, Jane, MC DOWELL, Linda, e FOORD, Jo, *The geography of gender*, in PEET, Richard, e THRIFT, Nigel, eds., *New models in geography: The political economy perspective*, Londres, Unwin Hyman, 1989, pp. 157-175.
- BRETTELL, Caroline, *Emigration and its implications for the revolution in northern Portugal*, in GRAHAM, Lawrence S., e MAKLER, Harry M., eds., *Contemporary Portugal: The Revolution and its consequences*, Austin, University of Texas Press, 1979, pp. 281-298.
- BRETTELL, Caroline, *Men who migrate, women who wait: Population and history in a Portuguese parish*, Princeton, Princeton University Press, 1986.
- BRETTELL, Caroline, *The priest and his people: The contractual basis for religious practice in rural Portugal*, in BADONE, Ellen, ed., *Religious orthodoxy and popular faith in European society*, Princeton, Princeton University Press, 1990, pp. 55-75.
- BRETTELL, Caroline, *The emigrant, the nation, and the state in nineteenth and twentieth century in Portugal*, «Portuguese Studies Review», 2 (2), 1993, pp. 51-65.
- BRITO, Joaquim Pais de, *A aldeia, as casas: Organização comunitária e reprodução numa aldeia transmontana (Rio de Onor)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE, 1989.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Agrarian structures and recent rural movements in Portugal*, «Journal of peasant studies», 5 (4), 1978, pp. 415-445.
- CALLIER-BOISVERT, C., *Soajo – Une communauté féminine rurale de l'Alto Minho*, «Buletin des Études Portugaises», 27, 1966, pp. 237-278.
- CEPEDA, Francisco José Terroso, *O regresso dos emigrantes ao nordeste interior português e o seu contributo para o desenvolvimento da região*, «Brigantia», XI (1-2), 1991, pp. 3-31.
- CLIFFORD, James, *Travelling cultures*, in GROSSBERG, Lawrence, NELSON, Cary, e TRELCHER, Paula, eds., *Cultural studies*, Nova Iorque, Routledge, 1992, pp. 96-116.
- COLE, Sally, *Women of the praia: Work and lives in a Portuguese coastal community*, Princeton, University of Princeton Press, 1991.
- COOKE, Philip, *Locality, structure and agency*, «Cultural Anthropology», 5 (1), 1990, pp. 3-15.

- DIAS, Jorge, *Rio de Onor – Comunitarismo agro-pastoril*, Porto, IAC/Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1953.
- DUNCAN, Simon, *What is locality?*, in PEET, Richard, e THRIFT, Nigel, eds., *New models in geography: The political-economy perspective*, Londres, Unwin Hyman, 1989, pp. 221-252.
- ELLEN, Roy, *Persistence and change in the relationship between anthropology and human geography*, «Progress in Human Geography», 12, 1988, pp. 229-262.
- ENJALBERT, Henri, *Un vignoble de renommée mondiale. L'Alto Douro. Les vins de Porto*, «Cahiers d'Outre Mer», II (8), 1949, pp. 289-312.
- FERRÃO, João, e JENSEN-BUTLER, Chris, *Industrial development in Portuguese regions during the 1970s*, «Tijdschrift voor Econ. e Soc. Geografie», 77, 1986, pp. 132-148.
- FINAN, Timothy J., FOX, Roger W., e LANGWORTHY, Mark, *State intervention and the distribution of income in rural Portugal*, in LITTLEFIELD, Alice, e GATES, Hill, eds., *Marxist approaches in economic anthropology*, Lanham, University Press of America, 1991, pp. 187-200.
- GASPAR, Jorge, e JENSEN-BUTLER, Chris, *Social, economic and cultural transformations in the Portuguese urban system*, «International Journal of Urban and Regional Research», 16 (3), 1992, pp. 442-461.
- GIDDENS, Anthony, *Central problems in social theory: Action, structure and contradiction in social analyses*, Berkeley, University of California Press, 1979.
- GIDDENS, Anthony, *A contemporary critique of historical materialism*, Londres: Macmillan, 1981.
- GILBERT, Anne, *The new regional geography in English and French-speaking countries*, «Progress in Human Geography», 12, 1988, pp. 208-228.
- GREGORY, Derek, *Geographical imaginations*, Cambridge, MA, Blacwell, 1994.
- GUICHARD, François, e ROUDIÉ, Philippe, *Vins, vigneronns et coopérateurs de Bordeaux et de Porto*, Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1985.
- GUPTA, Akhil, e FERGUSON, *Beyond «Culture»: Space, identity and the politics of difference*, «Cultural Anthropology», 7 (1), 1992, pp. 6-23.
- HALLEY, Ned, *Sandeman: Two hundred years of Port and Sherry*, Londres, The House of Sandeman, 1990.
- HARVEY, David, *The geopolitics of capitalism*, in URRY, J., e GREGORY, D., eds., *Social relations and spatial structures*, Londres, Macmillan, 1985, pp. 126-163.
- INGERSON, Alice, *The textile industry and working classe culture*, in BERGQUIST, Charles, ed., *Labor in the capitalist world-economy*, Beverly Hills, Sage Publications, 1984, pp. 217-242.
- JACKSON, P., *Mapping meanings: A cultural critique of locality studies*, «Environment and Planning», A, 1991, pp. 215-228.
- KEARNEY, Michael, *Borders and boundaries of state and self at the end of the Empire*, «Journal of Historical Sociology», 4 (1), 1991, pp. 52-74.
- LEEDS, Anthony, *Work, labor and their recompenses: Portuguese life strategies involving «migration»*, in BUECHLER, H. C., e BUECHLER, J-M., eds., *Migrants in Europe: The role of family, labor, and politics*, Nova Iorque, Greenwood Press, 1987, pp. 9-59.
- LEMA, Paula Bordalo, *O Alto Douro*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1980.

- LEWIS, George H., *The Maine Lobster as regional icon: Competing images over time and social class*, «Food and Foodways», 3 (4), 1989, pp. 303-316.
- LEWIS, Martin W., *Elusive societies: A regional-cartographical approach to the study of human relatedness*, «Annals of the Association of American Geographers», 81 (4), 1991, pp. 303-316.
- LIDDELL, Alex, e PRICE, Janet, *Port wine and quintas of the Douro*, Londres, Sotheby's Publications, 1992.
- LIPIETZ, Alain, *The local and the global: Regional individuality or interregionalism?*, «Transactions of the Institute of British Geographers», (N.S.), 18, 1993, pp. 8-18.
- LIPUMA, Edward, e MELTZOFF, Sarah Keene, *Toward a theory of culture and class: An Iberian example*, «American Ethnologist», 16 (2), 1989, pp. 313-334.
- LOMNITZ-ADLER, Claudio, *Concepts for the study of regional culture*, «American Ethnologist», 18 (2), 1991, pp. 195-214.
- MARTINS, Conceição Andrade, *Os ciclos do vinho do Porto: Ensaio de periodização*, «Análise Social», XXIV (1), 1988, pp. 391-429.
- MARTINS, Conceição Andrade, *Memória do vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1990.
- MASSEY, Doreen, *In what sense a regional problem?*, «Regional Studies», 13, 1979, pp. 233-243.
- MEDEIROS, Fernando, *Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal – o contributo da escola de Le Play, 1908-34*, «Análise Social», XXIII (95), 1987, pp. 97-116.
- MUNN, Nancy D., *Constructing regional worlds in experience: Kula exchange, witchcraft and Gawan local events*, «Man», (N.S.), 25, 1990, pp. 1-17.
- MURPHY, Alexander B., *Regions as social constructs: The gap between theory and practice*, «Progress in Human Geography», 15 (1), 1991, pp. 22-35.
- O'NEILL, Brian Juan, *Social inequality in a Portuguese hamlet: Land, late marriage, and bastardy, 1870-1978*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- O'NEILL, Brian Juan, *Espaços sociais e grupos sociais no nordeste transmontano*, in O'NEILL, Brian Juan, e BRITO, Joaquim Pais de, eds., *Lugares de aqui*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 141-166.
- PAASI, Anssi, *Deconstructing regions: Notes on the scales of spatial*, «Environment and Planning», A (23), 1991, pp. 239-256.
- PAASI, Anssi, *The institutionalization of regions: A theoretical framework for understanding the emergence of regions and the constitution of regional identity*, «Fennia», 164 (1), 1986, pp. 105-146.
- PEREIRA, Gaspar Martins, *A produção de um espaço regional – o Alto Douro no tempo da filoxera*, «Revista da Faculdade de Letras – História», VI, Porto, FLUP, 1989, pp. 311-353.
- PINA-CABRAL, João de, *Female power and the inequality of wealth and motherhood in north-western Portugal*, in HIRSCHON, Renée, ed., *Women and property – women as property*, Londres, Croom Helm, 1984.
- PINA-CABRAL, João de, *Sons of Adam, daughters of Eve*, Oxford, Clarendon Press, 1986.
- PINA-CABRAL, João de, *Paved roads and enchanted moorlands: The perception of the past among the peasant population of the Alto Minho*, «Man», (N.S.) 22, 1987, pp. 715-735.

- PINA-CABRAL, João de, *Os contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991.
- PINA-CABRAL, João de, *Family and neighborhood in Portugal today*, in HERR, Richard, ed., *The new Portugal: Democracy and Europe*, University of California, Berkeley, International and Area Studies, 1992, pp. 181-197.
- PRED, Allan, *Lost worlds and lost worlds: Modernity and the language of everyday life in late-nineteenth century in Stockholm*, Cambridge, University Press, 1989.
- PUDUP, M. B., *Arguments within regional geography*, «Progress in human geography», 12, 1988, pp. 369-390.
- REIS, Manuela, e NAVE, Joaquim Gil, *Emigrating peasants and returning emigrants: Emigration with return in a Portuguese village*, «Sociologia Ruralis», XXVI, 1986, pp. 20-35.
- ROSEBERRY, William, *Anthropologies and histories: Essays in culture, history, and political economy*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *State, wage relations and social welfare in the semiperiphery: The case of Portugal*, Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais, n°23, 1991.
- SAYER, Andrew, *The «new» regional geography and problems of narrative*, «Environment and Planning D: Society and Space», (7), 1989, pp. 253-276.
- SCOTT, A. J., *Flexible production systems and regional development: The rise of new industrial spaces in North America and Western Europe*, «International Journal of Urban and Regional Research», 12, 1988, pp. 171-185.
- SERRÃO, Joel, dir., *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I: A-D, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963.
- SMITH, Carol, «Regional Analysis», 2 vols., Nova Iorque, Academic Press, 1976.
- SOJA, E. W., *Regions in context: Spatiality, peridocity, and the historical geography of the regional question*, «Environment and Planning D: Society and Space», (3), 1985, pp. 175-190.
- SOJA, Edward, *Postmodern geographies: The reassertion of space in critical social theory*, Londres, Verso, 1989.
- SOUSA, Fernando de, e PEREIRA, Gaspar Martins, *Alto Douro: Douro Superior*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- STANISLAWSKI, Dan, *Landscapes of Bacchus*, Austin, University of Texas Press, 1970.
- TABORDA, Virgílio, *Alto Trás-os-Montes*, Coimbra, 1932.
- THOMPSON, Edward P., *The making of the English working class*, Londres, Weindenfel and Nicolson, 1963.
- THRIFT, Nigel, *On the determination of social action in space and time*, «Environment and Planning D: Society and Space», (1), 1983, pp. 23-57.
- TUAN, Yi-Fu, *Space and place: The perspective of experience*, Londres, Edward Arnold, 1977.
- VALÉRIO, Nuno, *Local economies and the world-economy: Nineteenth-century in Trás-os-Montes*, «Review», XVI (1), 1993, pp. 35-56.
- WILLIS, Paul, *Cultural production is different from cultural reproduction is different from social reproduction is different from reproduction*, «Interchange», 12 (2-3), 1981, pp. 48-67.
- WILSON, Thomas M. e SMITH, M. Estellie, eds., *Cultural change and the new Europe: Perspectives on the European Community*, Boulder, Colorado, Westview Press, 1993.



Gaspar Martins Pereira*

A região do vinho
do Porto – origem
e evolução de uma
demarcação pioneira**

DOURO – Estudos & Documentos, vol. 1 (1), 1996 (1º), 177-194

■* Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador do GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.

■** Comunicação enviada ao *VI International Meeting on Portugal & The Lusophone World*, em New England, EUA, organizado pelo International Conference Group on Portugal, de 28 de Setembro a 1 de Outubro de 1995.

1. INTRODUÇÃO

No nosso tempo, a noção de produtividade agrícola, que, por todo o lado, tem conduzido à uniformização e massificação dos produtos alimentares, confronta-se com novas atitudes, não só por parte dos consumidores, mas também dos produtores, que consagram outros critérios, como a qualidade e a originalidade. Sobretudo no caso dos vinhos, os critérios de qualidade e tipicidade são normalmente reconhecidos como incompatíveis com o de rendimento. Os organismos internacionais, como o OIV ou o CERVIM assumem esses critérios como os que melhor garantem a preservação da diversidade do património vitivinícola mundial e, simultaneamente, a cultura das comunidades rurais que aperfeiçoaram, ao longo de séculos, esse património.

Nos vinhedos com forte tradição histórica, e mais ainda no caso dos vinhedos de encosta, como o Alto Douro, as condições excepcionais de solo e clima para a produção de vinhos de qualidade e tipicidade reconhecidas contrapõem-se a rendimentos fracamente competitivos. Além disso, dado que a tradição histórica estruturou a vida económica e social, bem como as principais referências culturais dessas populações, em torno da vinha, é nesta que reside o principal vector de integração social e de modernidade, se por modernidade entendermos a maximização dos elementos culturais disponíveis, em associação com a preservação do quadro ecológico e do património histórico, com vista a alcançar melhor qualidade de vida.

Neste sentido, a aplicação do conceito de denominação de origem controlada aos produtos da vinha de qualidade e tipicidade reconhecidas visa preservar não só um espaço geográfico com características excepcionais (solo, clima, etc.) para a produção vitícola, mas também o património histórico-cultural das populações que, ao longo de séculos, criaram e desenvolveram técnicas e processos de organização do espaço, de adaptação de solos e castas, de produção vitivinícola, de promoção e de comercialização¹. É precisamente por isso que as bases jurídicas das denominações de origem assentam, modernamente, no direito de propriedade de criação intelectual².

É que nenhum grande vinho é dado pela natureza. Por melhores que sejam as condições naturais da região produtora, um grande vinho é sempre o resultado de trabalhos, saberes e técnicas que um determinado grupo humano desenvolveu ao longo do tempo. Além disso, a própria região produtora é também um produto histórico, decorrente, por um lado, da capacidade da aplicação das técnicas dis-

¹ Veja-se, por exemplo, FREGONI, Mario – *Rapport de Synthèse*, in *Symposium International sur les Appellations d' Origine des Vins*, Alessandria, OIV, p. 353-354.

² AUDIER, Jacques – *De la nature juridique de l' appellation d' origine*, «Bulletin de l' OIV», 1993, p. 21-37.

poníveis na organização e valorização do espaço regional e no estabelecimento de fluxos de relações no seu interior e com o exterior (inovações técnicas na viticultura; melhoria das vias de comunicação e dos transportes; etc.) e, por outro, do conjunto de práticas culturais que as gerações sucessivas foram capazes de accionar e manter. Em qualquer dos momentos, a força da tradição jogou sempre um papel de relevo, por vezes mesmo contraditório com as capacidades técnicas disponíveis, ou, pelo menos, condicionante da sua aplicação³. Os pontos de ruptura, momentos de introdução de inovações e de mudanças significativas nos limites e na organização do espaço regional e do seu sistema de relações, parecem ter sido aqueles em que se verificou também a quebra dos equilíbrios internos tradicionais, na sequência de crises.

É certo que factores externos jogaram por vezes no mesmo sentido, tanto mais quanto, no caso do Alto Douro, a dependência da região face ao Porto e as vicissitudes do comércio do vinho (quer a relação de forças entre viticultores e negociantes, quer o aumento das exportações e a evolução dos gostos predominantes nos principais mercados consumidores) sempre se fizeram sentir profundamente. Além disso, a importância económica nacional do vinho do Porto, a par da persistência de uma política centralizadora, condicionou, muitas vezes, as formas de intervenção do Estado no sector, o modelo institucional, e sobretudo exerceu sobre o vinho do Porto uma forte punção fiscal, retirando à região as mais-valias decorrentes da qualidade e notoriedade da sua produção.

2. AS PRIMEIRAS DEMARCAÇÕES NO SÉCULO XVIII

Relativamente aos vinhedos clássicos, onde a acção humana desenvolveu mais cedo as possibilidades oferecidas pelo meio natural, aperfeiçoando a qualidade e a originalidade do produto final, ganhando reconhecimento fora da região, a expansão comercial e a valorização desses vinhos no mercado suscitaram, a nível interno e externo, imitações e falsificações, com o objectivo de se apropriarem da notoriedade de denominações consagradas, para, com produtos similares concorrenciais, atingirem maiores lucros.

Por isso, no século XVIII, quando se alargou na Europa o consumo do vinho, com a expansão urbana, a vida de corte e um incremento do dinamismo comercial, surgiram também as primeiras medidas legislativas dos Estados, visando organizar e controlar a produção e o comércio de alguns dos vinhos mais prestigiados, para proteger a sua qualidade e reputação face às imitações e garantir

³ FERRO, Gaetano – *Sociedade humana e ambiente no tempo*, (1979), trad. port., Lisboa, 1986, especialmente p. 297-298.

vantagens para as respectivas regiões de origem. Surgem então as primeiras regiões demarcadas.

Em 24 de Setembro de 1716, Cosimo III de Medicis, grão-duque da Toscânia, e produtor de vinhos em Carmignano, faz publicar um edital, em que define os limites das regiões vitícolas de Chianti, Pomino, Carmignano e Val d'Arno di Sopra⁴.

Na Hungria, na zona produtora do Tokay, onde, desde o século XVI, existem Estatutos Vitícolas municipais que regulamentam as questões ligadas à vinha e ao vinho, o decreto do imperador Carlos VI, publicado em 11 de Março de 1737, estabelece a primeira delimitação oficial da região de Tokaj-Hegyalja, assinalando as aldeias em cujas encostas se podem produzir vinhos com «o valor e a qualidade dos vinhos de Tokay»⁵.

A 10 de Setembro de 1756, assinado pelo Rei D. José e pelo seu Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, era publicado o Alvará de Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, confirmando as propostas contidas na representação enviada ao Rei por lavradores de «Cima do Douro» e homens-bons da cidade do Porto, em 30 de Agosto desse ano. No artigo XXIX, em defesa da «reputação» dos vinhos de exportação produzidos nas encostas do Alto Douro, que devem separar-se «de todos os outros vinhos dos lugares que somente os produzem capazes de se beber na terra», determina-se que «com a maior brevidade se faça um Mapa e Tombo geral das duas Costas Setentrional e Meridional do Rio Douro, no qual se demarque todo aquele território que produz os verdadeiros vinhos de carregação». Nesse mesmo artigo, adianta-se já o conceito de cadastro, mandando especificar «cada uma de per si as grandes e pequenas fazendas deste género, e declarando-se por uma estimação comum ou média calculada pelas produções dos últimos cinco anos próximos pretéritos o que costuma dar cada uma das ditas fazendas», com vista a controlar a produção normal dessas propriedades. Destaque-se ainda, entre outros aspectos ordenadores da produção e do comércio dos vinhos do Douro, a fixação dos preços em função das diversas qualidades de vinhos⁶.

Só por si estas três demarcações pioneiras – e os mecanismos de protecção e

⁴ Cf. GEORGE, Rosemary – *Chianti and the wines of Tuscany*, Londres, Sotheby's Publ., 1990, p. 18.

⁵ Cf. ASVANY, Akos – *Designacion de los vinos de denominacion de origen de la region de Tokaj-Hegyalja*, in *Symposium «Denominaciones de origen historicas»*, Cádiz, OIV, 1987, p. 189-196; RIVIÈRE, Lucine – *Les français n'ont rien inventé*, «L'amateur de Bordeaux», suplemento especial ao n° 47, «Les classements en cause», Bordéus, 1994, p. 51-53; ROBINSON, Jancis (ed.) – *The Oxford Companion to wine*, Oxford/Nova Iorque, Oxford University Press, 1994, p. 496.

⁶ Além de duas categorias qualificadas para exportação (vinho de *feitoria*, correspondente aos preços de 25.000 a 30.000 réis, destinado ao mercado inglês; vinho de embarque para o Brasil e outros portos do estrangeiro, a que era atribuído o preço de 19.200 réis), distingue ainda cinco outras de vinhos de ramo, com preços entre 3.500 e 15.000 réis, para consumo nas tavernas do Porto e do Douro (art. XXXIII), de que a Companhia fica também com o exclusivo

controlo definidos pela legislação posterior – justificariam um estudo comparativo que abarcasse não só o ideário político subjacente, os poderes locais, regionais e nacionais envolvidos, os interesses económicos e sociais em causa e as pressões exercidas, mas também os antecedentes e o enquadramento histórico dos respectivos vinhedos.

Pensamos, no entanto, que a importância da demarcação duriense em relação às anteriores se revela, desde logo, na articulação entre a ideia moderna de «denominação de origem controlada» (incluindo quer a definição de limites de uma região vitícola, quer a de um cadastro e de uma classificação das parcelas e dos respectivos vinhos, tendo em conta a complexidade do espaço regional) e a criação de mecanismos institucionais de controlo e certificação, apoiados num vasto edifício legislativo. Além disso, não deverá desprezar-se o poder simbólico exercido pelas demarcações pombalinas, tanto na mentalidade popular como na das elites regionais, sobre a evolução histórica posterior, já que as demarcações se associaram frequentemente à ideia de identidade e de poder regional, numa região sem qualquer realidade administrativa. No Douro, é esse sentido de região que, identificando-se com o de região vitícola demarcada, marca uma linha de forte continuidade temporal, que transparece com evidência em todos os períodos de crise até à actualidade, independentemente das flutuações e mudanças nos limites da região, nas práticas vitivinícolas e na dimensão do vinhedo, na actividade comercial e no comportamento dos mercados, ou ainda na própria organização institucional do sector. Neste sentido, pode considerar-se a demarcação pombalina do Alto Douro como «a primeira demarcação no mundo de uma zona de denominação de origem controlada no sentido contemporâneo do termo»⁷.

3. A DEMARCAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO DOURO E O MODELO INSTITUCIONAL POMBALINO

A instituição da Companhia, no contexto da crise comercial e agrícola de meados do século XVIII, surge numa época em que se agudizavam os conflitos entre os interesses dos grandes vinhateiros da região e dos negociantes do Porto, cujo núcleo mais sólido era constituído pela colónia de exportadores ingleses, com acusações mútuas de falsificações e de fraudes⁸.

⁷ GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe – *Vins, vigneronns et coopérateurs de Bordeaux et de Porto*, Paris, CNRS/CENPA, 1985, p. 47.

⁸ Veja-se as *Novas Instruções da Feitoria Inglesa a respeito dos Vinhos do Douro e a Resposta dos Comissários Veteranos às Novas Instruções da Feitoria*, ambas de Setembro de 1754. Sobre as origens da Companhia, cf. FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *A ideiação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Porto, IVP, 1955-1956.

O complexo edifício legislativo pombalino visou impor, como solução para a crise comercial de meados do século, uma rigorosa disciplina da produção, em nome da garantia da qualidade e da reputação do produto. Mas, tal só foi feito porque, na lógica do Estado absolutista, essa era uma forma de estabelecer o controlo sobre um sector-chave da economia nacional⁹, bem como de preservar – e, simultaneamente, subordinar – os interesses dos grupos sociais dominantes que lhe estavam associados¹⁰, garantindo aos grandes vinhateiros durienses as mais-valias decorrentes da notoriedade alcançada pelo vinho do Porto¹¹. Ao delegar grande parte dos poderes de tutela – incluindo jurisdicionais e fiscais – na Companhia, criava-se uma instância reguladora do sector que se assumia simultaneamente como representante da região e do Estado, mas que, na verdade, constituía, acima de tudo, um mecanismo de controlo do Estado sobre a região e o sector dos vinhos de qualidade do Douro. A submissão das elites locais fez-se através de mecanismos de repressão ou de compensação (aos principais cargos da Companhia, por exemplo, garantia-se o estatuto de nobreza e privilégios). A política pombalina, se é certo que alcançou êxito efectivo e imediato, acabaria por limitar fortemente o desenvolvimento regional futuro. Os privilégios e exclusivos da Companhia dificultaram a emergência de um sector mercantil nacional dinâmico. Simultaneamente, o modelo pombalino acentuou a lógica do conflito entre viticultores e negociantes, sem conseguir estabelecer-se como organismo de representação regional e/ou profissional¹².

⁹ Cf. MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, ICS, 1991, p. 27-28.

¹⁰ Veja-se a este propósito: MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*, 2ª ed., Lisboa, Moraes Ed., 1982, p. 51. Segundo o autor, «o Estado de Pombal intervém em defesa do produtor tradicional contra os novos concorrentes encorajados na produção pelo tratado de Methwen, e pela existência de fontes coloniais de consumo».

¹¹ É este, de resto, um objectivo comum a todas as regiões de denominação de origem. Veja-se, por exemplo, UNWIN, Tim – *Wine and the Vine. An Historical Geography of Viticulture and the Wine Trade*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 1991, p. 312-313.

¹² Por diversas vezes, os lavradores do Douro denunciaram o facto da Junta da Companhia ser constituída na sua quase totalidade por comerciantes e habitantes do Porto. Em Novembro de 1787, por exemplo, os lavradores proprietários de Valdigem, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Lamego enviaram uma representação à Rainha, queixando-se de não estarem representados na Companhia, que, à excepção de Francisco Baptista de Araújo Cabral Montez, era constituída na totalidade por comerciantes e habitantes do Porto, pedindo para ser escolhido igual número de Deputados da Companhia entre os Lavradores e os Negociantes: «(...) o Segundo §º da mesma Instituição, que por ser dos mais essenciais foi dos primeiros que nela se colocou, determina que o Provedor e Deputados sejam moradores na Cidade do Porto ou neste Alto Douro. Justa e acertadamente pensaram os Lavradores e moradores desta Cidade no tempo em que pactuaram esta Instituição que para o governo da Administração da Companhia, em que reciprocamente eram interessados, deviam ser Administradores os Lavradores que cultivavam este género juntamente com os Negociantes que o negociavam. Na conformidade deste §º foram nomeados pelo Augusto Pai de V. Mag.e para Provedor e Deputados da Junta igual número de Lavradores moradores neste País, sendo o primeiro Provedor residente e natural dele, Luís Beleza de Andrade, que com os

Em contrapartida às limitações deste modelo institucional, a definição e o controlo da região demarcada, a par da qualificação dos vinhos, revelaram-se fundamentais na história do vinho do Porto.

Após a instituição da Companhia, iniciaram-se, de imediato, os trabalhos de demarcação e divisão das várias zonas produtoras de vinhos, com especial cuidado relativamente ao «vinho de feitoria que vulgarmente se chama vinho fino». Em 28 de Julho de 1757, Sebastião de Carvalho e Melo enviava ao Provedor da Companhia, Beleza de Andrade, directivas minuciosas, com um mapa, em que se incluíam 105 pontos entre Arnelas e Castanheiro do Douro, com a indicação das categorias e preços dos vinhos, e ainda instruções para guiarem o trabalho das comissões demarcantes¹³. Entre meados do mês de Setembro de 1757 e início de Janeiro de 1758, foi feita a primeira demarcação da região pela comissão nomeada para o efeito. No entanto, logo em 1758, esta demarcação seria, em grande parte, anulada, dado que a comissão não cumprira à risca as instruções enviadas por Carvalho e Melo. Assim, fez-se uma nova demarcação, em Outubro e Novembro desse ano. Em 1761, atendendo às representações e requerimentos enviados ao rei por muitos lavradores da região que viram os seus vinhos excluídos da zona de feitoria, a comissão demarcante percorreu novamente a região, efectuando novas adições à demarcação de 1758¹⁴.

As demarcações pombalinas, estabelecendo uma pluralidade de situações, de acordo com as qualidades e preços a pagar pelos vinhos, suscitaram um elevado número de críticas, queixas e dúvidas. Tendo por base as explorações, e não quaisquer divisões administrativas, excluíram vinhedos tradicionalmente aprecia-

Deputados Lavradores imediatamente se passaram a residir na Cidade do Porto a dirigir a Administração; e nos primeiros três anos de duração desta primeira Junta não só se criou este estabelecimento, mas se consultaram ao Augusto Pai de V. Mag.e muitas determinações úteis e necessárias para o aumento e felicidade da Lavoura e Comércio, que benignamente foi servido aprovar. Na nomeação da segunda Junta já não foi contemplado Lavrador algum morador neste Alto Douro, porque o Procurador da Companhia, naquele tempo Fr. João de Mansilha, e por quem corriam todos os negócios e despachos dela, devendo informar igual número de Lavradores moradores neste Douro, o fez tanto pelo contrário que saíram todos moradores na Cidade do Porto; e para dar uma aparente satisfação ao sobredito §.º 2.º foi nomeado para Provedor Vicente de Noronha, a título de Lavrador, por ter uma Quinta neste Douro, onde nunca pelos naturais dele foi visto, nem conhecido, e por isso ignorante de todas as precisões da nossa Agricultura e dos nossos competentes interesses para promovê-los na Administração com igualdade aos do Comércio (...). Cf. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. Ministério do Reino: série 35, caixa 41 M/T.c. *Representação dos Lavradores proprietários do Douro – Valdigem* (08.11.1787), Santa Marta de Penaguião (07.11.1787), Peso da Régua (21.11.1787) e Lamego (26.11.1787).

¹³ O mapa e as instruções referidas – *Ideia das demarcações com que Sua Majestade manda distinguir os terrenos que produzem as diferentes qualidades de vinho, que se cultivam nas Costas do Rio Douro* – foram publicados por FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *As demarcações pombalinas no Douro vinhateiro*, vol. I, Porto, IVP, 1949, p. 52-64.

¹⁴ Nos limites das demarcações da zona de feitoria de 1758 e 1761 foram levantados grandes marcos de pedra (no total 335). FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *ob. cit.*, vol. III, p. 283.

dos, enquanto incluíram para *feitoria* quintas isoladas de membros ou protegidos da Companhia¹⁵.

Mas, no geral, as demarcações pombalinas, bem como as qualificações dos vinhos¹⁶, assentaram essencialmente no critério da tradição. Consagraram a área mais antiga e dinâmica do vinhedo duriense, valorizando o Baixo Corgo, em torno da linha Lobrigos/Cambres, célebre já no século XVI pelos «vinhos de pé» de Lamego, aromáticos e de grande duração, que ganhavam qualidade com o envelhecimento¹⁷. Se bem que os factores naturais tivessem sido considerados (solo, clima, altitude, etc.), havendo mesmo nítida consciência da diversidade das condições dentro da linha demarcada¹⁸, a maior parte dos melhores terrenos com aptidões vitícolas do Cima Corgo não foram valorizados e o Douro Superior ficou quase integralmente excluído.

As demarcações pombalinas surgem, pois, mais condicionadas pelos factores humanos, desde a tradição vitícola e a relação com o mercado até às possibilidades de transporte e aos tipos de vinhos correspondentes ao gosto dos principais consumidores.

O vale do Pinhão marcava o limite oriental da zona de produção de vinhos de qualidade. Para leste, até às margens do Tua, apenas foram classificadas para *vinhos de ramo* algumas áreas restritas, persistindo no concelho de Alijó muitos terrenos baldios e maninhos incultos¹⁹. A sul do Douro, à excepção das freguesias de Cambres, Valdigem, Samodães e Penajóia, a produção era escassa, localizando-se essencialmente nas margens do Douro e seus afluentes até ao Tedo. Para lá do Torto, em finais do século XVIII, a paisagem é ainda dominada por «matas incultas, entre as quais se criam lobos, e porcos monteses, que muitas

¹⁵ Foi o caso, por exemplo, da quinta da Avelreira, na freguesia de Távora, de Vicente de Noronha Leme Cernache, que viria a ser provedor da Companhia a partir de Dezembro de 1760. *Ibidem*, p. 236-237.

¹⁶ As qualificações passaram a ser feitas, a partir de 1770, através dos arrolamentos dos vinhos guardados nas adegas da região. PEREIRA, Gaspar Martins – *Aspectos sociais da viticultura duriense nos fins do século XVIII*, in «Actas das I Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia», Porto, 1986.

¹⁷ Veja-se FERNANDES, Rui – *Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas léguas...*, (1532), publicado em *Inéditos de História Portuguesa*, tomo V, Lisboa, 1824: «Assim que se colhe de lavrança no dito compasso 306:700 almudes, e são os mais excelentes vinhos, e de mais dura que no Reino se podem achar, e mais cheirantes, porque há vinhos de 4, 5, 6 anos, e de quantos mais anos é, tanto mais excelente, e mais cheiroso...» (p. 553).

¹⁸ Em carta de 30 de Setembro de 1758, a Sebastião José de Carvalho e Melo, o Juíz Conservador da Companhia referia: »dentro dum mesmo limite se produzem vinhos bons e vinhos ruins, conforme a situação do terreno, mais ou menos alto, e dos ventos que o dominam e sol que o rega». Cit. por FONSECA, *ob. cit.*, vol. II, p. 21-22.

¹⁹ FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da – *Descrição económica do Território que vulgarmente se chama Alto Douro*, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. III, Lisboa, 1791, p. 58-66.

vezes atravessam o Douro a nado para a outra banda, e vão fazer considerável dano em as vinhas»²⁰.

O Douro Superior, apesar de produzir bons vinhos, não só não tinha tradição de viticultura comercial, como sofria maiores dificuldades de transporte (o Cachão da Valeira, obstáculo natural à navegação para montante, só viria a ser demolido em 1792), e sobretudo constituía, também por isso, uma área cultural com fracas relações com o Porto e mais voltada para outros centros do interior ou mesmo de Espanha.

4. A VALORIZAÇÃO DO CIMA CORGO E A DESESTRUTURAÇÃO DO MODELO INSTITUCIONAL POMBALINO

Com a «viradeira» política que sucedeu ao fim do governo pombalino (1777), a Companhia perdeu alguns dos seus exclusivos e privilégios, mas manteve-se o modelo institucional anterior, tanto mais que se vivia uma época de prosperidade comercial. O aumento da procura externa do vinho do Porto justificou o alargamento pontual da região demarcada. As *Demarcações Subsidiárias* (1788-1793)²¹ não alteraram significativamente a geografia vitícola regional, já que as alterações ocorreram essencialmente no interior da região já demarcada, qualificando para *feitoria* alguns vinhedos até então classificados para *vinhos de ramo*. Mas denunciavam já uma valorização crescente dos vinhos do Cima Corgo, correspondendo também à preferência inglesa por vinhos cada vez mais fortes.

Os autores da época, como notou Paula Bordalo Lema²², salientavam já a superioridade dos vinhos do Cima Corgo²³, o que transparece também com evidência da análise das qualificações dos arrolamentos. Em fins do século XVIII, a produção no Cima Corgo quase duplicara em relação a 30 anos antes, atingindo praticamente o volume dos vinhos de primeira qualidade produzidos no Baixo Corgo. Produzindo quase 1/4 dos vinhos classificados como de primeira qualidade no período pombalino, tal proporção atingia cerca de metade no fim do século, ultrapassando os vinhos do Baixo Corgo, em que tal qualificação baixa de metade para 1/3. Para leste do Pinhão, se a produção de vinhos se limitava ainda a algumas quintas e casais (representando menos de 5% do total dos vinhos de

²⁰ Ibidem, p. 71.

²¹ Ver, para as demarcações de 1788-1791, FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *As demarcações marianas no Douro vinhateiro*, Porto, IVP, 1996; temos em estudo o texto das demarcações de 1793.

²² LEMA, Paula Bordalo – *O Alto Douro*, Lisboa, 1981, p. 28.

²³ FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da – *ob. cit.*, p. 52. Ao referir-se à zona entre os rios Corgo e Ceira, o autor afirma que «este terreno é o que produz os vinhos mais finos, e delicados de todo o Alto-Douro; a sua terra é menos produtiva, – porém a natureza compensa com a bondade dos frutos a falta de abundância».

embarque), a sua qualidade era já consagrada, como se pode inferir das percentagens de vinhos cotados como de primeira qualidade (cerca de 70%) no total dos vinhos arrolados²⁴.

A valorização dos vinhos do Cima Corgo prosseguirá ao longo do século XIX, a par da expansão do vinhedo para leste e da evolução para tipos de vinho mais doces.

Apesar das pressões no sentido da abolição dos mecanismos de protecção e controlo dos vinhos do Douro, o regime liberal não iria seguir, nesse domínio, uma política coerente. As Cortes vintistas, divididas entre os princípios liberais, as pressões dos diversos grupos sociais e as dificuldades financeiras do Estado, não aboliram a Companhia, reduzindo, no entanto, substancialmente, os seus poderes e privilégios.

Relativamente à demarcação, o decreto aprovado pelas Cortes em 11 de Maio de 1822 determinava a extinção da divisão entre as zonas de *feitoria* e de *ramo*, conservando apenas «a linha exterior de demarcação» que compreendia todos os terrenos plantados de cepa baixa, ou que se plantassem posteriormente, dentro dos limites dessa linha.

Mas este decreto mal chegaria a entrar em vigor, já que, no ano seguinte, com a restauração da monarquia absoluta, após a Vilafrancada, seria reposta, pela Carta de Lei de 21 de Agosto, a legislação anterior a 1820, embora confirmando a abolição de alguns privilégios da Companhia.

Em contrapartida, a vitória definitiva do liberalismo, em 1834, após a crise comercial de 1829-1833²⁵, arrastaria à extinção de todos os poderes de tutela da Companhia (Decreto de 30 de Maio de 1834), concedendo a todos os lavradores «a livre disposição de suas vinhas e vinhos», abolindo a demarcação e o regime de exclusivo da barra do Porto para a exportação dos vinhos do Douro. Manteve-se, no entanto, parte dos direitos pagos pelo vinho do Porto e criou-se um novo imposto de 12\$000 réis/pipa. Um direito considerado «simplícissimo» e «protector do crédito do vinho do Porto», pelo facto de, segundo a lógica do decreto, desincentivar outros vinhos a fazerem passar-se por vinhos do Porto, mas, na verdade, penalizador dos vinhos do Douro, se atendermos aos custos de produção relativos.

Se as exportações aumentaram, depois, em relação ao período de crise de 1829-1833, o certo é que não recuperaram os níveis da década anterior e muito menos os do período áureo da viragem do século. Além disso, as fraudes e falsificações eram agora feitas às claras, sem qualquer mecanismo de controlo da qualidade. Por isso mesmo, as Cortes setembristas decretavam, em 1838 (7 de Abril), a restauração da Companhia por mais 20 anos, com o fim de realizar os arrolamen-

²⁴ PEREIRA, Gaspar Martins – *ob. cit.*, p. 317.

²⁵ Cf. MARTINS, Conceição Andrade – *ob. cit.*, p. 93-95.

tos e provas de vinhos na região do Alto Douro e conceder as respectivas guias para poderem transitar para o Porto. Restaurava-se ainda o regime restritivo da barra do Porto para exportação dos vinhos aprovados pela Companhia.

A Carta de Lei de 21 de Abril de 1843 viria ampliar as atribuições da Companhia, após longos debates parlamentares, por ocasião de mais uma crise profunda na região do Douro e no comércio do vinho do Porto²⁶.

Entretanto, a linha tradicional da demarcação vinha a ser transposta por grandes proprietários e negociantes, que, desde o primeiro quartel do século, investiam em grandes plantações de vinhedos e compras de vinhos no Douro Superior, colocando facilmente no mercado de exportação os seus vinhos, que adquiriam, aliás, reputação de qualidade, como os das quintas do Silho, do Vesúvio ou de Vargelas²⁷. Porém, a valorização vitícola do Douro Superior só se tornaria decisiva na segunda metade do século XIX, após o ataque violento de várias doenças na área dos vinhedos tradicionais do Baixo e Cima Corgo (o oídio, nos anos cinquenta; a filoxera, a partir da década seguinte).

5. CRISE E LIVRE-CÂMBIO

O decreto do governo regenerador de 11 de Outubro de 1852, dentro já de um espírito livre-cambista, veio introduzir alterações de vulto no sistema do vinho do Porto. Limitou substancialmente os direitos de exportação, tentando estimular o sector comercial. Abolindo todas as funções oficiais da Companhia, manteve, no entanto, o exclusivo da barra do Douro para o vinho do Porto. Na região de origem, conservou os limites da demarcação de feitoria, reduzindo todos os vinhos aí produzidos às qualificações de «exportável» ou «não exportável». É certo que o decreto prometia aperfeiçoar ou substituir o sistema de demarcação por «um

²⁶ É natural que o malogro das negociações luso-britânicas para assinatura de uma convenção de comércio adicional ao Tratado de 1842 tenha apressado a tomada de medidas num sector estratégico da economia portuguesa particularmente dependente das exportações para Inglaterra. Cf. BONIFÁCIO, Fátima – *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Estampa, 1991, p. 207-221.

²⁷ Cf. GIRÃO, Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Memória histórica e analítica sobre a Companhia dos Vinhos...*, Lisboa, 1833, p. 290 («quase todo o vinho que se colhe nas margens do Douro, desde Arnozelo para cima até à barra de Vilarinho da Castanheira, tanto de um como de outro lado, é introduzido todos os anos para a Demarcação de Feitoria. – Este vinho é em si mesmo muito bom»); FORRESTER, Joze James – *Considerações à cerca da Carta de Lei de 21 de Abril de 1843, e resultado que se tem colhido para o País vinhateiro do Alto-Douro e Comércio dos vinhos do Porto*, Porto, 1849, p. 30 («na Quinta do Silho, próxima à raia de Espanha, na Barca d'Alva, produz-se magnífico vinho, não somente digno de ser chamado vinho do Porto, mas que o é, porque todos os anos sai este vinho pela barra do Douro, e para o mercado do principal consumidor»); só a Quinta do Vesúvio, da família Ferreira, produzia, em 1838, 561 pipas. Cf. LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – *As Quintas do Vinho do Porto*, Lisboa, Quetzal, 1992, p. 238.

cadastro especial das quintas produtoras», mas nada foi feito nesse sentido. Ao nível dos mecanismos de controlo da qualidade, atribuiu as anteriores funções da Companhia a uma Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio dos Vinhos do Douro, composta paritariamente por lavradores e comerciantes e presidida pelo director da Alfândega do Porto. Faltam estudos sobre a acção deste organismo interprofissional. Não consta, porém, que da sua actividade tivesse resultado uma mudança significativa na situação do sector. No plano institucional, a Companhia, despojada dos poderes de tutela, não soube estabelecer-se como uma verdadeira associação de viticultores e representante dos interesses da lavoura regional face à poderosa Associação Comercial do Porto, que liderava a campanha a favor da extinção de todas as medidas restritivas, o que acabaria por acontecer com a publicação da Carta de Lei de 7 de Dezembro de 1865.

O regime de liberdade comercial corresponde a um período de profunda reestruturação do espaço regional. O ataque da filoxera, mais precoce e violento nas vinhas do Cima Corgo, progressivamente reduzidas a «mortórios» desde os anos sessenta, veio permitir, face à manutenção da procura externa, a valorização decisiva dos vinhos do Douro Superior, cujo escoamento passaria a ser facilitado com a construção da linha ferroviária do Douro, a partir da década de oitenta²⁸.

O regime de liberdade comercial estimulava, por outro lado, práticas pouco escrupulosas de alguns comerciantes de Gaia, que passaram a adquirir massas vínicas em outras regiões do país, a utilizar álcool industrial para substituir a aguardente e a produzir e lançar no mercado produtos com a denominação «Porto» que pouco ou nada tinham de genuínos, feitos a partir de misturas mais ou menos suspeitas, como forma de obter um produto barato, capaz de concorrer no mercado externo com vinhos de outros países e com falsificações. As imitações de vinhos do Porto tornavam-se, de facto, correntes nos principais mercados, onde se vendiam os *Tarragona Ports*, os *Hamburg Ports*, os *French Ports*, os *Cap Ports* e muitos outros, por preços substancialmente inferiores aos *Port wines* genuínos²⁹. A partir dos anos oitenta, era já nítido o descrédito do vinho do Porto, contribuindo

²⁸ No final do século, havia já quem considerasse que o vinhedo do Douro Superior ultrapassava em quantidade e qualidade a área vinhateira tradicional do Cima Corgo. Veja-se, por exemplo, CABRAL, Afonso do Vale Pereira Coelho – *A região vinhateira do Alto Douro desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira*, «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», 6º ano, nº. 3, Lisboa, 1895, p. 346: «se hoje existem diferenças, são todas em favor do Douro Superior».

²⁹ O mesmo acontece, aliás, com vinhos de qualidade de outros países, como o *Jerez* e o *Champagne*. Cf. UNWIN – *ob. cit.*, p. 311-312; LEMPS, Alain Huetz de – *Les vins genéreux des pays ibériques et le marché européen*, in «1^{re}. Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia», (1984), Porto, 1986, p. 138; HALLEY, Ned – *Sandeman. Two hundred years of Port and Sherry*, Londres, 1990, p. 100. Em relação às falsificações de vinho do Porto, veja-se COMISSÃO Central Promotora do Comércio de Vinhos e Azeites – *Relatório acerca das informações que recebeu dos Governadores das Provincias Ultramarinas e do Corpo Consular sobre Comércio de Vinhos*, «Boletim da C.C.P.C.V.A.», nº. 2, Lisboa, Jan. 1895.

para a crise comercial que se agudizará até inícios do século XX. Pela mesma altura, verificava-se uma retracção brusca dos principais mercados importadores de vinhos portugueses, a par do aumento da concorrência provocada pela enorme quantidade de vinhos produzida pelas novas plantações feitas após o surto filoxérico. Reconstituídos muitos vinhedos do Douro, parte deles formando extensas propriedades pertencentes a negociantes e capitalistas do Porto, e alargando-se até à fronteira o espaço de produção regional, os vinhos durienses passaram a ultrapassar largamente as necessidades do comércio. Muitos deles ficavam por vender ou vendiam-se a preços muito baixos que deixavam de compensar os capitais investidos e os custos elevados dos granjeios. Por outro lado, os negociantes do Porto tentavam enfrentar a concorrência dos mercados estrangeiros através do fabrico de vinhos mais baratos e da baixa dos preços pagos aos lavradores. Logo em 1886, o governo retomava medidas de protecção da qualidade da marca, decretando o controlo dos *stocks* e das exportações de vinho do Porto, mas os negociantes reagiram, defendendo que lhes cabia o direito de definir os tipos de Porto de acordo com as indicações do mercado.

A crise fez agravar o descontentamento dos lavradores do Douro, opondo-se aos interesses dos negociantes exportadores do Porto e dos vicultores de outras regiões, em especial do Sul. Novamente se reclamavam medidas restritivas, de protecccionismo regional e de defesa dos vinhos durienses. Reivindicava-se a exclusividade da marca *Porto* para os vinhos do Alto Douro, exigia-se a restauração do exclusivo de exportação pela barra do Douro para esses vinhos e propunha-se uma nova demarcação do vinhedo duriense, exaltando-se os efeitos benéficos da política proteccionista pombalina.

As reivindicações do Douro, se, por um lado, encontravam eco favorável no espírito de muitos estadistas, defensores dos princípios do protecccionismo económico, numa época de recrudescimento geral do espírito nacionalista, esbarravam, porém, com os interesses poderosos dos vinhateiros do Centro e Sul, defendidos pela Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, bem como dos negociantes do Porto, representados pela Associação Comercial do Porto. Ao longo do século XIX, reforçara-se o domínio do sector comercial sobre o sector agrícola, acentuando-se a dependência da região do Douro face ao Porto. Tal situação de dependência justificava a posição do comércio exportador de requerer o exclusivo da denominação *Porto* para os vinhos fabricados em Gaia. Num documento de 1906, a Associação Comercial do Porto considerava que a posse e o direito de uso da denominação «Porto» cabiam, «exclusivamente», à «indústria vinícola que se exerce em Vila Nova de Gaia, e que espalha e valoriza o seu produto por intermédio do comércio e do porto desta cidade, sendo por isso, – e só por isso –, que se lhe chama 'vinho do Porto'», pertencendo apenas à região duriense a denominação dos vinhos correntes «Douro». Sendo assim, defendia a ACP, nada mais

legítimo do que produzir os tipos correntes de «Porto», com lotações de vinhos de outras regiões, de modo a obter produtos baratos e concorrenciais³⁰. Esta posição não era, no entanto, claramente aceite por muitas das casas exportadoras da praça do Porto, que em diversas ocasiões se declararam contra os processos de falsificação do produto tradicional, mesmo se muitas delas os usaram também³¹. Em Dezembro de 1905, numa reunião em que participaram representantes de dezanove empresas estrangeiras, foi aprovada por larga maioria uma moção que considerava que a denominação de *vinho do Porto* deveria ser aplicada exclusivamente ao vinho produzido na região do Douro e carregado no Porto³².

6. O REGRESSO À DEMARCAÇÃO

Na viragem do século, o agravamento da crise e dos conflitos regionais e sociais obrigaram à intervenção do Estado no sentido de resolver a «*questão do Douro*».

Em Outubro de 1906, João Franco apresentava ao Parlamento uma proposta de demarcação da área vinhateira do Douro e de regulação do sector do vinho do Porto, que suscitou grande debate. No ano seguinte, ao iniciar o seu governo de ditadura, a 10 de Maio de 1907, Franco assinava o decreto que estabelecia um novo regime para a produção, venda, exportação e fiscalização dos vinhos «generosos de tipo regional privativo», ou seja «os que a tradição firmou com as designações usuais de *Porto, Madeira, Carcavelos e Moscatel de Setúbal*». O decreto franquista estabelecia o exclusivo da marca *Porto* para os vinhos generosos da

³⁰ «Por demais é sabido – lê-se nessa representação da ACP ao Parlamento – que a mistura e lotação de vinhos, a combinação de massas para dar um produto que o mercado reclama, tanto no sentido de corrigir e aperfeiçoar os tipos como no de baratear e harmonizar as condições económicas de venda, perante as exigências cada vez maiores da clientela do exterior, são coisas que hão-de fazer-se sempre (...) e se entre o comércio exportador desta cidade há quem entenda que, para a composição das classes comuns desses vinhos, se torna conveniente ou mesmo indispensável a lotação dos tipos produzidos em mais do que uma região do país, e se usa com proficiência desse processo nas suas expedições, exportando um produto escrupulosamente composto por forma a poder guerrear com vantagem os tipos similares de fabricação estrangeira, nem por isso se pode inferir que tal produto deixe de ser considerado como vinho do Porto (...)». Associação Comercial do Porto – *A questão dos vinhos. Representação dirigida ao Parlamento, Porto, Tip. do «Comércio do Porto», 1906, p. 10-11.*

³¹ BENNETT, Norman – *The Port Wine System in the 1890's*, «The International History Review», vol. XVI, nº 2, Maio 1994, p. 256.

³² Tal moção recolheu a adesão das firmas exportadoras mais antigas e conceituadas (Cockburn, Smithes & Co.; Croft & Co.; Taylor, Fladgate & Yeatman; Smith, Woodhouse & Co.; Butter, Nephew & Co.; Silva & Cosens; Offley, Cramp & Forrester; Sandeman & Co.; W. & J. Graham & Co.; D. M. Feuerherd & Co.; Vanzellers & Co.; Delaforce, Sons & Co.; Gonzalez Byass & Co.; Hunt, Roope, Teage & Co.; C. W. Kopke & Co.). Cf. SOUSA, António Teixeira de – *A questão do Douro, Porto, 1907, p. 54.*

região do Douro (que deveriam ter a graduação alcoólica mínima de 16,5°), fixava uma nova demarcação da região vinhateira duriense, alargando-a definitivamente até à fronteira, consagrava o exclusivo da barra do Douro e do porto de Leixões para a exportação desses vinhos e criava a Comissão de Viticultura da Região do Douro, com funções de fiscalização, elaboração de registo de propriedades, atribuição de certificados de procedência, etc.

Fortemente contestada, a legislação vitivinícola produzida pela ditadura de João Franco³³ iria sofrer alterações substanciais, através de diversos diplomas, logo no ano seguinte, mantendo-se, no entanto, os seus princípios orientadores. Assim, suspendeu-se a legislação de proibição de novos plantios, estabelecendo-se novas providências relativas ao comércio dos vinhos generosos³⁴. Considerando os exageros da demarcação de 1907, que incluía muitas freguesias de montanha, incapazes de produzir vinhos finos, o decreto de 27 de Novembro de 1908, do governo do almirante Ferreira do Amaral, optou pela demarcação por freguesias e não por concelhos, reduzindo substancialmente a área produtora do vinho do Porto. Mais tarde, o decreto de 10 de Dezembro de 1921, do ministro Antão de Carvalho, viria introduzir pequenas alterações, deixando praticamente definido o espaço da actual demarcação³⁵.

7. DA COMISSÃO DE VITICULTURA À CASA DO DOURO. O CADASTRO E O SISTEMA DE BENEFÍCIO

Porém, no plano institucional, a Comissão de Viticultura, organismo a que fora confiado o controlo da região demarcada, sem meios e sem pessoal, não funcionava³⁶. Só depois da implantação da República, com uma nova Comissão (presidida por Vítor Macedo Pinto e integrada por Antão de Carvalho³⁷, Carlos Richter, José Mendes Guerra e Francisco Manuel da Costa), reforçada nas suas atribuições

³³ Refira-se, nomeadamente, além do decreto de 10 de Maio: o decreto de 16 de Maio, que vem regulamentar o comércio do vinho do Porto e a Comissão de Viticultura da Região do Douro; o decreto de 27 de Junho, que regulamenta o comércio das aguardentes, proibe a destilação dos vinhos durienses, obrigando o Douro a receber de outras regiões vitícolas a aguardente para beneficiação dos seus vinhos; o decreto de 2 de Dezembro, que vem proibir por três anos o plantio de vinhas nos terrenos situados abaixo de 50 m.

³⁴ Cf. Carta de Lei de 18 de Setembro de 1908 e decreto regulamentar de 1 de Outubro de 1908.

³⁵ Cf. Dec.-lei de 26 de Junho de 1986.

³⁶ Comissão de Viticultura da Região Duriense – *Relatório da Comissão Executiva do ano de 1914*, «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», Lisboa, 1917, p. 3.

³⁷ Ministro da Agricultura em 1921, Presidente da Câmara Municipal da Régua, várias vezes Presidente da Comissão de Viticultura da Região Duriense e um dos líderes do «movimento dos paladinos do Douro».

pelas alterações regulamentares de 19 de Abril de 1911, é que iniciará uma acção notória, não apenas ao nível da fiscalização, mas sobretudo no domínio do associativismo agrícola. É, de resto, do seio das Comissões de Viticultura que irá emergir, nos anos vinte, o «movimento dos paladinos do Douro»³⁸.

Desde 1925, o movimento, assente nos Sindicatos de Viticultores e apoiado pelas autoridades locais, exerceu forte pressão sobre os governos no sentido de uma reforma institucional do sector que acabará na formação, em 1932, da Federação Sindical dos Viticultores da Região do Douro – Casa do Douro. Segundo Vital Moreira, o projecto apresentado pela Comissão de Defesa do Douro «inspirava-se largamente na disciplina pombalina», mas baseava-se numa fórmula organizativa «de autogoverno e total independência em relação ao Estado»³⁹, o que naturalmente não acontecerá. A Casa do Douro tornava-se uma das primeiras expressões do Estado corporativo salazarista, ou seja, um instrumento institucional controlado pelo governo (que nomeava a Direcção), de intervenção num sector-chave da economia⁴⁰. Mas, se, no plano institucional, a Casa do Douro acabou por seguir um modelo distinto do projecto inicial, a sua acção em defesa da região demarcada, através da constituição de um cadastro vitícola (elaborado entre 1937 e 1945), revelar-se-ia fundamental, articulando a herança histórica com os novos conceitos e capacidades técnicas. Nos anos quarenta, era aperfeiçoado e posto em prática um novo sistema de benefício, através do método de pontuação definido por Álvaro Moreira da Fonseca. O método de pontuação utilizava um conjunto de critérios – produtividade, clima (altitude, localização, exposição e abrigo), terreno (natureza do terreno, inclinação e cascalho) e condições culturais (castas, feição cultural, idade da vinha e compasso) – definidores de uma parcela agrícola, a cada um dos quais era atribuída uma pontuação. O total da pontuação definia a categoria da parcela vitícola (de A a F) para efeitos de atribuição de benefício, ou seja, para poder produzir vinhos do Porto, mais ou menos qualificados⁴¹. O cadastro tem sido, entretanto, actualizado e foi, nos últimos anos, infor-

³⁸ ROSEIRA, Luís – *Uma vida pelo Douro*, Porto, Ed. Asa, 1992, p. 97-108.

³⁹ MOREIRA, Vital – *Nas Origens da Casa do Douro*. Texto apresentado ao Encontro de Ciências Sociais «A História Acolá – Identidades e diferenças na vida social do Portugal do Norte», Porto, CENPA/GEHVID/Social & Cultural Studies, 1994. Cf. artigo de Vital MOREIRA, com o mesmo título, publicado nesta revista.

⁴⁰ Em 1933, eram instituídos o Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto e o Instituto do Vinho do Porto. O Grémio tinha por principal função disciplinar o comércio e era de associação profissional obrigatória, tal como a Casa do Douro. O Instituto, além da função arbitral entre a produção e o comércio, deveria fiscalizar e garantir a qualidade do produto e fornecer certificados de origem, zelar pela defesa internacional da marca, etc.

⁴¹ Cf. FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *O benefício e a sua distribuição na região vinhateira do Douro*, Régua, Casa do Douro, 1949.

matizado, ainda de acordo com o método da pontuação, constituindo uma base monumental relativa a cerca de cem mil propriedades vitícolas e trinta mil viticultores.

8. NOTAS FINAIS

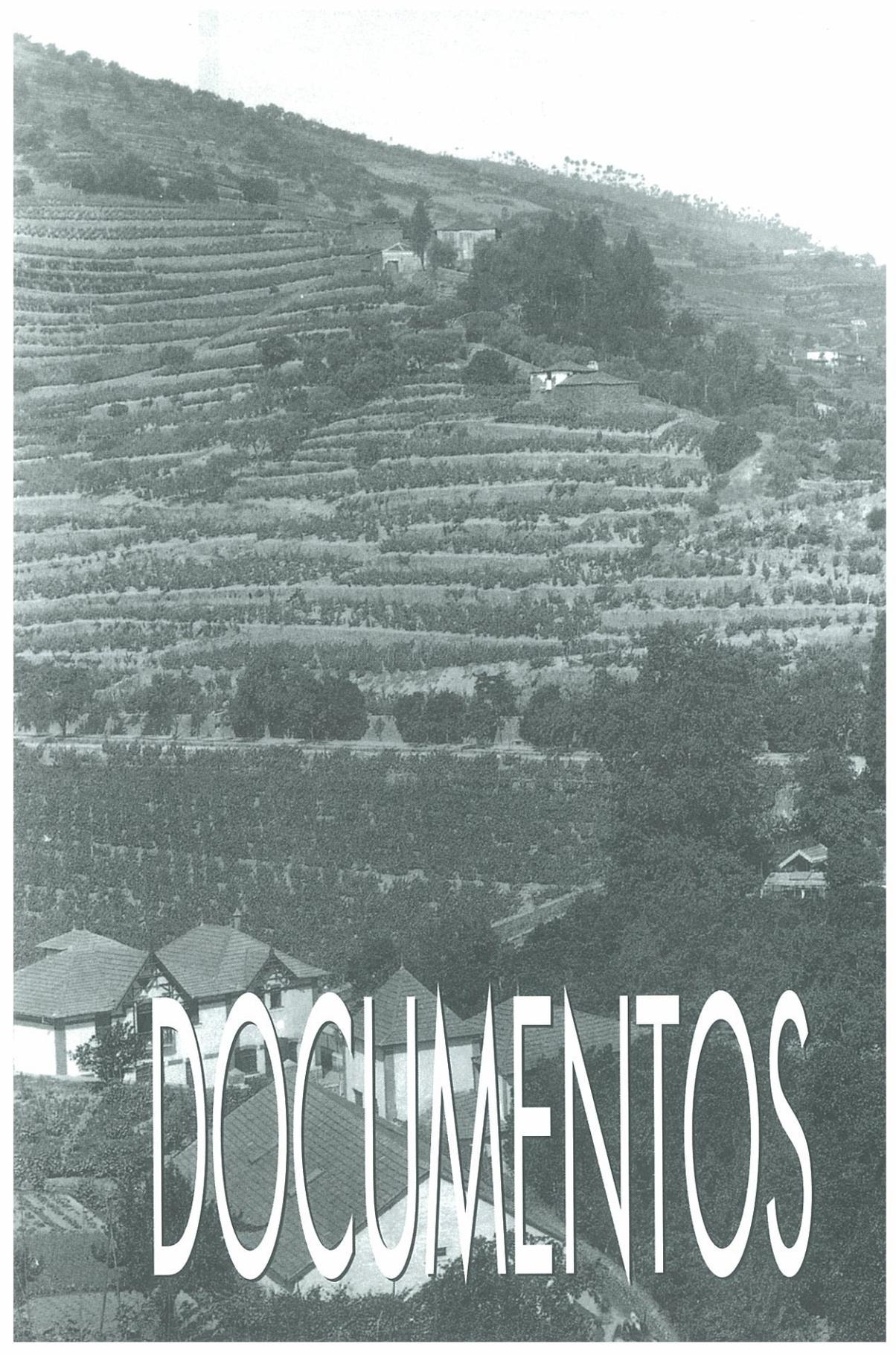
O sector do vinho do Porto conheceu, nos últimos vinte anos, mudanças significativas. Após 1974, a organização corporativa foi extinta, mas a Casa do Douro e o Instituto do Vinho do Porto mantiveram as suas funções básicas de defesa e controlo da qualidade e da denominação de origem. Por seu turno, o Grémio dos Exportadores deu lugar à Associação dos Exportadores do Vinho do Porto⁴². Foi preciso uma nova crise, no início dos anos noventa⁴³, e os problemas suscitados pela adesão à União Europeia para recolocar a questão da organização do sector, criando-se, em 1995, uma estrutura inter-profissional. Na fase de prosperidade dos anos oitenta, verificou-se um novo movimento de expansão do vinhedo, com particular incidência no Cima Corgo e no Douro Superior. Modernizaram-se, onde foi possível, as práticas vitícolas e as técnicas de vinificação. A cultura enológica regional, pode dizer-se, passou da fase empírica à fase científica, para o que muito contribuiu a criação do curso de Enologia na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Entre as empresas exportadoras, tem-se verificado uma tendência para a concentração e, paralelamente, algumas dessas empresas realizaram grandes investimentos na área da produção, adquirindo quintas e vinhedos e fazendo novas plantações. Em movimento inverso, alguns produtores lançaram-se, desde 1978, no circuito da comercialização directa, criando, em 1985, uma associação própria – a Associação de Viticultores-Engarrafadores do Vinho do Porto e Douro (AVEPOD). A nova figura do produtor-engarrafador institucionalizou-se, conduzindo, em 1986, à alteração legislativa que permitiu a exportação directa dos vinhos durienses, a partir do Douro, marcando o fim do exclusivo do Entreposto de Gaia, criado em 1926.

Apesar do alcance destas alterações, a região produtora do vinho do Porto continua a ser uma das mais deprimidas regiões do país, não reflectindo os benefícios

⁴² Actualmente denomina-se Associação de Empresas do Vinho do Porto.

⁴³ Além dos problemas conjunturais do sector do vinho do Porto, a região defronta-se com outros bem mais graves que resultam do agravar dos desequilíbrios estruturais do país, nos últimos anos. O Douro tem vindo a perder população e a apresentar indicadores de pobreza (emigração, desemprego, analfabetismo, rendimento familiar, etc.) que se revelam alarmantes mesmo em comparação com outras regiões portuguesas.

que deveria usufruir pelo facto de ser uma denominação de origem histórica. É que aos efeitos da interioridade e da ausência de verdadeiras estruturas de organização e decisão regionais, num Estado de tradição centralista, associam-se os resultados de uma secular dependência face ao Porto e de uma dificuldade de articulação, no plano institucional, de interesses e estratégias entre a viticultura e o comércio.

A black and white photograph of a terraced hillside. The upper portion of the image shows a steep slope covered in numerous rows of terraced vineyards. A few small, simple buildings are scattered across the hillside. The lower portion of the image shows a village with several houses featuring dark, gabled roofs. The word "DOCUMENTOS" is overlaid in large, white, serif capital letters across the bottom half of the image, partially obscuring the houses and trees.

DOCUMENTOS

Aurélio de Oliveira (Introdução)*
Natália Fauvrelle da Costa (Transcrição)**

**Um manuscrito
inédito sobre o Douro
Superior em finais
do século XVIII**

DOURO – Estudos & Documentos, vol. I (1), 1996 (1º), 196-258

- Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do GEHVID.
- Secretariado do GEHVID.

Quinta de Vale de Abraão. Foto: Emílio Biel, ca. 1905.

O manuscrito que agora se publica constitui o códice nº 728 (antigo B-12-11) da Biblioteca Nacional. Foi já há longos tempos por nós referenciado e compulsado aquando da preparação das teses de Licenciatura e depois de Doutoramento (apresentada à Faculdade de Letras do Porto em 1979). Fez parte de uma recolha que efectuámos e que visava constituir uma série documental a publicar como *Memórias e Descrições para a História da Agricultura* (O mesmo se praticaria para os Mesteres e Indústrias. Tudo até aos fins do Antigo Regime).

Nisso trabalhámos com um grupo de alunos que por aí se iniciaram, ainda no decurso das suas licenciaturas, no gosto da pesquisa, investigação e análise históricas. Essa interessante e muito útil experiência para os alunos que a puderam continuar, não surtiu, porém, todos os efeitos desejados. A transcrição paleográfica dessas fontes – *Memórias e Descrições* – desde a Agricultura à Indústria e aos «Estados» da Ordem de S. Bento, enfermaram de várias incorrecções, erros e até omissões, que no decurso dos trabalhos foi impossível logo detectar. Naturalmente mais nuns casos que noutros, não obstante toda a atenção, cuidado e responsabilidade solicitadas, visto nos ser pessoalmente incomportável e impossível fazer um controlo efectivo sobre milhares de páginas transcritas. Infelizmente, por isso, têm agora, para publicação e apuramento final, de ser novamente revistos, a fim de se eliminarem todas as incorrecções e erros de transcrição. Com este códice aconteceu, precisamente, a mesma coisa. Não obstante, deixo aqui uma palavra de apreço a essa equipa de alunos que comigo trabalharam, pelo esforço e trabalho produzidos e aos quais ficou, pelo menos, a iniciação na pesquisa, o conhecimento e o contacto com uma série de fontes documentais importantes (todas inéditas) que poderão vir a reencontrar e reutilizar para as suas próprias tarefas profissionais de docentes.

Para esta publicação, procedeu-se, por isso, a nova transcrição (que ficou a cargo de Natália Fauvrelle da Costa, agregada agora a este projecto GEHVID) e por nós totalmente revista. Uma palavra de agradecimento lhe é devida por esta tarefa que, com tanto entusiasmo, dedicação e qualidade, acabou, como dissemos, por refazer na íntegra. Esperamos que no corpo desta Revista se possa agora dar início à publicação daquelas *Memórias e Documentos* (pelo menos as que ao Douro respeitam sê-lo-ão com certeza) deste modo se dando cumprimento ao que ficou, desde há tempos, anunciado.

Como já dissemos, urge conhecer nos seus múltiplos aspectos este «País do Douro». Da produção ao comércio; das actividades às suas gentes (na variada dimensão que encerram). Os estudos são fundamentais, mas as fontes são-no ainda mais, porque é delas que nos vem a lição das coisas e da realidade – que frequentemente se esconde para além da visão e interpretação – por vezes demasiado pessoalizada e individualizada do autor. Eu, por mim, sempre prefiro mais o compulsar directo da fonte de que as «opiniões» ou juízos de valor emitidos (sem

que isso signifique o menosprezo pela lição analítica. O confronto dos vários pontos de vista sempre encerra pistas e sempre contribui para o enriquecimento das questões).

A presente *Descrição do Rio Douro para cima do Cachão da Valeira* é o resultado da expedição conjunta que fizeram, de parceria, os comissários da Companhia Geral da Agricultura, José Vítor de Magalhães e Manuel Moreira Garcez. O redactor parece ter sido o primeiro, isto é, José Vítor de Magalhães, pois é ele o subscritor da missiva com que se remete o relatório dessa expedição, ao Deputado da mesma Companhia Francisco Baptista de Araujo Cabral Montez nos princípios de 1790.

O levantamento dessa parte do rio e do vale do Douro fez-se nesse mesmo ano de 1790, mais precisamente no decurso de Janeiro e Fevereiro, mas os dados referentes às colheitas (aferidas pelas declarações dizimeiras e respectivos preços) só podem referir-se ao ano-colheita anterior, isto é, 1789.

O terreno, pela primeira vez explorado e percorrido, com todo o cuidado e atenção para dele se dar informação detalhada e segura à Companhia, fez-se a montante de S. João da Pesqueira – Cachão da Valeira até aos limites de Bruçó – (entrada do concelho de Mogadouro – comarca de Miranda). Mais exactamente até Lagoaça (ainda descrita), «confinante com Bursó, concelho de Mogadouro, comarca de Miranda», em cujos Cachões dão por finda a jornada e a exploração.

Não obstante ser este, de facto, o terreno e as áreas que se descrevem no presente códice, fica-nos alguma dúvida de se a referida exploração não deu origem a outro Relatório (que terá sido remetido, independentemente deste, à mesma Companhia) o qual poderia então incluir a descrição de uma área aqui efectivamente não contemplada, mas explicitamente referida: isto é, o troço que corre desde a Régua ao referido Cachão da Valeira. Na verdade, neste expressamente se refere o «Itinerario da Digressão que fez da Regoa para cima até a freguesia de Lagoaça confinante com Bursó». Realidade que volta a comprovar-se no Mapa 6 da presente *Descrição* ao assinalar a partida e a chegada ao mesmo lugar, isto é, à Régua. Esse primeiro troço – limitado desta feita à margem direita do Douro – vem, aliás, expressamente referido como efectivamente percorrido (e possivelmente também descrito – e se o foi, constituiu, sem dúvida, Relatório separado). Nele se contemplariam as povoações da Régua a Poiares, Magalhã, Sabrosa, Favaio, Castedo e Fiolhal.

Este relatório, porém, só nos informa do território a partir de Marzagão, marco divisório que a *Descrição* faz questão em expressamente assinalar «Do Fiolhal a Marzagão. Primeira Freguezia contemplada no Mappa».

O texto compõe-se de seis corpos ou capítulos, prefaciados pela carta assinada por José Vítor de Magalhães que acompanhou o original da *Descrição* enviada ao Deputado Francisco Cabral Montez.

O primeiro capítulo inicia-se pela descrição do Douro, com a anotação dos seus afluentes, as barcas de passagem do mesmo, assinalando-se os ancoradouros mais recomendáveis para a navegação e bom aproveitamento do Rio.

No capítulo II se abarca toda a descrição do território propriamente dito – freguesias confinantes com o curso e leito do rio ou com ele mais articuladas. Este capítulo divide-se em três sub-capítulos, correspondentes a outros tantos troços geográficos que o autor faz questão em separar e em descrever à parte e que nós vamos referenciar como Grupo A: freguesias da margem direita «que ficão à parte do Norte do Rio Douro» (desde Marzagão a Lagoaça-Bruçó); Grupo B: margem esquerda «Sul do Rio douro principiando de Castella para baixo» (de Escalhão a Vilarouco); e Grupo C: continuação da margem Sul e terras confinantes com as do grupo anterior: «Freguezias Superiores às confinantes com o Rio Douro da parte do Sul» (de Freixo de Numão a Valongo dos Azeites). Em adenda a este capítulo II faz-se sumária referência às «Freguezias confinantes com Castela», assinalando-se as deste lado da fronteira com uma rápida nota à sua grandeza populacional e às suas capacidades e potencialidades produtivas.

Segue-se um capítulo III, referente às estradas e caminhos do território, «tanto das que se achão vadiaveis de carro, como *das que se devem compor, para poderem vadian*».

A Descrição termina com um IV Corpo, que mais figura como Adenda (Mapas nº 5 e nº 6), onde se anotam as despesas efectuadas com a digressão e se anexa o itinerário da mesma – desde a saída da Régua até ao regresso ao mesmo local.

A Carta (cujo original com a Descrição foi remetido, como dissemos, ao deputado Francisco Cabral Montez) e o Capítulo I elucidam-nos dos objectivos fundamentais que deram origem a esta expedição e a esta pormenorizada descrição deste troço último do Rio Douro: habilitar a Companhia e informá-la dos obstáculos que o rio apresentava à navegação entre o Cachão da Valeira e os Cachões de Bruçó, que se presume constituírem o limite geográfico máximo dos interesses da Companhia neste vale. Com esse objectivo, são criteriosamente apontados quer os rápidos que o rio apresenta, quer os restantes obstáculos, cachões, galeiras e açudes que seria necessário e útil remover para fazer navegável esse troço do rio. Nos açudes se incluíam quer os «canaes» de pesca quer os de moagem das azenhas e moinhos, apontando-se, logo aí, o primeiro e mais rápido meio de os fazer remover e ultrapassar. Os Cachões de Bruçó constituíam, pois, o limite máximo, afigurando-se como praticamente impossível de os ultrapassar pelo rio: constituíam-nos grandes rochedos com galerias impressionantes, reconhecendo os exploradores «que todos estes pontos hé dificultozo o poderem-se preparar», representando todos eles obstáculo muito maior do que o fora anteriormente (antes que se mandasse quebrar) o célebre Cachão da Valeira: na verdade, «cada hum delles he peor que em outro tempo era o Cachão da Valeira» (obras que só

terminariam, de facto, em 1792 e as que tornaram o leito navegável até Barca d'Alva, em 1811).

Desta exploração, e do averiguar das condições do rio, resultava a indicação da Foz do Águeda, como o melhor lugar de todo o curso, podendo aí a Companhia fazer um bom porto fluvial e bom cais de navegação, que serviria às maravilhas todo o troço do rio e povoações limítrofes como ainda um *hinterland* mais vasto, que incluía o serviço às terras de Castela, como à maior parte da Província de Trás-os-Montes e Beira. Barca d'Alva – Foz do Águeda são, assim, eleitos como os pontos estratégicos fundamentais para a economia deste pedaço do Douro Superior: «não se encontram em toda a distância destas desoito Legoas (do Cachão da Valeira a Bursó) melhor sítio para Caes de negociação do que a Foz do Águeda».

Ao descreverem-se as freguesias, é igualmente preocupação notória não só o apontarem-se os caminhos e estradas principais, como o seu estado, e as melhorias que seria útil introduzirem-se-lhes para que entre essas povoações e o rio se fizesse melhor e mais fácil articulação. Os pontos de referência nunca são os mercados (ou os maiores núcleos populacionais do interior), mas sempre o rio e os seus principais ancoradouros. Os custos consideráveis dos transportes (que sempre se apontam) diminuiriam, seguramente, fazendo descer o custo das mercadorias (vinhos principalmente) e facilitar-se-ia a sua atracção ao rio – via que a Companhia efectivamente monopolizava.

À guisa de notas introdutórias ao texto propriamente dito, deixaremos – sem nos alongarmos, porque a fonte é por si só bem rica – três ou quatro considerações que o leitor poderá completar e alargar.

A presente Descrição do Douro é fruto, sem dúvida, das preocupações da Companhia das Vinhas em melhorar os acessos às terras do Alto Douro, com o fito seguro de melhorar a navegabilidade do rio. As constantes referências aos açudes, pesqueiras e rápidos que o rio apresenta neste troço, e os meios alvitados e sugeridos para os eliminar são disso a prova mais que evidente. Não sabemos, para já, se se está de facto numa fase de expansão e alastramento da produção e do cultivo da vinha, nestas terras acima do Cachão da Valeira. É muito provável que o vale apresente troços com comportamentos algo diferenciados. É muito plausível que os de mais fácil acesso tenham feito parar ou desincentivar até então o alastramento da cultura a áreas de difícil escoamento. Logo veremos. Pode muito bem ser que este troço acima de S. João da Pesqueira e do Cachão da Valeira tenha experimentado, entretanto, esse fenómeno. É adiantado-o já com algum fundamento: é que – como a análise desta descrição mostra – o valor efectivo das culturas não está realmente nos vinhos mas sim noutras culturas que se lhes sobrepõem em valores absolutos. Em primeiro lugar, os cereais de sequeiro (centeios e trigos) e azeite. O vinho ocupa, tão só, o quarto lugar. Uma imagem

dinâmica do avanço ou recuo dessas culturas só poderá ser visualizada numa análise diacrónica que, de momento, é impossível praticar.

Como dizíamos, não sabemos se a cultura efectiva galgava, se se mantinha, ou se se retraía sobre estes terrenos, embora se esteja numa fase de notório incremento do caudal das exportações, demarcada a partir de 1763/65. Fenómeno que pode nada ter a ver com igual comportamento no que respeita à produção propriamente dita. E sabemos que a fisionomia agrícola do conjunto do Noroeste, no que respeita ao comportamento da produção agrícola é mesmo de sinal oposto – neste troço cronológico. Há, efectivamente, nesta ponta final do século, sérias dificuldades¹.

É também visível igual cuidado no estudo e melhoria dos caminhos que servem as povoações e a sua melhor articulação com o rio que se afirma como a mais importante via de acesso e escoamento dos produtos. Todavia, à altura desta Descrição não o é ainda, efectivamente, para todas estas terras e todos estes produtos (como a leitura atenta o mostrará).

Ficam, assim, patentes as preocupações de se melhorarem em simultâneo as vias de circulação terrestres – aspecto fundamental para o incremento e desenvolvimento económico. A observação rigorosa da situação leva mesmo o autor à referência explícita dos gastos de circulação e transporte dos produtos das diferentes povoações descritas até aos ancoradouros do Rio Douro (e pode dizer-se que, em relação ao preço dos produtos, são consideráveis).

Este levantamento geográfico e económico interessa, sobretudo, à Companhia. Ela mostra-se, outrossim, na muito frequente referência à qualidade dos vinhos produzidos e às capacidades da sua melhor produção em algumas áreas e terras, denotando uma preocupação mais racional do aproveitamento do solo por uma cultura mais rentável, adequada e, sem dúvida, de maior proveito para a mesma Companhia.

Não podemos, nem devemos, desligar este texto (e os objectivos do mesmo) de uma série de iniciativas paralelas, e de atitudes similares então em curso, partissem elas de certas individualidades, partissem do próprio Estado central. Conhecer e promover os recursos do País foi preocupação generalizada entre os mais esclarecidos. Particular atenção mereciam as vias de comunicação e de penetração no interior como eram as linhas fluviais e suas bacias hidrográficas. Daí os estudos e o levantamento geográfico e económico prévios que correntemente se mandaram executar para as principais dessas bacias e vales do Norte ao Sul do País: os projectos de encanamentos dos rios são exemplo claro e manifesto; desde o Tejo ao Mondego, do Douro ao Cávado e ao Lima. Poderiam referir-se

¹ OLIVEIRA, Aurélio de, *A Abadia de Tibães, 1630/80-1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, 2 vol., Porto, 1979 (dactil.).

como paradigmas os trabalhos então realizados por Columbano Pinto Rebelo de Castro (para Trás-os-Montes e Comarca da Feira), pelo 2º Visconde de Balsemão (para o Minho), por José António de Sá (para a comarca de Moncorvo), por Rebelo da Fonseca (para o Alto Douro) ou – directamente respeitante ao encanamento dos rios – por Custódio José de Vilas Boas (para o Cávado), por José Fernando da Silva (para o Lima), por Domingos Vandelli e Estêvão Cabral (para o Mondego)². Quase todas essas descrições e memórias fazem parte da preocupação que os homens mais ilustrados e mais atentos manifestaram pela boa economia política, pelo melhor e mais eficaz conhecimento e gestão dos recursos do País (da agricultura à indústria, dos recursos materiais aos recursos humanos). Isto é, como expressamente o exprimiram, «pelo bom conhecimento económico das (todas) circunstâncias particulares do Reino base necessaria para os progressos»³. Urgia conhecer para incentivar e promover, desbloqueando a terra e as gentes de todo o tipo de entraves e obstruções estruturais e circunstanciais que manietavam o desenvolvimento das actividades económicas e o consentâneo crescimento e expansão das próprias populações.

Esta Descrição que agora se publica é das primeiras que sobre este troço do Douro se produziram e constitui um precioso complemento à Descrição já acima referida de Francisco Pereira Rebelo da Fonseca, o qual continuará, logo nesse ano, ou no imediato (1791), o trabalho aqui iniciado por José Vítor de Magalhães,

² MENDES, J. Amado, *Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, 1981; AMORIM, Inês, *Descrição da Comarca da Feira – 1801*, Porto, 1994; MENDES, J. Amado, *Memoria Sobre a Província do Minho do 2º Visconde de Balsemão*, Coimbra, 1980; SÁ, José António de, *Memória dos Abusos praticados na Comarca de Moncorvo* (Cf. Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães e o seu domínio. 1630-1680*, Porto, 1974, p. 267, depois publicada, por Fernando de Sousa, na «Revista da Faculdade de Letras», Porto, 1974); SÁ, José António de, *Descrição Económica de Torre de Moncôrvo*, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo III, Lisboa, 1791; FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da, *Descrição Económica do territorio que vulgarmente se chama Alto Douro*, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo III, Lisboa, 1791, ou *Memoria sobre o estado da agricultura e commercio do Alto Douro* (inserta no mesmo tomo III das *Memórias Económicas*). Para o que ao encanamento dos rios particularmente concerne: CRUZ, António, *Geografia e Economia da Província do Minho nos finais do Século XVIII*, Porto, 1970 (em cuja publicação directamente colaborámos); SILVA, José Fernando da, *Projecto económico sobre o Rio Lima, 1801*, Edição de Artur Norton, in «Arquivo do Alto Minho», volume XXIV, Viana, 1979; VANDELLI, Domingos, *Memória sobre o encanamento do Rio Mondego*, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo III, Lisboa, 1791; CABRAL, Estêvão, *Memoria sobre os danos do Mondego* (do mesmo supracitado tomo III das *Memórias Económicas da Academia*) trabalhos e estudos saídos das preocupações fisiocráticas presentes nessa Academia. Preocupações, aliás, programatizadas e sistematizadas por José António de Sá, no seu *Compêndio de Observações*, Lisboa, 1783. Algumas mais publicadas pela Academia se poderiam aqui igualmente aduzir a par de muitas outras que ainda permanecem inéditas.

³ PORTUGAL, Thomaz Antonio de Villa-Nova, *Observações Economicas sobre a comarca de Setubal*, in *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo III, 1791, p. 298

descrevendo as áreas e troços a jusante, isto é, entre S. João da Pesqueira e o Rio Teixeira. É até muito provável que esta última área tratada por Rebelo da Fonseca se destinasse a completar o que antes havia iniciado José Vítor de Magalhães, ainda que sob proposta e objectivos algo diferentes. Este último directamente comprometido com os interesses da Companhia, que é efectivamente quem o manda executar. A navegabilidade do rio era projecto em marcha para os interesses da Companhia eurgia fazer um levantamento prévio rigoroso que elucidasse também os verdadeiros recursos económicos e humanos do vale, pensando-se mesmo que o seu interesse se estenderia muito para além dos estritos limites do território nacional, servindo as terras vizinhas de Castela (que assim passariam a dispor de uma fácil via de escoamento dos produtos para o território português ou utilizando obrigatoriamente as suas vias de comunicação e transporte). O interesse era, pois, duplo.

Ao longo desta pormenorizada e rigorosa Descrição, em que, como dissemos, ficam particularmente visíveis as preocupações económicas da Companhia, no que respeita à navegabilidade e vias de comunicação e transporte, conhecimento e capacidade económica das terras e suas potencialidades, surgem outras informações paralelas do maior interesse.

Deixando-as todas ao cuidado da análise e interesse do leitor, não nos escusamos, porém, de referir, de relance, algumas delas, particularmente as que se reportam às capacidades produtivas de algumas das terras e ao estado das culturas. Anotem-se os custos de transporte em direcção aos ancoradouros do rio, a localização e a implantação das pesqueiras e centros de moagem. A importância das culturas *novas* como a batata e os milhos e o seu acantonamento geográfico (dados que ficarão também patentes em relação aos restantes produtos); os informes referentes aos fluxos principais das mercadorias ou géneros produzidos, patentes no escalão que seguiam quanto às principais medidas, quer as que pautavam os líquidos (vinhos e azeites), quer as outras (os cereais), principalmente. Ficam aqui claramente determinados não só o valor dessas medidas, como os principais centros reguladores – isto é, os mercados em direcção aos quais se escoavam preferentemente os produtos excedentários. Para os líquidos (vinho e azeite), indubitavelmente o Porto, cujas medidas (e cujos preços de mercado) se indiciam, efectivamente, como os reguladores de todo o vale do Douro, até aos extremos aqui descritos.

No que respeita aos outros (os mercados locais ou intraregionais), a primazia e a força atractiva e reguladora dos mercados da cabeça de Comarca, que para a generalidade dos sólidos se impõem como os mais decisivos e importantes, a denotar – nesses sectores – um curto e limitado raio de circulação desses produtos, sugerindo, do mesmo modo, um consumo essencialmente local, diríamos mesmo na base da auto-suficiência. As dificuldades de transporte (além de outras

peias estruturais) impunham aqui, como noutros lados, uma situação agravada à terra portuguesa – limitando efectivamente o interesse económico dos produtos nacionais em relação aos principais mercados consumidores⁴. Não vamos referir aqui o que já dissemos a este propósito⁵, mas as *capacidades* produtivas do nosso *hinterland* e a melhoria económica das suas gentes ficavam gravemente truncadas por esses entraves e bloqueios, que não foram apenas só de natureza geográfica. Mais ou menos por essa mesma altura, dizia então um autor – bem conhecedor da situação do Entre-Douro-e-Minho – que a realidade económica da cultura dos milhos (já então o principal cereal nesta Província) exigiria uma saca anual só pelo porto de Viana (falava em relação às terras da bacia do Lima) de uns 200.000 alqueire/ano (Lima Bezerra, *Os Estrangeiros no Lima*). Quer dizer, a terra tinha efectivas capacidades e condições para a produção, mas de nada servia isso às gentes. A generalidade das carências, sublinha um memorialista, não se deve efectivamente «à esterilidade das terras». A realidade foi, pois, imposta, freando a expansão natural de algumas culturas, e limitando o seu alcance e o seu interesse a circuitos meramente locais. Impôs-se o ideal da autosuficiência e sempre – como é natural – nos limites mínimos, deixando (por essa via também) a terra portuguesa, as gentes do campo e sobretudo as das cidades – por pequenas que fossem – sempre expostas aos numerosos apertos e a frequentes crises. O remédio fácil e imediato foi o recurso à importação. Daí à imagem e ao conceito da endémica carência cerealífera foi um passo, confundindo muitas vezes os analistas rápidos capacidades de produção da terra portuguesa com condições exógenas de produção. Daqui, entra-se num verdadeiro círculo vicioso. Produzir para quê? A falta de um mercado (não se produz em função do mercado) impede a formação e acumulação de reservas pecuniárias sem as quais não é possível o investimento, a reconversão, a melhoria e a renovação de técnicas e métodos, o gosto de melhorar, inovar, de se *ilustrar* e informar, de produzir, etc.

A culpa por essa carência endógena da terra portuguesa não está tanto adstrita à produção e à terra, como aos circuitos a montante e aos interesses (e desinteresses) do poder central, aos numerosos e mesquinhos interesses do poder local (visto que até ao presente nenhum poder regional se constituiu entre nós. Nem as teias do poder administrativo o conseguiu fazer – antes, muitas vezes – por falta dessa solidariedade económica e social o veio a agudizar e agravar). A presença quase institucionalizada das lutas mesquinhas dos interesses e clientelas que sempre pontificaram nesses poderes locais.⁶ Mas deixemos por agora estas questões.

⁴ OLIVEIRA, Aurélio de, *Mercados a Norte do Douro*, Porto, 1985.

⁵ OLIVEIRA, Aurélio de, *A Abadia de Tibães – 1630-1813*, vol. II, Porto, 1979.

⁶ OLIVEIRA, Aurélio de, *Municipalismo e integração económica*, Santo Tirso, 1985. Publ. in «Bracara Augusta», 1988 ; COELHO, Maria Helena da Cruz, e MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *O Poder Concelhio*, Coimbra, 1986.

Aqui a generalidade dos produtos (excepção feita, como dissemos, para os vinhos e os azeites) era controlada por esses mercados locais, mesmo para aqueles que, como as lãs e os linhos, muito frequentemente tinham também saída assegurada para fora da região. A Descrição sugere as principais direcções que esses géneros tomavam.

A generalidade das terras do grupo A está umbilicalmente ligada ao mercado cabeça da comarca – Torre de Moncorvo (excepção feita, como dissemos, para os líquidos). A excepção da Beira Grande não tem significado, visto que Ansiães – sede de Concelho – regula as suas medidas e preços pelo mesmo mercado de Torre de Moncorvo. Todavia as povoações mais a Leste regulam-se pelos de Freixo de Espada-à-Cinta, sede de concelho. Para isso contribuíam, seguramente, as condições geográficas impostas pela barreira da Serra de Minde, que efectivamente põe essas terras de costas voltadas a Torre de Moncorvo. Freixo de Espada-à-Cinta constitui assim um mercado intraregional balizado pela cordilheira de Minde e pelo Douro. Neste particular é de ressaltar que o mercado de Freixo de Espada-à-Cinta também regula os líquidos (vinhos e azeites) na mesma área, englobando Poiães, Mazouco, Fornos, Lagoaça e Freixo propriamente dito. Esta impõe a sua influência a todas as terras do vale até Lagoaça. A partir daí o mercado de Miranda poderá começar a ditar a sua força. De anotar, porém, que esta última terra (Lagoaça), embora pertencente já à comarca de Miranda e concelho de Mogadouro, se articula economicamente com os mercados do Sul, isto é, com Freixo de Espada-à-Cinta. Os líquidos (vinhos e azeites) daqui provenientes (escoando-se embora para o Porto) passariam obrigatoriamente por este mercado. Deste modo se patentearia a existência de maiores dificuldades de penetração nas terras do vale a partir de Freixo de Espada-à-Cinta.

Pergunta e dúvida que se poderá pôr é se esses mercados reguladores locais, neste caso Moncorvo e Freixo de Espada-à-Cinta, não controlariam as restantes terras de alguns concelhos aqui atingidos, como são Ansiães, Vilarinho da Castanheira e Freixo de Espada-à-Cinta. Facto esse que daria a estes mercados uma importância muito mais alargada a nível regional, marcando em todo o lado a força centrípeta do Vale do Douro, mesmo que o seu leito e curso sejam de acesso manifestamente difícil. Não sei mesmo se outras terras de Miranda, particularmente as de Mogadouro, se não estarão mais atraídas pelo mercado de Freixo de Espada-à-Cinta do que do de Miranda (embora a este se tenha de facto, até ao presente, atribuído talvez a maior importância).

Em relação ao grupo B, a repartição é mais uniforme, manifestando os vinhos e azeites a acção reguladora das medidas e preços do Porto. Para os restantes, a força do mercado de Trancoso, bem afastado do Rio Douro e a marcar para os restantes produtos a atracção dos mercados da Beira, e linhas de circulação dos eixos de Pinhel – (Trancoso) – Viseu ou Celorico da Beira – Guarda, atestando a

diminuta importância dos centros posicionados mais junto ao rio como Foz Côa ou Freixo de Numão. O que importa salientar, me parece, é esta articulação (no que respeita principalmente aos géneros não líquidos deste troço superior do Douro) com os mercados interiores (e regulados) da Beira interior, patente em todos os géneros de maior peso económico e em géneros, em que em todos eles (à excepção precisamente do vinho e do azeite) se registam os maiores valores brutos de produção (e, possivelmente também, os melhores índices de produtividade).

Finalmente no grupo C a mesma realidade anterior, desta vez reforçada para os próprios líquidos. Trancoso impõe-se, seguramente, como o centro mais importante, solidificando e atestando a importância das Feiras de Trancoso (que vêm desde longa data), não só para o conjunto das terras da Beira Alta, como de muitas terras deste troço e vale superior do Douro, mesmo que com o rio fossem confinantes. Só a melhoria dos acessos ao Douro e a navegabilidade deste rio seriam capazes de inverter esta situação. Marca-se, neste aspecto, diferença assinalável com o que se passa na margem Norte do mesmo rio. Aqui todas as terras se acham, sem dúvida, mais condicionadas pela drenagem em direcção ao rio (quer se trate de Torre de Moncorvo quer de Freixo).

Outra nota a sublinhar – porque encerra uma informação de âmbito mais alargado e generalizado – é a que respeita à importância das dizimarias. Toma-as e colhe-as o memorialista como ponto de referência das produções para as diferentes terras e géneros. Todavia, assinala-lhes e recolhe-lhes, em paralelo, a informação por defeito que encerram, sobretudo quando tomadas da boca dos rendeiros. Por saber que era prática corrente (e por ter sob olhos as próprias áreas de produção), calcula José Vítor de Magalhães em cerca de 50% do seu valor real as que lança no seu relatório: «poucos rendeiros nos informarão da verdade da colheita da Dizimaria, porque julgavão que a nossa diligência lhe seria nociva, razão porque não darião a descrição a metade do rendimento da dicta colheita». (Será que as referências que outros memorialistas nos transmitem – em valores numéricos – como por exemplo Custódio José de Vilas-Boas para a Província do Minho, serão do mesmo teor ou respeitarão elas os valores reais dos últimos assentamentos?).

Anotando este facto, não deixam, porém, os dados dizimeiros, quando é possível segui-los em séries, de constituir um dado de primeira importância para o estudo e a aproximação à realidade agrícola e económica do Antigo Regime. E fica mesmo assim manifesto que é a esse dado e a essa fonte de apoio que os próprios contemporâneos recorrem para avaliação genérica da produção do país⁷.

A implantação das culturas e o seu peso económico distribuem-se com bas-

⁷ Cf. OLIVEIRA, Aurélio, *ob. cit.*, vol II.

tante desigualdade na área descrita. Estariam algumas, por certo, alargando-se ou contraindo-se sobre o terreno, mas uma conclusão deste tipo exigiria outros dados para termos de comparação. As culturas que mais uniformemente se distribuem pelas três áreas contempladas são, sem dúvida, por ordem genérica do seu real peso económico. O centeio, seguido do azeite (que, sendo irregularmente distribuído, se mostra particularmente concentrado na zona A). Segue-se o trigo e só depois os vinhos que ocupam o quarto lugar em valor económico. São estes mais significativos na margem Sul que na margem Norte do rio – média de 157.7 contra 100 na margem Norte. Vêm depois as lãs (e os gados) e, finalmente, a cevada, também regularmente distribuída por toda a área mas com um peso manifestamente inferior, a querer indicar um claro recuo deste cereal em termos gerais na área globalmente considerada.

Assim, do ponto de vista económico, a zona mais importante é, sem dúvida, a zona B, ligeiramente superior no trigo, mas bem acentuada no centeio e na cevada. Inferior, porém, nos cereais de regadio (milho e feijão), desta vez com expressão significativa na zona C. A cevada é um dos produtos que, a par dos trigos e centeios (e a par do vinho e do azeite) mais uniformemente se distribui, e por todas as zonas, apresentando volumes de produção e valor numérico correspondente, sempre à frente dos milhos. Na zona B sobrepõe-se mesmo ao valor dos vinhos.

A castanha e a batata (esta seguramente de introdução muito mais recente) confina-se aqui (e por 1790) às terras entre Marzagão – Cabeça de Mouro, na zona A, para surgir apenas (somente a castanha) em Fornos e Lagoaça – com total desaparecimento na zona B. Marcará a sua presença na zona C, em Cedovim, Pereiros e Valongo dos Azeites. Os cereais de regadio, isto é, o milho grosso (sempre associado ao feijão) reparte-se, ainda que de modo desigual, pelas três zonas (sobretudo o milho), assumindo particular significado na zona C, embora na zona A apresente uma ocupação praticamente contínua de Marzagão a Torre de Moncorvo.

O vinho e o azeite são culturas que uniformemente se distribuem por todas estas áreas, sendo o valor numérico do azeite, superior aos vinhos em todo o lado, excepto na zona C, em que, de facto, a cultura e a importância das vinhas nos surge em segundo lugar, logo a seguir ao volume e valor dos centeios que estes sim, marcam a sua primazia em todo o lado.

Na zona Norte, entre Marzagão e Torre de Moncorvo, e particularmente no termo de Moncorvo, leva enorme vantagem (quase o dobro da produção média em relação às zonas a Sul do Douro). Isto é, constitui aqui a sua mancha mais contínua, em área e em valor numérico, seguido de perto pela zona C.

Na zona A, a falta da castanha e da batata (e em algo do milho e do feijão – nas povoações que vão de Vila Flor a Lagoaça) é compensada com outras cultu-

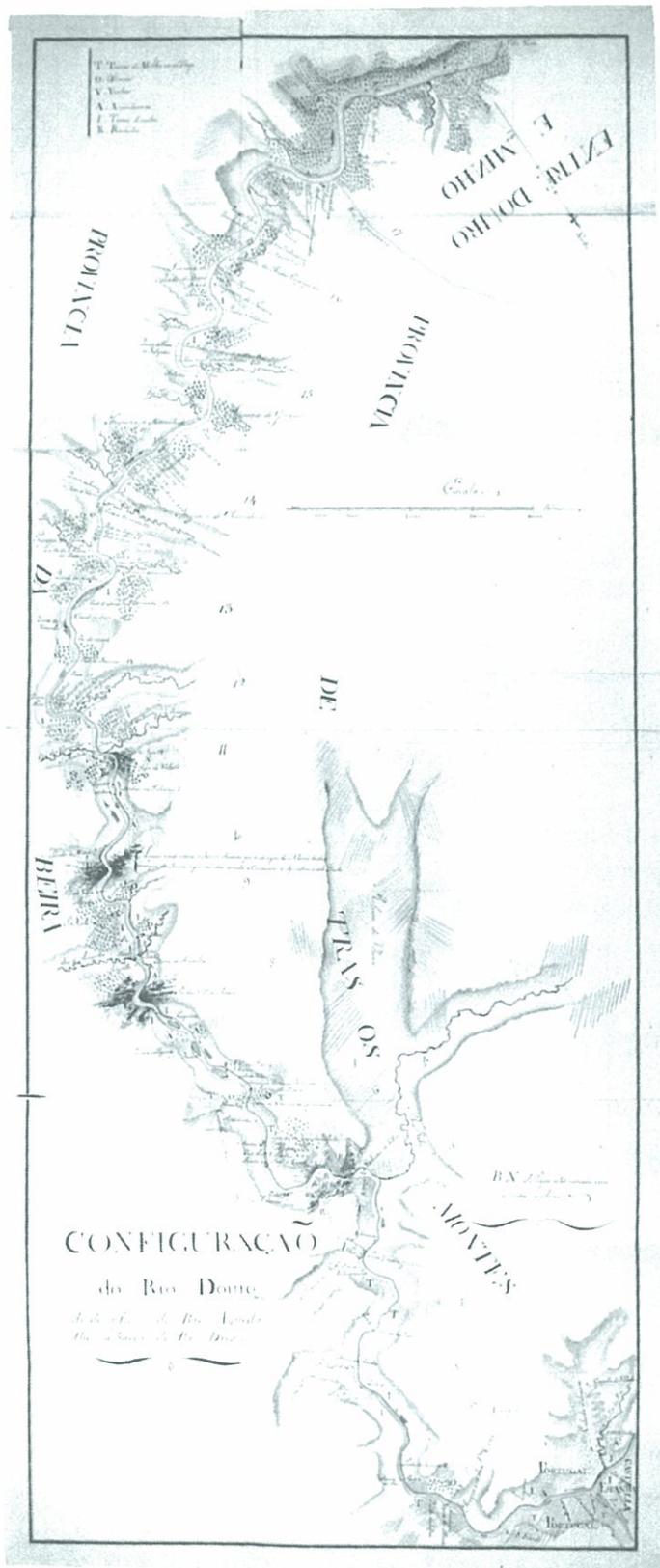
ras, particularmente a amêndoa que corre em áreas que vão de Torre de Moncorvo a Freixo de Espada-à-Cinta, com particular significado em Urros. Esta cultura prolonga-se depois à margem Sul (zona B), concentrando-se entre Almendra e Seixas. Nesta margem é acompanhada pelo grão-de-bico, a que se segue a mancha de ocupação da lentilha (nestas duas últimas zonas) particularmente entre Val de Bois a Vilarouco e, depois, entre Sebadelhe e Valongo dos Azeites. O sumagre tem aqui pouco significado, limitando-se praticamente à zona B – Val de Bois e Mós – e em C, o Poço do Canto.

Seda e linho não parecem ter também relevância em todo este território, surgindo apenas o linho em Torre de Moncorvo (mas aqui de modo concentrado) e, depois (em C), em Sebadelhe e Poço do Canto. A seda só na margem direita do Douro, em Urros e Poiares. Outro tanto, porém, não sucede com as lãs (e logo a pastorícia e gados). É (ou são) produto(s) que se distribuem uniformemente em todo o território e com certo peso económico, igualando praticamente o valor do azeite na zona C. Mostram-se com particular relevo na zona A (de Vila Flor), prolongada para Leste até Torre de Moncorvo, Urros, Ligares, Freixo de Espada-à-Cinta e Fornos. Concentrar-se-à, porém, essencialmente na zona B, entre Escalhão e Val de Bois.

Por último registre-se a importância da anotação dos preços dos diferentes géneros, cujos valores devem ser directamente correlacionados com variantes importantes: volume de produção, capacidade das medidas, qualidade dos géneros (particularmente acentuado no que respeita aos vinhos, que o memorialista tem especial cuidado em sublinhar). Finalmente o valor regulador dos mercados cuja influência preside a estas pequenas áreas de produção e aos quais já nos referimos. Esta amostra pontual dos preços não apresenta qualquer valor diacrónico. Tem, porém, a vantagem, de nos dar uma ideia relativa do valor e peso económico das diferentes culturas e para isso devem ser utilizadas (como, aliás, acabamos de fazer).

Finalmente duas observações sobre a população, aqui anotada através do registo dos fogos. Tal como os preços – pela sua referência isolada, o seu quase nulo valor indicativo como amostragem serial e diacrónica. Tem, porém, um valor pontual que é de reter e de correlacionar com outras informações demográficas e outros outros dados referentes à produção.

Assim, a mancha demográfica e populacional tomada nesta base dos fogos dá à zona Sul (isto é, àquela que aparentemente menor articulação nos apresenta, com o rio antes de mais (voltada aos mercados das Beiras que Trancoso monopoliza), a maior concentração populacional, particularmente marcada de Escalhão a Vilarouco. Apresenta os seus núcleos mais importantes em Foz Côa, Escalhão, Almendra e, depois, em Vilarouco e Numão. Seguem-se-lhe em importância relativa as povoações limítrofes que constituem a área C, sendo aqui de ressaltar



Configuração do Rio Douro desde a foz do Rio Agueda
 à barca de Por Deus (mapa que acompanha o cód. 728
 da Biblioteca Nacional de Lisboa)

Freguesias	Orago	Concelhos	Comarcas	Fogos	Medidas		Trigo		Dizimaria
					Líquidos (almudes)	Cereais (alqueires)	Quant. (alg.)	Valor unit. (rs)	Valor Total (rs)
Marzagão	S. João Baptista	Ansiães	T. Moncorvo	72	Porto	T. Moncorvo	60	600	36000
Ansiães	S. Salvador	Ansiães	T. Moncorvo	70	Porto	T. Moncorvo	20	600	12000
Selores	S. Gregorio	Ansiães	T. Moncorvo	80	Porto	T. Moncorvo	15	600	9000
Fonte Longa	Sta. M ^a Madalena	Ansiães	T. Moncorvo	119	Porto	T. Moncorvo	16	600	9600
Seixo	S. Sebastião	Ansiães	T. Moncorvo	150	Porto	T. Moncorvo (2)	150	600	90000
Beira Grande	S. Antonio	Ansiães	T. Moncorvo	90	Porto	C. de Ansiães (3)	30	600	18000
Vil ^o da Castanheira	Sta. M ^a Madalena	Vil ^o da Castanheira	T. Moncorvo	186	Porto	T. de Moncorvo (4)	30	600	18000
Lousa	S. Lourenço	Vil ^o da Castanheira	T. Moncorvo	226	Porto	T. de Moncorvo (4)	400	600	200000
Cabeça Boa	S. Bras	T. Moncorvo	T. Moncorvo	84	Porto	T. Moncorvo	200	500	100000
Cabeça de Mouro	S.ª das Neves	T. Moncorvo	T. Moncorvo	70	Porto	T. Moncorvo	500	600	300000
Vila Flor (1)	S. Bartolomeu	Vila Flor	T. Moncorvo	300	Porto (5)	T. Moncorvo (5)	130	700	91000
Nabo	S. Gens	Vila Flor	T. Moncorvo	50					
Horta	S. Sebastião	T. Moncorvo	T. Moncorvo	96	Porto	T. Moncorvo	347	600	208200
Torre Moncorvo	S.ª da Assunção	T. Moncorvo	T. Moncorvo	400	Porto	T. Moncorvo (7)	800	550	440000
Açoreira	S. João Evangelista	T. Moncorvo	T. Moncorvo	70			144	600	86400
Prado	S. Julião	T. Moncorvo	T. Moncorvo	107	Porto	T. Moncorvo (7)	44	600	26400
Urrós	S. Bartolomeu	T. Moncorvo	T. Moncorvo	280	Porto	T. Moncorvo (7)	1000	550	550000
Ligares	S. João Baptista	Freixo de Espada-à-Cinta	T. Moncorvo	233	Porto	T. de Moncorvo (8)	570	600	342000
Poiães	S. Pedro	Freixo de Espada-à-Cinta	T. Moncorvo	170	Concelho de Freixo (9)	Concelho de Freixo (10)	400	550	220000
F. de Espada-à-Cinta	S. Miguel	Freixo de Espada-à-Cinta	T. Moncorvo	450	Concelho de Freixo (9)		800	600	480000
Mazouco	S. Isidoro	Freixo de Espada-à-Cinta	T. Moncorvo	70	Concelho de Freixo (9)		80	550	44000
Fornos	Sta. Eulália	Freixo de Espada-à-Cinta	T. Moncorvo	100	Concelho de Freixo (9)		70	540	37800
Lagoaça	Sto. Antonio	Mogadouro	Miranda	200	Porto		230	550	126500
Total				3673			6036	12890	3444900
Escalhão	N. S.ª dos Anjos	Castelo Rodrigo	Trancoso	420	Porto	Trancoso	1000	500	500000
Almendra	N. S.ª dos Anjos	Almendra	Trancoso	267	Porto	Trancoso	600	550	330000
Castelo Melhor	Divino Espirito Santo	Almendra	Trancoso	80	Porto	Trancoso	600	550	330000
Foz Cãa	N. S.ª da Veiga	Foz Cãa	Trancoso	666	Porto	Trancoso	671	600	402600
Val de Bois	S.ªo Amaro	Freixo de Numão	Trancoso	60	Trancoso	Trancoso	38	650	24700
Mós	S. Pedro	Freixo de Numão	Trancoso	126	Porto	Trancoso	42	600	25200
Murça	Sta. Senhorinha	Freixo de Numão	Trancoso	60	Porto	Trancoso			
Seixas	S. Martinho	Freixo de Numão	Trancoso	93	Porto	Trancoso	50	600	30000
Vila Numão	S.ª da Assunção	Freixo de Numão	Trancoso	120	Porto	Trancoso	50	650	32500
Custóias	S. João Baptista	Freixo de Numão	Trancoso	50	Porto	Trancoso	30	600	18000
Val de Figueira	S.ª do Rosário	S. João da Pesqueira	Trancoso	80	Porto	Trancoso	30	600	18000
Vilarouco	S. Bartolomeu	S. João da Pesqueira	Trancoso	170	Porto	Trancoso	110	600	66000
Total				2192			3221	6500	1783000
Freixo de Numão	S. Pedro	Freixo de Numão	Trancoso	265	Trancoso	Trancoso	203	600	121800
Sebadelhe	S. Lourenço	Freixo de Numão	Trancoso	110	Trancoso	Trancoso	150	650	97500
Poço do Canto	N. S.ª do Pranto	Ranhados	Pinhel	192	Trancoso	Trancoso	104	600	62400
Cedovim	S. João Baptista	Cedovim	Trancoso	240	Trancoso	Trancoso	99	600	59400
Horta	S. Salvador	Freixo de Numão	Trancoso	41	Trancoso	Trancoso	100	600	60000
Pereiros	S. Salvador	S. João da Pesqueira	Trancoso	78	Trancoso	Trancoso	20	600	12000
Valongo dos Azeites	Sta. Catarina	Valongo dos Azeites	Trancoso	40	Trancoso	Trancoso	30	600	18000
Total				966			706	4250	431100

Freguesias	Centeio			Cevada			Grão			Vinho			Azeite		
	Quant. (alg.)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (alg.)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (alg.)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (alm.)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (alm.)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)
Marzagão	200	500	100000							250	600	150000	12	4000	42000
Ansiães	200	450	90000	10	300	3000				120	600	72000	9	4000	36000
Selores	200	450	90000							110	600	66000	20	4000	80000
Fonte Longa	200	450	90000							100	600	60000	10	4000	40000
Seixo	400	500	200000	40	300	12000	3	600	1800	300	600	180000	40	4000	160000
Beira Grande	1000	500	500000							140	600	84000	6	4000	24000
Vil ^o da Castanheira	700	500	350000	30	300	9000				300	600	180000	60	4000	240000
Lousa	600	500	300000	40	300	12000				400	600	240000	80	4000	320000
Cabeça Boa	500	400	200000	30	240	7200				60	450	27000	6	3000	18000
Cabeça de Mouro	300	400	120000	20	240	4800				40	450	18000	4	3000	12000
Vila Flor (1)	2600	600	1560000	60	360	21600				1000	800	800000	600	3200	1920000
Nabo															
Horta	357	500	178500	18	300	5400	4	500	2000				30	3200	96000
Torre Moncorvo	1200	480	576000	300	240	72000				400	480	192000	440	3200	1320000
Açoreira	635	500	317500	374	300	112200				60	500	30000	30	3200	96000
Prado	77	500	38500	84	300	25200				12	500	6000			
Urrós	2200	500	1100000	600	300	180000				200	400	80000	100	3400	34000
Ligares	1000	550	550000	190	300	57000				120	300	36000	6	3000	18000
Poiães	632	450	284400	250	300	75000	4	600	2400	50	500	25000	50	3000	150000
Freixo de Espada-à-Cinta	1475	500	737500	43	300	12900	30	600	18000	200	500	100000	100	3000	300000
Mazouco	440	500	220000	220	300	66000				50	400	20000	40	2500	100000
Fornos	1300	400	520000	60	240	14400				12	400	4800			
Lagoaça	1000	450	450000	28	240	6720				50	600	30000	10	4000	40000
Total	16946	10700	8512400	2397	5160	696420	41	2300	24200	3974	11140	2403800	1653	69700	5046000
Escalhão	4000	400	1600000	100	300	30000						72000	10	3200	32000
Almendra	2000	500	1000000	600	300	180000	26	480	12480	120	600	72000	75	3200	240000
Castelo Melhor	800	500	400000	300	300	90000	10	480	4800	24	600	14400	22	3200	70400
Foz Cãa	872	440	401120	835	300	250500	20	450	9000	60	500	30000	100	3200	320000
Val de Bois	249	550	136950	222	400	88800	5	600	3000	20	500	10000	40	3000	120000
Mós	277	550	152350	125	300	37500	9	600	5400						
Murça				100	400	40000				40	400	16000	25	3200	80000
Seixas	340	550	187000	28	400	11200									
Vila Numão	613	600	367800				2	600	1200	60	900	54000	18	3200	57600
Custóias	80	600	48000	30	400	12000				32	400	12800	7	3200	22400
Val de Figueira	120	600	72000	50	400	20000	10	600	6000	100	400	40000	50	3200	160000
Vilarouco	600	550	330000	100	300	30000	10	600	6000	250	600	150000	100	3000	300000
Total	9951	5860	4695220	2490	3800	790000	82	3810	41880	706	4900	359200	447	31600	1380400
Freixo de Numão	783	550	430650	239	300	71700				200	650	130000	13	3500	45500
Sebadelhe	400	580	232000	100	400	40000	40	600	24000	200	600	120000	6	3400	20400
Poço do Canto	853	550	469150	46	400	18400				400	600	240000	8	3400	27200
Cedovim	1041	550	572250	132	400	52800				450	700	315000	10	3000	30000
Horta	445	550	244750	100	400	40000	8	600	4800	50	700	35000	4	3300	13200
Pereiros	300	550	165000	5	400	2000	1	600	600	60	5400	6	3300	19800	
Valongo dos Azeites	300	550	165000	10	400	4000	2	600	1200	350	600	210000	15	3300	49500
Total	4122		2278800	632	2700	228900	51	2400	30600	1740	4450	1104000	62	23200	205600

Freguesias	Amêndoa			Lãs			Lentilha			Sumagre			Linho		
	Quant. (arroba)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (arroba)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (alqueire)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (arroba)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (arroba)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)
Marzagão				7	3000	21000									
Ansiães				3	3200	9600									
Selores				3	3200	9600									
Fonte Longa				4	3200	12800									
Seixo				2	2000	4000									
Beira Grande				5	3000	15000									
Vil' da Castanheira				5	2000	10000									
Lousa				25	3000	75000									
Cabeça Boa				3	2600	7800									
Cabeça de Mouro															
Vila Flor (I)				100	3000	300000									
Nábo															
Horta				3	3000	9000									
Torre Moncorvo				50	2600	130000							200	600	120000
Açoreira	10	1200	12000	12	3000	36000									
Prado	20	1500	30000	12	3000	36000									
Urros	120	1400	168000	40	3200	128000									
Ligares	6	1500	9000	50	2800	140000									
Poiães	30	1500	45000	25	3000	75000									
Freixo de Espada-a-Cinta	19	1600	30400	46	3000	138000									
Mazouco	15	1500	22500	8	2600	20800									
Fornos	4	1600	6400	40	2800	112000									
Lagaça				30	3000	90000									
Total	251	13300	363800	473	60200	1379600							200	600	120000
Escalhão				30	2800	84000									
Almendria	10	1300	13000	65	3200	208000									
Castelo Melhor	10	1300	13000	40	3000	120000									
Foz Cõa	40	1500	60000	20	3000	60000									
Val de Bois	30	1400	42000	20	3000	60000	16	400	6400	400	360	114000			
Mós	10	1300	13000	8	3200	25600	32	300	9600	100	3200	320000			
Murça															
Seixas	3	1200	3600				100	400	40000						
Vila Numão				12	3200	38400	30	400	12000						
Custóias				5	2800	14000	30	400	12000						
Val de Figueira				5	2800	14000	50	400	20000						
Vilarouco				15	3000	45000	60	300	18000						
Total	103	8000	144600	220	30000	669000	318	2600	118000	500		146000			
Freixo de Numão				20	3000	60000									
Sebadelhe				9	3200	28800	5	400	2000						
Poço do Canto				6	3200	19200	3	400	1200						
Cedovim				14	3000	42000				4	550	2200	4	3200	12800
Horta				8	3000	24000	15	400	6000						
Pereiros				5	3000	15000	4	400	1600						
Valongo dos Azeites				5	3000	15000	2	400	800						
Total				65	21400	198000	29	2000	11600	4	550	2200	4	3200	12800

Freguesias	Seda			Milho grosso			Feijão			Castanha			Batata		
	Quant. (arrátel)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (alq.)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (alq.)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (alq.)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)	Quant. (alq.)	Valor unit. (rs)	Valor total (rs)
Marzagão				60	480	28 800	4	600	2 400	200	100	20 000	10	100	1 000
Ansiães				20	400	8 000	10	600	6 000	60	100	6 000	15	100	1 500
Selores				40	400	16 000	4	600	2 400	40	100	4 000	20	100	2 000
Fonte Longa				15	400	6 000				100	100	10 000	200	100	20 000
Seixo				40	400	16 000	4	600	2 400	20	100	2 000	60	100	6 000
Beira Grande				30	400	12 000				40	100	4 000	40	100	4 000
Vil' da Castanheira				20	300	6 000				300	80	24 000	15	80	1 200
Lousa				20	480	9 600				400	100	40 000	10	100	1 000
Cabeça Boa				100	400	40 000	40	500	20 000						
Cabeça de Mouro				50	400	20 000	20	500	10 000						
Vila Flor (I)				30	500	15 000	6	600	3 600	10	80	800	10	100	1 000
Nábo															
Horta				7	400	2 800	39	500	19 500						
Torre Moncorvo				400	400	160 000	150	480	72 000						
Açoreira															
Prado															
Urros	14	2	400	8	400	3 200	2	600	1 200						
Ligares															
Poiães															
Freixo de Espada-a-Cinta	12	2	800	10	400	4 000									
Mazouco															
Fornos												250	60	15 000	
Lagaça												80	80	6 400	
Total	26	4	1200	850	6160	347400	279	5580	139500	1500	1000	132200	380	880	37700
Escalhão															
Almendria				5	500	2 500									
Castelo Melhor															
Foz Cõa				204	400	81 600	22	420	9 240						
Val de Bois				15	450	6 750									
Mós				38	480	18 240									
Murça															
Seixas				8	480	3 840									
Vila Numão				62	480	29 760									
Custóias				6	480	2 880									
Val de Figueira				30	480	14 400									
Vilarouco				30	400	12 000									
Total				398	4150	171 970	22	420	9 240						
Freixo de Numão															
Sebadelhe				100	450	45 000	40	500	20 000						
Poço do Canto				30	500	15 000									
Cedovim				148	500	74 000	20	500	10 000	150	80	12 000			
Horta				40	480	19 200	10	500	5 000						
Pereiros				10	480	4 800	1	500	500	10	80	800			
Valongo dos Azeites				35	480	16 800	2	500	1 000	35	60	2 100			
Total				363	2890	174 800	73	2500	36 500	195	240	15 600			

(1) e anexas - Róios, Lodiões, Sampaio e Nábo; (2) pouco mais ou menos; (3) que pouco difere da de T. de Moncorvo; (4) mas um pouco maior; (5) menos 1 canada no vinho; menos 6 quartinhos no azeite; (6) mas excede um pouco; (7) que imita as de Lisboa; (8) um pouco maior que a da Torre; (9) que é de 40 quartinhos/almoede; (10) menor que Torre de Moncorvo; (11) terras do Infantado; (12) donatário o Marquês de Marialva

Freixo de Numão, Cedovim, Poço do Canto e Sebadelhe. A área que menor concentração demográfica apresenta por freguesia é a zona A (ainda que com pouca diferença), isto é, as terras a Norte do Douro. Aqui, o maior centro é Torre de Moncorvo (mas inferior a Foz Côa e a Escalhão), seguindo-se-lhe depois como nódulos mais importantes: Vila Flor, Urros, Ligares, Lousa e Lagoaça. De toda esta situação é lícito extrair uma visível coincidência entre a concentração da povoação e as produções de cereais.

São de facto estas as zonas de maior peso efectivo (tanto em cultura como em valor numérico correlativo) dos cereais de Inverno: centeios, cevadas (ainda que a alguma distância dos trigos), dos milhos, das lentilhas, dos grãos e largamente dos vinhos. Na zona a Norte (de menor densidade populacional), é de anotar a coincidência com os maiores valores relativos nos trigos e nas culturas *novas* da batata, milho e feijão (entre Marzagão e Torre de Moncorvo) e com larga primazia no azeite e nas lãs. Essas culturas *novas* são seguramente uma resposta à perda dos valores relativos do centeio, cevadas e outros grãos. Seria interessante comparar estes dados, não só com amostragens anteriores, como posteriores. Pode ser que os estudos agora em curso sobre todo o vale o possam a vir a permitir.

2. NOTA FINAL

Na transcrição do documento manteve-se a grafia integral do texto. Apenas se reduziram as minúsculas agrandadas que surgiam no meio das palavras. A pontuação original foi igualmente respeitada. A fl. 2 do manuscrito tem um índice que alteramos (graficamente) para melhor leitura e apresentação. Eliminou-se a indicação de página ou folha (por se tornar menos cómoda e prática a sua indicação à margem do corpo do texto), como se eliminou também a indicação por barra (/) de fim de linha.

Descrição do Rio Douro para Cima do Cachão de: Sam Salvador denominado no Paíz =Cachão da Baleira = com o Mappa das Freguezias superiores ao mesmo Cachão, e outro das Freguezias confinantes com Castella, rezumo das Estrádas, e Itenerário da Digressão que fizêrão os Commissarios encarregá-dos d'esta averiguação⁸.

Os encarregádos fôrão o Commissario de Vinho de Ramo Jozé Victor de Magalhaens, e Manoel Moreira Garcez Escrivão do Commisario Manoel Ignácio Pereira. Remetteu o Senhor Deputádo Francisco Baptista de Araújo Cabral Montez os Originaes copiádos ao diante com a sua Carta de 22 de Março de 1790, e a do dicto Commissario de 17 do mesmo Março, ambas as quaes se achão nos seus respectivos Lugares; e ségue-se a Cópia do sobredicto Commissario.

Illustrissimo Senhor Francisco Baptista de Araújo Cabral Montez = Pela Carta que V. S^a me dirigiu com a dácta de 12 de Janeiro immediato viagei com o Escrivão Manoel Moreira Garcêz, e com o Arraes Manoel Pinho Macho, as margens do Rio Douro tanto da parte do Norte, como do Sul, distancia de desoito Légoas do Cachão da Baleira para cima até a freguezia de Bursó Concelho de Mogadouro, Comarca de Miranda; e pela Relação, que a V. S^a aprezo se móstrão todas as difficuldades, que se oppoem a navegação até os Cachoens, que se achão na dicta freguezia de Bursó como se vê do Mappa N^o 1. Consequentemente por outra Relação que a V. S^a faço patente se mostrão todas as Estrádas, que decorrem ao Douro de hum, e outro Ládo delle, tanto as que se achão vadiaveis de carros como aquellas que precizão de algum concêrto para por ellas podêrem transitar daquellas freguezias confinantes com as margens do mesmo Douro, e outras máis superiores a estas, das quaes todas se fês descripção, tanto dos Fógos que contém cada hua das freguezias, Concelhos e Comarcas, e Padroádos de suas apresentaçõens, como do rendimento de suas Dizimarias; declaração de medidas, porque em cada hua dellas se comprão, e vendem seus fructos, o prezente anno, distancia de cada hua das freguezias ao Douro, e ao Cachão da Baleira, tanto por terra como por agoa, qualidade de Vinho e suas manufacturas, como se vê do Mappa N^o 2.

Pela Relação de N^o 3 se mostrão as freguezias de Castella, que confinão com o nosso Reino mediando o Douro da parte do Norte. Pelo Rezumo extrahido da Relação das freguezias se mostrão as Estrádas, que decorrem ao Douro, em N^o 4. Pela Relação N^o 5 se mostra a Conta de toda a despêza, que se fês na nossa Digressão. Pelo Itenerário N^o 6 se mostrão as Legoas que distão de huns Póvos a outros de toda a Jornada.

Tão sómente comprei doze Pipas de Vinho, para servirem de Baliza da sua qualidade; não comprando máis na fórma recomêndáda por V. S^a por não o achar digno de subsistencia pela inferioridáde do Anno, e falta de manufactura.

Partecipo mais a V. S^a, que na averiguação que fezêmos do rendimento de cada hua das freguezias contempládas na Relação dellas, poucos Rendeiros nos informádo da ver-

⁸ Documento existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, Cód. 728 (antigo B/12/11). Levantamento de Aurélio Araújo de Oliveira, Professor Catedrático da FLUP, investigador da linha de História Moderna do GEHVID. Transcrição de Natália Favrelle Costa.

dade da Colheita da Dizemaria, porque julgávão, que a nossa Diligencia lhe seria nociva, razão porque, não darião a descripção a metade do rendimento da dicta Colheita, e nos accomodamos ao seu dizer por não termos meios para os compelirem a dizerem a verdade = Deos guarde a V. S^a Régoa 17 de Março de 1790 = De V. S^a = Reverente súbdito, e Criado = Jozé Victor de Magalhaens =

- N^o. 1^o Mappa, e Descripção do Rio Douro do Cachão da Baleira para cima: (p. 3, 10, 11, 11v).
 N^o. 2^o Mappa das Freguezias Superiores ao Cachão da Baleira, que ficão á parte do Norte do Rio Douro: (p. 12).

Index das Freguezias (p. 54)

- N^o. 3^o Rezumos das Freguezias confinantes com Castella, mediando o Douro, entre aquelle, e o nosso Reino.(p. 55).
 N^o. 4^o Rezumo das Estrádas, que decorrem ao Douro extrahido do Mappa de suas respectivas freguezias, tanto das que se achão vadiaveis de carro, como das que se dévem compôr para podérem vadiar. (p. 56).
 N^o. 5^o Mappa das Despêzas, que fizerão os Commissarios da Companhia Geral do Alto Douro na Digressão da Régoa, athé a freguezia de Bursó da parte do Norte do Douro, e daquella Freguezia passando a parte do Sul delle athé se recolhêrem á mesma Régoa, e sahindo d'esta no dia 18 de Janeiro athé 2 de Março de 1790 (p. 62).
 N^o. 6^o Itenerário da Digressão que fizerão os Commissarios da Companhia Geral do Alto Douro, da Regoa para cima athé a freguezia de Lagoáça, confinante com Bursó Concelho de Mogadouro, Comarca de Miranda do Douro, e voltando á parte do Sul do mesmo Douro athé a Baleira, passando ao Castêdo a finalizar na Régoa. (p. 63).

N^o 1 – Mappa, e Descripção do Rio Douro do Cachão da Baleira para Cima

Primeiramente passado o Cachão da Baleira, ségue-se hum quarto de Legoa navegavel sém risco; de hum, e outro Lado do Douro há grandes rochêdos, por onde se não póde transitar de pé.

No fim d'esta distancia se encontra hua corrida de agoa, que chámão o Ponto do Ripança, que indo o Rio alto fás grande cachão, que com algum trabalho se póde desfazer; têm dous Açûdes, hum da parte do Norte, e outro do Sul, que fazem frente hum ao outro, que póde sér, que Limpando-se algum fraguêdo da parte do Norte ambos fiquem intactos.

Passado o referido Ponto, segue-se hum quarto de Legoa athé a Bárca de S. Xisto, e nésta distancia fica hum Açûde da parte do Sul, que não impede a navegação de hua, e outra parte do Douro, terras fructíferas, de azeite, e pão.

No fim d'esta distancia está hum Ponto chamádo dos Canães, dividido o Rio em duas partes com hum cachão no meio, têm pela parte do Norte huas Azenhas, que não impe-

dem a navegação, demolindo-se outra Azenha, que fica á parte do Sul na mesma direitura, Limpando-lhe várias pédras, que se achão amontoádas, o que se póde fazer sém muito custo.

Passado este Ponto, segue-se hum pequeno espaço de río bem navegavel, no cimo do qual se achão alguas Azenhas da parte do Norte chamádas de Lûcas Guedes, e outras da parte do Sul na mesma direitura, que são de Manoel António Braga, de Villarôco, éstas se dévem demolir, em razão de têr o Douro maior declive para ésta parte por estar no meio delle hum grande Calháu.

Logo a cima das dictas Azenhas se acha hum grande Ponto chamádo do Requeixo por baixo do Pôço de Nossa Senhora da Ribeira, o qual hé navegavel na descida, porém na subida se déve preparar de fórma que se possa alar, por sêr muito rapido o río na sua corrente de hum, e de outro Ládo do Douro são terras que produzem azeite, pão, e muito melhor produzirão Vinho nestes sítios se nelles plantassem Vinhas.

No Cimo do dicto Ponto, segue-se hum grande Pôço, chamádo de Nossa Senhora da Ribeira a Velha, bem navegavel; porém mettido entre dous rochêdos formidaveis, no fundo do qual Pôço anda a Bárca de Arnozello.

No Cimo do dicto Pôço da parte do Sul se acha hua Pesqueira, e hum Calháo, que divide o Rio em duas partes, e se déve demolir a Pesqueira ou o Calháo, que este fica com inclinação ao Norte não com muito custo.

Logo máis acima em pouca distancia se divide o Rio em duas partes, aonde na do Norte se acha hua Pesqueira no sítio do Covedo, que se déve demolir, não com muito custo, e neste sítio hé o Rio rapido na sua corrente.

Segue-se máis acima distancia de hum quarto de Legoa de Rio bem navegavel, athé chegar á direitura da Quinta das Figueiras, que fica á parte do Sul, aonde se divide o Rio em duas partes, e da mesma parte se achão duas Azenhas da dicta Quinta, com hum só Açûde, que necessariamente se déve demolir.

Logo pouca distancia acima da Capella de Nossa Senhora da Ribeira a nova, aonde se divide o Rio em duas partes, se acha hua Azenha na parte do Sul, e duas na do Norte, que hua d'estas hé do Padre Manoel de Coleja; e outra do Doutor Antonio Manoel da Cruz da Torre, que móem com hum só Açûde, o qual necessariamente se déve demolir para o trãnsito da Navegação.

Sêgue-se para cima em pouca distancia hum Ponto rapido na sua corrente no sítio, e direitura de Coleja, aonde embóca no Douro o Regáto Largo, que desce pela freguezia do Seixo, cujo Ponto hé navegavel com algum custo; póde alar-se pela parte do Norte.

Passado quarto e meio de Legoa; río bem navegavel: na direitura de Lobazim se achão na parte do Norte tres ródas de Azenhas fortissimas do Capitão Mór de Freixo de Nomão, que impêdem o trãnsito da navegação, o que se póde remediar, abrindo-se hum bocal na parte do Norte do Douro junto á terra ficando intactas as dictas Azenhas.

Logo máis acima em pouca distancia se achão tres pedras que hua dellas se déve quebrar, que hé a que fica á parte do Norte.

Segue-se mais acima distancia de meio quarto de Legoa no sítio da Cadima acima de huns fragoens, que atravessão ao meio do Douro achar-se hua frága rasteira na parte do Sul delle, que necessariamente se deve quebrar.

Logo no mesmo sítio em pouca distancia se segue hua corrente d'agoa rápida com várias pédras, das quaes huma que se acha no meio se déve quebrar.

E Logo a pouca distancia no sítio do Fiolhal se encontrão quatro Azenhas, duas da parte do Norte, que são de Manoel Joseph, e seu Genro da Louza, hua das quaes, o Açûde d'ella se déve demolir, e as duas Azenhas da parte do Sul, não impedem a navegação.

Logo pela parte de cima das dictas Azenhas estão outras á parte do Norte demolidas, que são do Capitão Mór de Freixo de Nomão, que necessáriamente se lhe devem tirar as pédras dos Açûdes, por sêr neste sítio a agoa muito rápida em sua corrente.

Ségue-se daqui para cima distancia de meia Légoa, río navegavel athé dár no fundo do Pôço do Sayão, aonde se acha hua grande corrente d'agoa rápida, com bastante declive, que necessáriamente se déve fazer rôta, de fórmula, que por ella possão passar os Barcos.

E Logo immediato ao dicto Pôço, se segue hum pedaço de río com várias frágas, que para haver de se navegar sem risco; precisamente se dévem quebrar, para vadiarem os Bârcos pela parte do Sul, porque pela do Norte hé máis fragozo.

Segue-se o dicto Pôço do Sayão bem navegavel têm de hua, e outra parte grandes rochêdos, que por causa delles se não póde alár.

Passádo o Pôço do Sayão se acha hua corrente de agoa rápida, e Logo em pouca distancia o Rio dividido em duas partes, por causa de hum grande Calhão, que fás cambiar a navegação para a parte do Norte, e acima d'este Calhão se achão tres, pédras, que a do meio necessáriamente se deve tirar.

Segue-se Logo acima hum Açûde de pédras feito pela natureza, que atravessa o Douro, que se déve abrir de fórmula, que transíte Bârcos; porque havendo pouca agoa, hé innavegavel.

E Logo máis acima se achão alguas pédras, que se devem quebrar da parte do Sul; pela razão da quebra, que fás a agoa para esta parte agitada de hum grande Calhão, que lhe fica superior á parte do Norte.

Logo máis acima se encontra hua grande fraga á parte do Sul, pela qual fás dividir o Douro em duas partes, e ao pé d'esta algûas pédras, que éstas com pouco custo se dévem tirar para não impedir a navegação.

Segue-se em pouca distancia as Azênhas da Villariça á parte do Norte do Douro, que são três rodas, que móem com hum Açûde, que pódem ficar intactas, fazendo-se rôta na vólta, que fás o Douro á parte do Sul, cuja rôta hé máis fácil de preparar do que sêr demolido o Açûde.

Neste sítio entra o Sabôr no Douro, transitando este pelas melhores terras, que se encontrão, como são os Campos da Villariça, cuja Ribeira produz gravissimos fructos de hum, e outro Lâdo do dicto Sabôr, assim como tambem de outro regáto, que a elle se ûne, que hé a Ribeira de Villariça, se achão muitos Olivaes, e terraz de pão, e no alto dêstes alguas terraz incúlta, que sendo plantadas, podião produzir boa Vinha, e Olivaes.

Logo acima do Sabôr em pouca distancia no sítio do Regáto da Ceváda, se acha hum Açûde antigo, sem que tenha Azenha algua, que necessáriamente se déve desfazer: Desde o Pôço do Sayão athé este Regáto da Ceváda fará de distancia de hua Légoa.

Segue-se máis acima distancia de meia Legoa, bom rio, aonde se achão tres Açûdes com suas Azênhas, que hua d'ellas hé de Melchior Pereira de Penedono, e outra, que ficou

da Viuva, digo, e outra da Viuva, que ficou do Antão de Villa nova, e outra de D. Feliciana da mesma Villa, nos quaes referidos tres Açúdes são quinhoeiros Bernardo Luiz, e Manoel Domingues Málta, ambos da dicta Villa, e se dévem demolir de fórma, que possão os Bárcos navegar, que de outra fórma, hé o Douro innavegavel.

Seguese daqui para cima distancia de Legoa, e meia passando pela Barca da Torre de Moncôrvo athé chegar ao sitio do Cachão do Prêdo, bom rio, aonde se acha na parte do Norte hua Azênhã com seu Açúde, que hé de Thereza de Ponte, e seu Sobrinho o Padre Manoel Joseph, do Prêdo, que se déve demolir.

Logo acima cousa de hum quarto de Legoa, se segue hum pedaço de rio navegavel, e no cimo d'este se encontrão duas Azênhãs por baixo da Barca de Villanova de Fóscõa humã da parte do Norte, que hé de Jacintho Caleiro de Villanova, e outra á parte do Sûl na mesma direitura que hé de Dona Helêna da mesma Villa, que esta do Sul se déve demolir o Açúde della para o trânsito da navegação.

Em pequena distancia se segue a Bárca de Villanova, junto da qual entra no Douro a Fóz do Côa, que nas tempestádes hé tão rápida, que atravessa o Douro de hua, e outra parte, segundo nos informárão.

Segue-se acima da dicta Bárca emthé as Azenhas da Quinta das Tulhas de Jacintho Lopes, de Carniçaens, distante da dicta Barca meio quarto de Légoa, rio navegavel; porém n'este pedaço de rio se achão duas pédras que carrégão á parte do Sul, que necessariamente se dévem quebrar; E na frente das Azenhas corre o rio pela parte do Norte, aonde se achão várias pédras na corrente da agoa, que se devem tirar.

Segue-se da Quinta das Tulhas para cima distancia de hua Légoa, bom rio athé chegar ao Cachão da Seráiva, que se acha na freguezia de Urros, cuja fás descida a agoa á parte do Norte, e na corrente della se achão tres pédras, que para agoas baixas, com pouco custo se devem quebrar.

Segue-se Logo hua corrente d'agoa em pouca distancia athé chegar a Azenha de Quintanilhas de Manoel Maio de Castélllo Melhor, que fica á parte do Sul, que não impede a navegação, por fazer declive o Douro á parte do Norte, aonde se acha hua frága Levantáda á beira, aonde fás a agoa hum grande encontro, cuja se déve quebrar: E por cima d'esta fraga Logo pegádo, se acha hum Moínho com seu Açúde que tudo se deve demolir.

Segue-se Logo o Pôço chamádo da Veiga, rio bem navegavel distancia de hua Legoa na mesma freguezia de Urros aonde se acha o Rio dividido no sitio da Beiga, e a hy se encontra hua Azênhã na páрте do Norte, que não impede a navegação, e outra demolida na parte do Sûl, o Açúde da qual, se deve desfazer pelo cêntro.

Máis acima distancia de hum quarto de Legoa no sitio do Rocío hua corrente d'agoa no fundo de hua Insoa aonde vêm o Río dividido em duas partes, na qual corrente se déve tirar alguas pedras.

Logo máis acima se acha o Rio dividido em três partes, aonde na superior se déve abrir rôta da parte do Norte.

Segue-se daqui para cima distancia de meia Legoa, rio navegavel no sitio da Atalaya, hua corrente de agoa rapida, por causa de hua praya de Calháos, aonde se pôde navegar pela parte do Norte, não com pouca agoa.

Daqui para cima passando pela Barca d'Alva, bom rio, distancia de hum quarto de

Legoa, athe dár na Foz do Río Águeda, que deuide o nosso Reyno do de Castella, em cuja direitura se acha hum Caneiro á parte do Norte, que déve sêr demolido.

Logo acima da Fóz do Rio Águeda, distancia de hum quarto de Legoa no sítio da Carriça, se divide o Río em duas partes, que tanto hua, como outra são innavegaveis com pouca agoa; a que fica para a páрте do Sul, confinando com Castella, melhor se pôde fazer navegavel, por têr para ésta parte maior corrente de ágoa, e a que fica da parte do Norte, tambem se pôde fazer navegavel, tirando-lhe várias pédras do meio da Insoa athé, digo, emthé o fim d'ella aonde se divide o Río

D'este Ponto para cima, distancia de hua Legoa bom río, no qual entra a Ribeira de Mós, em a qual se acha hua Fabrica de ferro trabalhando, que hé de Domingos Martins Gonçalves da Cidade do Porto, que fica três Legoas distante do Douro, cujo río hé bem navegavel, emthé o Valle dos Passos, aonde se acha hua Azenha da parte de Castella, que precisa de sêr demolida; porém da nossa parte do Norte com algum custo mais do que desfazer-se a dicta Azenha, se pôde fazer vadiavel, quebrando-se alguas pédras para evitar a ruína da dicta Azenha.

Logo mais acima se acha hum Ponto navegavel com algum custo no sítio da Azenha, que se pôde transitar da parte do Norte com algum trabalho.

Passado estes Pontos distancia de meia Légoa de bom río, segue-se hua grande descida de agoa no sitio da Atalaya por baixo da Barca da Fiolhoza occasionada esta descida de huas Azenhas da parte de Castella, o que se pôde attalhar demollindo-se da parte do Norte hum Açûde feito pela natureza, e no declive que há de fazer a corrente da agoa para o mesmo Norte se há de desfazer hua pequena praya de Calhão, que fica inferior ao dicto Ponto, não com muito custo.

Passádo a Bárca da Fiolhoza, segue-se o Pôço do Pélago muito profundo mettido entre dous grandes rochêdos invadiaveis por terra, e distancia de hum quarto de Legoa, no cimo do qual se acha hua corrente d'ágoa rápida, que sendo pouca senão pôde navegar em distancia de hum quarto de Legoa, athé as Azenhas que ficão por cima da Barca de Salzelho, hua á parte do Sul, e outra á parte do Norte, que hé do Bargão de Freixo de Espadacinta, que com pouca agoa se não pôde navegar, sem que se haja de demolir o Açûde della.

Segue-se Logo outra corrente d'ágoa rapida athé chegar a duas Azênhas, hua da parte de Castella, e outra da parte do Norte, a qual com máis trabalho se deve demolir, o que com menos se podia fazer demolindo-se a da parte de Castella.

Passadas as dictas Azenhas, segue-se hum pedaço de rio navegavel athé chegar ao Açûde de huns Canaes dos Padres Nérys do Convento de Freixo de Espadacinta, cujo Açûde se déve demolir, não com pouca despeza, e na circumferencia d'esta se acha outro de duas Azenhas da parte de Castella, que dizem sêr do bispo de Selamanca, que com pouca despeza se podião demolir, e fazer o Douro máis vadiavel por esta parte, em razão a por ella se podêr alár.

Segue-se Logo para cima hum Pôço bem navegavel, emthé duas Azenhas, que ficão por baixo da Barca de Bilvestre, distancia de hum quarto de Legoa, hua das quaes fica da parte de Castella, e outra da parte do Norte na mesma direitura já arruinada, que esta se déve demolir.

Logo segue-se outro Pôço no fundo do qual anda a dicta Barca de Bilestre bem nave-

gavel distancia de meia Legoa medido entre dous rochedos inhabitaveis, rio muito estreito, no cimo do qual Pôço se achão duas Azenhas hua da parte do Sul de Castella, e outra do Norte, que hé do Padre Lourenço da freguezia de Mazouco, cuja se déve demolir.

A pouca distancia se encontra hum Ponto rapido, e fragozo, que com pouca agoa hé innavegavel, que no meio d'elle se lhe dévem tirar algumas pédras.

Logo se entra em hum Pôço de pequena distancia no cimo do qual se acha hua Pesqueira, que hé de Pedro Márcos da freguezia de Fornos no sítio de Correlinhos, que navegando-se por este sítio, se deve demolir.

Segue-se Logo em distancia de hum quarto de Légoa, sahindo da freguezia de Fornos, para a de Lagoáça até chegar á Bárca de Santa Marinha da Vêrde, que fica junto ao Convento de Sam Francisco do Reyno de Castella, encontrarem-se nésta distancia treze Pontos, ou galleiras sùmmamente rapidas, que com gravissimo custo se poderão preparar de fórma, que possa vadiar Barco, e muito mais por estarem mettidos entre dous rochêdos inhabitaveis, que nem de hua parte, nem de outra se pôde alár as dictas Galleiras, a maior parte dellas têm grandes frágas no meio de sua corrente.

Da referida Bárca para cima na freguezia de Lagoáça em Bursó em distancia de meia Légoa entre huns grandes rochêdos perpendiculares, se encontrão cinco Pontos formidaveis, o primeiro chamado os Cadilhães, o segundo do Risco, o terceiro de Bodegas, o quarto de Córdas, e o quinto das Frágas de Cordas, que todos estes Pontos hé difficultozo o poderem-se preparar; porque cada hum d'elles hé peór que em outro tempo era o Cachão da Baleira: Em toda esta distancia têm os montes, e fragedos de álto a baixo tál declíve, que deitando-se hua pédra do cume d'elles ao Douro, passão de sálto de hua para a outra parte, como vimos hua grande pédra, que descendo da parte do Norte do Douro, passou a parte de Castella, e de nenhua das partes se pôde alár, e dahy para cima, segundo as informaçoes, que tiramos, em distancia de Légoa, e meia, são tudo Pontos, e Galleiras á imitação dos referidos, e em algumas partes têm o Rio occulto entre frágas, que por nenhum módo se pôde vêr, se não como se fosse a agoa do Rio Varóza, quando vai em meio asseio.

Emfim: causa horror o olhar para similhantes rochêdos.

Resumo dos Regátos, e Rios que decorrem ao Douro distancia de dezoito Legoas do Cachão da Baleira para cima até a freguezia de Bursó Concelho de Mogadouro Comarca de Miranda.

Ríos que entrão no Douro da parte do Norte

Da parte do Norte Concelho de Anciaens.

- O Regátó que desce da freguezia de Marzagão, e se mette no Douro no sitio da Ferradóza.
- O Regátó Largo que desce pela freguezia do Seyxo, e se mette no Douro no sitio de Colleja.

- Concelho da Torre**
- O Rio Sabor, ao qual se junta a Ribeira da Villariça, e se mette no Douro entre a freguezia da Horta, e da Torre de Moncôrvo no sitio da Villariça.
 - O Regáto da Ceváda, que descorre pela freguezia da Torre, e se mette no Douro no mesmo sitio da Cevada.
 - O Regáto do Goma, que desce entre a freguezia do Prêdo, e a Anoreira, e se mette no Douro por baixo do Cachão do Prêdo, chamado no sitio da Foz do Gôma.

- Concelho de Freixo de Espadacinta**
- A Ribeira de Mós, que decorre ao Douro pella freguezia de Poares, e se mette nelle no sitio da Fóz de Mós aonde chamão a Carriça.

Rios que entrão no Douro da parte do Sûl

- Concelho de Castello Rodrigo**
- O Rio Águeda, que divide o nosso Reyno do de Castella entre esta, e Escalhão, e se mette no Douro na Fóz de Águeda.
 - O Rio de Aguiar, que passa pela freguezia de Almendra, e se mette no Douro por baixo de Sam Sibrão.

- Concelho de Villanova**
- O Rio Côa, que decorre entre a freguezia de Castello Melhor, e a de Fóscoa, que se mette no Douro na mesma Foz do Côa.

- Concelho de Freixo de Nomão**
- O Rio Téja, que decorre pela freguezia de Nomão, e se mette no Douro no sitio de Arnozello.

Barcas, que se encontrão no Rio Douro na circumferencia do nosso Reyno athé a Foz do Agueda, que o divide do de Castella

- 1ª Barca de S. Xisto
- 2ª Barca de Arnozello
- 3ª Barca de Coleja
- 4ª Barca de Villarinho
- 5ª Barca da Torre de Moncôrvo
- 6ª Barca da Fós do Côa
- 7ª Bárca d'Alva.

Bárças, que pertencem ao Reyno de Hespanha

- 1ª Barca da Fiolhoza
- 2ª Barca de Salzelho
- 3ª Barca de Bilvestre
- 4ª Barca de Santa Marinha da Vêrde.

Advertencias á cerca das Legoas, que distão do Cachão da Baleira até a Fóz de Alva aonde divide o nosso Reino do de Castella da parte do Sul do Douro, e dahy para cima até a freguezia de Bursó, dividindo entre o Norte, e Sul o mesmo Douro hum, e outro Reino.

Do Cachão da Baleira até a Foz do Agueda, cujo Rio divide da parte do Sul o nosso Reyno do de Castella, distão dez Legoas, e dahy até Bursó, Concelho do Mogadouro, Comarca de Miranda do Douro oito Legoas que perfazem desoito: Advertindo porém, que não se encontrão na distancia de todas estas desoito Legoas, melhor sítio para Cáes de Negociação, do que o da Fóz do Agueda; porque ahy se podem carregar, e descarregar todas as fazendas, para têrem suas, tanto para a maior parte da Província de Traz dos Montes, como para a da Beira Alta, e Castella, e muito principalmente por sêr máis facil de se fazer navegavel o Douro até a dicta Foz d'Agueda.

**Nº 2 – Mappa das Freguezias superiores ao Cachão da Baleira
que ficão á parte do Norte do Rio Douro**

Concelho de Ancieães de Moncôrvo Comarca da Torre
de Moncôrvo Província de Traz os montes – nº 1

Freguezia de São João Baptista de Marzagão Reitoria do Padroáo Real

Fica esta Freguezia, e seus Limites distante do Rio Douro meia Legoa por ficar entre ellas, e o mesmo Rio terra da freguezia de Linhares; e do Pôvo de Marzagão ao Douro dista hũa grande Legoa pelo Váлле denominado de Marzagão: Compõem se de setenta e dous Fógos: A estrada, que decorre della ao Douro, máis de a metade hé vadiavel de carros, e a outra parte só de pé, e de cavallo, por muito fragoza, e só a podêr de muito custo se poderá fazer de fórma, que por toda ella possão tranzitar carros carregados.

Dista do Pôvo de Marzagão ao Cachão da Balleira Legoa e meia, tanto pela Estrada do Váлле, e distancia do Longo do Douro, como pela da terra que, vai a dár a Campérlos, e Carrapatoza.

Fica esta freguezia entre dous regátos, hum delles, hé o do Váлле de Marzagão, que quando há tempestades, hé rapido e se mette no Douro no sítio da Quinta da Ferradoza, junto ao Pônto do Ripança, e outro que desce pelo Poente da mesma freguezia chamado da Veiga, vai têr ao Pôvo de Linhares, e se mette no Douro no sitio do Rápa, por baixo do Cachão da Baleira.

Tem esta freguezia de Longitude Legoa, e meia, e de Latitude no meio três quartos, e no cimo meia Legoa.

As terras d'ella, a maior parte são cultivádas, e outras incultas dízimas a Deos. Estas, pôdem bem produzir Vinho, e Azeite, não obstante sêrem fragozas, e bem pagarem a seus proprietários as despezas, e alguns Lucros.

Não se fazendo a referida Estráda, há outra vadiavel de carro, que vai têr aos Cáes dos

Canaes, e Sibio que tranzíta pela freguezia de Selores, que excede meia Legoa da que acima fica ponderáda. O carroto d'esta ao Douro, fará de despeza, mil e duzentos reis; e pela Estráda do Válle, sendo vadiavel novecentos reis.

Produz esta freguezia Trigo, Centeio, Milho grosso, Feijão, Castanha, Batátas, Vinhos, Azeite, e Mél; suas Dizimarias são o seguinte, e seus prêços actuaes.

Trigo	.60	Alqueires	a	.600	reis
Centeyo	.200	Alqueires	"	.500	"
Milho Grôso	.60	Alqueires	"	.480	"
Feijão	.4	Alqueires	"	.600	"
Castanhas	.200	Alqueires	"	.100	"
Batátas	.10	Alqueires	"	.100	"
Vinho	.250	Almudes	a	.600	" Palhete, e Vêrde
Azeite	.12	Almudes	"	.4\$000	"
Mél	.1	Almudes	"	.4\$800	"
Lans	.7	Arrobas	"	.3\$000	"

As medidas dos Liquidos desta freguezia são pela medida do Porto, e a do Trigo, Centeio, e mais Legumes pela da Comarca da Tôrre de Moncôrvo.

Concelho de Anciãens, Comarca da Torre de Moncôrvo Provincia
de Traz dos Montes – n°2

Freguezia do Salvador de Ansiaens Reitoria do Padroádo Real

Compõem-se esta freguezia de setenta Fógos; contém o Lugar da Lavandeira, e a Quinta do Toural; confina pelo Sul com o Rio Douro, dista ao mesmo hua grande Legoa de Longitude, e de Latitude outra pela margem do dicto Douro, e pelo alto da terra tres quartos: Dista ao Cachão da Baleira por terra duas Légoas; e pela estrada que desce da freguezia ao Cáes dos Canaes, por onde transitão carros, sem muito trabalho hua Legoa; e da mesma Estráda se sepára outra, que vai dár á Foz do Sibio, melhor Cáes; porém com mais distancia de hum quarto de Légoa. Faz de despeza o carroto ao Douro mil reis; divide esta freguezia pelo Poente pelo Regáto, que decorre de Marzagão ao Douro pelo Válle, e pelo meio della atravessa outro Regáto chamado do Síbrio.

A maior parte d'esta freguezia hé cultiváda, e a menor inculta, e sem embargo de sêr fragoza, póde produzir Pão, Vinho, e Azeite: Parte da terra hé Concelheira, têm o declíve para a parte do Marzagão, têm de Longitude meia Legoa, e de Latitude meio quarto. Produzem as terras d'esta freguezia os fructos seguintes pelas Dizimarias e prêços actuaes.

Trigo	.20	Alqueires	a	.600	reis
Centeyo	.200	Alqueires	"	.480	"
Milho Grôso	.20	Alqueires	"	.400	"
Cevada	.10	Alqueires	"	.300	"
Feijão	.10	Alqueires	"	.600	"

Castanha	60	Alqueires	a	100	"	
Batatas	15	Alqueires	"	100	"	
Vinho	120	Almudes	"	600	"	Palhete, e vêrde
Azeite	9	Almudes	"	4\$000	"	
Lans	3	Arrobas	"	3\$200	"	

As medidas dos Líquidos desta freguezia imitão as do Porto, e as do Pão, e Legumes as da Comarca da Torre.

Concelho de Anciãos Comarca de Torre de Moncôrvo Provincia
de Traz dos Montes N° 3

Freguesia de Sam Gregório das Solores: Vigáriaria anexa á Reitoria de Anciãos

Compõem-se esta freguezia de dous Póvos, Sollores, e Alganhafes, que contém oitenta Fógos: Dista ao Douro hua grande Légoa aos Cães dos Canaes, e Sibio, que não fazem de differença de hum ao outro máis do que meio quarto de Legoa ao Longo do Douro, a Estráda bem vadiavel de Carros, confina pelo Sul com as freguezias do Salvador, e da Beira Grande; têm de Latitude meya Legoa, e de Longitude outra meia: Dista ao Cachão da Baleira por terra duas Légoas, e pelo Douro outras duas, incluindo a distancia ao Cães por terra: Todas as terras d'esta freguezias são cultivádas, e produzem os fructos seguintes: São terras Dizimeiras, fará de despêza o carroto ao Douro mil reis. As quantidades dos fructos pela Dizimaría, e seus prêços actuaes; a saber.

Trigo	15	Alqueires	a	600	reis	
Centeyo	200	Alqueires	"	480	"	
Milho grôso	40	Alqueires	"	400	"	
Feijão	4	Alqueires	"	600	"	
Castanha	40	Alqueires	"	100	"	
Batátas	20	Alqueires	"	100	"	
Vinho	110	Almudes	a	600	"	Palhete vêrde e froxo
Azeite	20	Almudes	"	4\$000	"	
Lans	3	Arrobas	"	3\$200	"	

As medidas dos Líquidos imita ás do Porto; e do pão, e máis Legumes as da Comarca da Torre de Moncorvo.

Concelho de Anciãos, Comarca da Torre de Moncôrvo Provincia
de Traz dos Montes – n° 4

**Freguesia de Santa Maria Magdallena da Fonte Longa anexa á do Salvador da Villa
de Anciaes apresentáda pelo Reytôr della: Vigáriaria do Padroádo Real**

Fica esta freguezia superior á das Solores, Beira Grande, e Seixo, distante do Douro duas Legoas grandes, podem transitar os fructos della pela estráda, que vai têr ao Seixo, e Beira Grande, ou pêla das Solores, que por qualquer d'ellas lhe fica commoda, e vadiavel

de carro ao Douro até aos Cães dos Canaes, e Sibio; seu carroto fará de despeza mil, e duzentos reis. Dista do Cachão da Baleira duas Legoa, e meia por terra, e pela Estrada sobredicta, e ao Longo do Douro o mesmo pouco máis, ou menos.

Compõem-se esta freguezia de três Lugares Fonte Longa, Pennafria, e Besteiros, com Cento, e dezenove Fôgos, a maior parte della hé cultivada, e hua pequena parte de montados do Concelho; a cultivada produz os fructos seguintes pela Dizimaria, e seus prêços actuaes. Tém de Longitude esta freguezia meia Legoa, e de Latitude o mesmo; quantidades dos fructos.

Trigo	16 Alqueires	a	600 reis	
Centeyo	200 Alqueires	"	480 "	
Milho Grôso	15 Alqueires	"	400 "	
Castanha.....	100 Alqueires	"	100 "	
Batátas.....	200 Alqueires	"	100 "	
Vinho	100 Almudes	"	600 "	Palhete com alguma madureza
Azeite	10 Almudes	"	4\$000 "	
Lans	4 Arrobas	"	3\$000 "	

As medidas dos Líquidos imitão as do Porto; e do Trigo, e máis Legumes as da Comarca da Torre de Moncôrvo.

Concelho de Anciaes Comarca da Torre de Moncôrvo Provincia
de Traz dos Móntes – n° 5

Freguezia de S. Sebastião do Seixo, annexa á do Salvador

da Villa de Anciães: Reitoria do Padroáo Real

Compõem-se esta freguezia do Povo do Seixo, e da Quinta de Coleja, com cento e cinquenta Fôgos: Distão ao Douro hua grande Legoa pelo Sêro do Comparádo, que com pouca despeza se póde vadiar a Estrada com carros carregados até ao Caes de Arnozello, carrêto ao Douro seis Centos reis; dista dêste Cães pelo Longo do Douro ao Cachão da Baleira hua Légoa, e hum quarto, e por terra d'esta freguezia ao dicto Cachão tres Legoa; têm de Longitude hua Legoa, e hum quarto, e de Latitude três quartos de Legoa; a maior parte della hé cultivada, e parte inculca; confina pelo Sul com o Douro, e pelo sitio da Osseira, em o qual se acha hum grande terreno fragôso cheio de máto, que terá tres quartos, de Légoa de comprido, e quarto e meio de Largo, que confina com o Limite da Freguezia de Villarinho da Castanheira; os baixos d'esta terra inculca; pódem produzir pão, Vinho, e Azeite, e o máis produz Lenha, e pertence ao Povo d'esta freguezia.

A produção dos fructos d'esta freguezia pela Dizimaria, e seus prêços actuaes são o seguinte.

Trigo	150 Alqueires	a	600 reis
Centeyo	400 Alqueires	"	500 "
Cevada	40 Alqueires	"	300 "

Milho Grosso	40	Alqueires	a	400	reis
Feijão	4	Alqueires	"	600	"
Castanha	20	Alqueires	"	100	"
Batátas	60	Alqueires	"	100	"
Ervãos	3	Alqueires	"	600	"
Vinho	300	Almudes	"	600	" Palhete com alguma madureza
Azeite	40	Almudes	"	4\$000	"
Lans	2	Arrobas	"	2\$000	"

As medidas dos Líquidos correspondem ás do Porto, e a do pão, e mais Legumes pouco máis, ou menos ás da Torre de Moncôrvo.

Concelho de Anciaes Comarca da Torre de Moncôrvo;
 Provincia de Traz dos Montes – n.º 6
***Freguezia de Santo António da Beyra Grande, annexa á do Salvador da Villa de
 Anciaes, Vigáriaria do Padroáo Real***

Fica esta freguezia inferior ás do Seixo, e Solores; compoem-se do Pôvo da Beira Grande, têm noventa Fógos, confina pelo Sul com o Rio Douro, têm de distancia ao mesmo hua Legoa pela Estrada, que vai dár ao Cães dos Canaes, por ella podem vadiar carros carregados; têm outra Estrada pelo sitio, do Comparado, quasi á imitação da outra, por onde tambem podem descer carros carregados, seu carreto ao Douro faz de despêza Oito Centos reis: Dista d'esta freguezia ao Cachão da Baleira, duas Légoas, e meia por terra, e pelo Douro duas, hua por terra até os dictos Canaes, e outra ao Longo do mesmo Douro, a maior parte da terra della hé cultivada, e outra parte inculca; esta póde produzir, Pão, Vinho, e Azeite, como a outra sendo cultiváda; tudo terras Dizimas a Deos, suas producçoens, e prêços actuaes pela Dizimaría, são o Seguinte:

Trigo	100	Alqueires	a	600	reis
Centeyo	1000	Alqueires	"	500	"
Milho Grosso	30	Alqueires	"	400	"
Castanha	40	Alqueires	"	100	"
Batátas	40	Alqueires	"	100	"
Vinho	140	Almudes	"	600	" Palhete com alguma madureza
Azeite	6	Almudes	"	4\$000	"
Lans	5	Arrobas	"	3\$000	"

As medidas dos Líquidos d'esta freguezia hé o mesmo que as do Porto; e a do Pão, e mais Legumes, hé a do Concelho de Anciaes, que pouco differe menos da da Comarca da Torre de Moncorvo.

Concelho de Villarinho da Castanheira, Comarca da Torre de Moncôrvo,
 Província de Traz dos Montes – nº 7
***Freguezia de Santa Maria Magdalena de Villarinho da Castanheira,
 vigariária apresentada pelo Cabido de Braga, e a ella pertence a Annexa
 da freguezia do Pinhal, Curato, que fica incluído na Demarcação d' ésta***

Compõem-se esta freguezia de Cento, e oitenta, e seis Fógos; d'ísta ao Douro Legoa e meia com o qual confina pelo Sul no Cães de Lobazim; dista ao Cachão da Baleira por terra tres Legoas e meia, e pela Estrada que decorre a Lobazim, e ao Longo do Douro athé o dicto Cachão, quatro Legoas e meia.

A estráda; que desce d' ésta freguezia ao Caes de Lobazim pela maior parte della, não póde transitar carros, e a terça parte se acha vadiavel delles, e com algum custo se póde compor, e fazer boa Estráda; têm de carroto ao Douro mil reis.

Duas partes d' ésta freguezia se achão cultivádas, e a terça parte inculta, principalmente no sitio da Osseira, aonde nesta parte se acha sêr do Concelho, a terça parte muito fragoza: são terras Dizimas a Deos, e alguas foreiras á Mitra, e Cabido de Braga, álem de outra penção, que pagão os moradores desta freguezia ao Concelho de Anciães.

Feita que seja a Estráda d' ésta freguezia, por Ella pódem transitar os Carros das freguezias, que lhe ficão superiores que são freguezia de Castêdo da Villariça, Mourão, Vál de Corno, Alagôa, e Carvalho de Gás, cujas freguezias na Estação presente todos os fructos, que nella se pódem produzir, se consomem nas mesmas, menos o Azeite.

A producção dos fructos da freguezia de Villarinho da Castanheira pelas Dizimarías, e prêços actuaes, são o seguinte.

Trigo	30 Alqueires	a	600	reis
Centeyo	700 Alqueires	"	500	"
Ceváda	30 Alqueires	"	300	"
Milho Grôssô	20 Alqueires	"	300	"
Castanha	300 Alqueires	"	80	"
Batátas	15 Alqueires	"	80	"
Vinho	300 Almudes	a	60	" Palhete vêrde e froxo
Azeite	60 Almudes	"	4\$000	"
Lans	5 Arrobas	"	2\$000	"

As medidas dos Líquidos imitão as do Porto; e a do Pão, e Legumes algua couza maior do que a da Torre de Moncorvo.

Concelho de Villarinho da Castanheira: Comarca da Torre de Moncôrvo:
 Província de Traz dos Montes – nº 8
Freguezia de Sam Lourenço da Louza: Vigáriária apresentáda pelo Cabido de Braga

Compõem-se esta freguezia de duzentos, e vinte, e seis Fógos, confina pela parte do Sul com o Rio Douro distante do mesmo hua Legoa, que têm de Latitude; e de Longitude

o mesmo, confina pelo Poente com a freguezia de Villarinho da Castanheira, e pelo Nascente com a freguezia de Cabêçabôa, e Cabeça de Mouros; dista ao Cachão da Baleira por terra quatro Legoa, e ao Longo do Douro três: A Estráda, que decorre d'esta freguezia ao Douro ao sitio do Sayão, dista hua Legoa; porém hé muito violenta, que precisa a maior parte della reedificáda a podêr de muito custo; porém há outra Estrada em distancia de hua grande Legoa, que vai têr a Bárca de Villarinho, que esta com menos despeza se pôde preparar, e servir de maior utilidade, por correr pela mesma a de várias freguezias; fará de despeza de carroto ao Douro mil reis: As terras, que têm o declive ao Douro são muito fragozas; porém pôdem produzir Vinho, e Azeite, como já em parte produzem: são Dízimas a Deos, sem embargo de que alguas são foreiras ao Convento da Santissima Trindade da Louza. A producção dos fructos d'esta freguezia pelo Dizimatório, hé o seguinte assim como seus prêços actuaes.

Trigo	30 Alqueires	a	600 reis	
Centeyo	600 Alqueires	"	500 "	
Ceváda	40 Alqueires	"	300 "	
Milho Grôso	20 Alqueires	"	480 "	
Castanha.....	400 Alqueires	"	100 "	
Batátas.....	10 Alqueires	"	100 "	
Vinho	400 Almudes	"	600 "	Palhete, e maduro
Azeite	80 Almudes	"	4\$000 "	
Mel	8 Canádas	"	\$400 "	
Lans	25 Arrobas	"	3\$000 "	

As medidas dos Líquidos, imitão as do Porto, e as do Pão, e Legumes algua cousa maiores, que as da Torre de Moncôrvo.

Concelho, e Comarca da Torre de Moncôrvo: Província de Traz dos Montes – nº 9
Freguezia de Sam Brás de Cabeça Boa; Vigariaria apresentáda pelo Reitor
da Torre de Moncôrvo, Donatária da Corôa

Compõem-se esta freguezia de oitenta e quatro Fógos: Confina pelo Sul com o Rio Douro, pelos Poente com a freguezia da Louza, e pelo Norte com a de Cabeça de Mouros; distante do Douro hua Légoa, a Estráda, hé bastantemente violenta, porque para por Ella transitarem carros, há de ír pela da Cabeça de Mouros a descarregar ao Cáes das Cabánas, de baixo, fará de despeza de Carrêto ao dicto Cáes mil reis; porém a Estrada para por Ella transitarem carros se déve compôr com bastante custo: Dista d'esta freguezia ao Cachão da Baleira por terra cinco Légoas, e ao Longo do Douro cinco, e meia; hé esta freguezia cultiváda, terras Dízimas a Deos, e em algua parte foreiras ao Conde de São Payo: A producção dos fructos d'esta freguezia pela Dizimária, e prêços actuaes são o seguinte.

Trigo	400 Alqueires	a	500 reis
Centeyo	500 Alqueires	"	400 "

Ceváda	30	Alqueires	a	240	reis
Milho grosso	100	Alqueires	"	400	"
Vinho	60	Almudes	"	480	" Palhête com alguma madureza
Azeite	6	Almudes	"	3\$000	"
Feijão	40	Alqueires	"	500	"
Lanns	3	Arrôbas	"	2\$600	"

As medidas do Pão são as da Torre de Moncôrvo, e as dos Líquidos, imitação ás do Porto.

Concelho, e Comarca da Torre de Moncôrvo, Provincia de Traz dos Montes – n° 10
Freguezia de Nossa Senhora das Néves de Cabeça de Mouros Curáto apresentádo
pelo Reverendo Reitor da Torre de Moncôrvo do Padroádo Real

Compõem-se esta freguezia de Setenta Fógos: Dista ao Douro hua grande Legoa, a Estráda hé violenta, vai a entestar na que vêm de Cabeça bôa a descer ao Cães das Cabáνας de baixo, fás de despêza d'esta freguezia ao Douro o carreto mil reis; pôdem transitar carros pela dicta Estráda sendo concertáda com algum custo: Dista d'esta freguezia ao Cachão da Baleira por terra Cinco Legoas, e ao Longo do Douro Cinco, e meia; confina pelo Sul com a freguezia de Cabeça boa, pelo Poente com a freguezia de Villarinho da Castanheira, pelo Norte com a do Castêdo de Villariça, e pelo Nascente com a da Horta. As terras d'esta freguezia são Dízimas a Deos, e cultivádas produzem os fructos seguintes pela Dizimária, e seus prêços actuaes.

Trigo	200	Alqueires	a	500	reis
Centeyo	30	Alqueires	"	400	"
Ceváda	20	Alqueires	"	240	"
Milho Grôssso	50	Alqueires	"	400	"
Feijão	20	Alqueires	"	500	"
Vinho	40	Almudes	"	480	" Palhête com alguma madureza
Azeite	4	Almudes	"	3\$000	"
Castanha	10	Alqueires	"	80	"
Batátas	10	Alqueires	"	100	"

As medidas do Pão são da Torre de Moncôrvo, e do Líquido, a do Porto.

Concelho de Villa Flôr, Comarca da Torre de Moncôrvo
Provincia de Tráz dos Montes – n° 11
Freguezia de S. Barthomeu de Villa Flôr, Reitoria do Padroádo Real

Compõem-se esta freguezia de Villa Flôr, e Arco de trezentos Fógos: d'istante do Rio Douro a Fóz do Sabôr tres Legoas, estráda vadiavel de carro, que fará de despeza, e carreto dous mil reis; confina pelo Sul com a freguezia do Nabo, sua annexa têm de Longitude, hua Legoa, e de Latitude outra Legoa. Dista ao Cachão da Baleira por terra cinco

Legoas, e do cimo da freguezia á Foz do Sabor três Legoas, e ao Longo do Douro ao dicto Cachão cinco Legoas. As terras d'esta freguezia além de pagarem Dízimos são foreiras grande parte déllas ao Conde de Sam Payo, Duque de Lafoens, Orfas de Freixo, e Repezalia; pertencem os Dízimos della, duas partes á Santa Igreja Patriarchal, e a tẽrça parte á Mitra Archiepiscopal de Braga. Têm esta freguezia no Cima na parte do Norte hua Serra fragoza, terra bálidia do Concelho que só produz máto, e a máis terra della hé cultivada, e produz os fructos seguintes pela Dizimaría, e prêços actuaes.

Trigo Barbél.....	500	Alqueires	a	600	reis
Dicto Seródio	130	Alqueires	"	700	"
Centeyo.....	2600	Alqueires	"	600	"
Ceváda	60	Alqueires	"	360	"
Milho Grôssô	30	Alqueires	"	500	"
Feijão.....	6	Alqueires	"	600	"
Vinho	1000	Almudes	"	800	" Maduro com alguma côr
Azeite	600	Almudes	"	3\$200	"
Lans	100	Arrôbas	"	3\$000	"

As medidas dos Líquidos d'esta freguezia, e Concelho differe de menos as do Porto hua canáda em almude, e do Azeite seis quartilhos. A do Pão, e máis Legumes excede alguma cousa a da Torre de Moncôrvo. As quantidades dos refferidos fructos são produzidos em Villa Flôr, e suas annexas, Royos, Lodoens, Sam Payo, e Nabo, que todas estas annexas ficão na circumferencia da mesma Villa Flôr.

Concelho de Villa Flôr, Comarca da Torre de Moncôrvo Provincia
de Traz dos Montes – n° 12

***Freguezia de Sam Gens do Nábo Vigariária do Padroádo Real apresentada
pelo Reytor de Villa Flôr***

Compõem-se esta freguezia de cincoenta Fógos; dista ao Douro hua Legoa á Foz do Sabôr, estráda vadiavel de Carro, que fará de carrêto Seis Centos reis; confina pelo Sul com a freguezia da Horta; pelo Norte com a de Villa Flôr, pelo Poente com a mesma, e pelo Nascente com a Ribeira de Villariça; têm de Longitude hua Legoa, e de Latitude meia: Dista ao Cachão da Balleira por terra, seis Legoas, e ao Longo do Douro Sête, são terraz Dizimas a Deos; e além disso algumas foreiras ao Conde de Sam Payo, a maior parte cultivádas, e outras incultas, que pôdem produzir fructos, como as cultivádas, sua producção hé Trigo, Centeio, Ceváda, Milho grosso, Feijão, Vinho, e Azeite, cujos fructos vão incluídos nos da renda de Villa Flor por ser annexa d'esta.

Concelho, e Comarca da Torre de Moncôrvo Provincia de Traz dos Montes – n° 13

***Freguezia de Sam Sebastião da Horta, Vigariária do Padroádo Real apresentáda pelo
Reitor da Torre de Moncorvo***

Compõem-se esta freguezia de noventa e seis Fógos; dista ao Douro meia Legoa ao Cáes da Fós do Sabor, que fará de despêza hum carro carregádo quatro Centos e oitenta

reis, estrada vadiavel de carros. Dista ao Cachão da Baleira por terra seis Legoas e meia, e ao Longo do Douro sétte; têm de Longitude hua Legoa, e de Latitude meia Legoa: confina pelo Sul com o Rio Douro, pelo Nascente com a Ribeira de Villariça, pelo Norte e Poente com a freguezia de Nabo, são terras Dizimeiras, e cultivadas, produzem os fructos seguintes, sua quantidade pela Dizimária, e prêços actuaes são:

Trigo	347 Alqueires	a	600 reis
Centeyo	357 Alqueires	"	500 "
Ceváda	18 Alqueires	"	300 "
Milho Grôssô	7 Alqueires	"	400 "
Feijão	39 Alqueires	"	500 "
Graons	4 Alqueires	"	500 "
Azeite	30 Almudes	"	3200 "
Lans	3 Arrobas	"	3000 "

As medidas dos Liquidos imitão as do Porto, e do Trigo, e mais Legumes, a da Torre de Moncorvo.

Concelho e Comarca da Torre de Moncôrvo Província de Trás dos Montes – nº 14

***Freguezia de Nossa senhora da Assumpção da Torre de Moncôrvo,
Reitoría do Padroádo Real, e Collegiada***

Compoem-se esta freguesia de quatro centos Fógos; dista ao Douro hua Legoa de boa estrada ao Cães da Villariça junto a bôca do Sabor, fará de carro de hum carro carregado seis Centos reis: Dista ao Cachão da Balleira por terra seis Legoas, e ao Longo do Douro sétte Legoas; confina pelo Sul com o mesmo Douro, pelo Poente com o Rio Sabor, pelo Norte com a freguezia de Villa Flôr, e pelo Nascente com a de Olarinho; tem de Longitude esta freguezia hua grande Legoa, e de Latitude outra Legoa. A maior parte d'esta freguezia são terras cultivadas, nas quaes entrão so bons Campos da Villariça, têm varias terras Concelheiras cultivadas, e a maior parte dellas incultas, que cultivando-se pôdem produzir pão, Vinho, e Azeite; estas terras Concelheiras têm de Longitude hua Légoa, e de Latitude meia, nellas inclue o monte do Reborêdo, que fica no alto da freguezia, que pôde produzir Pão, Vinho, e Azeite: são terras Dizimeiras, além de se pagar déllas alguns fóros ao Conde de Sam Payo: seu rendimento pela Dizimaria, e quantidade dos generos do presente anno e seus prêços actuaes são o seguinte

Trigo	800 Alqueires	a	550 reis
Centeyo	1200 Alqueires	"	480 "
Ceváda	300 Alqueires	"	240 "
Milho Grôssô	400 Alqueires	"	400 "
Feijão	150 Alqueires	"	480 "
Amendoa	10 Arrôbas	"	1200 "

Vinho	400 Almudes	a	480 reis	Palhete com alguma madureza
Azeite	440 Almudes	"	3000 "	
Linho Cànemo	200 Pedras	"	600 "	Cada pédra de 10 ar
Lans	50 Arrobas	"	2600 "	

As medidas dos Líquidos correspondem ás do Porto; e a do Pão, e máis Legumes, são do Termo da Torre, que imita a de Lisboa.

Concelho, e Comarca da Torre de Moncôrvo Provincia de Traz dos Montes – n° 15
Freguezia de S. João Evangelista d'Assureira, Vigáriaria apresentáda pelo Reitor da
Torre de Moncôrvo do Padroáo Real

Compoem-se esta freguezia de settenta Fogos; Dista ao Douro hua Légoa, fará de despeza hum carro carregádo ao Caes da Barca da Torre por Estráda vadiavel de carro seis centos reis; dista ao Cachão da Balleira sete Legoas por terra, e pelo Longo do Douro oito Légoas; confina pelo Sul com o mesmo Douro, e pelo Poente com a freguezia da Torre de Moncorvo, pelo Nascente com o Regáto da Foz do Gôma, que se mette no Douro dividindo esta freguezia da do Prêdo, e pelo Norte com a da Torre, & Felgueiras. A maior parte d'esta freguezia hé cultiváda, e principalmente nas margens do Douro, no sitio da Quinta do Campo, a onde produz Trigo, Centeyo, Ceváda, e Amêndoa; e para cima d'esta Quinta varias terras incultas, que produzirão bons Vinhos, plantando-se Vinhas, assim como aquellas terras que têm o declive para o Regáto da Foz do Gôma; e para o alto d'esta freguezia há terras cultivádas de Vinhas, e que produzem vários fructos, e terras de monte Concelheiras; todas estas terras de monte, sendo cultivádas, pôdem produzir fructos, que paguem a seus Proprietários a cultura dellas, têm de Longitude de alto abaixo Legoa, e meia, e de Latitude hua Legoa: A producção dos fructos d'esta freguezia pela Dizimária, e seus prêços actuaes são o seguinte: Todas as terras desta freguezia são Dizimeiras.

Trigo	144 Alqueires	a	600 reis	
Centeyo	635 Alqueires	"	500 "	
Ceváda	374 Alqueires	"	300 "	
Amendoa	27 Arrobas	a	1500 "	
Vinho	60 Almudes	"	500 "	Palhête com alguma madureza
Azeite	30 Almudes	"	3200 "	
Lans	12 Arrobas	"	3000 "	

Concelho, e Comarca da Torre de Moncôrvo, Provincia de Traz dos Montes – n° 16
Freguezia de S. Julião do Predo Abbadia apresentáda
pela Mitra Archiepiscopal de Braga

Compõem-se esta freguezia de Cento e sete Fógos; dista ao Douro a Bárca da Foz do Cõa hua Légoa pela estrada, que parte della precisa compôr-se, não com muito custo; fará de despeza o carro de hum carro carregado Seis centos reis: Dista ao Cachão da Balleira por terra oito Legoas; confina pelo Sul com o Douro, pelo Poente com o Regáto da Foz do

Gôma, a cujo cáes vai desembarcar, que divide esta freguezia da Assoreira, para cujo Regáto têm o declive muitas terras incultas, e alguas cultivádas; pelo Norte e Nascente confina com a freguezia de Urros: Tém de Longitude esta freguezia d'alto a baixo hua Legoa, e de Latitude outra, a maior parte dellas são cultivádas, e outras incultas, que cultivando-se pôdem produzir Pão, Vinho, e Azeite, e máis fructos como as cultivádas: são terras Dizimas a Deos: sua producção pela Dizimária, e prêços actuaes são o seguinte.

Trigo	44 Alqueires	a	600 reis	
Centeyo	77 Alqueires	"	500 "	
Ceváda	84 Alqueires	"	300 "	
Amêndoa	20 Arrobas	"	1500 "	
Azeite	12 Almudes	"	500 "	Pessimo Vinho
Lans	12 Arrobas	"	3000 "	

As medidas dos Líquidos imittão as do Porto e as do Pão, e mais Legumes imittão as da Comarca da Torre de Moncorvo, que hé como a de Lisboa.

Concelho e Comarca da Torre de Moncôrvo Provincia de Traz dos Montes – n° 17
Freguezia de Sam Bartholomeu de Urros, Abbadia do Padroádo Real

Compoem-se esta freguezia de Duzentos e settenta Fógos: dista ao Douro meya Légoa, bem vadiável de Estráda de carros ao Caes das Parices, que fará de despeza hum carro carregado quatro Centos reis: Dista ao Cachão da Baleira por terra oito Legoas, e pelo Longo Douro dez, e meia; confina pelo Sul, com o mesmo Douro, pelo Poente com a freguezia do Predo, pelo Nascente com a freguezia de Ligares, e pelo Norte com as freguezias de Maçores, e Assores: Tém de Longitude duas Legoas, e de Latitude o mesmo; são terras Dizimeiras, a maior parte cultivádas, outras incultas, que pertencem ao Concelho, que sendo cultivádas pôdem produzir Trigo, e Centeyo, e máis fructos como nas cultivadas; têm de distancia estas Concelheiras hum quarto de Légoa, e de Latitude o mesmo. As Cultivádas suas producçoens pela Dizimaria, e prêços actuaes são o seguinte:

Trigo	1000 Alqueires	a	550 reis	
Centeyo	2200 Alqueires	"	500 "	
Ceváda	600 Alqueires	"	300 "	
Milho Grôso	8 Alqueires	"	400 "	
Feijão	2 Alqueires	"	600 "	
Amêndoa	120 Arrobas	"	1400 "	
Vinho	200 Almudes	"	400 "	Palhete, e muito móle
Azeite	100 Almudes	"	3400 "	
Mél	1 Almudes	"	4800 "	
Sêda	14 Arrateis	"	2400 "	
Lans	40 Arrobas	"	3200 "	

As medidas dos Líquidos hé igual a do Porto, e a do Pão, e máis Generos pela medida da Torre de Moncôrvo, que imita a de Lisboa.

Concelho de Freixo de Espadacinta, Comarca da Torre de Moncôrvo

Provincia de Traz os Montes – n° 18

Freguezia de S. João Baptista de Ligares Abbadía da Apresentação dos Beneficiados da Villa de Freixo de Espadacinta

Compõem-se esta freguezia de duzentos e trinta e tres Fógos: dista ao Douro duas Légoas pela Estráda que vai dár a Barca Dalva, cuja Estráda precisa de sêr concertáda no declive que fás ao Douro para poder transitar carros carregádos, seu carroto ao Douro mil, duzentos reis. Dista ao Cachão da Balleira por terra nove Legoas, e pelo Longo do Douro doze Legoas, confina pelo Sul com o Douro, pelo Poente com a freguezia de Urros, pelo Nascente com a freguezia de Mós, e Freixo de Espadacinta, e pelo Norte com a freguezia de Mançôres, têm de Longitude duas Legoas, e de Latitude Legoa e meia; são terras Dizimeiras, a maior parte d'esta freguezia se cultiva, e outra parte inculta, que fás grande declive ao Douro; estas podem produzir fructos, como as cultivadas, têm alguas terras Concelhias no sitio de Candádo, e os bravíos do Douro, que produzem Amêndoa, Azeite, Pão; têm estas terras Concelheiras de Longitude hua Legoa, e de latitude meya Legoa.

A producção das terras cultivádas d'esta freguezia, pela Dizimaría e prêços actuaes são o seguinte:

Trigo	550	Alqueires	a	600	reis	
Centeyo	1000	Alqueires	"	550	"	
Ceváda	190	Alqueires	"	300	"	
Amêndoa.....	6	Arrobas	"	1500	"	
Azeite	15	Almudes	"	3000	"	
Vinho	100	Almudes	"	300	"	Palhete, e móle
Lans	50	Arrobas	"	2800	"	

Há hum Dizimatório chamádo da Alvia n'esta freguezia que recebeu.

Trigo	20	Alqueires	
Ceváda	250	Alqueires	
Vinho	20	Almudes	Os prêços, e qualidádes, como os fructos acima
Azeite	6	Alqueires	
Amêndoa.....	30	Arrôbas	

As medidas dos Líquidos, têm menos oito quartilhos, do que a medida da Torre em almude, e as do Trigo, e máis géneros, maior, que a da Torre com pouca differença.

Concelho de Freixo de Espadacinta Comarca da Torre de Moncôrvo Provincia de Trás dos Montes – n° 19

Freguezia de Sam Pedro de Piores vigiaría apresentáda pelos Beneficiados da Collegiada de Freixo de Espadacinta

Compoem-se esta freguezia de Cento e setenta Fógos: dista ao Douro ao Cães dos Uzidos, ou Santo Estêvão hua Legoa, Estráda invadiavel de carros, que com bastante custo

se póde fazer vadiavel; porém há outra Estrada que vai têr a Barca da Fiolhoza, que terá de distancia Legoa e meia, que com menos despêza se poderá fazer vadiavel de carro, e fará de carroto ao Rio oito centos reis: Dista d'êsta freguezia ao Cachão da Baleira doze Legoas por terra, e ao Longo do Douro treze; têm esta freguezia de Longitude duas Legoas, e de Latitude Légoa, e meia; confina pelo Sul com o Douro; pelo Poente com a freguezia de Ligares; pelo Nascente com a freguezia de Freixo de Espadacinta, e pelo Norte com as mesmas freguezias de Freixo e Ligares; são terras Dízimas a Deos, e cultivádas; sua quantidáde de fructos pela Dizimaría, e prêços actuaes, são o seguinte

Trigo	400	Alqueires	a	550	reis
Centeyo.....	632	Alqueires	"	450	"
Ceváda	43	Alqueires	"	300	"
Amêndoa.....	19	Arrobas	"	1600	"
Vinho	50	Almudes	"	500	" Palhête e frôxo
Azeite	50	Almudes	"	3000	"
Sêda	12	Arrateis	"	2800	"
Graons	4	Alqueires	"	600	"
Lans	25	Arrobas	"	3000	"

As medidas dos Líquidos, a do Concelho de Freixo, que hé de quarenta quartilhos o almude, e a do Trigo, e máis Legumes a do mesmo Concelho, maior que a da Torre de Moncôrvo.

Concelho de Freixo de Espadacinta Comarca da Torre de Moncôrvo Província
de Traz dos Montes – nº 20

*Freguezia de Sam Miguel de Freixo de Espadacinta, Vigáriaria apresentada
por Sua Alteza de Braga*

Compõem-se esta freguezia de quatro Centos, e cincoenta Fógos; dista ao Douro meia Legoa, ao sitio da Barca de Sãozelhe por hua Estráda que a maior parte della estava vadiavel de carro, e o restante della, só de pé e de cavallo, fará de despêza hum carro carregádo ao dicto sitio quatro Centos, e oitenta reis. Fás de distancia esta freguezia ao Cachão da Balleira três Legoas por terra; e ao Longo do Rio quatorze Légoas; têm de Longitude hua Legoa, e de Latitude outra Legoa; confina pelo Sul com o Douro, pelo Poente com a freguezia de Piores, pelo Nascente com a freguezia de Mazouco, e pelo Norte com a de Mós, e Carbuíães: são terras Dizimeiras, menos hua pequena parte, foreiras ao Concelho; a maior parte dellas cultivadas, e outra parte inculta: produzem os fructos seguintes: pela Dizimaría, e prêços actuaes

Trigo	800	Alqueires	a	600	reis
Centeyo.....	1475	Alqueires	"	500	"
Ceváda	220	Alqueires	"	300	"
Milho grosso.....	10	Alqueires	"	400	"
Graons	30	Alqueires	"	600	"

Amêndoas	15 Arrobas	a	1500 reis
Vinho	200 Almudes	"	500 " Palhete, e sofrível
Azeite	100 Almudes	"	3000 "
Lans	46 Arrobas	"	3000 "

As medidas dos Líquidos hé de quarenta quartilhos em almudes, e a do Trigo, e mais Legumes, maior, que a da Torre de Moncôrvo a oitava parte.

Concelho de Freixo de Espadacinta Comarca de Torre de Moncorvo.
Província de Traz dos Montes – nº 21

Freguezia de Santo Isidoro de Mazouco Vigariaria apresentada pelos Beneficiados de Freixo de Espadacinta

Compõem-se esta freguezia de settenta Fógos; dista ao Douro meia Legoa ao Cães do pôrto de Pandeira, estrada vadiavel de carros, fará de despeza o carroto quinhentos reis, dista d'esta freguezia ao Cachão da Balleira quatorze Legoas por terra, e ao Longo do Douro quinze Legoas: têm de Longitude hua Légoa, e de Latitude tres quartos de Legoa, confina pelo Sul com o Douro, pelo Nascente com a freguezia de Fornos, pelo Poente com a de Freixo de Espadacinta, e pelo Norte com a freguezia de Carbuíças. As terras d'esta freguezia são cultivadas, menos algumas que são cultivadas a folha de quatro em quatro annos: têm algumas terras Concelheiras divididas em varias partes, que se podem cultivar, e produzirem fructos como as cultivadas, e são todas Dízimas a Deos: sua producção pela Dizimaria, e prêços actuaes são o seguinte.

Trigo	80 Alqueires	a	550 reis
Centeyo	440 Alqueires	"	500 "
Cevada	60 Alqueires	"	240 "
Amêndoa	4 Arrobas	"	1600 "
Vinho	50 Almudes	"	400 " Palhete, e maduro
Azeite	40 Almudes	"	2500 "
Lans	8 Arrobas	"	2600 "

As medidas dos Líquidos são de quarenta quartilhos em Almude, e as do Trigo, e máis Legumes hé maior a oitava parte do que a da Torre de Moncôrvo.

Concelho de Freixo de Espadacinta Comarca da Torre de Moncôrvo Província
de Traz dos Montes – nº 22

Freguezia de Santa Eulália de Fornos Vigariaria apresentada pelos Beneficiados da Collegiada de Freixo de Espadacinta

Compoem-se esta freguezia de Cem Fogos; dista ao Douro meya Legoa por Estrada invadiavel de carro, porém há outra Estrada, que vai pela freguezia de Mazouco, que dista ao Caes do porto de Pandeira Legoa, e meia, que fará de despêza hum carro carregado mil, e duzentos; dista d'esta freguezia ao Cachão da Balleira por terra quinze Legoas, e ao

Longo do Douro desesseis e meia; têm de Longitude hua Legoa, e de Latitude o mesmo; confina esta freguezia pelo Sul com o Douro, pelo Nascente com a freguezia de Lagoáça; pelo Poente com a freguezia de Mazouco, e pelo Norte com a freguezia de Estivaens: São terras Dizimeiras, e algumas Concelheiras, que se não cultivão por sêrem de monte maninho, que ficão no alto da freguezia, e as que ficão com o declive ao Douro, estas algumas se cultivão, e as incultas se podem cultivar, que bem que pagarão a seus Proprietários a sua cultura, e as cultivadas produzem os fructos seguintes pela Dizimária, e prêços actuaes:

Trigo	70 Alqueires	a	540 reis	
Centeyo	1300 Alqueires	"	400 "	
Ceváda	28 Alqueires	"	240 "	
Castanha.....	250 Alqueires	"	60 "	
Vinho	12 Almudes	"	400 "	Palhête e muito froxo
Lans	40 Arrobas	"	2800 "	

As medidas dos Líquidos hé de quarenta quartilhos em almude; e as do Trigo, e máis Legumes, maior que a da Torre de Moncôrvo a oitáva parte.

**Concelho do Mogadouro Comárca de Miranda do Douro Província
de Traz dos Montes – n° 23
Freguezia de Santo António de Lagoáça Vigariária do Padroádo Real**

Compõem-se esta freguezia de duzentos Fógos: dista ao Douro meia Legoa, estrada ordinária de pé, e de cavallo, e de carro com alguma despeza se póde fazer carroto ao Douro, e Caes do Pélago de Lagoáças cinco tostoens: dista ao Cachão da Baleira por terra desesseis Legoas, e ao Longo do Douro desessete e meia: têm esta freguezia de Longitude três quartos de Legoa, e de Latitude hua Légoa. Confina pelo Sul com o Rio Douro, pelo Nascente com a freguezia de Barçõ pelo Poente com a freguezia de Fórnõs, e pelo Norte com a freguezia de Castello Branco: As terras desta freguezia são Dizimeiras e algumas d'ellas Concelheiras, e parte dellas cultivádas, e outras incultas, que servem de montádo do Pôvo da mesma freguezia, as terras que ficão com o declive ao Douro são fragózas, menos alguma parte que se cultivava, e produzem as cultivádas os fructos seguintes pela Dizimária, e seus prêços.

Trigo	230 Alqueires	a	550 reis	
Centeyo	1000 Alqueires	"	480 "	
Ceváda	15 Alqueires	"	300 "	
Vinho	50 Almudes	"	600 "	Palhête com alguma maduro
Azeite	10 Almudes	"	4000 "	
Castanha.....	80 Alqueires	"	80 "	
Lans	30 Arrobas	"	3000 "	de bôa qualidade

As medidas dos Líquidos imitão as do Porto, e as do Trigo, e mais Legumes, maior que as da Torre, que excede a oitava parte.

**Freguezias superiores ao Cachão da Baleira da parte do Sul do Rio Douro,
princiando de Castella para baixo**

**Concelho de Castello Rodrigo Comarca de Trancozo Provincia da Beira Alta – n° 1
*Freguezia de Nossa Senhora dos Anjos de Escalhão Reitoria da Apresentação, e
Alternativa do Pápa, e Bispo de Lamêgo***

Compõem-se esta freguezia de quatro Centos e vinte Fógos; dista ao Douro Legoa e meia, Estráda de carro fará de despeza seu carreto ao Douro mil reis: dista ao Cachão da Balleira por terra déz Legoas, e ao Longo do Douro o mesmo; têm de Longitude duas Legoas, e meia, e de Latitude hua Legoa: Confina pelo Norte com o Douro, pelo Nascente com o Rio Agueda, que divide o nosso Reyno de Castella pelo Poente com a freguezia de Almendra, e pelo Sul com a de Castello Rodrigo; são terras Dizimeiras, e algumas Concelheiras; hua pequena parte de toda a freguezia hé inculta, sua producção pela Dizimária e prêços actuaes são o seguinte.

Trigo	1000 Alqueires	a	500 reis
Centeyo	4000 Alqueires	"	400 "
Ceváda	100 Alqueires	"	300 "
Azeite	10 Almudes	"	3200 "
Lans	30 Arrobas	"	2800 "

As medidas dos Líquidos são á imitação das do Porto, e as do Trigo, e mais Legumes, hé a da Cabeça da Comarca de Trancozo.

**Concelho de Almendra Comarca de Trancozo Provincia da Beira Alta – n° 2
*Freguezia de Nossa Senhora dos Anjos de Almendra, Reitoria apresentáda a
Concurso da Mitra Episcopal de Pinhél***

Compõem-se esta freguezia de duzentos e sessenta e sete Fógos: dista ao Douro hua, e meia Legoa pela Estráda de Castello melhor, que vai a Foz do Côa vadiavel de carro, carreto ao dicto Cães Oito Centos reis: Dista ao Cachão da Balleira por terra sete Legoas, e ao Longo do Douro o mesmo, são terras Dizimeiras, e algumas dellas foreiras ao Conde da Cunha: tem várias terras Concelheiras, e alguns annos chégão a produzir de Arrendamento hum Conto de reis, entrando a Annexa de Castello melhor: Tem de Longitude Legoa e meia, e de Latitude outra Legoa e meia, confina pelo Nascente, digo, pelo Norte com o Douro, pelo Nascente com a freguezia de Villar d'Amárgo, pelo Poente com a freguezia de Castello melhor, e pelo Sul com a freguezia de Algodres: são terras cultivadas que produzem os frutos seguintes, sua quantidade pela Dizimária, e prêços actuaes.

Trigo	600 Alqueires	a	550 reis
Centeyo	2000 Alqueires	"	500 "
Cevada	600 Alqueires	"	300 "

Milho Grôssô	5	Alqueires	a	500	reis
Vinho	120	Almudes	"	600	" Palhete, e frôxo
Azeite	75	Almudes	"	3200	"
Amêndoa	10	Arrôbas	"	1300	"
Graons	26	Alqueires	"	480	"
Lans	65	Arrobas	"	3200	"

As medidas dos Líquidos são á imitação das do Porto, e as do Trigo, e máis Legumes, hé a da Cabeça da Comarca de Trancozo.

Concelho de Almêndra, Comarca de Trancozo Província da Beira Alta – nº 3
Freguezia do Espírito Santo de Castello melhor: Curáto apresentádo pelo Reitor
da Villa d'Almendra

Compoem-se esta freguezia de oitenta Fógos; dista ao Douro hua Legoa ao Caes de Fós de Coa, Estráda vadiavel de carro fará de depeza hum carro carregádo quinhentos reis: dista ao Cachão da Baleira seis Legoas, e meia por terra, e pelo Douro o mesmo: têm de Longitude hua Legoa, e de Latitude meia: confina pelo Norte com o Douro, pelo Nascente com a freguezia de Almendra, pelo Poente com a Côa, e pelo Sul com a freguezia de Algodres, são terras Dizimeiras, têm algumas foreiras ao Conde da Cunha; tambem têm allguas terras Concelheiras, que se arrendão juntamente com as da freguezia de Almendra, terras cultivádas, e algumas incultas, pôdem produzir fructos, como as outras que produzem os generos abaixo declarádos, que pela Dizimaría, e prêços actuaes são o seguinte.

Trigo	600	Alqueires	a	550	reis
Centeyo	800	Alqueires	"	500	"
Cevada	300	Alqueires	"	300	"
Graons de Bico	10	Alqueires	"	480	"
Amêndoa	10	Arrobas	"	1300	"
Vinho	24	Almudes	"	600	" Palhete, e froxo
Azete	22	Almudes	"	3200	"
Lans	40	Arrobas	"	3000	"

As medidas dos Líquidos imitão as do Porto, e as do Trigo, e mais graons da Cabeça da Comarca de Trancozo.

Concelho de Villa nova de Fós Côa Comarca de Trancozo,
Província da Beira Alta – nº 4
Freguezia de Nossa Senhora da Veiga de Foz Côa, Abbadia do Padroádo Real

Compõem-se esta freguezia de seis Centos sessenta, e seis Fógos; dista ao Douro hua Legoa ao Caes da Barca da Torre de Moncôrvo, Estráda vadiavel de carro, fará de despêza a conducção de hum carro carregádo Seis Centos reis: dista ao Cachão da Balleira por terra Cinco Legoas, e ao Longo do Douro outras cinco, têm de Longitude Legoa, e meia, e de Latitude hua Legoa; confina pelo Norte com o Douro, pelo Nascente com o Côa, pelo Sul

com a freguezia de Moxagáta, e pelo Poente com a de Santo Amáro, são terras Dizimeiras, e alguas Concelheiras; tudo terras cultivádas, que costumão annualmente arrendar-se; a produção dos fructos d'esta freguezia pella Dizimaría, e seus prêços actuaes, são o seguinte.

Trigo	671	Alqueires	a	600	reis
Centeyo	872	Alqueires	"	460	"
Cevada	835	Alqueires	"	300	"
Milho Grôso	204	Alqueires	"	400	"
Feijão	22	Alqueires	"	420	"
Ervanços	20	Alqueires	"	450	"
Amêndoa	40	Arrobas	"	1500	"
Vinho	60	Almudes	"	500	" Palhete, e má l saborôzo
Azeite	100	Almudes	"	3200	"
Lans	20	Arrobas	"	3000	"

As medidas dos Líquidos imitão as do Porto, e do Trigo, e máis Legumes, as da Cabeça da Comarca de Trancozo.

Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancôzo Província da Beira Alta – n° 5
Freguezia de Santo Amáro de Vál de Bois Curáto apresentádo pelo Reitor de Freixo
de Nomão da Apresentação da Universidáde de Coímbra

Compoem-se esta freguezia de sessenta Fôgos; dista ao Douro hua Legoa, Estráda radiavel de carros até o Cães da Quinta de Seyão, que fará de carroto hum carro carregádo seis centos reis; dista ao Cachão da Balleira por terra quatro Légoas, e meia, e ao Longo do Douro o mesmo: têm de Longitude Legoa, e meia, e de Latitude hua Legoa: Confina pelo Norte com o Douro, pelo Nascente com a freguezia de Villa nova de Fós Côa, pelo Sul com a de Freixo de Nomão, e pelo Poente com a de Mós: são terras Dizimeiras, e alguas Concelheiras, outras affôradas pelo mesmo Concelho, e outras, que annualmente se costumão arrendar, e são de pouco rendimento; as Concelheiras, que ficão com o declive para o Douro são incultas, pódem produzir Azeite, e Vinho, porém terra agréste, e as máis cultivádas produzem os seguintes fructos, e prêços actuaes, pela Dizimaría.

Trigo	38	Alqueires	a	650	reis
Centeyo	249	Alqueires	"	550	"
Ceváda	222	Alqueires	"	400	"
Milho Grôso	15	Alqueires	"	450	"
Amêndoa	30	Arrobas	"	1400	"
Ervanços	5	Alqueires	"	600	"
Lentilhas	16	Alqueires	a	400	reis
Vinho	20	Almudes	"	500	" Palhete, e frôzo
Azeite	40	Almudes	"	3000	"

Sumágre	400 Arrobas	“	360 “
Lans	20 Arrobas	“	3000 “

As medidas dos Líquidos da Cabeça da Comarca de Trancozo, e do Trigo, e máis Legumes da mesma Comarca.

Concelho de Freixo de Nomão Comarca de Trancozo Província da Beira Alta – n° 6
Freguezia de Sam Pêdro de Móz, Vigariaríá apresentáda pelo Pôvo da mesma freguezia

Compõem-se esta freguezia de cento e vinte, e seis Fogos; dista ao Douro pela Estráda que vai a Fós de Mursa e vadiavel de carro, meia Legoa, e fará de carro o carro carregádo quatro Centos reis, dístá ao Douro do Cachão da Balleira por terra quatro Legoas, e ao Longo do Douro três Legoas. Tem esta freguezia de Longitude meia Legoa, e de Latitude outra meia, confina pelo Sul com a freguezia de Freixo de Nomão, pelo Norte com o Douro, pelo Poente com as freguezias de Mursa, e Seixas, e pelo Nascente com a freguezia de Santo Amáro de Vál de Bois. As terras d’esta freguezia são Dizimeiras, e alguas Concelheiras do mesmo Concelho, e de pouco rendimento: têm hum monte chamádo Gavão na margem do Douro, inculto de vários possuidores, que sendo cultivádo pôde produzir bom Vinho, Olival, e terra de pão, a producção dos fructos d’esta freguezia, e seus prêços actuaes são o seguinte pelo Dizimatório.

Trigo	42 Alqueires	a	600 reis
Centeyo	277 Alqueires	“	550 “
Ceváda	125 Alqueires	“	300 “
Milho Grôso	38 Alqueires	“	480 “
Amêndoa	10 Arrobas	“	1300 “
Ervanços	9 Alqueires	“	600 “
Lentilhas	32 Alqueires	“	300 “
Sumágre	100 Arrobas	“	3200 “
Lans	8 Arrobas	“	3200 “

As medidas dos Líquidos, como as do Porto, e do Trigo, e máis Legumes, como a da Cabeça da Comarca de Trancozo.

Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancozo, Província da Beira Alta – n° 7
Freguezia de Santa Senhorinha de Mursa, Curáto apresentado pelo Reverendo Chantre da Sé de Lamego

Compoem-se esta freguezia de sessenta Fógos; dista ao Douro três quartos de Légoa Estráda vadiavel de carro ao Cães da Bárca de Coleja, e fará de despêza o carro de hum carro carregado seis centos reis: dista ao Cachão da Baleira por terra três Legoas, e meia, e ao Longo do Douro duas, e meia.

Tém de Longitude três quartos de Legoa, e de Latitude quarto e meio de Legoa: confina pelo Norte com o Douro, pelo Nascente com a freguezia de Mós, pelo Poente com a da Seixas, e pelo Sul com a de Freixo de Nomão. As terras d'esta freguezia são cultivadas, produzem pouco Trigo, e algum Centeyo, e Azeite, Vinho, Sumagre, e Amendoa; porém de tudo Limitada quantidade, que nem chega para gasto dos Habitantes della.

Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancozo Provincia da Beira Alta – n.º 8
Freguezia de S. Martinho de Seixas, Curáto apresentado pelo Reverendo Chantre da Sé de Lamego

Compõem-se esta freguezia de dous Póvos, hum Casal grande, e outro Casal pequeno, que contém noventa, e três Fógos: dista ao Douro hua Légoa estrada vadiavel de carro ao Cães da Quinta das Figueiras, que fará de despeza hum carro carregado oito Centos reis; dista ao Cachão da Baleira três Legoas, e ao Longo do Douro duas Legoas, têm de Longitude esta Freguezia hua Legoa grande, e de Latitude meia Legoa; confina pelo Norte com o Douro, pelo Nascente com a freguezia de Mursa, pelo Poente com a freguezia de Nomão, e pelo Sul com as freguezias de Freixo de Nomão, e Sebadelhe: a maior parte das terras d'esta freguezia são cultivadas, e todas Dizimeiras, hua pequena parte inculca, confinantes com o Douro, têm terras Concelheiras com o declive ao mesmo Douro no sitio de Vál de Matálhas, e Monte de Espinho que terão de distancia meia Legoa; pódem produzir Vinho, e Azeite, plantando-se, que bem pagará a cultura, e beneficio, que lhe fizer.

As terras cultivadas produzem os fructos seguintes, e seus prêços actuaes pela Dizimaría.

Trigo	60 Alqueires	a	600 reis	
Centeyo	340 Alqueires	"	550 "	
Ceváda	100 Alqueires	"	400 "	
Lentilha	100 Alqueires	"	400 "	
Milho Grôso	8 Alqueires	"	480 "	
Amêndoa	3 Arrobas	"	1200 "	
Vinho	40 Almudes	"	400 "	Palhêto muito inferior
Azeite	25 Almudes	"	3200 "	

As medidas dos Líquidos á imitação a do Pôrto, e do Trigo, e máis Legumes a da Cabeça da Comarca de Trancozo.

Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancozo Provincia da Beira Alta – n.º 9
Freguezia de Nossa Senhora de Assumpção da Villa de Nomão, Curáto apresentado pelo Reverendo Chantre da Sé de Lamego

Compõem-se esta freguezia de Cento e Vinte Fógos, comprehendendo o Lugar de Arnozello, dista ao Douro hua Legoa, estrada vadiável de carro ao Caes de Arnozello, e fará de despeza hum carro carregado seis centos reis; dista ao Cachão da Balleira por terra duas Legoas e meia, e ao Longo do Douro Legoa, e meia; têm de Longitude Legoa, e meia, e de Latitude hua Legoa: Confina pelo Norte com o Douro, pelo Nascente com a fre-

guezia de Seixas, pelo Sul com as freguezias da Horta, Sabadeilhe, e Freixo de Nomão, e pelo Poente com a freguezia de Custoyas: As terras d'esta freguezia são Dizimeiras á Universidade de Coimbra, ao Illustrissimo Cabido, e Chantre da Sé de Lamego, e a Sancta Patriarchal de Lisboa: Tém várias terras Concelheiras; a saber: Lameiras, que costumão arrendar-se annualmente pelo mesmo Concelho, e terras de monte com o declive para o Douro, que podem produzir Vinho, Azeite, e pagarem bem a sua cultura. As terras cultivá-das produzem os fructos seguintes, e seus prêços actuaes pela Dizimária.

Trigo	50 Alqueires	a	650	reis
Centeyo	613 Alqueires	"	600	"
Ceváda	28 Alqueires	"	400	"
Milho Grôso	62 Alqueires	"	480	"
Ervanços	2 Alqueires	"	600	"
Lentilha	30 Alqueires	"	400	"
Vinho	60 Almudes	"	900	" Palhête, e soffrivel
Azeite	18 Almudes	"	3200	"
Lans	12 Arrôbas	"	3200	"

As medidas dos Líquidos imitao as do Porto, e a de Trigo, e máis Legumes a da Comarca de Trancozo.

Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancozo Província da Beira Alta – n° 10
Freguezia de Sam João Baptista de Costóyas, Curáto apresentádo pelo Reverendo
Chantre da Sé de Lamêgo

Compõem-se esta freguezia de cincoenta Fógos; dista ao Douro hua Legoa, ao Cães do Arnozello, Estráda pouco vadiavel de carro, que para haver de transitar precisa de se compôr, fará de despeza o carreto de hum carro oito centos reis: dista ao Cachão da Balleira duas Legoas por terra, e ao Longo do Douro Légoa, e meia; confina pelo Norte com o Douro, pelo Nascente com a freguezia de Nomão; pelo Poente com a de Villarôco, e pelo Sul com a da Horta; têm de Longitude Legoa e meia, e de Latitude Legoa, e meia, digo, meya Legoa: São terras Dizimeiras, e grande parte Concelheiras, que annualmente se costumão arrendar, que será hua têtça parte da freguezia.

O declive, que fás para o Douro, têm várias terras incultas de pessoas particulares, e muito fragozas.

A producção d'estas terras, digo, a producção das terras cultviadas hé o seguinte, e seus prêços actuaes pela Dizimária.

Trigo	30 Alqueires	a	600	reis
Centeyo	80 Alqueires	"	600	"
Ceváda	30 Alqueires	"	400	"
Lentilha	30 Alqueires	"	400	"
Milho Grôso	6 Alqueires	a	480	reis
Vinho	32 Almudes	"	400	" Palhete, e de má qualidade

Azeite	7 Almudes	a	3200 reis
Lans	5 Arrôbas	"	2800 "

As medidas dos Líquidos imita as do Porto, e do Trigo, e máis géneros a da Cabeça da Comarca de Trancozo.

Concelho da Pesqueira, Comarca de Trancozo, Província da Beira Alta – nº 11
Freguezia de Nossa Senhora do Rozário de Vál de Figueira Curáto apresentádo pelo
Reverendo Abbade de Villarôco

Compõem-se esta freguezia de três Póvos: Val de Figueira, S. Xisto, e Ôlas; têm oitenta Fógos; dista de Vál de Figueira ao Douro hum quarto de Legoa pela Estráda de S. Xisto vadiavel de carro, carreto do mesmo trezentos reis ao Cães de S. Xisto, ou Canameiras, e do Lugar de ôlas ao dicto Cães hua Legoa, estráda invadiavel de carro emthé Vál de Figueira, que precisa compôr-se, fará de carreto seis centos reis; dista de Vál de Figueira ao Cachão da Balleira por terra Legoa e meia, e ao Longo do Douro hua Légoa: confina pelo Nascente com a freguezia de Custoyas, pelo Norte com o Douro, pelo Poente e Sul com a de Villaroco. Tém de Latitude meia Legoa, e de Longitude hua Legoa: são terras Dizimeiras; e as terras, que têm o declive ao Douro incultas, que cultivando-se pódem produzir Vinho, e Azeite, e bem pagar a seus Proprietários sua despeza.

A producção das cultivadas hé o seguinte pela Dizimária, e prêços actuaes.

Trigo	30 Alqueires	a	600 reis
Centeyo	120 Alqueires	"	600 "
Ceváda	50 Alqueires	"	400 "
Lentilha	50 Alqueires	"	400 "
Milho grosso	30 Alqueires	"	480 "
Vinho	100 Almudes	"	400 " de má qualidade
Azeite	50 Almudes	"	3200 "
Lans	5 Arrôbas	"	2800 "

As medidas dos Líquidos imitação as do Pôrto, e a do Trigo, e máis Legumes a da Comarca de Trancôzo.

Concelho de S. João da Pesqueira, Comarca de Trancôzo Província
da Beira Alta – nº 12
Freguezia de S. Bartholomeu de Villarôco Abbadia apresentáda de Alternativa
pela Mitra Episcopal de Lamêgo, e Sua Santidade

Compõem-se esta freguezia de dous Póvos de Villarôco, e Vedigal com cento e setenta e hum Fógos: dista ao Douro hua Légoa, Estráda vadiavel de carro ao Cães das Canameiras, que precisa de seu concêto, fará de carreto seis centos reis, dista por terra ao Cachão da Balleira legoa e meia, e ao Longo do Douro meya Legoa; têm esta freguezia Legoa e meia de Longitude, e tres quartos de Légoa de Latitude: confina pelo Norte com a

freguezia de Val de Figueira sua annexa, pelo Nascente com as freguezias de Custóyas, Cóvas, e Preiros, pelo Sul com a freguezia de Vallongo, e pelo Poente com as freguezias da Pesqueira. A maior parte d'estas terras são cultivádas: algumas que se achão incultas, o podem também sêr, e produzirem Centeyo, e Vinho principalmente: são terras Dizimeiras, e suas producçõens, e prêços actuaes pelas Dizimarias são o seguinte

Trigo	110	Alqueires	a	600	reis
Ceváda	100	Alqueires	"	300	"
Centeyo	600	Alqueires	"	550	"
Lentilha	60	Alqueires	"	300	"
Milho	30	Alqueires	"	400	"
Ervanços	10	Alqueires	"	600	"
Vinho	250	Almudes	"	600	" Palhête soffrivel
Azeite	100	Almudes	"	3000	"
Lans	15	Arrôbas	"	3000	"

As medidas dos Líquidos imitão as do Porto; e a do Trigo, e mais Legumes a da Comarca de Trancozo.

Freguezias superiôres ás confinantes com o Rio Douro da parte do Sul

Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancozo Província da Beira Alta – n° 13 *Freguezia de Sam Pedro de Freixo de Nomão Reitoría apresentáda pela Mitra Episcopal da Sé de Lamêgo*

Compõem-se esta freguezia de duzentos settenta e cinco Fógos, que comprehendem as Villas de Freixo de Nomão, e Touca: dista ao Douro duas Legoas ao Cães da Barca de Collega Estráda vadiavel de carro que fará de despêza hum carro carregado mil reis: dista ao Cachão da Baleira por terra quatro Legoas, e do dicto Cães ao Longo do Douro Legoa e meia: confina pelo Norte com as freguezias de Mursa, Mós, e Seixas, pelo Nascente com a de Sancto Amáro, pelo Sul com a da Horta; e pelo Poente com a de Nomão: tem de Longitude Legoa e meia, e de Latitude hua Légoa: são terras Dizimeiras, allém de outras sêrem foreiras ao Cabído de Lamêgo, e á Universidadé de Coímbra, que esta recebe a maior parte dos Dizimos d'esta freguezia, e a outra parte o Cabído e Chantrádo da Sé de Lamêgo: têm terras concelheiras, que annualmente são arrematádas na Praça, algumas cultivádas, e outras maninhas. Todas as terras cultivádas produzem os fructos seguintes, e seus prêços actuaes pela Dizimaria.

Trigo	203	Alqueires	a	600	reis
Centeyo	783	Alqueires	"	550	"
Cevada	239	Alqueires	"	300	"
Vinho	200	Almudes	"	650	" Palhête, e frôxo
Azeite	13	Almudes	"	3500	"
Lans	20	Arrôbas	"	3000	"

As medidas dos Líquidos, como dos mais géneros, são as da Cabeça da Comarca de Trancozo.

Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancozo, Província da Beira Alta – nº 14
**Freguezia de S. Lourenço de Sabadelhe, Vigariária apresentáda
 pelo Pôvo da mesma freguezia**

Compoem-se esta freguezia de Cento, e dez Fógos; dista ao Douro duas Legoas pela Estrada, que vai dár ao Cães da Quinta das Figueiras, que fará hum carro carregádo de despêza mil e duzentos reis: dista ao Cachão da Balleira por terra três Legoas, e meia, e ao Longo do Douro do dicto Cães Legoa e meia: confina esta freguezia pelo Norte com a freguezia de Nomão, pelo Poente com a da Horta, pelo Sul com a de Sedovim, e Pôço do Canto, e pelo Nascente com a de Freixo de Nomão; têm de Longitude meia Legoa, e de Latitude o mesmo: São terras Dizimeiras, têm tres Lameiras Concelheiras; a saber: Perzura, Lameira Grande, e Lameira de Vál de Florído, que não sérvem se não para pástos; as mais terras d'esta freguezia são cultivádas, e produzem os fructos seguintes, pela Dizimaría e seus prêços actuaes.

Trigo	150	Alqueires	a650	reis	
Centeyo	400	Alqueires	"580	"	
Ceváda	100	Alqueires	"400	"	
Lentilha	5	Alqueires	"400	"	
Milho grosso.....	100	Alqueires	"450	"	
Feijão.....	40	Alqueires	"500	"	
Ervanços	40	Alqueires	"600	"	
Vinho	200	Almudes	"600	"	Palhête, e de bôa qualidade
Azeite	6	Almudes	"3400	"	
Linho (todas as qualidades)..	4	Arrobas	"2400	"	
Lans	6	Arrobas	"3200	"	

As medidas dos Líquidos como dos máis generos são pela da Cabeça da Comarca de Trancozo.

Concelho de Ranhádos, Comarca da Ouvidoria de Pinhel,
 Província da Beira Alta – nº 15
**Freguezia de Nossa Senhora do Pranto do Pôço do Canto, Curáto apresentádo pelo
 Reverendo Reitor de Ranhádos do Padroado Real**

Compõem-se esta freguezia de cento noventa, e dous Fógos, comprehende o Pôço do Canto, Cancellos, Vál de Pôrco, e Sequeiros: dista ao Douro ao Cães da Quinta das Figueiras três Légoas, e meia, Estráda vadiavel de carro carregádo, que fará de despeza o carro mil e nove centos reis, digo, e vinte reis; dista ao Cachão da Balleira por terra quatro Legoas, e meia, e ao Longo do Douro do dicto Cães, Legoa, e meia: confina pelo Sul com as freguezias de Ranhádos, Emeda, pelo Norte com a de Sabadelhe, pelo Nascente com a Fonte Longa, e Freixo de Nomão, e pelo Poente com a de Sedovim: têm de Longitude três quartos de Legoa, e de Latitude o mesmo. As terras desta freguezia, são Dizimeiras, e algumas foreiras; têm várias terras Concelheiras em diversos sítios, que annualmente se arrendão e se cultivão de Centeyo, e outras servem para pásto de gádo.

As terras desta freguezia que são cultivadas, produzem os géneros seguintes pela Dizimaria, e seus prêços actuaes.

Trigo	104	Alqueires	a	600	reis
Centeyo	853	Alqueires	"	550	"
Cevada	46	Alqueires	"	400	"
Lentilha	3	Alqueires	"	400	"
Tramôços	4	Alqueires	"	550	"
Milho grôso.....	30	Alqueires	"	500	"
Vinho	400	Almudes	"	600	" Palhête, e maduro
Azeite	8	Almudes	"	3400	"
Lans	9	Arrobas	"	3200	"

As medidas dos Líquidos, pão, e Legumes, são da Ouvidoria de Villa Real, terras de Infantádo.

Concelho de Sedovim Comarca de Trancozo, Provincia da Beira Alta – n° 16
Freguezia de Sam João Baptista da Villa de Sedovim, Abbadia apresentáda pela
alternativa do Padroádo Real, e Bispo de Lamêgo

Compõem-se esta freguezia de duzentos, e quarenta Fógos, que comprehendem esta Villa; e a Quinta de Vál de Espinho: dista ao Douro ao Cães da Quinta das Figueiras, três Legoas Estrada vadiavel de carro, que fará de carroto mil, e seis Centos reis. Dista por terra ao Cachão da Balleira, duas Legoas, e meia, e ao dicto Cães ao Lôngo do Douro Legoa, e meia: confina esta freguezia pelo Norte com as freguezias da Horta, e Preiros pelo Nascente com a freguezia de Sebadelhe, pelo Sul com a freguezia do Pôço do Canto, e pelo Poente com a freguezia do Souto. Tém esta freguezia de Longitude duas Légoas, e de Latidade hua Legoa: todas as terras são Dizimeiras, e têm alguas foreiras de varios particulares; tambem têm terras Concelheiras, que se cultivão e andão annualmente arrendadas para o mesmo Concelho. Passa por Esta freguezia o Rio Teya, que se vai metter no Douro no sitio de Arnozello, e por cima da mesma freguezia, passa o Rio Tôrto.

A producção das terras cultivadas pela Dizimaria, e seus prêços actuaes são o seguinte

Trigo	99	Alqueires	a	600	reis
Centeyo	1041	Alqueires	"	550	"
Cevada	132	Alqueires	"	400	"
Milho grôso.....	148	Alqueires	"	500	"
Feijão.....	20	Alqueires	"	500	"
Castanha.....	150	Alqueires	"	80	"
Vinho	450	Almudes	"	700	"
Azeite	10	Almudes	"	3000	"
Linho.....	4	Arrobas	"	3200	"
Lans	14	Arrobas	"	3000	"

As medidas dos Líquidos, pão, e máis Legumes, são da Cabeça da Comarca de Trancozo.

Concelho de Freixo de Nomão Comarca de Trancôzo, Província da Beira Alta – n° 17
**Freguezia do Senhor Salvador da Horta, Curáto apresentádo pelo Reverendo
 Chantre da Sé de Lamego**

Compõem-se esta freguezia de quarenta e hum Fógos: Dista ao Douro Legoa, e meia ao Cães de Arnozello, que fará de carroto hum carro carregádo ao Douro, digo, hum carro carregado mil reis: dista ao Cachão da Balleira por terra duas Legoas, e meia, e ao Longo do Douro do dicto Cães de Arnozello Legoa e meia; confina pelo Nascente com a freguezia de Sebadelhe, pelo Poente com as dos Preiros, pelo Norte com a de Nomão, e pelo Sul com a de Sedovim. Tém de Longitude meia Legoa; e de Latitude o mesmo: são terras Dizimeiras, e alguas Concelheiras divididas por várias partes, que annualmente se costumão arrendar de vinte até trinta alqueires de pão: têm alguas terras de monte, que pódem plantar-se de Vinha, e bem pagarem a seus proprietários a sua cultura.

As terras cultivádas, produzem os fructos seguintes, e seus prêços actuaes pela Dizimaria.

Trigo	100 Alqueires	a	600 reis
Centeyo	445 Alqueires	"	550 "
Milho grosso	40 Alqueires	"	480 "
Ceváda	100 Alqueires	"	400 "
Lentilha	15 Alqueires	"	400 "
Ervanços	8 Alqueires	"	600 "
Feijão	10 Alqueires	"	600 "
Vinho	50 Almudes	"	700 " Palhete, e maduro
Azeite	4 Almudes	"	3300 "
Lans	6 Arrobas	"	3000 "

As medidas dos Líquidos, Pão, e máis Legumes as da Cabeça da Comarca de Trancozo.

Concelho de S. João da Pesqueira Comarca de Trancozo
 Província da Beira Alta – n° 18
**Freguezia de S. Salvador de Preiros, Curáto annual apresentádo pelos Reverendos
 Abbades da Villa da Pesqueira**

Compõem-se esta freguezia de Setenta e oito Fógos: dista ao Douro duas Légoas estráda vadiavel de carro ao Cães das Canameiras, que fará de carroto hum carro carregádo mil e duzentas reis: dista ao Cachão da Balleira por terra duas Legoas e meia, e ao Longo do Douro do dicto Cães meia Legoa: confina pelo Norte com a freguezia de Villaroco, pelo Poente com as freguezias de Sedovim, e Horta, e pelo Sul com as freguezias da Póvoa, e Souto: têm esta freguezia de Longitude hua Légoa, e de Latitude três quartos de Legoa: são terras Dizimeiras cujos Dizimos pertencem aos Abbades da Pesqueira; têm alguas terras incultas, e fragózas; as terras cultivádas d'esta freguezia produzem os fructos seguintes pela Dizimaria, e seus prêços actuaes.

Trigo	20 Alqueires	a	600 reis
Centeyo	300 Alqueires	"	550 "
Milho grosso	10 Alqueires	"	480 "
Ceváda	5 Alqueires	"	400 "
Feijão	1 Alqueires	"	500 "
Castanha	10 Alqueires	"	80 "
Ervanços	1 Alqueires	"	600 "
Lentilha	4 Alqueires	"	400 "
Vinho	90 Almudes	"	600 " Palhête, e maduro
Azeite	6 Almudes	"	3300 "
Lans	5 Arrobas	"	3000 "

As medidas dos Líquidos, Pão, e máis Legumes as da Cabeça da Comarca de Trancozo.

Concelho de Villa de Vallongo dos Azeites, Comarca de Trancozo Província
da Beira Alta – n° 19

**Freguezia de Santa Catharina da Villa de Vallongo dos Azeites Curáto annual
aprezentádo pelo Reverendo Reitor de Penela do Padroádo
da Universidade de Coímbra**

Compoem-se esta freguezia de Quarenta Fógos; dista ao Douro duas Légoas ao Cães das Canameiras, estráda vadiavel de carro com grande violencia, têm o declive da dicta Villa emthé o rio tôrto, e dêste emthé a Senhora da Estráda grande subida que bem precisa de duas parelhas de gádo vacuum para tirar hum carro de carga ordinária, e daqui ao Cães das Canameiras, estráda de descida, e bem vadiavel que fará de despeza hum carro carregádo mil nove centos, e vinte reis: Dista ao Cachão da Balleira por terra duas Légoas e meia, e do dicto Cães ao Longo do Douro meia Legoa: confina pelo Norte com as freguezias de Villarôco, e Pesqueira, pelo Poente com a de Trovoens, pelo Súl com as de Penela, e Póvoa, e pelo Nascente com a dos Preiros: Tém de Longitude hua Legoa, e de Latitude outra Legoa: são terras Dizimeiras á Universidade de Coímbra. Paga este Pôvo de foro ao Bispo de Lamego quarenta alqueires de pão: têm alguas terras Conselheiras incultas, e fragozas, e várias terras incultas dos Moradores desta freguezia, que ficão com o declive ao Rio tôrto, e para o Ribeiro de Soáres, que divide esta freguezia da de Trovoens.

A producção das terras cultivadas d'esta freguezia são o seguinte pela Dizimaria, e seus prêços actuaes.

Trigo	30 Alqueires	a	600 reis
Centeyo	300 Alqueires	"	550 "
Ceváda	10 Alqueires	"	400 "
Milho grôssô	35 Alqueires	"	480 "
Lentilha	2 Alqueires	"	400 "
Ervanços	2 Alqueires	"	600 "
Feijão	2 Alqueires	"	500 "

Castanha.....35	Alqueires	a	80	reis
Vinho	350 Almudes	"	600	" com algũa côr, e maduro
Azeite	15 Almudes	"	3300	"
Lans	5 Arrobas	"	3000	"

As medidas d'esta freguezia são da Ouvidoria de Leomil de que hé Donatário o Marquez de Marialva.

INDEX DAS FREGUEZIAS

	folha		folha
Almendra	36	Seixas	41 v
Mursa	41	Freixo de Espadacinta	30 v
Anciaens	13 v	Seixo	16 v
Nábo	23 v	Freixo de Nomão	47
Assureira	25 v	Solores	14 v
Nomão	42 v	Hórta de Nomão	51
Beira Grande	17 v	Torre de Moncôrvo	24 v
Piães	29 v	Horta de Villariça	"
Cabêça Bôa	20 v	Vál de Figueira	44 v
Pôço do Canto	49	Lagoáça	33 v
Cabêça de Mouros	21 v	Vallongo dos Azeites	53 "
Preiros	52	Ligares	28 v
Castello Melhor	37	Villa Flôr	22 v
Prêdo	26 v	Louza	19 v
Costóyas	43 v	Villa Nova de Foscôa	38 "
Santo Amáro de Vál de Bois	39	Marzagão	12
Escalhão	35	Villarinho da Castanheira	18 v
Sabadêlhe	48	Mazôco	31 v
Fonte Longa	15 v	Villarôco	45 v
Sedovim	50	Mós	40
Fórnos	32 v	Urrós	27 v

Nº 3 – Freguezias confinantes com Castella medeando o Douro, entre aquelle, e nosso Reino

- Nº 13 Da parte do Sul do Douro na frente da freguezia de S. Pedro de Piáres, fica a freguezia de Freixeneda terra populosa, que produz em abundancia toda a Cásta de fructos, como a dicta de Piáres.
- Nº 20 De frente da Freguezia de S. Miguel de Freixo de Espadacínta, ficão da parte de Castella as freguezias de Fiolhoza, Samzerlhe, e Bilvestre, terras populozas, que todas produzem fructos á imitação da de Freixo de Espadacínta, e todas estas freguezias têm Bárças de passagem, para a dicta freguezia de Freixo, e outras.
- Nº 21 Na frente da freguezia de Sancto Isidóro de Mazouco, fica a freguezia de Bilvestre da parte de Castella, que já vai contempláda na freguezia acima de Freixo.
- Nº 22 Fica na parte do Sul de Castella, na frente da freguezia de Santa Eulália de Fórnos a freguezia de Mieira, e parte da de Bilvestre, terras populozas, que produzem Milho, Centeyo, Ceváda, Azeite, e muito Vinho.
- Nº 23 Na frente da freguezia de Sancto António de Lagoáça, fica da parte do Douro de Castella parte da freguezia de Mieira, digo, de Miesa, e a freguezia de Aldêa d'able, terra populosa, que produz muito Trígo, Centeyo, Ceváda, Azeite, e Vinho em abundancia máis do que as freguezias de que se fáz menção: Tém Bárca de passagem, para o nosso Reino, que hé a de Sancta Marinha da Vêrde.

Nº 4 – Rezumo das Estrádas que decorrem ao Douro extrahido do Mappa de suas respectivas freguezias, tanto das que se achão vadiaveis de carro, como das que se devem compôr, para poderem vadiar

Concelho de Anciaens, Comarca da Torre de Moncorvo, nº1	<ul style="list-style-type: none"> • Freguezia de Marzagão, têm duas Estradas, hua dellas distante do Douro hua grande Legoa pelo Valle de Marzagão, a maior parte vadiavel de carro, e outra só a pé, e de cavallo com algum custo, que precisa compôr-se, não com pouca despêza, carreto por esta ao Douro. 	900
	<ul style="list-style-type: none"> • Não se compondo a dicta Estrada, há outra vadiavel de carro que vai têr ao Cães dos Canaes, e Síbio, que transita pela freguezia das Sollores Legoa e meia de distancia aos dictos Caes, fará de despêza o carreto. 	1\$200
Concelho de Anciaens, Comarca da Torre de Moncorvo, nº2	<ul style="list-style-type: none"> • Freguezia do Salvador da Villa de Anciaens têm hua Estráda, que desce ao Cães dos Canaes por onde transitão carros sem muito trabalho: dista ao dicto Caes grande Legoa. E da mesma estráda se sepára outra, que vai têr ao Caes do Síbio melhor embarcadouro com máis distância de hum quarto de Legoa, que com pouco custo se fás vadiavel de carro fará de despêza o carreto aos dictos Cães. 	1\$000

Concelho de Anciaens, Comarca da Torre de Moncorvo, n.º3	• Freguezia de Sam Gregório das Solores, têm hua Estráda vadiavel de carro ao Cães dos Canaes, e Sibio fazem de differença de hum a outro, meyo quarto de Légoa ao Longo do Douro; dista ao mesmo Douro hua grande Legoa, fás de despeza, e carreto.	15000
Concelho de Anciaens, Comarca da Torre de Moncorvo, n.º4	• Freguezia de Sancta Maria Magdalena de Fonte Longa, têm duas Estrádas por onde podem transitar carros aos Cães dos Canães, e Sibio, hua dellas, que vai pelo Seixo, e Beira grande, e outra pela freguezia das Solores; fás de despeza o carreto de hum Carro mil, e duzentos reis.	15200
Concelho de Anciaens, Comarca da Torre de Moncorvo, n.º5	• Freguezia de S. Sebastião do Seixo, tem hua Estráda, que decorre ao Cães de Arnozello distancia de hua Legoa pelo Serro do Comparádo, que com pouca despeza se fás bem vadiavel de carros carregádos com a despeza de carreto de	900
Concelho de Anciaens, Comarca da Torre de Moncorvo, n.º6	• Freguezia de Sancto António da Beira Grande, têm hua Estráda, que desce ao Cães dos Canaes distancia de hua Légoa, por onde pódem transitar carros carregados; outra Estráda há que desce pelo Serro do Comparádo de que acima se fás mençaõ, por onde podem tambem transitar carros carregados, digo, transitar: O carreto fás de despêza	800
Concelho de Vilarinho, Comarca da Torre de Moncorvo, n.º7	• Freguezia de Sancta Maria Magdalena de Villarinho da Castanheira; têm hua Estráda, que desce ao Douro ao Cães de Lobazim; distancia de Legoa e meia, a tёрça parte della se acha vadiavel de carros, e a máis se déve compôr com algum custo; fás de despêza o carreto de hum carro ao Douro	15000
Concelho de Vilarinho, Comarca da Torre de Moncorvo, n.º8	• Freguezia de S. Lourenço da Louza, têm huma Estráda que desce ao Douro ao Sítio do Sayão distancia de hua Legoa, que precisa a mayor parte délla de sêr reedificáda a podêr de muito custo; porém há outra Estráda em distancia de hua grande Legoa, que vai têr á Barca de Villarinho, que esta com menos despêza se póde preparar, e servir de maior utilidade, por transitar por Ella a concorrencia de varias freguezias superiores a Ésta da Louza: seu carreto ao Douro fás de despêza	15000
Concelho de Vilarinho, Comarca da Torre de Moncorvo, n.º9	• Freguezia de Sam Brás de Cabeça Boa, tem hua Estráda bastante viollenta para por Ella transitarem carros aos Cães das Cabanas, distancia de hua Legoa, que com algum custo se deve compôr indo pela Estráda de Cabeça de Mouros; o carreto ao Douro fará de despêza hum carro	15000

Concelho de Vilarinho, Comarca da Torre de Moncorvo, nº10	<ul style="list-style-type: none"> • Freguezia de Nossa Senhora das Neves de Cabeça de Mouros, a Estráda, que decorre ao Douro ao Cáes das Cabánas debaixo, hé viollenta, vai entestar á que vai de Cabeça Bôa; dista hua grande Legoa ao dicto Cáes, a maior parte délla se compõem igualmente com a sobredicta de Cabeça Bôa; fás de despêza, e carroto de hum carro ao Douro 	1\$000
Concelho de Vila Flôr, Comarca da Torre de Moncorvo, nº11	<ul style="list-style-type: none"> • Freguezia de Sam Bartholomeu de Villa Flôr, a Estráda que d'esta freguezia desce ao Douro á Fós do Sabôr dista três Légoas vadiavel de carro, e fás de despeza o carroto 	1\$000
Concelho de Vila Flôr, Comarca da Torre de Moncorvo. nº12	<ul style="list-style-type: none"> • Freguezia de S. Gens do Nábo, a Estráda d'esta freguezia ao Douro a Foz do Sabôr he vadiavel de carro distante de hua Legoa, fás de despeza o carroto 	2\$000
Concelho e Comarca da Torre de Moncorvo. nº13	<ul style="list-style-type: none"> • Freguezia de Sam Sebastião da Horta; a Estráda d'esta freguezia ao Douro á Fós do Sabor hé vadiavel de carro, distante meia Legoa, fás de carroto 	480
Concelho e Comarca da Torre de Moncorvo, nº14	<ul style="list-style-type: none"> • Freguezia de Nossa Senhora da Assumpção da Torre de Moncôrvo; a Estráda d'esta freguezia vai têr á Fós do Sabôr no sítio da Villariça, bem vadiavel de carros; dista hua Legoa; fás a despêza de hum carro carregádo 	600
Concelho e Comarca da Torre de Moncorvo. nº15	<ul style="list-style-type: none"> • Freguezia de Sam João Evangelista da Assureira, a Estráda della ao Douro ao Caes da Bárca da Torre hé vadiavel de Carros; dista hua Légoa; fás de despêza o carroto 	600
Concelho e Comarca da Torre de Moncorvo. nº16	<ul style="list-style-type: none"> • Freguezia de Sam João do Prêdo: a Estrada, que desce ao Douro a Bárca de Fóscôa, parte délla precisa compôr-se, não com muito custo, para por Ella poderem transitar carros carregádos; fás de despeza seu carroto 	600
Concelho e Comarca da Torre de Moncorvo. nº17	<ul style="list-style-type: none"> • Freguezia de Sam Bartholomeu de Urros; a Estráda que desce ao Douro ao Cáes das Pariças, hé bem vadiavel de carros, dista meya Legoa, fás de despeza seu carroto 	400
Concelho de Freixo de Espadacinta da Torre de Moncorvo. nº18	<ul style="list-style-type: none"> • Freguezia de Sam João Baptista de Ligares; a Estráda, que desce ao Douro á Barca d'Alva, precisa de se compôr, para por ella poderem transitar carros carregados, no declive, que fás ao mesmo Douro; dista ao mesmo duas Legoas; o carroto de hum carro carregádo, fás de despêza 	1\$200

Concelho de Freixo de Espadacinta da Torre de Moncorvo. n°19	• Freguezia de Sam Pedro de Piáres; a Estrada ao Douro ao Cães dos Uzidos de Sancto Estêvão, hé invadiavel de carros Legoa, e meia de distancia, que para estes por ella transitarem hé preciso sêr compôsta com bastante custo; porém há outra Estráda, que vai dár a Bárca da Fiolhoza, que terá de distancia Légoa e meia, que com menos despêza se póde fazer vadiavel de carro, e fará de carroto	800
Concelho de Freixo de Espadacinta da Comarca da Torre de Moncorvo. n°20	• Freguezia de S. Miguel de Freixo de Espadacinta; a Estráda ao Douro ao Cães da Bárca do Sauzelho, têm de distancia meya Legoa, a maior parte della vadiavel de carro, e o restante de pé, e de cavallo que com pouca despêza se pode fazer vadiavel, digo, se póde fazer de fórma que por Ella possão transitar carros carregados ao dicto Cães; fás de despêza o carroto de hum carro carregádo	480
Concelho de Freixo de Espadacinta da Comarca da Torre de Moncorvo. n°21	• Freguezia de Sancto Isidóro de Mazouco. A Estráda ao Douro do Cães do Porto de Pandeira distancia de meia Légoa hé vadiavel de carros fás de despêza o carroto	500
Concelho de Freixo de Espadacinta da Comarca da Torre de Moncorvo. n°22	• Freguezia de Sancta Eulália de Fornos; têm esta freguezia hua Estráda invadiavel de carros destante ao Douro meia Legoa, que a podêr de muito custo se podera fazer vadiavel de carro, porém há outra Estráda, que vai pela freguezia de Mazouco, que dista ao Cães do pôrto de Pandeira Legoa, e meia vadiavel de carros, seu carroto fás de despêza	15200
Concelho de Mogadouro da Comarca da Torre de Moncorvo. n°23	• Freguezia de Sancto António de Lagoáça; a Estrada d'esta freguezia ao Cães do Pélago de Lagoáça, dista ao Douro meia Legoa, estrada ordinária de pé, e de cavállo, e com algua despeza se póde fazer vadiavel de carro, e fazer de custo o carroto ao Douro	500

Séguem-se as freguezias superiôres ao Cães da Balleira da parte do Sûl

Concelho de Castello Rodrigo da Comarca de Trancoso, n°1	• Freguezia de Nossa Senhora dos Anjos de Escalhão; dista ao Douro Legoa, e meia ao Cães da Bárca d'Alva estráda vadiavel de carros; fará de despêza o carroto de hum carro carregádo	15000
Concelho de Almendra Comarca dita n°2	• Freguezia de Nossa Senhora dos Anjos de Almendra, dista ao Douro Legoa, e meia, pela Estráda que vai dár ao Cães da Fós do Côa, vadiável de carro, seu carroto fas de despeza	800
Concelho de Almendra Comarca dicta n°3	• Freguezia do Espírito Sancto de Castello melhor, dista ao Douro hua Legoa estráda vadiavel de carro ao Cães da Fós do Côa, seu carroto fás de despeza	500

Concelho de Villanóva de Fóscôa, Comarca de Trancôzo, nº 4	• Freguezia de Nossa Senhora da Veiga de Villa nova de Fózcôa, dista ao Douro hua Légoa ao Caes da Bárca da Torre de Moncôrco, estrada vadiavel de carro seu carreto	600
Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancôzo, nº 5	• Freguezia de Sancto Amáro de Vál de Boy dista ao Douro hua Légoa, estráda vadiavel de carro ao Cães da Quinta do Sayão, fará de despêza o carreto	600
Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancôzo, nº 6	• Freguezia de Sam Pedro de Mós: Dista ao Douro meia Legoa, estráda vadiavel de carro ao Cães da Fós de Mursa, fará de despêza o carreto	400
Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancôzo, nº 7	• Freguezia de Sancta Senhorinha de Mursa, dista ao Douro tres quartos de Legoa, Estráda vadiavel de carro ao Cães da Barca de Coleja; fás de despêza o carreto	600
Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancôzo, nº 8	• Freguezia de Sam Martinho de Seixas dista ao Douro hua Legoa, estráda vadiavel de carro ao Caes da Quinta das Figueiras fás de despêza o carreto	800
Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancôzo, nº 9	• Freguezia de Nossa Senhora da Assumpção da Villa de Nomão, dista ao Douro hua Legoa Estrada vadiavel de carros ao Cães de Arnozello fás de despeza o Carreto	600
Comarca de Freixo de Trancôzo, nº 10	• Freguezia de São João Baptista de Costoyas, dista ao Douro hua Legoa ao Caes de Arnozello, Estráda pouco vadiavel de carro, que para haver de transitar precisa de se compôr; fará de despeza o carreto de hum carro carregádo ao dicto Cães	800
Concelho de Pesqueira, Comarca de Trancôzo, nº 11	• Freguezia de Nossa de Senhora do Rozário de Vál de Figueira, dista ao Douro hum quarto de Légoa pela Estráda de Sam Xisto vadiavel de carro, fás de despêza o carreto. E do Lugar de Ólas da mesma freguezia ao dicto Cães, ou Canameiras dista hua Legoa, Estráda invadiavel de carro, que precisa compôr-se, até Vál de Figueira; fás de despêza o carreto ao dicto Cães	300
Concelho de Pesqueira, Comarca de Trancôzo, nº 12	• Freguezia de Sam Bartholomeu de Villarôco; dista ao Douro hua Legoa Estráda vadiavel de carro ao Cães das Canameiras; porém precisa de algum concêto, fáz de despêza o carreto ao dicto Cães	600
Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancôzo, nº 13	• Freguezia de Sam Pedro de Freixo de Nomão, dista ao Douro duas Legoas ao Cães da Bárca de Coleja, Estráda vadiavel de carro, fás de despeza o carreto	1\$000

Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancôzo, nº 14	• Freguezia de Sam Lourenço de Sabadelhe; dista ao Douro duas Légoas pela Estráda, que vai dár ao Cães da Quinta das Figueiras, vadiavel de carro, fás de despeza o carroto	1\$200
Concelho de Ranhádo, Comarca da Ouvidoria de Pinhel, nº 15	• Freguezia de Nossa Senhora do Pranto do Pôço do Canto; dista ao Douro ao Cães da Quinta das Figueiras três Legoa, e meia Estráda vadiavel de carros fará de despeza o carroto	1\$920
Concelho de Sedovim, Comarca de Trancôzo, nº 16	• Freguezia de Sam João Baptista de Sedovim; dista ao Douro ao Cães das Quintas das Figueiras três Légoas Estráda vadiavel de carros carregados, fará de despeza o carroto	1\$600
Concelho de Freixo de Nomão, Comarca de Trancôzo, nº 17	• Freguezia de Sam Salvador da Horta; dista ao Douro Legoa, e meia ao Cães de Arnozello, Estráda de carro, fás de despêza o carroto	1\$000
Concelho da Pesqueira, Comarca de Trancôzo, nº 18	• Freguezia de Sam Salvador dos Preiros, dista ao Douro duas Legoa ao Caes das Canameiras, Estráda vadiavel de carros, fás de despêza o carroto	1\$200
Concelho de Valongo, Comarca de Trancôzo, nº 19	• Freguezia de Sam Caetano da Villa de Vallongo dos Azeites: dista ao Douro duas Légoas ao Cães das Canameiras Estráda vadiavel de carros com grande custo pelas grandes subídas, e descidas, fará de despeza o carroto de hum carro carregado athé o dicto Cães	1\$920

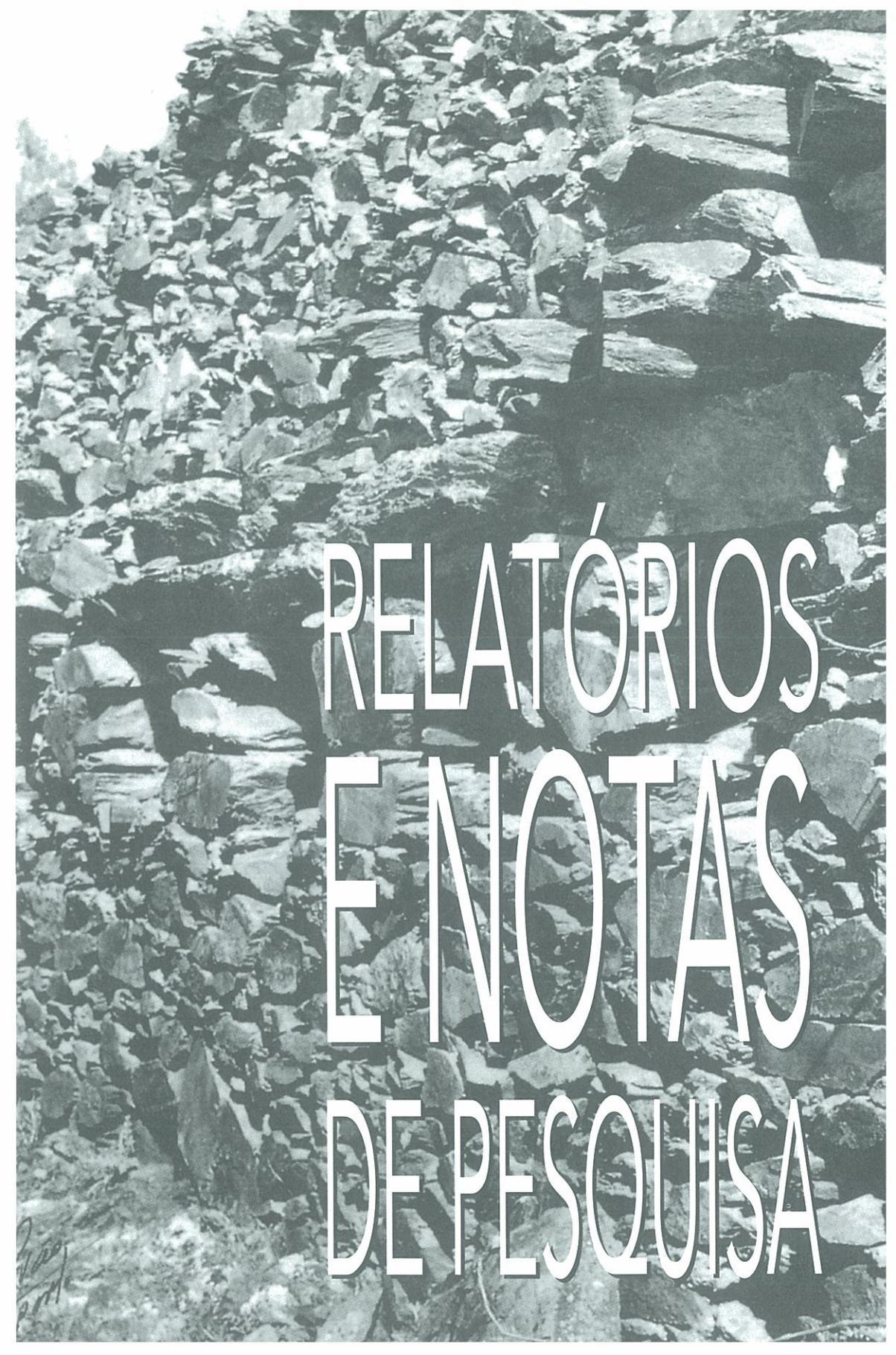
**Nº 5 – Despezas, que fizemos na Digressão da Régoa
athé a freguezia de Bursó da parte do Norte do Douro,
e daquela freguezia passando a parte
do Sul delle, athé nos recolhermos á mesma Régoa, sahindo d’esta
no dia 18 de Janeiro athé 2 de Março actual de 1790**

P. 44 dias de aluguer de duas cavalgadas em que andárão o Commissário Jozé Víctor de Magalhaens, e seu Companheiro Manoel Garcês a 600	26\$400
P. 29 dias de aluguer de cavalgada, em que andou o Arráes Manoel Pinto Mácho, sendo 16 dias, a 300 reis e 13 dictos a 240 reis são	7\$920
P. 30 dias de aluguer da cavalgada da carga a 200	6\$000
Proprios, que dirigimos nesta Diligencia, e homens de Guia das Estrádas	4\$800

Por dinheiro ao Arraes Manoel Pinto Macho, para gastos da jornada de Villanova de Foscôa para sua caza	2\$400
Passagem das Bârcas do Corgo, Tûa, e Rio Douro	1\$010
Por Gastos da nossa Digressão	79\$390
Por Comedoría das cavalgadas	39\$200
Por jornal de dous môços do Commissário e Companheiro	10\$560
Por Sinâes que se derão a tres Lavradores da freguezia de Seixo, de seis Pipas de Vinho, que alli se comprãrão, como consta de seus Bilhetes a prêço cada Pipa de 11\$ reis, e se lhe deu sinal em Pipa a 6\$400 reis	38\$400
Por dicto a Joao Caetano de Villa Flôr de seis Pipas de Vinho a prêço de 14\$400 reis cada Pipa como consta do Bilhete e se lhe deu de sinal em Pipa a 7\$200	43\$200
TOTAL	259\$280

**Nº 6 – Itinerário da Digressão que fizemos da Régua para cima
athé a freguezia de Lagoáça; confinante com Bursó,
Concelho do Mogadouro, Comarca de Miranda do Douro,
e voltando a parte do Sul do mesmo Douro, athé a Baleira passando
ao Castêdo a finalizar na Régua**

Digressão da parte do Norte do Douro	Legoa	Digressão da parte do Sul do Douro	Legoa
Da Regoa a Poyares	1	Da Barca d'Alva a Escalhão	1/2
De Poyares a Magalhãa	2	De Escalhão a Allmendra	1/2
Da Magalhãa a Sobroza	1	De Almendra a Castello Melhor	1
Da Sobroza a Favayos	1	De Castello Melhor, a Villanova de Foscôa	1
De Favayos ao Castedo	1	De Villanova de Foscôa a Santo Amáro	1
Do Castêdo ao Fiolhal	1	De Santo Amáro a Mós	1
Do Fiolhal a Marzagão	1	De Mós a Mursa	1
Primeira Freg. contempláda no Mappa		De Mursa a Seixas	1/2
De Marzagão a Lavandeira	1/2	De Seixas a Nomão	1
Da Lavandeira ás Solôres	1/2	De Nomão a Costoyas	1
Das Solores a Fonte Longa	1	De Costoyas a Vál de Figueira	1/2
Da Fonte Longa ao Seixo	1	De Vál de Figueira a Villarôco	1
Do Seixo á Beira grande	1/4	De Villarôco a Freixo de Nomão	4
Da Beira grande, á Louza	2	De Freixo de Nomão a Sabadelhe	1
Da Louza, a Villarinho da Castanheira	1	De Sabadelhe ao Pôço do Canto	1
De Villarinho da Castanheira, á Cabeça d'Mouros	1	Do Pôço do Canto a Sedovim	1
De Cabeça de Mouros á Cabêça Bôa	1/2	De Sedovim á Horta	1
De Cabêça Bôa ao Mourão	1	Da Horta aos Preiros	1/2
Do Mourão a Seixo de Manhózes	1	Dos Preiros a Vallongo dos Azeites	1
Do Seixo de Manhózes a Villa Flôr	1	De Vallongo dos Azeites, á Pesqueira	2
De Villa Flôr a Nábo	1	Da Pesqueira á Baleira	1/2
Do Nábo á Horta	1	Da Balleira ao Castêdo	2
Da Horta, á Torre de Moncôrvo	1	Do Castêdo á Régua	6
Da Torre de Moncôrvo á Assureira	1		
Da Assureira ao Prêdo	1		
Do Prêdo a Urros	1		
De Urros a Ligares	1		
De Ligares a Peares	1		
De Peares, a Freixo de Espadacinta	1		
De Freixo de Espadacinta a Mazouco	1		
De Mazouco a Fórnos	1		
De Fórnos a Lagoáça	1/2		
De Lagoáça aos Cachoens de Bursó	1		
Dêstes Cachoens, voltando para baixo athé a Barca d'Alva	6		



RELATÓRIOS
E NOTAS
DE PESQUISA

2009
2011



Douro. Pilheiros em parede de socalco. Fotografia de Alvão, ca. 1940.

A estação arqueológica da Quinta da Ervamoira – Muxagata, Vila Nova de Foz Côa

Em finais de 1984, quando estava a ser estudada a implantação da vinha num terreno desta quinta, foi descoberto um sarcófago de pedra com aspecto muito antigo. Para o seu estudo os proprietários contactaram os arqueólogos Gonçalves Guimarães e Maria da Graça Peixoto, do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, que o dataram da Idade Média Plena (séc. XI-XIII), tendo concluído que este achado não podia estar ali isolado, mas sim integrado numa estrutura que o justificasse. No ano seguinte iniciaram escavações naquela colina sobranceira ao rio Côa, vindo a descobrir uma estação arqueológica medieval com edifícios de habitação e oficina de ferreiro datável do século XIII, mas igualmente alguma cerâmica tardoromana e altomedieval que indiciava a existência de ocupação mais antiga.

Desde então as escavações têm prosseguido todos os anos nos meses de Julho e Agosto, tendo as diversas equipas que por ali passam, dirigidas por aque-



Aspecto de uma campanha arqueológica na Quinta da Ervamoira (Santa Maria).

les arqueólogos, posto a descoberto o edifício romano de uma *mutatio* anterior ao século IV, um outro edifício romano deste mesmo século, uma possível basílica paleocristã do século V ou VI e diversos edifícios medievais, estando o estudo total desta estação longe de estar concluído, não só porque todas as estruturas ainda não estão escavadas, como o numeroso espólio exumado requer demorados e pacientes estudos laboratoriais.

No entanto, algumas conclusões deste estudo podem já ser tiradas. Tudo leva a crer que se trata efectivamente de uma estação de muda, situada em lugar estratégico para controle, na passagem a vau do rio Côa, da estrada que de Loncobriga (hoje Longroiva) seguia para Calábria, na margem do rio Douro. Assim se justificaria igualmente a existência de uma grande diversidade da cerâmica aqui existente, muita dela de longínquas proveniências. O facto de a quinta ser um dos poucos terrenos planos de grande dimensão existente neste vale, e mesmo no Douro Superior, permitia o acampamento de soldados romanos em trânsito e destinados ao controlo das minas de prata e chumbo existentes nas margens do Côa. Recordemos que esta passagem a vau durante o Inverno e a Primavera estaria frequentemente impraticável devido às cheias súbitas. Aqui poderia igualmente localizar-se um porto fluvial que levasse os barcos e o respectivo carregamento até ao Douro.

Provavelmente esta primeira *mutatio* foi abandonada ou destruída, tendo sido construída uma outra mais pequena no século IV, que sofreu sorte idêntica. No



Aspecto de uma campanha arqueológica na Quinta da Ervamoira (Santa Maria).

século V ou VI, terá sido aqui construída uma basílica paleocristã cujas telhas eram muito decoradas e entre as quais apareceu um *chrismon*, marca inconfundível do cristianismo em difusão pelo que restava do império romano. No espaço interior deste edifício apareceu uma mandíbula humana, o que poderá significar o culto de relíquias, pois não se trata de uma área sepulcral devido ao facto de estar construído em cima do xisto. Esta basílica rural poderá ter sido destruída pelas invasões árabes do início do século VIII. É provável que, perdida a importância viária do período romano, a *mutatio* se tenha transformado num *vicus* ocupado pela família de algum legionário veterano: assim se justificaria o aparecimento de cossoiros e pesos de tear, objectos domésticos indicadores de alguma sedentarização. Mas a destruição de parte dos edifícios anteriores para construir outros por cima leva a crer que a ocupação deste local não foi contínua e teve sempre a ver com a importância estratégica atribuída a esta passagem ou às possibilidades de agricultura no nateiro de aluvião na margem do rio, onde ainda hoje existem oliveiras multacentenárias.

No século XIII volta a haver uma efectiva ocupação deste lugar, talvez conjugada com o facto do rio Côa ser então a fronteira entre os reinos de Portugal e de Leão.

Poderá ser desta época o sarcófago de granito encontrado em 1984 que deveria estar junto de um eremitério ou capela sob a invocação de Santa Maria, do qual ainda hoje restam vestígios perto de uma nascente que nunca seca, junto do caminho que conduzia às construções já referidas.

Com o tratado de Alcañices de 1297, que coloca a fronteira na ribeira de Aguiar, este lugar volta a perder importância e entra no esquecimento que a vegetação espontânea foi cobrindo, até que a arqueologia o trouxe de novo ao nosso conhecimento. Sabemos agora de fonte segura que a Quinta da Ervamoira foi habitada desde há quase dois mil anos.

Gonçalves Guimarães

(Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia
Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense Infante D. Henrique)

Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó

Do Pinhão para a sede do concelho, a estrada sobe, serpenteia, faceia abismos peçados de geios largos e estreitos onde se distribuem infindáveis fiadas de vinha, corta a Quinta do Noval que, de socalco em socalco, sustentados por esmeradas paredes de xisto solto, desce até às profundezas do Rio Pinhão, que aí corre fortemente encaixado. A coroar a Quinta, uma das grandes produtoras da Região Demarcada do Douro, lá está o «castelo dos mouros» (Fig.1), importante estação arqueológica que foi erguida por indígenas da Idade do Ferro, que conheceu os invasores romanos e participou nas mudanças que uma Romanização, entre intensa e incipiente, imporia à região.

Documentalmente já conhecida desde o século XVIII¹, eivada de lendas relacionadas com tesouros e mouras encantadas, só ganhou verdadeira projecção, após a pequena sondagem aí realizada por Ricardo Severo e cuja memória ficou estampada na revista *Portugália*, em publicação no início deste século².

A intervenção arqueológica, apesar de diminuta, viria a revelar-se importantíssima, não só porque revelou uma estrutura arquitectónica de certa valia, como uma diversidade de espólio, a partir do qual se torna possível traçar uma diacronia ocupacional do sítio.

A estrutura, longe de estar completa, tinha paredes rectilíneas que foram construídas com «blocos de schisto argamassados, em aparelho regular horizontal»³. No seu interior destacava-se um pequeno compartimento «lageado a um nível superior ao solo firme» e num dos cantos, um *dolium* «completo e vasio», tampado com o «fundo de outro dolio». Anteriormente, quando da abertura de valas para vinha, haviam aparecido «peças de cantaria, uma base de columna» e uma significativa diversidade de espólio⁴.

Não dispondo nós de outros elementos, resulta extremamente difícil atribuir uma funcionalidade a este compartimento. Contudo, se tivermos em linha de conta os elementos descritos e respigarmos as informações de Ricardo Severo, parece-nos que se trata de uma construção que muito tem a ver com um certo

¹ AZEVEDO, Pedro A. de, *Extractos Archeológicos das «Memórias Parochiaes de 1758»*, «Archeólogo Português» (nas restantes notas: AP), III, Lisboa, p. 196.

² SEVERO, Ricardo, *O Castro de Vilarinho de Cotas*, «Portugália», 1ª Série, II, Porto, 1905-1908, p. 263-269.

³ SEVERO, Ricardo, *ob. cit.*, p. 264.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 265.

tipo de estrutura de época romana, provavelmente do compartimento de uma *villa*, erguida no interior de um povoado castrejo, caso tomemos como certa a informação que, em tempos idos, fora descoberta «a dupla parede da muralha que tinha de largura entre as suas faces externas para cima de 2 metros, e era de muito solida construção»⁵.

Uma *villa* é uma construção complexa, pois ao *fundus* juntam-se as construções da *pars urbana*, da *pars rustica* e da *pars frumentaria* ou *fructuaria*, quando de um verdadeiro latifúndio se trata. Aqui não sabemos que dizer, pois os vestígios são escassos e insuficientes, resumindo-se a pedras de cantaria, uma base de coluna, um determinado tipo de espólio e um inacabado compartimento. Tudo isto, que não é muito, tanto pode ser de uma *villa* como de um *casal*, cuja classificação pode ir da modesta à bem dimensionada exploração fundiária.

A indefinição quanto à real dimensão do compartimento – 7m de comprimento por uma largura indefinida – não exclui a hipótese de lhe atribuirmos uma funcionalidade. Esta, a ajuizar pela presença de um *dolium* tampado com restos de um outro, bem pode estar relacionada com uma loja onde se armazenavam cereais e líquidos, que bem podia ser o vinho, caso o pequeno compartimento ladrilhado e o xisto que foi descrito como possuindo «um rebaixe em forma de rabo-de-peixe»⁶, sejam componentes de uma mesma estrutura – um lagar.

O carácter agrícola e doméstico desta estrutura não se revê somente nos grandes recipientes cerâmicos destinados à armazenagem dos cereais, do vinho e mais hipoteticamente do azeite. Há que contar ainda com as mós manuais, os pesos de tear e os cossoiros. Que o uso da moagem estava vulgarizado, provam-no as «cinco pedras de mós manuais» encontradas nos revolvimentos do terreno mais os «dois pedaços de mós de granito» recolhidos quando da escavação de 1901⁷. Que a presença de pesos de tear e de cossoiros recordam o dia a dia de uma casa de habitação de então, através do fabrico domiciliário do vestuário, demonstram-no os exemplares aí encontrados. A matéria-prima, essa não faltava. A lã podia-se obter nos muitos rebanhos de ovinos que demandavam o planalto de Alijó, em período de transumância. O linho, esse podia-se cultivar nos lameiros, na altura bem mais abundantes que na actualidade.

Usuais em casas de lavoura de então, *villa* ou não, são as cerâmicas, os metais e consoante os casos, as moedas.

Se respigarmos o texto, fica claro que o autor distingue entre cerâmica de construção, cerâmicas de produção indígena e de importação.

Ao primeiro grupo pertencem a *tegule*, os *imbrices* e os *tijolos*. Se os dois primeiros compõem os telhados das habitações, já os ditos «tijolos» podem-no ser

⁵ Idem, *ibidem*, p. 263-264.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 265.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 264-265.

na verdadeira acepção da palavra ou traduzirem uma outra situação, que é o uso de tijoleira no pavimento das construções com um certo grau de qualidade do período romano.

No segundo grupo entra todo um conjunto de formas e fabricos destinados às mais variadas aplicações. Produzidas localmente ou com uma distribuição de âmbito mais regional, estes recipientes, usados na cozinha ou no armazenamento, são fabricados em pastas geralmente grosseiras, onde a mica e certos desengor-durantes em excesso são prova de uma tecnologia pouco elaborada e uma qualidade estética de gosto pouco evoluído. Tais ilações, por assim dizer, estão bem patententes nas cerâmicas dos castros, em certos produtos da olaria de época romana, mas arredias de alguns fabricos exteriores à região, como é o caso das cinzentas finas e da «louça dita aretina»⁸, isto é, da *terra sigillata*, seja a sua origem itálica, hispânica ou norte-africana.

Mas a presença de produtos forâneos não se fica por aqui. Os alfinetes de toucado, as fíbulas, incompletas é certo mas que dá para se conhecerem os modelos do tipo Fowler B1a e tipo Sabroso, a placa de cinturão decorada com um leão, que bem pode ser o aplique de um vaso de bronze, são prova mais que suficiente que havia um certo poder económico e que o intercâmbio extravasava o mero quadro regional. Esta ideia sairá necessariamente reforçada se atentarmos nas moedas – foram 93 as que aqui se encontraram – com cronologias tão díspares como as 5 que se situam entre Augusto e Antonino Pio⁹ e as restantes 88 a pertencerem à 2ª metade do século IV¹⁰.

Longa, ao que parece, foi a vida deste *habitat*.

Se atentarmos na geografia do sítio e a conjugarmos com os vestígios arqueológicos, parece ficar claro que aqui houve dois distintos momentos de ocupação.

O primeiro está relacionado com um castro, cuja dimensão – a atentar na geografia era de pequenas dimensões –, cronologia e vivência desconhecemos. Implantado na parte alta da colina, deve ter estado rodeado de duas muralhas – Ricardo Severo noticiou uma delas –, reforçadas com um fosso voltado à actual povoação e à capela de Nossa Senhora do Couto que lhe fica nas imediações. Era esta a zona de mais suave pendor, aquela que permitia mais facilmente a instalação de casas, situação de bem difícil concretização na vertente voltada ao Rio Pinhão e à Quinta de Noval, bem mais áspera e íngreme que a actual, alterada que foi pelos geios que levam a vinha bem até à crista.

Perímetro e área ocupacional do velho castro é coisa de difícil solução, face às mutações por que o sítio tem passado. Os geios e as fundas cavas para a vinha revolveram a quase totalidade da sua área, misturando e destruindo vestígios que

⁸ Idem, *ibidem*, p. 265-266.

⁹ CENTENO, Rui M. S., *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, 1987, p. 120.

¹⁰ SEVERO, Ricardo, *ob. cit.*, p. 268.



Vilarinho de Cotas – aspecto do «Castelo de Vilarinho».

podiam ser clarificados através de uma adequada intervenção arqueológica. O pouco que saberemos dizer é que, para além do sistema defensivo e algumas cerâmicas materialmente pouco significativas, a vivência cronológica do povoado é-nos transmitida por meia dezena de numismas que começam com Augusto e se estendem até ao século II.

A atentar nas restantes moedas o segundo grande momento ocupacional pertence ao século IV. Desta altura é, ao que tudo indica, a estrutura fundiária, *villa* ou *casal*, que se instalou no espaço do mais que provável desactivado castro. Apesar de desconhecermos a sua real dimensão, tudo indica que os moradores tivessem atingido um certo desafogo económico proporcionado por algumas culturas de cariz mediterrânico, entre os quais a vinha teria, indubitavelmente, uma certa primazia.

Carlos A. Brochado de Almeida
(FLUP/GEHVID)

Sepulturas cavadas na rocha: conjunto da Quinta da Relva de Baixo (Longroiva – Meda)

A pequena povoação de Relva de Baixo, de tipo concentrado, pertence ao concelho da Meda, freguesia de Longroiva. Posicionada a Nascente desta freguesia alti-duriense, estende-se pela margem direita do Ribeiro dos Piscos, um pequeno afluente do Côa.

Localizado no pequeno planalto da Sapata, numa zona onde predominam os afloramentos graníticos, este núcleo de sepulturas acompanha uma terra com óptimas condições para o cultivo da vinha, amendoeira e oliveira, mas pontuada aqui e além pela flora beirã, onde se destacam as giestas e os carrascos.

As condições climatéricas, bem definidas pelo irregular regime de pluviosidade, atingem grandes amplitudes térmicas que, conjugadas com as condições geo-morfológicas, permitem produzir vinhos de excelente qualidade, bem como outros produtos de cariz mediterrânico.

A prospecção do terreno, por nós efectuada, destinava-se à detecção de lagares ou estruturas associadas ao cultivo da vinha na época romana. Vestígios deste período, temo-los no vizinho castelo de Longroiva, onde se destaca uma ara votiva que serve de suporte ao altar da capela dedicada a Santa Maria e os vestígios de construções, cujo aparelho denota técnica romana¹. Vestígios da mesma altura igualmente aparece na Vale da Aldeia, com destaque para as *tegulae* e a cerâmica comum da época romana. Nesta pontificam os *dolia*, afinal um claro indício da existência de recipientes destinados à armazenagem de líquidos que, no caso vertente, é bem provável que se tratasse já do vinho.

Se a pesquisa de campo na Relva de Baixo resultou infrutífera no que toca à detecção de indícios materiais relacionados com a romanização, tornou-se, apesar de tudo, reveladora de uma humanização da zona em tempos que remontam, pelo menos à Alta Idade Média. Não encontramos, é certo, sinais de povoado ou de construções daquela altura, mas o simples facto de aqui haver esta pequena necrópole é ideia que sustenta a permanência de um certo tipo de povoamento que tiraria da terra a sua sobrevivência.

A inexistência de quaisquer sinais evocativos de igreja ou capela nas imediações, ou sequer alguma tradição que eventualmente coloque um templo no local,

¹ Ver a ara e sua inscrição.

faz-nos pensar num pequeno povoado primitivo anterior à organização eclesial, tal como os exemplos que têm vindo a ser estudados na vizinha Espanha, concretamente na Catalunha² e em Portugal³. Com efeito, a presença de um conjunto de sepulturas implica, na maior parte dos casos, a existência de uma comunidade típica do mundo rural⁴. Se adoptássemos as opiniões de Bolòs e Pagès, tais vestígios poderiam estar conectados com um eremitério ou com núcleos de povoamento anteriores à organização paroquial⁵, mas se estivermos de acordo com a análise que Mário Barroca traça sobre esta temática, após rebater Bolòs e Pagès⁶, clarificam-se as seguintes ideias:

- uma mesma paróquia pode pressupor vários locais de enterramento, próximos ou afastados das igrejas, dependendo de condicionalismos e factores geográficos;
- as vias de comunicação podem ser determinantes para a localização de pequenos conjuntos sepulcrais.

A necrópole de Relva de Baixo está situada junto a um caminho de servidão às muitas propriedades e na nossa opinião a sua localização tem muito a ver com as ideias propostas por Mário Barroca. Há efectivamente um caminho, que através do planalto, fazia a ligação ao vale da Aldeia e, concomitantemente, ao primitivo aldeamento de Longroiva, disposto em redor das estruturas que irão gerar o castelo medieval; haveria um núcleo populacional que pode estar na origem da actual Relva de Baixo. Parece ser também notório que, mercê dos condicionalismos geo-climáticos, já na altura o povoamento se fazia por núcleos dispersos e concentrados, por vezes tão minúsculos que não justificavam a presença de uma igreja ou mesmo de uma simples capela. Por isso, se este núcleo de povoamento, com o seu cemitério, não for anterior a estruturação paroquial – actualmente este lugar pertence administrativa e eclesialmente à freguesia de Longroiva – teremos que o colocar em sintonia cronológica com as sete sepulturas cavadas em redor da capela de Santa Maria sita no castelo de Longroiva e que mais não fazem que vincar o modelo mais seguro e conhecido dos enterramentos à sombra tutelar de um templo. Em conclusão, os enterramentos pertencem a um núcleo familiar, que se instalou no aro do actual lugar. Muito provavelmente foram eles os responsáveis pelo arroteamento de uma parte destes terrenos e não nos admiraria que um dos seus suportes económicos, na viragem para o actual milénio, ontem tal como hoje, já fosse o vinho.

² BOLÒS, J., e PAGÈS, M., *Les sepultures excavades a la roca*, in “Necròpolis i sepultures Medievales de Catalunya”, Actas/Medievalies, ANNEX I, Barcelona, 1982, p. 59-103.

³ BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas de Entre Douro e Minho (séc. X a XV)*, Policopiado FLUP, 1987, p. 128-129.

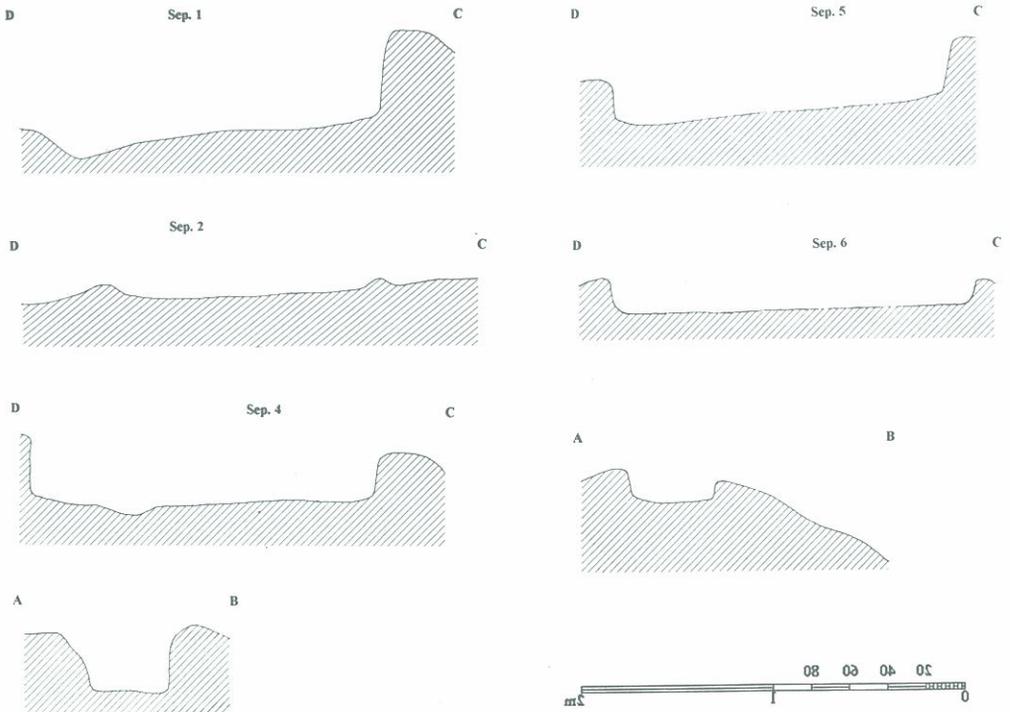
⁴ BARROCA, Mário Jorge, *ob. cit.*, p. 128-129, assinala esta opinião de M. Rui.

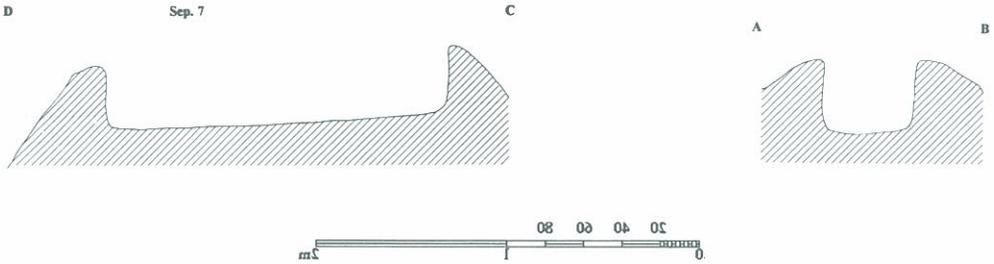
⁵ BOLÒS, J., e PAGÈS, M., *ob. cit.*, p. 59-103.

⁶ BARROCA, Mário Jorge, *ob. cit.*, p. 128-129.

O conjunto tumular do planalto da Sapata é formado por sete sepulturas cavadas num afloramento granítico do tipo grão grosso. O sítio onde elas se encontram, é uma zona de vinhedos distribuídos por pequenas propriedades divididas por muros de pedra solta. Estes terrenos são atravessados por um caminho que parte da povoação e corta o planalto no sentido Nascente-Poente. É em pleno leito deste caminho que se encontram as sepulturas nº 2 e 3 e, na berma, junto à entrada de um dos prédios, a nº1 que está parcialmente escondida por alguns carrascos (Fig. 1). As restantes, isto é, as nº 4, 5, 6 e 7 estão do lado oposto, no interior de uma propriedade (Fig. 1), a escassos metros das restantes, só que meio escondidas pelos arbustos que aí crescem e pelas amendoeiras que ponteam as bermas da vinha. Para além destas, é natural que haja outras sobre as pedras que formam os muros que ladeiam o caminho ou mesmo no afloramento que no interior da propriedade não se encontra totalmente limpo de terras, ervas e folhas caídas.

Das sete sepulturas conhecidas, nem todas estão bem conservadas. A nº 3, que se encontra em pleno leito do actual caminho – este já sofreu mais que uma variação no seu traçado – foi arrancada por uma máquina e arrumada para um canto, onde se encontra actualmente em posição contrária. A nº 2, simplesmente aflorada (Fig. 1), talvez nunca tenha sido totalmente escavada, podendo-se quase que dizer o mesmo da nº 6, que tem uma profundidade que varia entre os 14 e os





20 cm. Pouco, é certo, para um enterramento, mas temos de recordar o erosionamento da rocha, o seu adiantado estado de desagregação, mais evidente em certos pontos onde esta sepultura foi cavada. Eis as medidas de cada uma delas:

Sep.1	Sep. 2	Sep. 3	Sep - 4
C - 1,78m	C - 1,38m	C - ?	C - 1,82m
L - 0,60m	L - 0,40m	L - ?	L - 0,50m
PC - 0,42m	PC - 0,04m	PC - ?	PC - 0,22m
PP - 0,60m	PP - 0,06m	PP - ?	PP - 0,34m
Sep. 5	Sep - 6	Sep - 7	
C - 1,80m	C - 1,90m	C - 1,80m	
L - 0,50m	L - 0,50m	L - 0,48m	
PC - 0,28m	PC - 0,14m	PC - 0,34m	
PP - 0,23m	PP - 0,20m	PP - 0,32m	

Siglas utilizadas:

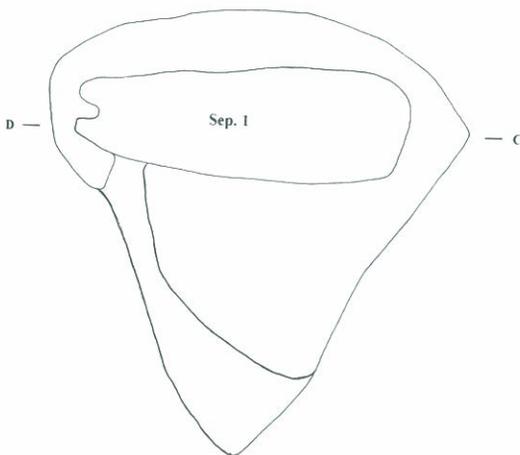
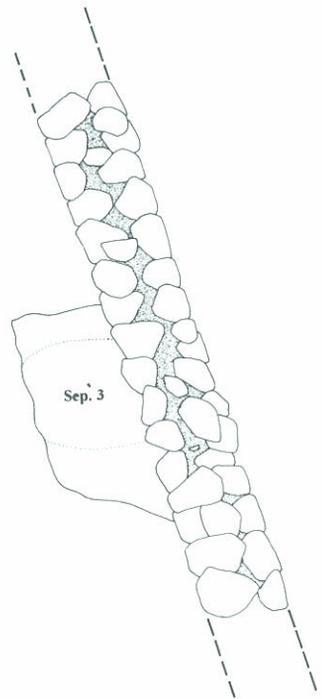
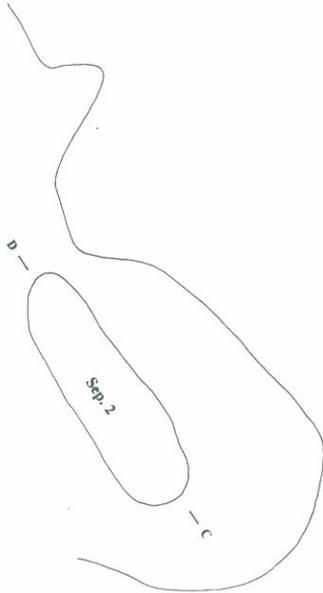
C = Comprimento ■ L = Largura ■ PC = Profundidade da cabeceira ■ PP = Profundidade dos pés

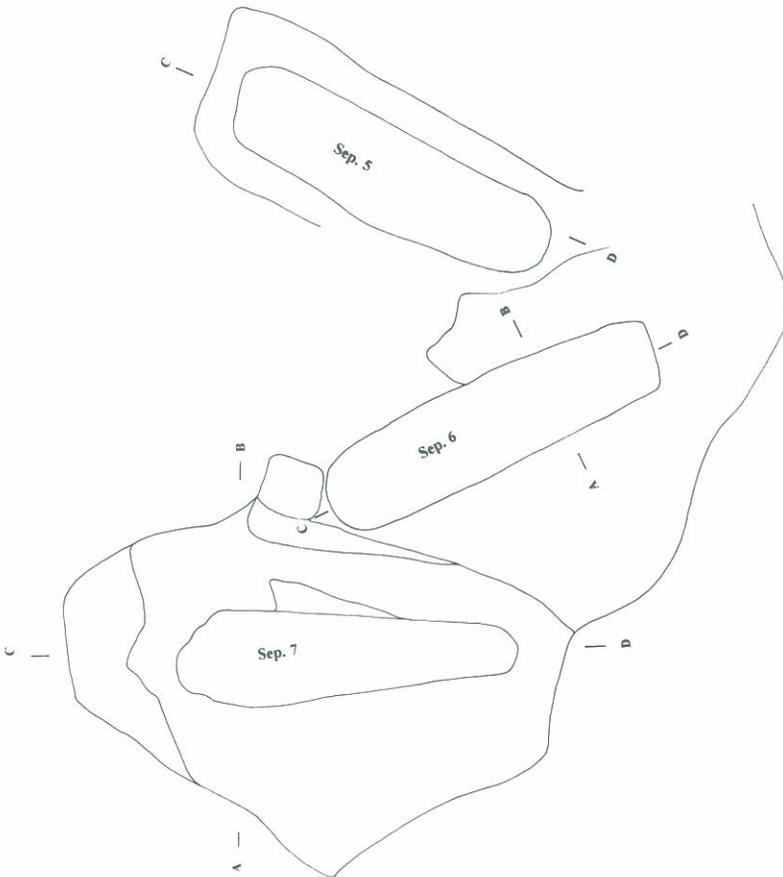
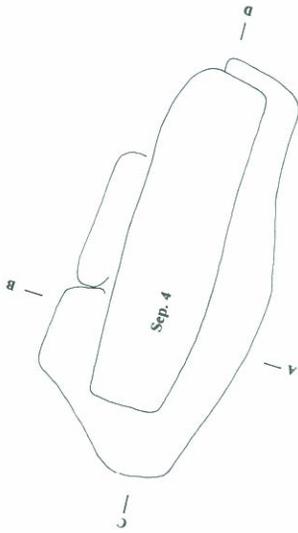
De todas elas, a única que possui sinais de antropomorfismo é a nº 7 que é um pouco incipiente, mas a tentativa de definir uma cabeceira e uns ombros de tipo arredondado confere-lhe uma tipologia que está a meio caminho entre o tipo C e o F de Bolòs e Pagès⁷. As restantes, com as extremidades a tenderem para o arredondado e com a parte da cabeceira mais larga que os pés, encaixam-se, e bem, no tipo C dos referidos investigadores.

Nesta relativa uniformidade estilística – desconhecemos qual a tipologia da nº 3, que está voltada –, a única nota dissonante está na nº 1. Ao contrário das demais, apresenta um peculiar tratamento dos pés, com um encaixe próprio para cada um, numa espécie de antropomorfismo em sentido contrário. Ao invés do usual, não era a cabeça, mas os pés que ficavam imobilizados.

João M. Viana Antunes/Pedro Baère
(GEHVID)

7 BOLÒS, J., e PAGÈS, M., *ob. cit.*, p. 80.





A Organização do Povoamento e dos territórios do Vale do Douro durante a Idade Média – continuidades e rupturas

O grupo de arqueólogos que integra a linha de investigação em história medieval do GEHVID activou, no decorrer do ano de 1995, um projecto centrado no estudo das *continuidades e rupturas da organização do povoamento e dos territórios no Vale do Douro*. Neste momento, enquadra 5 programas de intervenção (fig. 1) a decorrer em simultâneo: no Monte Calabre e Aldeia Nova (V. N. de Foz Côa), na vila medieval de Numão (V. N. de Foz Côa), na vila medieval de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), na Abadia Velha de Salzedas (Tarouca) e um inquérito, de carácter mais extensivo, às vilas fortificados de fundação baixo-medieval. No decurso da investigação, e de acordo com os objectivos propostos, irão sendo definidos programas de intervenção em outros locais considerados significativos para as problemáticas enunciadas, sendo também tomadas em consideração as respectivas vertentes de valorização e divulgação patrimonial.

O núcleo geográfico deste projecto é constituído pela região do Alto Douro. No entanto, o desenvolvimento da investigação poderá conduzir à realização de acções numa área mais alargada estendendo-se a Trás-os-Montes, à Beira Transmontana e ao Baixo Douro. Cronologicamente, o projecto centra-se na Idade Média, entendida como o período que se desenvolve entre os séculos V e XV. O alargamento a épocas mais recuadas ou mais recentes, de acordo com as necessidades decorrentes do desenvolvimento da investigação, procurará articular as respectivas acções com outros projectos existentes na região em estudo e cujo âmbito cronológico corresponda àquelas mesmas épocas.

1. OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

O estudo das continuidades e rupturas na organização do povoamento e dos territórios constitui o objectivo central da investigação. Considera-se existirem nesta região, durante a Idade Média, três ou quatro grandes momentos de ruptura e reorganização correspondendo à passagem da Antiguidade para a Alta Idade Média, à Reconquista cristã, às reorganizações da Baixa Idade Média enquanto construção do espaço da Monarquia Portuguesa e às transformações do

final da Idade Média e início da Idade Moderna. São basicamente essas alterações que nos propomos confirmar e analisar.

Investigar a evolução da organização do povoamento e dos territórios no vale do Douro implica o conhecimento da distribuição dos recursos dos centros de povoamento e as formas do seu aproveitamento. Neste âmbito, será dada uma atenção particular à vinha como factor modelador na construção da paisagem duriense. Sendo um elemento estruturante da paisagem actual, e pelo menos desde o século XVIII, a vinha e a sua importância na paisagem duriense é praticamente desconhecida para as épocas anteriores e em especial para as mais recuadas como a Antiguidade ou a Idade Média.

Temáticas particulares surgem então como relevantes para o entendimento daqueles aspectos mais gerais. Será necessário perceber a acção dos diversos poderes na organização do povoamento e dos territórios (Coroa, mosteiros, nobreza, municípios) bem como as formas de relacionamento entre os centros e os territórios (vilas/cabeças de concelho e as aldeias do termo). Por outro lado, interessa estudar a estruturação urbana e desenvolvimento dos centros de povoamento tendo também em atenção o fenómeno das desertificações de diversas cronologias e contexto. A relação entre as estruturas do *habitat* e a organização do espaço agrário constitui outro tema de análise, em particular, o conhecimento dos espaços e da cultura material directamente associados à produção vinícola.

A valorização do património duriense, entendido como um importante recurso para o desenvolvimento da região, constitui uma componente fundamental do projecto que lhe irá dar corpo através de diversos tipos de iniciativas. Assim, procurar-se-á a divulgação dos resultados da investigação sob a dupla forma de publicações científicas e de textos vocacionados para o grande público (roteiros, prospectos), ao mesmo tempo que serão promovidas e apoiadas acções de recuperação e valorização do património (acções de sensibilização junto da população, visitas guiadas, organização de itinerários, organização de exposições, acções de musealização de sítios e monumentos).

2. COLABORAÇÕES

É um ponto de honra do GEHVID trabalhar em estreita cooperação com os autarquias, instituições e empresas da região: só avançamos quando elas entendem que o nosso trabalho é de interesse local; pedimos então todo o apoio possível para desenvolver o projecto de investigação, e protificamo-nos a colaborar na promoção de acções que divulguem os resultados conseguidos e os rentabilizam na óptica das populações.

Algumas das acções planeadas prevêm uma colaboração estreita com o IPPAR, integrando-se em projectos de valorização do património da região duriense pro-

movidos directamente pelo Instituto. É o caso dos projectos de recuperação do património edificado previstos para o Castelo de Carrazeda de Ansiães e para os Mosteiros de S. João de Tarouca e Salzedas, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Douro (PRODOURO).

Assinale-se também a existência, na área do vale do Douro, do *Projecto de Investigação em Arqueologia – O Povoamento Medieval na Margem Sul do Rio Douro*, desenvolvido, desde 1986, pelo Dr. Gonçalves Guimarães (Casa de Cultura de V. N. de Gaia e Universidade Portucalense). Amigo e colega de longa data, ele e a sua equipa têm concentrado os seus esforços no estudo da importante estação arqueológica de Ervamoira, embora tenham planos para alargar a investigação a outras estações. As equipas do GEHVID trabalharão sempre em articulação com os membros do projecto de Joaquim António Gonçalves Guimarães e contarão com a sua já longa experiência, o seu conselho e o seu profundo conhecimento do terreno.

3. CALÁBRIA (ALMENDRA, VILA NOVA DE FOZ CÔA). PRIMEIRA NOTÍCIA

O projecto de estudo do Monte Calabre – freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa – e da sua área envolvente, no âmbito do GEHVID, situa-se entre os períodos romano e alti-medieval, iniciando-se o programa de trabalho com o levantamento bibliográfico e a prospecção da zona considerada. Está já no prelo um trabalho de José Ignacio Rodriguez que procura fazer um ponto da situação bibliográfico e científico do que se sabe sobre o local.

Local ocupado desde o período proto-histórico até à Alta Idade Média, foi durante as épocas romana e visigótica que, segundo as fontes conhecidas, teve maior relevo como importante centro político-religioso. Durante o reinado de Vitérico (603-610) foi cunhada moeda em Calábria, tendo sido posteriormente elevada a sede de bispado, pelo que se encontram os seus bispos presentes nos Concílios durante o século VII. As causas da sua decadência não estão bem esclarecidas, sabendo-se porém, que estaria já abandonada em 1171 quando Fernando II de Leão doou as suas ruínas ao Bispo de Ciudad Rodrigo.

Após a prévia recolha bibliográfica, partiu-se para a prospecção de campo. Esta incidiu, inicialmente, sobre o Monte Calabre, ao qual se seguiram vários outros locais próximos (Aldeia Nova/Olival dos Telhões, Quinta da Olga, Fonte da Torre, Castelo de Algodres, Algodres, Rodo do Castelão, Ponte «Romana» de Escalhão, Calçada de Alpajares, Capela de Santo Cristo-Barca de Alva), seleccionados segundo critérios toponímicos, referências bibliográficas e a informação oral.

Durante a prospecção, procurou-se recolher exemplares significativos dos materiais de superfície existentes, fotografar os vestígios mais notáveis bem como

o património construído e cartografar os locais. O objectivo deste levantamento foi reunir elementos úteis ao estudo do povoamento da área próxima ao Monte Calabre, situada entre os rios Douro, Côa e Águeda e, tanto quanto possível, relacioná-los com a produção vinícola.

Na continuação estamos a aprofundar a recolha bibliográfica e documental a ser incluída numa base de dados, realizar o estudo dos materiais de superfície recolhidos e precisar a identificação dos vestígios detectados. A mais longo prazo, os trabalhos visarão um programa de sondagens com vista a intervenções arqueológicas. As sondagens serão realizadas no Monte Calabre e no Olival dos Telhões/Aldeia Nova (fig. 2).

Maria do Rosário Marques/Pedro Baêre/Susana Cosme
(Arqueólogos, GEHVID)

Fig.1: Localização das intervenções arqueológicas: 1. Monte Calabre (V. N. de Foz Côa), 2. Vila medieval de Numão (V.N. de Foz Côa), 3. Vila medieval de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), 4. Abadia velha de Salzedas (Tarouca).

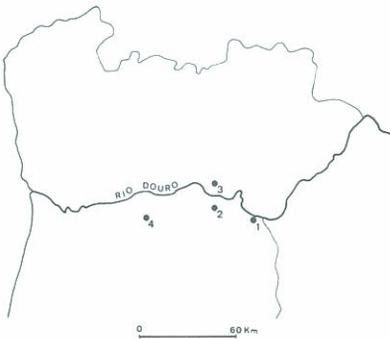
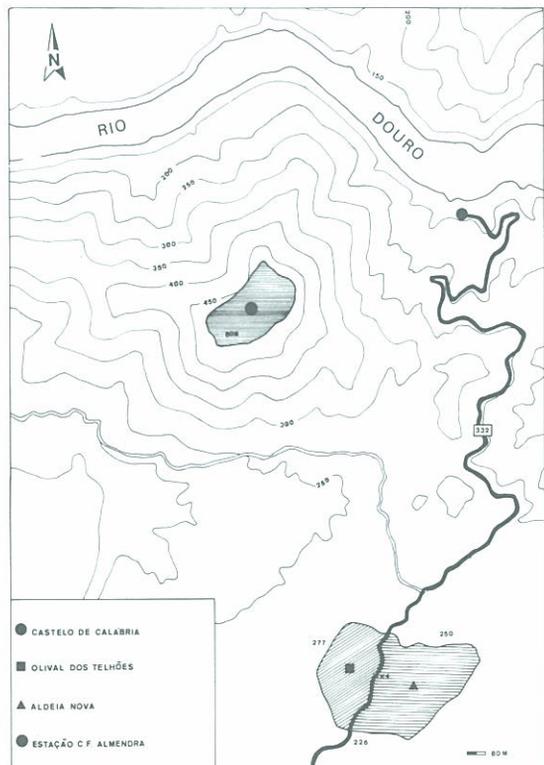


Fig. 2: Os sítios arqueológico do Monte Calabre e do Olival dos Telhões/Aldeia Nova. O monte é rematado por uma plataforma de grande dimensão, onde se observam derrubes de construções, completamente cercada por um muro em ruínas. No sopé, localiza-se uma extensa área de dispersão de materiais à superfície onde se reconhece abundante espólio de época romana.



4. VILA VELHA DE NUMÃO (VILA NOVA DE FOZ CÔA). UMA PRIMEIRA ABORDAGEM

O projecto elaborado para a Vila Velha de Numão (fig. 3) integra-se numa linha de investigação mais vasta que foi apresentada no início deste texto. A longa diacronia de ocupação desta Vila e do *Terro* que surge sob o seu domínio, ainda por determinar ao pormenor, afigura-se como um bom modelo para o estudo dessa mesma realidade histórica.



Fig. 3: Fotografia aérea da Vila Fortificada de Numão (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa), escala 1: 2 500. Reconhecem-se os muros da cerca delimitando um espaço densamente urbanizado e junto da porta Sul a igreja de Santa Maria.

São várias as questões com as quais nos confrontamos. Desde logo, a prospecção sistemática efectuada na área envolvente do Castelo leva-nos a interrogar se estaremos perante uma ocupação contínua do espaço, desde a pré-história até ao séc. XVI. São inúmeros os vestígios materiais que nos permitem uma resposta afirmativa, confirmada pelo aparecimento de cerâmica à superfície que identificámos como pertencendo à pré-história recente, aos períodos romano, medieval e moderno.

A pesquisa bibliográfica efectuada, complementada com o levantamento topográfico das muralhas, da Igreja de S. Pedro e necrópole adjacente e também da Igreja de Santa Maria de Intramuros, leva-nos a questionar a evolução socio-económica da Vila, desde a concessão da Carta de Foral em 1130 até ao momento em que ocorre a mudança de competências jurídico-administrativas para a Vila de Freixo de Numão, provavelmente a partir do início do séc. XVII. Como se teria processado esta transferência de poderes? Estará o florescimento de Freixo de Numão directamente relacionado com o declínio da Vila de Numão?

Uma última questão prende-se com a importância assumida pela cultura da vinha nesta região. Já a Carta de Foral de 1130 faz referência a duas culturas importantes na economia local, a cevada e a vinha. Por outro lado, com a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, intensifica-se o cultivo da vinha que, aliado à oliveira e à amendoeira, permitirá a Freixo de Numão conhecer um significativo desenvolvimento.

Estas são as principais linhas de força que irão orientar este estudo, conjugando a investigação documental com a realização de sondagens e escavações arqueológicas.

Heloísa Santos/Isabel Lopes/Paula Cristina Abranches
(Arqueólogas, GEHVID)

5. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA VILA MEDIEVAL DE ANSIÃES (CARRAZEDA DE ANSIÃES)

Povoado fortificado, a Vila medieval de Ansiães (fig. 4) nunca foi objecto de um projecto de investigação continuado, apesar da importância deste reduto amuralhado no contexto histórico da região transmontana. Por este motivo, e em função de uma ausência de dados científicos sistematicamente apurados neste local¹, iniciou-se em 1995 a primeira etapa de um estudo cujos objectivos se pretendem traduzir num conhecimento mais pormenorizado da arqueologia deste sítio.

¹ Com excepção das sondagens arqueológicas realizadas em 1987 (LEMOS, Francisco Sande, *Notícia preliminar das sondagens realizadas em 1987 na Vila fortificada de Ansiães*, «Cadernos de Arqueologia», Série II, 5, 1988, pp. 51-64).

Partindo de princípios de análise baseados em dados da arqueologia espacial e extensiva, este programa de estudos busca o conhecimento da organização urbana e doméstica e dos diferentes períodos de ocupação que permitam balizar cronologicamente o local. Neste sentido, com o apoio da Câmara Municipal de Ansiães foi realizado, em 1995, o levantamento topográfico de toda a área intra-



Fig. 4: Fotografia aérea da Vila Fortificada de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), escala 1: 2 500. Reconhecem-se os muros das duas cercas da vila com a igreja de S. Salvador, no interior, e a igreja de S. João, no espaço extra-muros.

muros, bem como uma acção de limpeza efectuada em zonas estratégicas, tendo daqui resultado uma recolha de materiais de superfície² em que se destacam as cerâmicas de uso comum, que da época moderna recuam até ao período calcolítico. De salientar, igualmente, um conjunto de cerca de duas dezenas de moedas provenientes de recolhas de superfície³, constituído por *ceitis* (D. Afonso V, D.Manuel I), um *meio real* (D. João I), um *real preto* (D. Afonso V), um *quarto de real* (D. João I) e *dinheiros* (D. Sancho II, D. Dinis).

Assim, combinar a investigação científica com a formação e desenvolvimento de um *corpus* técnico/cultural capaz de salvaguardar o espólio histórico e promover a respectiva valorização patrimonial, é a prioridade fundamental do projecto agora iniciado para a vila velha de Ansiães. No entanto, tal só será possível em colaboração com diversas entidades para valorizar toda uma riqueza cultural que possa ser rentabilizada turisticamente. Neste âmbito, o papel que a autarquia tem desempenhado como agente dinamizador torna-se fundamental ao estabelecimento desta dinâmica que terá a sua continuidade com a realização de sondagens e escavações arqueológicas programadas para os próximos anos. O espólio e os dados científicos obtidos já começaram e continuarão a ser objecto de um estudo pormenorizado, visando a sua posterior musealização e publicação.

António Luis Pereira/Nuno Miguel Soares
(Arqueólogos, GEHVID)

6. A «ABADIA VELHA» E O MOSTEIRO DE SALZEDAS. UM PROJECTO DE ARQUEOLOGIA ESPACIAL

Com o nome de «Abadia Velha» se designa ainda hoje uma zona da margem direita do rio Varosa, situada a escassas centenas de metros do conhecido estabelecimento cisterciense de Santa Maria de Salzedas⁴.

A tradição popular sempre havia apontado o local como antiga residência de monges⁵ e, já no início do século XVII, Frei Baltasar dos Reis, apoiado na documentação antiga do cartório monástico, localizara aí o primitivo mosteiro de Salzedas⁶. A tradição ganhou consistência material em 1969, quando os trabalhos

² As zonas intervencionadas onde se efectuaram recolhas foram a igreja extra-muros de S. João, a zona superior do castelo (torre e anexos) e a zona da cisterna e plataforma envolvente.

³ O conjunto numismático foi gentilmente cedido para estudo pelo Dr. Orlando de Carvalho, tendo sido recolhido pelo próprio em zonas adjacentes à linha de muralha exterior.

⁴ A «Abadia Velha» pertence à freguesia da Ucanha, concelho de Tarouca, distrito de Viseu.

⁵ LEITÃO, Armando F. - *O Mosteiro de Salzedas*. Porto, 1963.

⁶ VASCONCELLOS, José Leite de - *Livro da fundação do Mosteiro de Salzedas, por Fr. Baltasar Dos Reis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

agrícolas colocaram a descoberto os alicerces dum templo de três naves e transepto saliente, datável dos finais do século XII⁷.

Desde que o sítio arqueológico foi classificado⁸, em 1971, não voltou a ser objecto de qualquer outra intervenção, até que no Verão de 1994 uma acção não autorizada pelo organismo que tutela o Património Arqueológico (IPPAR) removeu com meios mecânicos os sedimentos que ainda se preservavam acumulados nas zonas da cabeceira e do transepto da igreja. A acção, realizada aparentemente com o intuito de obter uma planta completa do edifício eclesial, ignorou a metodologia científica, acabando por causar danos irreparáveis na estrutura das ruínas e nas potencialidades do seu estudo, nomeadamente no que respeita à caracterização da estratigrafia arqueológica e do espólio que aí se encontrava.

Na sequência destes acontecimentos, foi decidido iniciar de imediato um projecto de estudo e valorização do monumento, no âmbito das actividades do GEHVID e com o apoio do IPPAR e da Câmara Municipal de Tarouca.

O programa de pesquisa visa o conhecimento deste importante estabelecimento monástico medieval, incluindo os antecedentes da reforma cisterciense⁹ e as correlações com a organização do povoamento medieval na região duriense. O estudo irá privilegiar uma perspectiva de arqueologia espacial e extensiva feita simultaneamente em três escalas diferentes de abordagem: 1) os edifícios e a organização do espaço monástico; 2) o couto do mosteiro, limites e organização interna do seu espaço (toponímia, povoamento, rede viária...); 3) o património fundiário do mosteiro, sua estrutura e distribuição espacial, com particular incidência no que se localiza na região produtora de vinho do Douro, visando esclarecer o papel desempenhado por esta instituição monástica no incremento da produção vinícola da região, durante a Idade Média.

Uma primeira intervenção arqueológica foi já realizada na «Abadia Velha», em 1995¹⁰, tendo permitido efectuar o levantamento gráfico e topográfico dos vestígios do edifício (Fig. 5), o inventário e decalque das siglas de canteiro (Fig. 6) com vista a um tratamento sistemático e comparativo com as de Salzedas e S. João de Tarouca, e a inventariação dos silhares e elementos arquitectónicos que se encontravam dispersos pela zona das ruínas. Foram ainda realizadas duas pequenas son-

⁷ REAL, Manuel Luís - *A Abadia Velha de Salzedas. Notícia do aparecimento das suas ruínas*. «Revista de Guimarães», 92, Guimarães, 1983.

⁸ Classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto N.º 516/71, datado de 22 de Novembro.

⁹ Alguns dos elementos já identificados na «Abadia Velha» apontam para a possibilidade de uma antiga ocupação do local ainda em fase pré-românica.

¹⁰ A intervenção decorreu em Setembro e contou com a participação de três operários da C. M. Tarouca e dos alunos Rogério Alves, Luís Jorge Sousa, Carlos Jorge e Luís Carlos Teixeira, da Escola Profissional de Arqueologia do Freixo. Cumpre aqui fazer um agradecimento especial ao Sr. José Gonçalves Ambrósio, proprietário em cujos terrenos se situam as ruínas da Abadia Velha, pela autorização e facilidades concedidas no decurso da intervenção.



Fig. 5: O levantamento sistemático das siglas da «Abadia Velha» e o estudo comparativo com as de Salzedas e S. João de Tarouca permitirá um melhor conhecimento do «estaleiro da obra» cisterciense, a detecção de fases e técnicas construtivas e ainda a identificação de canteiros comuns.



Fig. 6: Abadia Velha de Salzedas. Nos alicerces do edifício, que nos revelam um templo de três naves e transepto saliente, destaca-se a cabeceira pela particularidade que representa a planta das ábsides: a central possui remate interno semi-hexagonal e as duas laterais, mais pequenas, apresentam remate interno semi-octogonal.

dagens, uma para avaliar as potencialidades arqueológicas e os estragos provocados pela intervenção clandestina e a outra para detectar o eventual desenvolvimento para Sul dos anexos monásticos, o que não se veio a confirmar nesse local.

Os trabalhos de «gabinete» e de campo irão prosseguir em 1996, com continuação da recolha bibliográfica e ampliação da respectiva base de dados; o tratamento informatizado de fontes documentais – Inquirições de Afonso III e *Livro das doações de Salzedas*; o tratamento cartográfico dos vestígios e da informação recolhida; a análise e tratamento das coberturas aerofotográficas das áreas em estudo; a continuação do inquérito e levantamento de vestígios de interesse arqueológico situados dentro da área do couto do mosteiro¹¹; o levantamento topográfico da zona envolvente das ruínas da «Abadia Velha», incluindo os vestígios de um forno cerâmico de provável cronologia medieval; realização de novas sondagens arqueológicas com vista à caracterização do espaço conventual e à determinação da sequência e modalidades de ocupação do local.

Para além da publicação de estudos científicos que darão conta dos resultados da investigação, o programa elaborado contempla ainda a valorização das ruínas da «Abadia Velha» e a divulgação do «monumento», cuja integração no eixo turístico Ucanha/Salzedas justifica a criação de estruturas de apoio à musealização *in loco*.

Ricardo Teixeira (Mestre em Arqueologia, GEHVID); Miguel Rodrigues (Mestre em Arqueologia – IPPAR); José Ignacio Rodriguez (Universidade de Valladolid; mestrando de História Medieval da FLUP; bolseiro do Instituto Camões, GEHVID); Maria do Rosário Melo/Mário Reis Soares (Estudantes de Arqueologia)

¹¹ TEIXEIRA, Ricardo – «Património arqueológico do concelho de Tarouca», in *Plano Director Municipal de Tarouca*, Porto, 1992.

7. A REORGANIZAÇÃO DO POVOAMENTO E DOS TERRITÓRIOS NA BAIXA IDADE MÉDIA E AS TRANSFORMAÇÕES DA IDADE MODERNA (SÉCULOS XII-XIX)

O conhecimento dos centros político-administrativos torna-se necessário ao estudo da construção histórica da paisagem duriense. A organização do território que antecedeu as profundas transformações do século XIX, foi criada na Baixa Idade Média inserindo-se na produção do espaço da Monarquia Portuguesa. O vale do Douro constituía então uma região periférica e de fronteira, tendo o poder régio investido fortemente na reorganização do seu povoamento e dos territórios. Assim, entre os séculos XII e XV, a região cobriu-se com uma densa rede de povoações fortificadas estruturadoras do território. É o aparecimento de um tipo novo de povoado concentrado, arruado e fortificado, a Vila, cabeça dos territórios concelhios onde tem assento as Aldeias. As transformações do final da Idade Média e da época Moderna, tendo conduzido ao abandono de alguns destes centros político-administrativos e ao aparecimento de outros novos, mantiveram, no entanto, o modelo de organização criado com a emergência da Monarquia Portuguesa, o qual só no século passado veria novas e profundas rupturas.

A linha de investigação que desenvolvemos tem como ponto de partida uma tese de mestrado em arqueologia defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1994¹². A concretização de uma 1ª fase de inventário e cartografia, com base nas listas do *Numeramento* de 1527-32 e na *Corographia Portuguesa* do Pe. Carvalho da Costa, permitiu o levantamento dos territórios concelhios e das respectivas cabeças que existiram durante a Monarquia Portuguesa, num quadro de organização que persistiu até às reformas liberais. A área de observação, ainda que centrada no vale do Douro, foi suficientemente alargada para pôr em evidência eventuais diferenças regionais (Fig. 7). Numa 2ª fase, procura-se reunir um *corpus* de documentação cartográfica para cada um dos núcleos urbanos inventariados (Levantamentos aerofotogramétricos à escala 1: 2 000, Foto Aérea à escala 1: 15 000 e 1: 2 500) bem como sobre os respectivos territórios (Mapas 1: 25 000 e 1: 100 000). Um *corpus* paralelo tem vindo a ser constituído com informação recolhida na documentação publicada, nas monografias locais e em observações de campo.

Os problemas abordados com base nos *corpora* de informação assim constituídos podem ser organizados em três níveis.

¹² GOMES, Paulo Dordio – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*, Porto, 1994 (dissertação de mestrado em arqueologia; policopiada); ver tb. GOMES, Paulo Dordio – «O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho», *Arqueologia Medieval*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola e Porto, 1993, n.º 2, pp. 171-190.

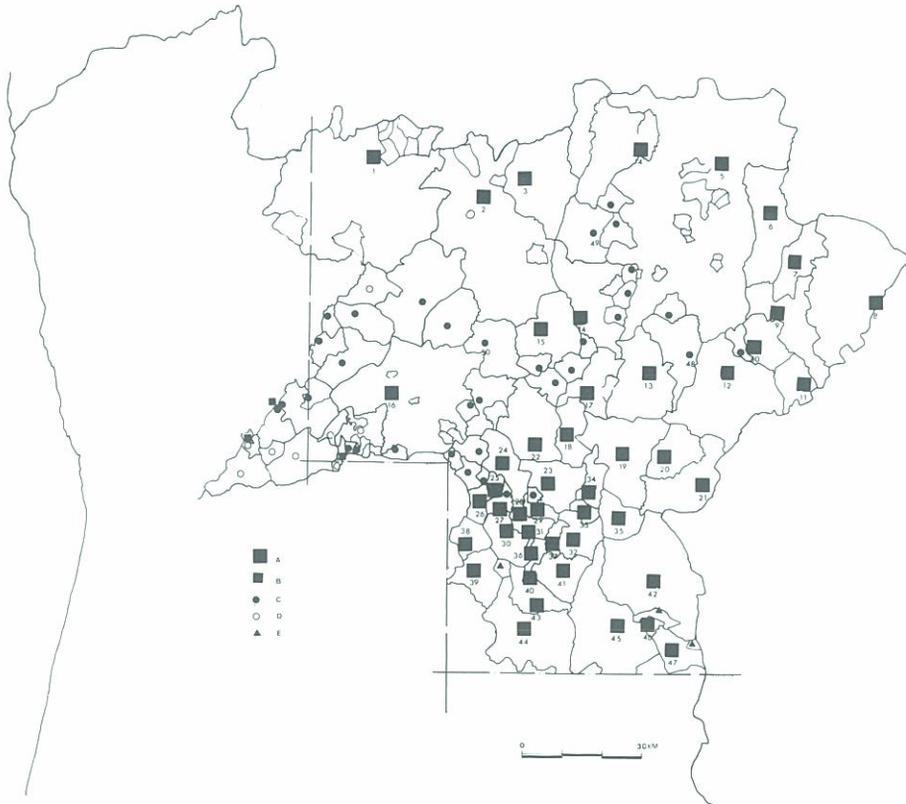
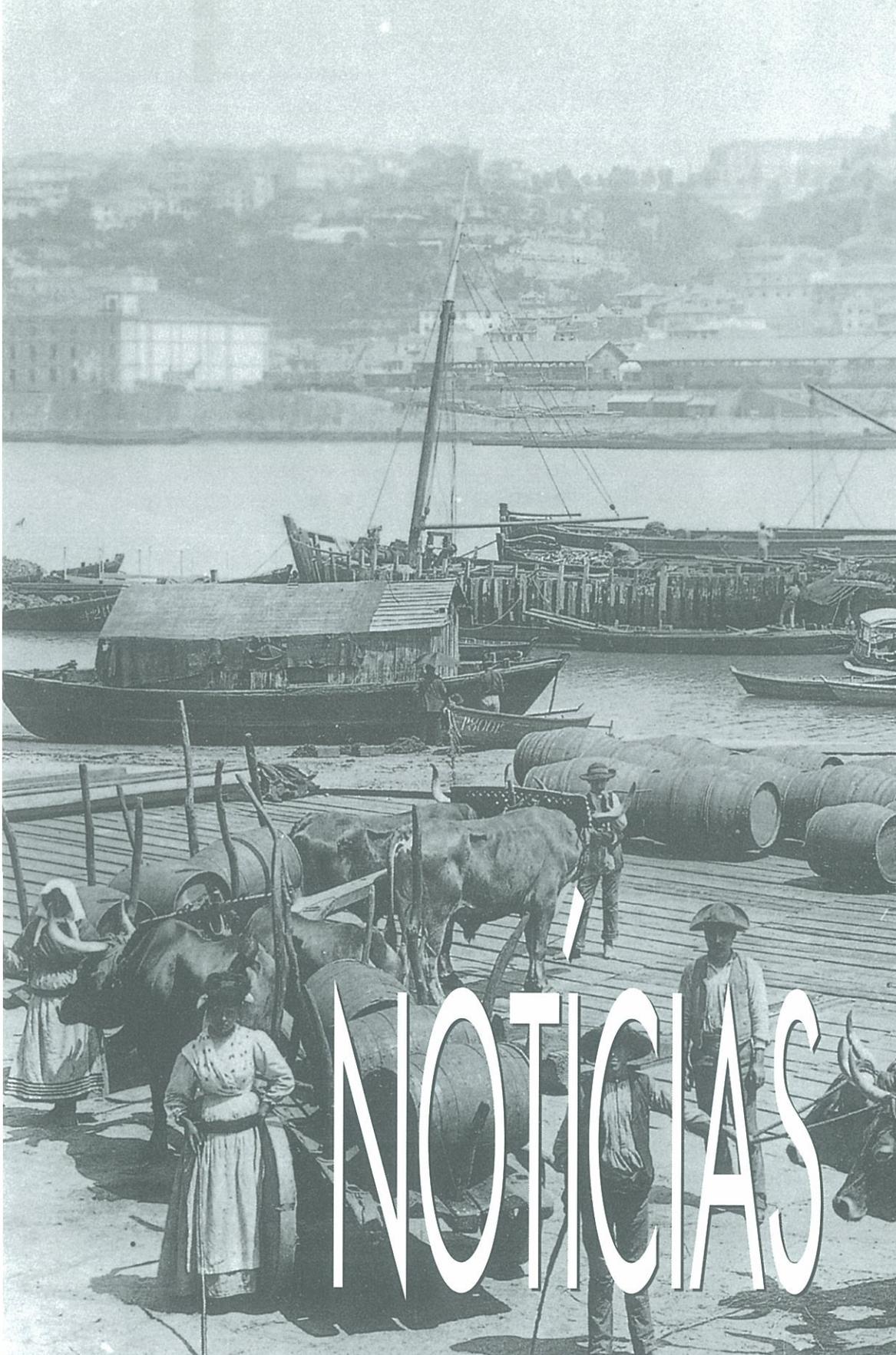
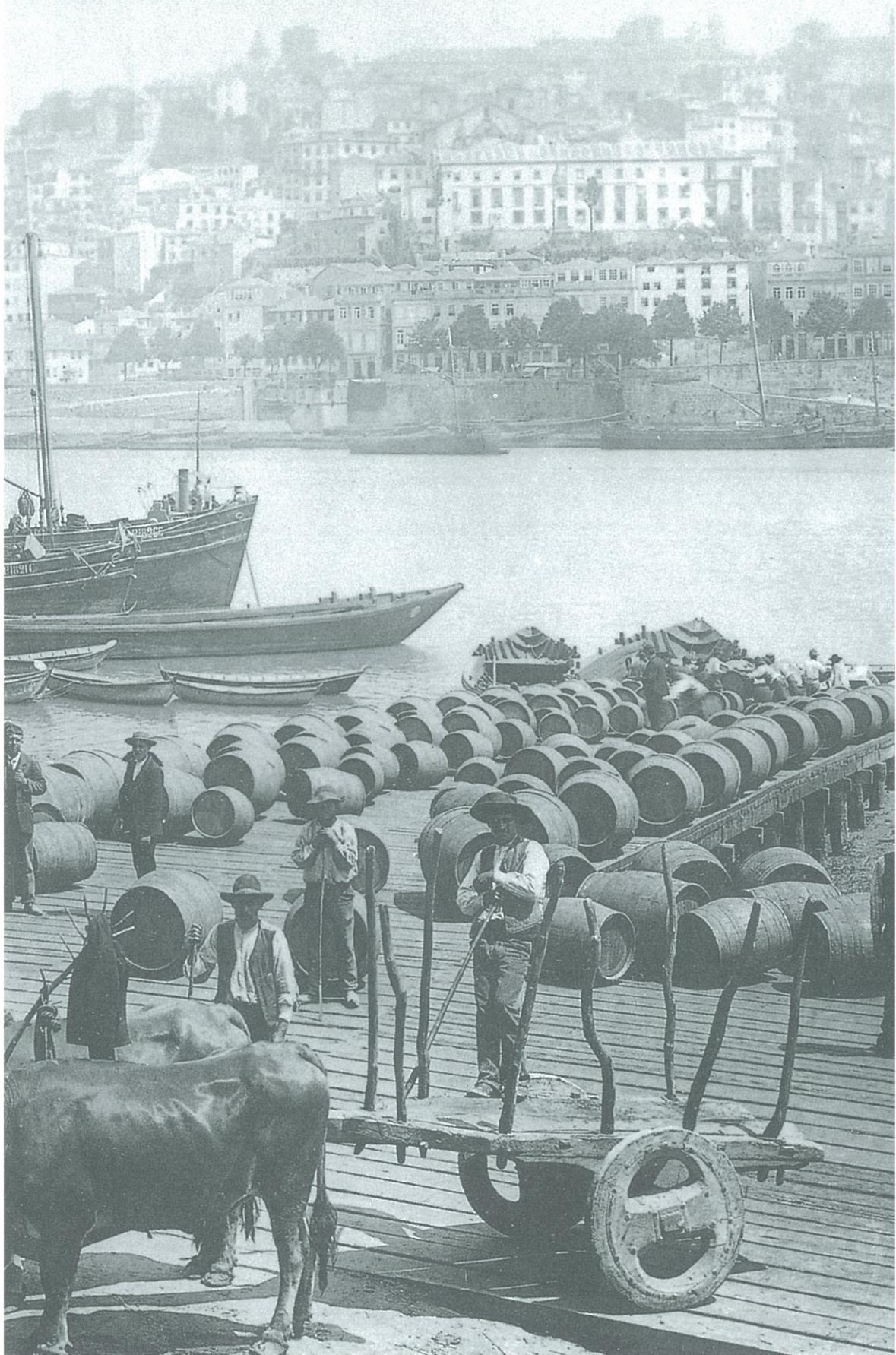


Fig. 7: As unidades político-administrativas na área do Alto Douro e Trás-os-Montes segundo o Numeramento de 1527-32. A. vilas fortificadas; B. vilas não fortificadas; C. concelhos; D. concelhos com sede num ermo; E. lugares.

Em primeiro, lugar o estudo do centro urbano. Partindo da análise da morfologia urbana, tendo em atenção a forma e o plano, bem como o parcelário, procura-se desenvolver uma classificação morfológica e tipológica. No seguimento, interessa aprofundar a análise para conhecer e interpretar a construção do espaço urbano, seguindo as transformações sucessivas e apoiando-se numa cronologia documental e arqueológica. Num segundo nível, interessa-nos o território político e de recursos de cada núcleo urbano. Importa entender a sua inserção no espaço de recursos potenciais próximos, bem como sob que formas se organizou o respectivo território de domínio político, o *termo*, e se desenvolveu a relação com territórios e comunidades vizinhas. Por fim, é necessário ter em atenção o jogo e o equilíbrio dos diversos poderes e interesses envolvidos (Coroa, senhores, comunidades) no sentido de compreender o processo que conduziu à construção de uma rede micro-urbana no contexto da produção do espaço da Monarquia Portuguesa.



NOTICIAS



Vila Nova de Gaia. Desembarque de vinhos. Foto: Emílio Biel, ca. 1905.

O Colóquio Los vinos y aguardientes

vinicos andaluces en las Americas

– Huelva, La Rábida

– 7 a 11 de Agosto de 1995

No âmbito dos Cursos de Verão promovidos pela Universidade Internacional de Andalucia – Sede Ibero-americana, La Rábida – Espanha, decorreu o colóquio «*Los vinos y aguardientes vinicos andaluces en las Americas*», entre 7 e 11 de Agosto de 1995.

Este evento, contou com a presença de reputados especialistas de várias nacionalidades que se debruçam sobre a história do vinho e da vitivinicultura e de número razoável de estudantes universitários espanhóis e sul-americanos, procedentes dos mais diversos cursos.

Destaque para a comunicação de D. Fernando Pérez Camacho, da Universidade de Córdoba sobre a mobilidade vitivinícola entre a Andaluzia e a América a partir do século XVI. D. Domingos Bohórquez Jiménez, do UCA – Grupo de Estudos da Baía de Cádiz, abordou as transformações da paisagem rural naquela Baía, como resposta ao impulso americano na economia da região, registado nos séculos XVI a XVIII.

A comunicação de D. José María Oliva Melgar, da Universidade de Huelva, versou sobre a problemática comercial dos vinhos do Xerez no século XVII, a partir das atitudes dos *cosecheros sevillhanos* e dos *cargadores gaditanos*. D. António García-Barquero, da Universidade de Sevilha, ocupou-se da presença dos produtos vinícolas andaluzes na carreira das Índias. Na mesma linha, isto é sobre aspectos comerciais, falou D. Alberto Ramos Santana, da Universidade de Cádiz, que se referiu às consequências da independência da América no sector dos negócios vinícolas andaluzes.

Viviana Conti, da Universidade de Jujuy – Argentina, abordou a circulação, falsificação e contrabando de vinhos e aguardentes na região surandina (séculos XVI-XIX).

A Universidade de Alcalá de Henares, foi representada por D. José Morilla

Critz, Director do Centro de Estudos Norte-americanos daquela Universidade, que esboçou a importância das metodologias de confecção dos vinhos andaluzes para os vicultores californianos, em finais do século XIX.

D. Javier Maldonado Rosso, do Grupo de Investigação de História Contemporânea da Universidade de Cádiz e organizador do colóquio, apresentou um estudo sobre os mercados americanos e as estratégias comerciais dos vinhateiros gaditanos ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Das exportações de vinhos de Málaga com destino ao mercado americano, já no nosso século, ocupou-se D.^a Helena Ruiz Romero de la Cruz, da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Málaga. Ainda no âmbito da exportação vinícola contemporânea com destino aos potenciais mercados americanos, foi muito esclarecedora a comunicação de D. Juan García Pinilla, Director da área Iberoamericana da Osborne y Cía S.A.

D. Manuel Domecq Zurita, ex-director da firma Pedro Domecq S. A., trouxe a este encontro, de viva voz, o saber acumulado de um *bodeguero jerezano* na América Latina nos anos 60 deste século. Revelou-nos de forma apaixonada, mas séria, a sua experiência profissional e mostrou ser um excelente comunicador.

Dado tratar-se de um colóquio interdisciplinar, merece destaque nestas curtas linhas o estudo comparativo apresentado na pequena cidade de Moguer, D. Juan Ramón Cirici Narváez, da Universidade de Cádiz, sobre a arquitectura das adegas andaluzas e americanas.

Em representação do GEHVID, esteve presente o Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva e eu próprio.

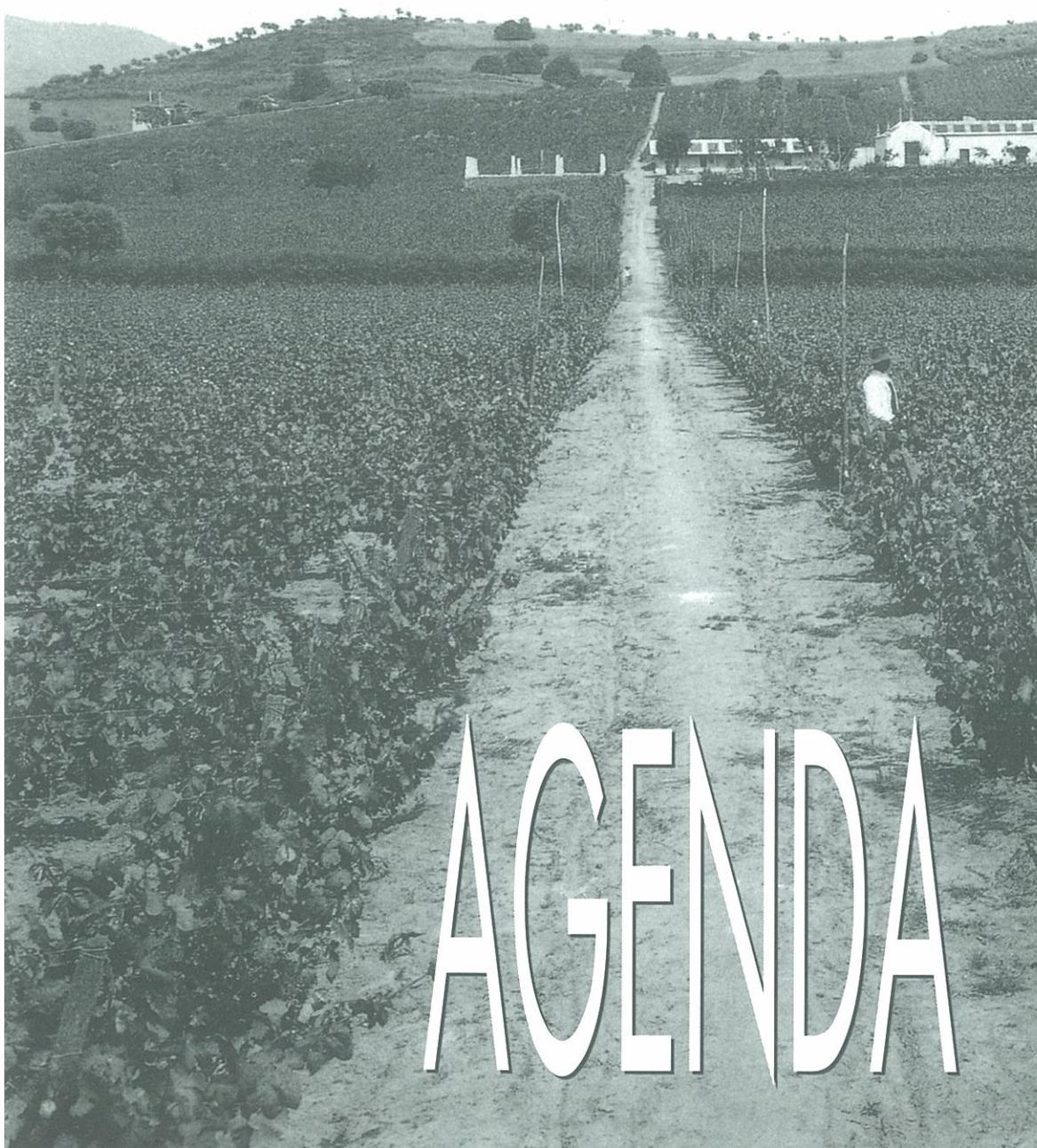
Apresentámos um estudo conjunto sobre o comércio de vinhos e aguardentes com destino ao mercado brasileiro, ao longo do século XVIII, cujo texto integra este primeiro número da revista do Grupo e será também editado nas actas do Colóquio que, espera-se, estejam à disposição dos eventuais interessados a partir de meados do próximo ano.

Do programa social deste encontro, importa registar aqui que, para lá da excelente hospitalidade proporcionada pelo polo Ibero-americano da Universidade Internacional de Andaluzia, esta iniciativa contou com apoios significativos das forças vivas da região, ligadas ao sector do vinho. Saliento as muitas provas de vinhos regionais para que fomos convidados, bem como as recepções dispensadas aos participantes no colóquio pelos Ayuntamientos de Huelva e Moguer. Esta última localidade, proporcionou aos participantes no colóquio visitas guiadas ao património cultural da cidade e um jantar ao ar livre servido num dos claustros do mosteiro de Santa Clara, seguido de um espectáculo de música ibero-americana.

Podemos afirmar que o nível das conferências se mostrou verdadeiramente uni-

versitário e que a realidade vinícola portuguesa ganha nova profundidade quando como neste caso é possível compará-la com a concorrência espanhola e inseri-la no conjunto do mundo ibérico.

António M. de Barros Cardoso
(FLUP/GEHVID)



AGENDA



O I Encontro Internacional «História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro», Porto-Douro, Março 1996

Criado em 1994, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o apoio do Instituto do Vinho do Porto e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, o Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID) reúne historiadores e arqueólogos, com o objectivo de aprofundar a investigação sobre a vinha e o vinho na região produtora do Alto Douro. A nossa aposta na história regional assume a importância estratégica do vinho do Porto como valor económico e cultural, considerando que o reforço da imagem internacional da marca passa pela valorização do produto como património histórico.

Nesse sentido, as equipas do GEHVID (organizadas em quatro linhas de pesquisa: história antiga, história medieval, história moderna e história contemporânea) estudam não só a evolução do vinhedo duriense, desde as suas origens, as práticas de cultura da vinha e as técnicas de vinificação, mas também os processos de internacionalização do produto, as ligações entre a região vinhateira e o Porto, o papel polarizador de centros regionais como Lamego ou Régua, a intervenção do Estado e a regulação regional – em suma, tudo o que seja considerado pertinente para conhecer o «sistema do vinho do Porto».

O I Encontro Internacional «História da Vinha e do Vinho do Vale do Douro» pretende constituir um espaço de contacto e debate entre os investigadores do GEHVID e todos os que se dedicam ao estudo desta ou de outras regiões vinhateiras. O Encontro insere-se num conjunto de acções do GEHVID, que buscam valorizar e divulgar o conhecimento da história da vinha e do vinho do Douro, em colaboração com as instituições, as autarquias e as empresas da região e do sector.

Este I Encontro tem o apoio de diversas instituições (Reitoria da Universidade do Porto, Instituto do Vinho do Porto, Casa do Douro, Associação de Empresas do Vinho do Porto, Governo Civil de Viseu, Câmara Municipal do Porto, Câmara Municipal do Peso da Régua, Banco de Fomento e Exterior, Associação Comercial e Industrial de Lamego e Vale do Douro Sul, Arquivo Distrital de Vila Real, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, CP – Caminhos de Ferro Portugueses), Região de Turismo Douro-Sul, e irá decorrer no Porto (22 e 23 de Março) e na região do Douro (24 de Março).

O 2º Congresso sobre o Rio Douro, Vila Nova de Gaia, Abril 1996

Dez anos após o 1º Congresso, o Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, com o patrocínio da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e o apoio de diversas entidades, vai realizar o *2º Congresso Internacional sobre o Rio Douro*, entre 25 de Abril e 1 de Maio de 1996. A Comissão Organizadora do Congresso, após ter publicado as Actas do 1º Congresso, pretende fazer um novo balanço dos conhecimentos sobre o Rio e a Região que ele influencia, sobre os progressos, anseios e vicissitudes que as gentes e as terras que ele bafeja conhecem. Assim, propõe para este novo encontro três grandes temas:

1. O Vale do Douro Património Mundial;
2. Plano Hidrológico Nacional/Rio Douro;
3. Vitivinicultura Duriense.

O Congresso irá decorrer em Vila Nova de Gaia e noutras localidades ao longo do Vale do Douro, em paralelo com a realização de exposições, concertos, visitas de estudo e outras manifestações culturais.

Estatuto Editorial

1. A revista *DOURO – Estudos & Documentos* tem por objectivos essenciais: divulgar estudos e documentos inéditos sobre o vinho do Porto e a sua região produtora; constituir um espaço de diálogo interdisciplinar relativamente aos problemas regionais e em especial às questões vitivinícolas.

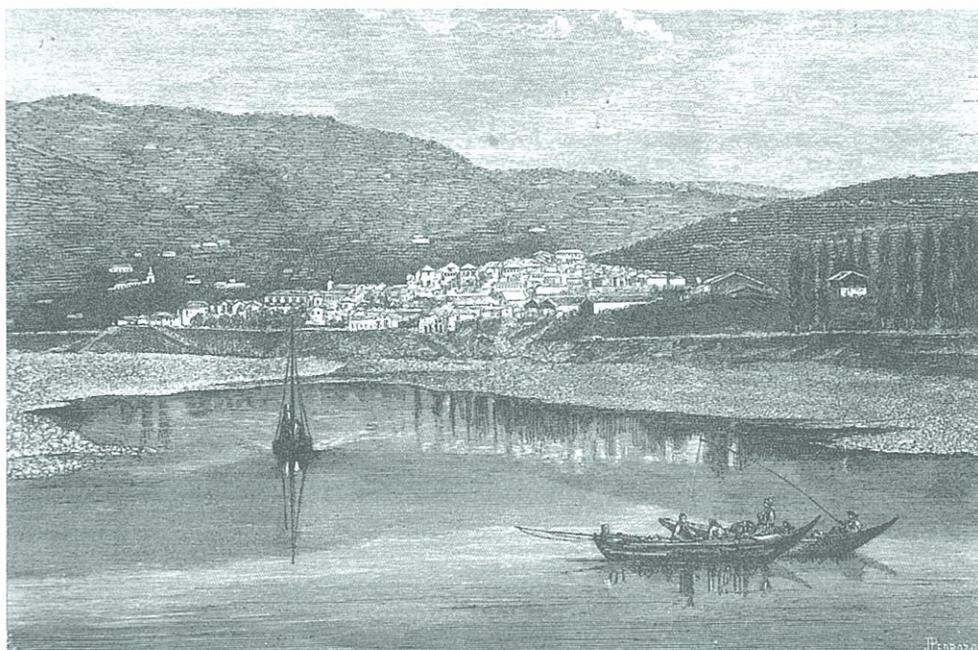
2. A revista deverá, tanto quanto possível, reflectir no seu conteúdo a participação equilibrada das instituições universitárias envolvidas e, simultaneamente, acolher estudos de reconhecido mérito produzidos por investigadores de outras instituições nacionais ou estrangeiras. A coordenação da revista aceitará, por princípio, todos os textos que lhe sejam enviados, mas a publicação desses textos ficará dependente do parecer de elementos do Conselho de Redacção da respectiva área científica, bem como do calendário editorial definido. Por princípio, não serão aceites artigos de opinião.

3. A revista será bianual.

4. A Direcção da revista, constituída pelos responsáveis das instituições que detêm a propriedade do título (Instituto do Vinho do Porto, Universidade do Porto e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), decidirá da responsabilidade da edição.

5. O Coordenador será o responsável pelo grupo nomeado pela Direcção para assumir a edição da revista. Compete-lhe definir o calendário editorial, a planificação e organização de cada número da revista e solicitar pareceres aos membros do Conselho de Redacção para seleccionar e aprovar os originais a incluir em cada número da revista, tendo por únicos critérios a qualidade científica desses textos e a sua adequação ao âmbito e volume da revista.

6. O Conselho de Redacção, constituído por investigadores de diversas instituições universitárias, de reconhecido mérito, convidados pela Direcção, deverá reflectir o carácter interdisciplinar e interuniversitário da revista. Aos membros do Conselho de Redacção compete propor as linhas fundamentais de orientação editorial da revista, propor artigos para publicação e emitir pareceres sobre os textos a publicar, sempre que solicitados pelo coordenador da revista.



O Douro junto à Régua. Gravura: J. Pedrozo, ca. 1875.

Boletim de Assinatura a enviar ao GEHVID – Faculdade de Letras da Universidade do Porto • Apartado 1559 • 4150 PORTO Codex

DOURO Estudos & Documentos

Assinante individual (3.200\$00/2 números)

Nome:
Morada:
Tel: Fax: Profissão:
Instituição:

Assinante institucional (3.500\$00/2 números)

Nome:
Morada:
Tel: Fax: N° contribuinte:
N° de exemplares que deseja assinar:

Junto envio cheque nº do Banco
no valor de à ordem do Centro Leonardo Coimbra – Faculdade de Letras da
Universidade do Porto (GEHVID), para assinatura individual/institucional (riscar o que não interessa) dos
n°s a revista **DOURO – Estudos & Documentos**.



Since 1850, the tradition of wine-making in the heart of the vineyard of France.